

ECONOMIA SOLIDÁRIA & TECNOLOGIA SOCIAL

PRÁTICAS E REFLEXÕES

Adriano da Costa Valadão
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Manuela Salau Brasil
Reidy Rolim de Moura
(Org.)

série referência
editora
estúdiotexto

ECONOMIA SOLIDÁRIA & TECNOLOGIA SOCIAL

PRÁTICAS E REFLEXÕES

EDITORA ESTÚDIO TEXTO

Editora-chefe

Ana Caroline Machado

Coordenadora de projetos

Josiane Blonski

Conselho Editorial

Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (UFPR)

Dr. Antonio José dos Santos (IST/SOCIESC)

Esp. Carlos Mendes Fontes Neto (UEPG)

Dr. Cezar Augusto Carneiro Benevides (UFMS)

Dr. Edson Armando Silva (UEPG)

Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)

Dra. Jussara Ayres Bourguignon (UEPG)

Dra. Lucia Helena Barros do Valle (UEPG)

Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)

Dr. Marcelo Chemin (UFPR)

Dr. Marcelo Engel Bronosky (UEPG)

Dra. Marcia Regina Carletto (UTFPR)

Dra. Maria Antonia de Souza (UTP/UEPG)

Dra. Marilisa do Rocio Oliveira (UEPG)

Ms. Rodrigo Labiak (UNICAMP)

ECONOMIA SOLIDÁRIA & TECNOLOGIA SOCIAL

PRÁTICAS E REFLEXÕES

Adriano da Costa Valadão
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Manuela Salau Brasil
Reidy Rolim de Moura
(Org.)

© 2018 Adriano da Costa Valadão, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil, Reidy Rolim de Moura e autores

Coordenação editorial

Editora Estúdio Texto

Revisão

Marlene Valsko Portes

Capa, projeto gráfico e diagramação

Ana Caroline Machado

Supervisão editorial

Josiane Blonski

E19

Economia solidária & tecnologia social: práticas e reflexões/
Adriano da Costa Valadão et al. (Org.). Ponta Grossa:
Estúdio Texto, 2018.
280 p. (Série Referência)

ISBN: 978-85-5472-021-6

1. Economia solidária. 2. Empreendimento econômico
solidário. 3. Incubadora social. 4. Consciência cidadã. 5.
Transformação social. I. Valadão, Adriano da Costa et al.
(Org.). II. T.

CDD: 334.68

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos – CRB9/986

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade de seus autores.

Financiamento



edifora[®]
estúdiotexto

Rua XV de Setembro, 931 - Uvaranas - Ponta Grossa – Paraná – 84020-050
Tel. +55 (42) 3027-3021
www.estudiotexto.com.br

À memória de Alnary Nunes Rocha Filho, o Lilo,
técnico da IESol e militante da Economia Solidária
e das causas sociais. Seguimos sua luta para
construir uma outra Economia.





APRESENTAÇÃO

A APRESENTAÇÃO DESTES LIVROS busca expor as linhas gerais dos capítulos e pretende tornar esta exposição a mais atraente possível, no sentido de motivar o leitor a se interessar pela leitura dos textos. Não foi uma tarefa fácil, pois o livro é composto por uma diversidade significativa de temas. No entanto, buscou-se preservar o foco temático.

A equipe da IESol aguardou por muito tempo a concretização desse verdadeiro sonho, que era promover a edição de um livro, com uma coletânea de textos voltadas para discussões teóricas, conceituais e metodológicas relacionadas à Economia Solidária. A empreitada contou com a contribuição de um grupo bastante qualificado de pesquisadores(as) ligados à proposta, permitindo um resultado que, sem dúvida, demonstra como é importante fomentar as entidades apoiadoras da Economia Solidária nas universidades brasileiras.

No capítulo 1, o texto do prof. Roberto Dagnino contribui para reforçar o caráter transformador da Economia Solidária – ES, sendo possível relacionar os princípios da ES colocados em prática e apresentar possibilidades marcantes na geração de tecnologia social. Pode-se começar com a proposta de Dagnino na concepção de adequação sociotécnica, a partir da qual se propõe uma revisão da conceitualização prevaiente de tecnologia social, por uma outra cujo o foco são os segmentos sociais e econômicos que se relacionam à expressão economia informal, segmento que se associa com o que Milton Santos definiu, em seu livro clássico “Espaço Dividido”, publicado na década de 1970, como o circuito inferior das economias subdesenvolvidas em oposição ao circuito superior. No artigo “Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento”, publicado em 1998, na Revista de História

Regional, do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, o autor desta apresentação propôs uma outra dicotomia, na qual o circuito superior de Milton Santos também pode ser definido como o segmento de uma grande economia, cujos interesses atingem mercados nacionais e globais; por outro lado, o circuito inferior correspondente a uma pequena economia, que foca em mercados de proximidades de abrangência pontual, local e regional, conforme o artigo de 1998, citado anteriormente.

O texto de Dagnino parte de um conceito amplo de tecnociência, que se relaciona à ação de um ator social para o de tecnociência social, que só seria possível atingir num contexto socioeconômico sem propriedade privada dos meios de produção, acordo social fundado no associativismo, controle autogestionário sobre a produção e com a cooperação no lugar da concorrência. Ora, se para bom entendedor meia palavra basta, nada mais seria preciso escrever para se afirmar que a busca a que se propôs Dagnino, desde o título do capítulo do artigo, foi bem-sucedida, pois a ambientação social necessária ao desenvolvimento da tecnociência social também se relaciona à ES.

A proposta como exposta nesta Apresentação pode parecer cética, mas não é o que se depreende do texto, que finaliza incentivando os que estão em busca de priorizar a construção de uma tecnociência social. O autor encoraja os pesquisadores, mesmo no Brasil, vis-à-vis com seu atual contexto conjuntural, que também é analisado de forma brilhante por Dagnino, a não abandonarem a perspectiva da tecnologia social.

O capítulo 2, texto do prof. Pedro Ivan Christoffoli, da UFFS, e de Cristina Sturmer dos Santos, integrante do MST, discute o tema proposto inspirando-se na experiência do Núcleo de Estudos em Cooperação – NECOOP, vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus de Laranjeiras do Sul, Paraná. O objetivo é abordar a extensão universitária como campo de formação acadêmica que contemple a integração de teoria e prática, voltando-se para gerar conhecimento crítico e consciência cidadã direcionados para a transformação social. Isso torna o texto pertinente aos propósitos deste livro, que é discutir ES e tecnologia social.

Para atingir o objetivo, os autores mobilizam o pensamento de Paulo Freire, adaptando-o de forma oportuna ao tempo presente,

dominado por uma conjuntura em que os que defendem os interesses de uma universidade voltada ao capital reúnem forças para recrudescer na perseguição desse intuito, em detrimento de uma universidade pluralista, na qual os segmentos populares também tenham espaço.

O capítulo 3, texto do prof. Wagner de Souza Molina e das pesquisadoras Lívia Francisco Arantes de Souza e Anna Carolina Santana da Silva, expõe o trabalho do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol da Universidade Federal de São Carlos, SP, que sucedeu a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. A mudança de denominação relaciona-se à nova proposta metodológica, quando a incubação segmentada em grupos e empreendimentos específicos deu lugar a uma estratégia de desenvolvimento territorial centrada em ações vinculadas a um território, no caso um bairro da cidade de São Carlos, SP. O texto é indispensável para incubadoras que estudam a possibilidade ou que já optaram pelo caminho metodológico que vem sendo definido como a “incubação de territórios”.

O capítulo 4, texto do prof. Henrique Tahan Novaes, procura problematizar como o projeto educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST impacta a formação básica e técnica no sentido de valorizar a agroecologia e outras formas alternativas às opções educacionais e tecnológicas que servem ao capitalismo predatório fundado no neoliberalismo exacerbado. O texto expõe de forma detalhada a organização administrativa e pedagógica das escolas técnicas do MST, mostrando as diferenças marcantes na comparação com as escolas tradicionais, nas quais a criticidade não é exercida em todo seu potencial.

A opção pela agroecologia como eixo pedagógico das escolas do MST demonstra que há uma preocupação de que esta seja exercitada na prática. Nesses termos, pode-se afirmar que a tecnologia social acaba sendo incorporada no projeto pedagógico dessas escolas, porque muitos dos fundamentos técnico-produtivos podem ser classificados como tecnologia social.

O capítulo 6, texto do prof. Lino Trevisan, corresponde a uma reflexão complexa que busca interpretar práticas da ES na perspectiva da tecnologia social. Todavia, a abordagem incorpora outros

conceitos que são fundamentais quando se busca uma compreensão epistemológica do tema. Trata-se dos conceitos de economia enraizada e de dádiva, respectivamente de Polanyi e Mauss. O texto destaca-se por ser finalizado com uma série de novas questões em vez de oferecer respostas prontas, confirmando seu caráter de reflexão filosófica sobre a ES.

O capítulo 7, texto do pesquisador Diego Palma de Castro e da prof.^a Marilene Zazula Beatriz, faz uma reflexão sobre as aproximações possíveis entre os conceitos de bem viver e tecnologia social, em diálogo com os princípios da reforma psiquiátrica, visando uma integração com a ES. Trata-se de mais uma contribuição oportuna que acerta em acreditar nas ricas possibilidades que surgem dessas aproximações, pois todas as propostas envolvidas apontam para um novo rumo civilizatório como opção ao atual, centrado em princípios dominantes originários da economia capitalista. O mais importante é que as possibilidades advindas desse amplo diálogo estão sendo consideradas como valiosas contribuições no fortalecimento de políticas públicas voltadas para consolidação da reforma psiquiátrica.

O capítulo 8, texto do pesquisador Robinson Henrique Scholz e da prof.^a Marília Veríssimo Veronese, aborda um tema sensível aos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, especificamente e de forma mais ampla a ES. Esse tema perpassa a questão da autogestão, abordando a dinâmica presente nesses EES e a questão da liderança solidária compartilhada por meio da estratégia como prática. O rigor presente no texto e sua organização sistemática deve-se à sua origem numa tese de doutorado, o que demonstra que a ES é campo amplo e fértil para pesquisas de fôlego, erudição e rigor.

O capítulo 9, texto das pesquisadoras Lourença Santiago Ribeiro e Grasielle Dalbao Rodrigues Modesto de Camargo, descreve as experiências da Trilhas Incubadora Social Marista da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Na experiência da Trilhas destaca-se a opção metodológica assumida no processo de implantação desta nova Incubadora, que buscou superar o modelo de incubação tradicional por um outro centrado em quatro etapas que permitem especificar os EES de acordo com sua classificação em cada uma dessas etapas. Trata-se de experiência importante para inspirar as novas e as

antigas incubadoras no sentido da adequação metodológica do trabalho de incubação sob os princípios da economia solidária.

O capítulo 10, texto da prof.^a Natalia de Lima Bueno, oferece a análise de um projeto de extensão com objetivo de integrar reflexões sobre a formação em tecnologia social, educação popular e ciências naturais. O projeto aproxima-se da ES porque busca trabalhar com grupos fundados sob princípios da ES. O projeto é implementado na região de Ponta Grossa. O texto elabora uma descrição precisa dos trabalhos e a organização das suas partes permite entender a proposta do projeto de uma forma ampla. Na última parte, o texto analisa a aplicação da tecnologia social em grupos escolhidos, como a tecnologia do adobe, as hortas urbanas e os biodigestores, demonstrando o caráter prático que pode assumir a tecnologia social.

O capítulo 11, texto da prof.^a Eliane Gomes dos Anjos, é um relato de experiência relacionado à trajetória do Grupo de Mulheres Costurando Sonhos, da Comunidade Quilombola Baixa da Linha, município Cruz das Almas, BA. O relato aborda a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A denominação da Universidade já indica a região da Bahia na qual se localiza o empreendimento. A autora apresenta esclarecedora contextualização da região, através da qual é possível compreender o processo de formação da Comunidade. O texto descreve uma experiência que não é muito diferente de muitas outras que marcaram os EES após a ruptura política que aconteceu no Brasil e que resultou numa profunda crise econômica, que atinge de forma marcante os trabalhadores assalariados e as trabalhadoras integradas à ES. Nesse sentido, acredita-se que processos que incorporam tecnologia social poderiam melhorar a capacidade de sobrevivência desses EES, que precisam superar a perversidade extrema do capitalismo brasileiro.

No capítulo 12, um grupo de pesquisadores da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol analisa a trajetória de atuação da Incubadora, que é um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, com mais de dez anos de existência. O texto traça a trajetória da IESol e descreve sua metodologia de atuação, indicando que a equipe está atenta às novas propostas metodológicas que procuram revisar o trabalho das incubadoras universitárias. Trata-

se de um trabalho valioso, que possibilita ao leitor conhecer não somente a trajetória da IESol, mas também ter ideia de como se desdobram, na prática, as políticas públicas voltadas ao apoio da ES no Brasil.

O capítulo 13, texto do prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e do doutorando Alnary Nunes Rocha Filho (*in memoriam*), propõe um diálogo entre a concepção de desenvolvimento territorial e a ES, mediado por uma discussão em torno do conceito de território e da proposta teórica contida na defesa da reterritorialização econômica regional. Esse capítulo tem um caráter especial, porque apresenta uma homenagem a um grande ativista da ES, Alnary Nunes Rocha Filho, que faleceu em julho de 2016, época em que cursava o doutorado em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. O capítulo é baseado no relatório de qualificação elaborado por Alnary, sob orientação do autor deste capítulo, que apontava para uma contribuição inovadora sobre a temática abordada. Além dessa discussão teórica em caráter embrionário, Alnary deixou um legado importante, que é a lealdade aos princípios da ES, compromisso assumido desde que começou a participar dos projetos da IESol. Se estivesse vivo, certamente estaria orgulhoso com a publicação deste livro, organizado por participantes da Incubadora na qual ele deixou um exemplo de entusiasmo pela causa da ES.

O conjunto de textos que compõe esta obra retrata a importância da Economia Solidária, que tem, entre outros propósitos, tornar o Brasil um país mais justo e democrático. Além disso, as reflexões aqui apresentadas visam lembrar que o reconhecimento das propostas hegemônicas em ciência, tecnologia e produção não podem ser as únicas opções para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A publicação celebra os anos de dedicação à IESol e à ES de muitos professores, funcionários, técnicos e alunos que contribuíram para consolidação deste programa de extensão que é animado por propósitos de solidariedade, cooperação e democracia, aos quais nós precisamos deixar registrados nossos agradecimentos. Precisamos agradecer também aos financiadores dos nossos projetos em todos esses anos, em especial, no caso deste livro, ao Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq, que financiou a coletânea por meio de projeto específico, relacionado à atuação política do Aliel Machado, que é

um dos apoiadores externos de diversos projetos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao qual dirigimos nossos agradecimentos, que é extensivo a todos os amigos e incentivadores da IESol, na região dos Campos Gerais.

SUMÁRIO

Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária	17
Renato Dagnino	
O potencial da práxis transformadora na extensão universitária num país em contexto de fratura social exposta	39
Pedro Ivan Christoffoli e Cristina Sturmer dos Santos	
Reflexões sobre a prática: atuação da linha de ação desenvolvimento territorial do NuMI-EcoSol na região sul da cidade de São Carlos	63
Wagner de Souza Molina, Livia Francisco Arantes de Souza e Anna Carolina Santana da Silva	
Produção destrutiva, agroecologia e ensino médio integrado do Movimento Sem Terra	97
Henrique Tahan Novaes	
As encruzilhadas da organização coletiva em uma comunidade quilombola na Bahia: uma experiência na INCUBA/UFRB	121
Eliene Gomes dos Anjos	
É possível interpretar algumas práticas da economia solidária como tecnologia social?	137
Lino Trevisan	
Economia solidária e algumas conexões: diálogos com o Bem Viver, com a tecnologia social e com a reforma psiquiátrica.....	159
Diego Palma de Castro e Marilene Zazula Beatriz	

“Eles acham que o líder é o patrão”: liderança solidária compartilhada por meio da estratégia como prática	177
Robinson Henrique Scholz e Marília Veríssimo Veronese	
Fazer <i>para</i> ou fazer <i>com</i> ? Dos desafios à consolidação de uma metodologia emancipadora – a experiência da Trilhas Incubadora Social Marista	199
Lourença Santiago Ribeiro e Grasielle Dalbato Rodrigues Modesto de Camargo	
Educação, tecnologia social e ciências: caminhos de formação e ação.....	215
Natalia de Lima Bueno	
A valorização da economia solidária no contexto de consolidação da extensão universitária no Brasil.....	243
Adriano da Costa Valadão, Francisco Salau Brasil, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura	
Desenvolvimento territorial, reterritorialização econômica regional e economia solidária	265
Alnary Nunes Rocha Filho (<i>in memoriam</i>) e Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	
Sobre os autores	275

Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária

Renato Dagnino

PARA CUMPRIR COM O OBJETIVO expresso no título, inicio com uma reflexão acerca de minha insatisfação, como professor, com os conceitos de ciência e tecnologia usualmente utilizados. Ela levou à formulação de um conceito de tecnociência, orientado a sanar o que julgo serem os seus defeitos, que apresento na segunda seção. Trato, em seguida, de uma outra insatisfação, mais específica, oriunda de minha atividade como pesquisador e extensionista do campo das tecnologias alternativas ou do que vem sendo denominado entre nós de tecnologia social. Dela se originou um conceito de tecnologia social derivado da particularização do conceito genérico de tecnociência que evite a dubiedade daquele comumente empregado no âmbito dos envolvidos com a economia solidária e que possa aumentar a eficácia de suas ações.

Depois de muitos anos discutindo e dando aula sobre Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (e, mais especificamente, sobre Política de Ciência, Tecnologia e Inovação), percebi que boa parte do senso comum que meus interlocutores traziam consigo, infundido pela mídia – fundamentado no ufanismo da corporação científica e codificado pela Economia da Inovação –, apresentava uma dificuldade conceitual.

Seu primeiro componente era a separação entre ciência, de um lado, e tecnologia, de outro. O segundo, apoiado nessa separação, era a ideia de que a tecnologia é aplicação da ciência – a verdade intrinsecamente boa que avança sempre, universal e neutra (no sentido

de não contaminada por interesses e valores) – para produzir mais, mais barato e melhor satisfazer as necessidades da sociedade; mas que, às vezes, interesses escusos podem usar sem ética a ciência já gerada para fazer o mal.

Essa separação, além de irrealista, me parecia estar na origem de assimilações ou disjuntivas ingênuas ou mal-intencionadas que se manifestavam no meu cotidiano. Para exemplificar cito algumas delas: entre extensão universitária e filantropia, entre Economia Solidária e conservadorismo/colaboracionismo, entre Tecnologia Social e tecnologias “baixas” e “rombudas”, entre explorar de maneira alternativa a fronteira do conhecimento monopolizada pelas transnacionais e “voltar para as cavernas”, entre questionar a neutralidade da ciência e postular uma “mecânica quântica proletária”, entre arguir o ufanismo da corporação científica e pregar o obscurantismo e a mediocridade, entre criticar a divulgação científica manipuladora e impedir a democratização da política cognitiva, entre empreendedorismo e solidariedade, entre Economia Criativa e Economia Solidária.

Foi por isso que, percebendo a necessidade de conceber um marco analítico-conceitual para tratar a problemática dos empreendimentos solidários com os quais me fui envolvendo e buscar uma “solucionática” viável, me pus a campo para refletir sobre o conceito de tecnociência.

Para argumentar contra aquela separação, me ajudaram pesquisadores contemporâneos como Jorge Nuñez (1999), que afirma que ela já não correspondia à crescente imbricação que existe entre a ciência e a tecnologia. Convencido de que os cortes locacional e temporal que entendiam a primeira como realizada na universidade à procura da verdade e não na empresa em busca do lucro, e para um futuro de contornos incertos e não para sua aplicação imediata, coloquei o conceito de tecnociência no foco de minha preocupação. Eu o entendia como mais aderente à realidade observada e mais adequado para analisar a dinâmica global de inovação motorizada pelas grandes corporações que envolvia também o ambiente das instituições públicas de ensino e pesquisa.

Prossigui meu questionamento recorrendo à história dos povos “primitivos” da planície sul-americana que, como nos conta Pierre Clastres (1974), decidiram não criar um Estado por não aceitarem a

propriedade privada dos meios de produção e que por isso mantiveram como um bem comum o conhecimento para produzir os bens e serviços que precisavam para viver. Ele abrangia um espectro amplo e variado de saberes compartilhados que abrangia o que no capitalismo se passou a designar como religião, magia, arte, artesanato, conhecimento empírico, ciência, tecnologia etc.

Interessava-me também o fato de que quando Machu Picchu foi descoberta, no início do século passado, ficou-se muito tempo tentando decifrar se ela era um observatório astronômico e de monitoramento do clima, uma estação de melhoramento e adaptação de cultivos, um templo religioso, um local de experimentação de técnicas de irrigação, a morada dos imperadores etc. A conclusão a que chegaram os cientistas – de que era um conjunto dessas coisas –, embora não fosse errada, não foi interpretada como um sinal de que essas coisas e funções não existiam por separado para a sociedade que as construíram. E que era presunçoso e inútil separar e classificar o conhecimento que essas atividades proporcionavam para a produção dos bens e serviços que aquela sociedade consumia.

Essa prosaica cogitação me levou à noção de que o conhecimento que o Homem usa para a produção de bens e serviços sempre foi uma combinação do que hoje chamamos de ciência, tecnologia, religião, resultado de tentativas e erros ou da observação empírica, crendices, “instinto animal” etc. E que sínteses similares ao conhecimento para a produção de bens e serviços atual – a tecnociência – que é interpretado como uma combinação ou fusão entre ciência e tecnologia, que seria característica do estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista ou do neoliberalismo, sempre existiram. E mais, que isso que é percebido como uma combinação de conhecimentos – a ciência e a tecnologia – previamente codificados a partir das oportunidades abertas pela primeira, foi algo que nasceu como uma unidade tácita desde antes que fosse “inventado” o capitalismo no âmbito de processos de trabalho orientados a satisfazer os interesses de quem os controla, de acordo com seus valores.

Eu sabia ainda que, além do Homem, considerado até algumas décadas atrás como o único animal que construía ferramentas, os animais irracionais também se “especializavam” em algumas tarefas. Eu

tinha visto, quando criança, como um dos macacos abria a torneira da jaula e dirigia o jato d'água para molhar seus companheiros. Eu havia lido um artigo que comenta uma foto de um macaco quebrando um coco empunhando uma pedra que tinha escolhido, batendo-a em outra maior com uma depressão que o posicionava de maneira adequada, e esperava que um companheiro pegasse a amêndoa antes de quebrar um outro coco. E outro que contava que uma garça de um parque guardava um pouco do pão que lhe lançavam para atrair peixes que ela então pescava com o bico. E que, quando o peixe atraído era maior do que o que seu bico podia abarcar, ela recolhia a isca e aguardava um peixe menor. Ou seja, eu sabia que até os animais irracionais atuavam sobre algum “processo de trabalho” que controlavam para modificá-lo e, assim, obter algum benefício.

Mas voltando a aproximar-me da realidade do capitalismo, onde os valores e interesses da minoria que detém maior poder se encontram nela tão entranhados, difundidos e naturalizados, preocupava-me, por ser pouco plausível, a ideia da separação que propunha o senso comum. E, mais ainda, a de uma precedência. Primeiro a ciência sem valores e interesses seria gerada e, depois, a tecnologia que a aplicava contaminava-a com os valores e interesses capitalistas da propriedade privada e da exploração do trabalho humano, e a introduzia no processo de trabalho, engendraria mais-valia relativa.

Baseado em autores como Stephen Marglin (1986) e Harry Braverman (1974), passei a refletir sobre como teria ocorrido a expropriação do conhecimento que possuía o trabalhador direto na passagem do feudalismo para o capitalismo. E, para explicar o que fui intuindo, inventei uma metáfora para meus alunos.

Foi assim que nasceu a estória do primeiro capitalista que resolveu produzir sapatos – como valor de troca, para o mercado – e contratou a família Schumacher. Um de seus membros, que concebia e produzia um delicado sapato para sua noiva – um valor de uso – tardava uma semana. Outro, que fazia uma grosseira bota para o trabalho na lavoura, demorava um dia. O capitalista, dado que controlava o processo de trabalho e que não queria ser enganado, resolveu segmentá-lo. E como o que queria produzir era o que o mercado demandava, resolveu produzir um sapato vendável. Alocando seus operários a quatro tarefas

(corte da sola, corte da parte de cima do sapato, perfuração e costura), conseguiu controlar melhor o processo de trabalho e, assim, aumentar a produtividade, a extração de mais-valia relativa (já que a absoluta, que implicava um aumento na jornada poderia ser objetada) e o seu lucro. A segmentação do processo de trabalho permitiu também sua hierarquização e deu origem ao primeiro engenheiro, aquele que iria controlar o processo de trabalho enquanto o primeiro capitalista ia iniciar uma nova fábrica.

Assim, enquanto os Schumacher, que venderam sua força de trabalho, odiavam o primeiro capitalista porque o que recebiam era apenas uma fração do que poderiam apurar com a venda dos sapatos que sabiam conceber, fabricar e vender, caso ainda possuíssem os meios de produção que a acumulação primitiva lhe negara, seus filhos o aceitavam de bom grado. Ou seja, a expropriação do conhecimento do trabalhador direto e sua alienação impostas pelo capital e travestida de qualificação tornavam o proprietário dos meios de produção essencial. A segunda geração dos Schumacher já não possuía o conhecimento que foi sendo paulatinamente acumulado, monopolizado e codificado de um modo que cada vez mais lhes dificultava o acesso à produção autônoma.

Com essa estória, minha intenção era sugerir que a história do conhecimento capitalista ou da tecnociência capitalista se inicia com a expropriação do saber do trabalhador direto, a segmentação e a hierarquização do processo de trabalho, e a sua especialização em tarefas manuais, repetitivas, e crescentemente desprovidas de atributos intelectuais.

A estória seguia com o aparecimento de um mercador veneziano vendendo um sapato flexível e colorido que ameaçava o lucro daquele do nosso personagem. O que até então havia sido um processo de tentativa e erro e que mediante à experimentação que ocorria no chão da fábrica ia gerando um conhecimento confiável para a produção dos bens e serviços que o mercado demandava, adquire outras características. E é assim que nosso personagem teria fundado o que viria a ser o primeiro laboratório da primeira escola de química, que iria possibilitar curtir o couro e tingi-lo de maneira a lhe permitir recuperar a lucratividade de seu negócio.

A moral da estória era que a história da tecnociência capitalista, que se iniciava com a expropriação do saber originário do trabalhador direto, continuava com o seu aperfeiçoamento que resultava da ação do proprietário dos meios de produção sobre o processo de trabalho para ajustar a produção de bens e serviços às demandas que derivavam da sua interação com os consumidores e com seus competidores. E que, quando necessário – por razões de custo, escala, incerteza etc. – a experimentação controlada, a sistematização e a codificação desse resultado cognitivo poderia ocorrer fora do chão de fábrica, em espaços especializados, para voltar a ele com maior eficiência. Um círculo virtuoso se instaurava penetrando espaços de produção e consumo ainda não submetidos à lógica do capital e incorporando a ela novos territórios e culturas.

Dessa forma, eu pretendia chegar a mostrar que a trajetória da tecnociência capitalista nada tem a ver com “buscar a verdade” via o “avanço da ciência” ou, apoiando-se nela, produzir com “eficiência” bens e serviços melhores e mais baratos, via o desenvolvimento tecnológico. E que o surgimento e expansão das organizações especializadas – públicas ou privadas – orientadas ao ensino e à pesquisa e a receber os filhos e afilhados da classe proprietária, eram tão-somente uma faceta daquela trajetória.

Eu pretendia também mostrar que o apartamento do conhecimento para a produção de bens e serviços, que em sociedades pré-capitalistas englobava um amplo e variado conjunto, em ciência e em tecnologia, deveu-se a uma tentativa – bem-sucedida, há que enfatizar –, de manipulação ideológica. Mediante ela passou-se a acreditar que existia um binômio que expressava uma permanente contradição: uma ciência, boa e verdadeira, já que decorria de um ato de conhecer uma natureza perfeita. Que existia também uma tecnologia que a utilizava para a produção de bens e serviços, mas que poderia ser usada para o mal. Pesa a favor desse argumento uma subdivisão mais recente do conhecimento para a produção de bens e serviços que aparece em pleno neoliberalismo. É adicionado ao binômio o conceito de inovação para convencer-nos de que existia um outro tipo de conhecimento cuja geração só poderia ocorrer na empresa e que deveria ser o foco da política pública.

CONSTRUINDO UM CONCEITO DE TECNOCIÊNCIA

No final do percurso que essa Introdução resume está a cena que ensinou a cadeia argumentativa que leva a um conceito de tecnociência útil para atingir meus objetivos de professor e de integrante do segmento da comunidade de pesquisa que defende um estilo de desenvolvimento alternativo. Em particular, o de explicar para os companheiros que é possível e não conflitante com a natureza de sua atividade profissional ensinar, pesquisar e desenvolver uma tecnociência coerente com o estilo que desejam viabilizar.

O conceito deveria, em primeiro lugar, dar conta das características da tecnociência existente numa sociedade como a nossa e das motivações (valores e interesses) dos envolvidos com sua geração. Ou seja, que trouxesse incorporados os elementos que fazem com que um ator social tente modificar um processo de trabalho para melhor atender aos seus interesses. O que me levou a empregar uma abordagem marxista, uma vez que ela, mais do que outras que conheço, me parecia poder proporcionar um guia adequado para a elaboração do conceito.

Em segundo lugar, era necessário que o conceito servisse ao propósito de formular um conceito de tecnologia social que evitasse a dubiedade daquele comumente empregado no âmbito dos movimentos sociais, das ONGs e dos órgãos de governo envolvidos com a economia solidária e possa contribuir para aumentar a eficácia de suas ações.

A seguir, inicio adotando um procedimento passo a passo, a apresentação do conceito a que cheguei. O primeiro deles é o de entender a tecnociência como a decorrência cognitiva da ação de um ator social sobre um processo de trabalho no qual, em geral, atuam também outros atores sociais que se relacionam com artefatos tecnológicos, visando, também em geral, à produção de bens e serviços. A expressão decorrência é empregada para ressaltar a noção de que o conhecimento tecnocientífico é uma consequência de uma tentativa – quando bem-sucedida – de um ator social alterar um processo de trabalho para alcançar algum objetivo seu. Esse conhecimento, portanto, não é (ou não costuma ser) algo sabido *a priori*, *ex-ante*, que é aplicado ou empregado para tanto. Seu estatuto de tecnociência deriva justamente

de um fato que ocorre a *posteriori*, o de que essa tentativa permitiu alcançar o objetivo do ator que alterou o processo de trabalho.

Levando em conta a forma de propriedade dos meios de produção envolvidos no processo de trabalho, é possível adicionar dois aspectos mais. O primeiro, deriva do fato de que somente se o ator for o proprietário dos meios de produção ele poderá ter o controle sobre o processo de trabalho necessário para alterá-lo. O segundo aspecto é que é essa propriedade que garante que o resultado material dessa alteração possa ser por ele apropriada.

É então possível ampliar o conceito dizendo que tecnociência é a decorrência cognitiva da ação de um ator sobre um processo de trabalho que ele controla e permite uma modificação (qualitativa ou quantitativa) no produto gerado (no sentido genérico de *output*) passível de ser apropriada segundo o seu interesse.

Para avançar na formulação do conceito, busquei apoiar-me na caracterização de um caso bem conhecido: o da tecnociência capitalista. Ela seria a decorrência cognitiva da ação do capitalista sobre um processo de trabalho que permite um aumento do valor de troca do produto (ou da produção) gerado passível de ser por ele apropriado (sob a forma de mais-valia relativa). Aumento esse que pode ser em termos de quantidade (tecnologia de processo) ou de qualidade (tecnologia de produto).

Bens e serviços produzidos para serem usados por indivíduos que produzem outros bens e serviços no âmbito de relações sociais de produção adquirem, no capitalismo, um valor que transcende a satisfação que seu uso possibilita. Seu valor de troca, formado mediante um processo de produção capitalista pela soma dos materiais empregados, pelo salário pago e pelo lucro do empresário, é aquele em torno do qual irá flutuar seu preço efetivamente realizado no mercado.

E é para diminuir o tempo durante o qual o trabalhador direto “retribui” com o trabalho que realiza o salário que recebe, que o capitalista, ao alterar o processo de trabalho, vai gerando, tentativamente, o conhecimento tecnocientífico. A coerção no capitalismo é exercida através do mercado de trabalho caracterizado pela existência de um grande contingente de desempregados (o “exército industrial de reserva”) que se traduz em constante pressão sobre os trabalhadores

para que aceitem as condições impostas pelos capitalistas. Esse tipo de coerção, embora muito efetiva, é mais sutil do que aquela existente em sistemas econômicos prévios; o que faz com que ela tenda a ser percebida como natural e inevitável.

É importante ressaltar que isso tudo (a propriedade privada dos meios de produção, a extração de mais-valia, a apropriação do excedente) é garantido pela ordem capitalista e legitimado pelo sistema de dominação ideológica que dela emana e que naturaliza as formas de contratação e subordinação do trabalhador direto. E, também, viabilizado continuamente no plano financeiro pela ampla gama de subsídios que o Estado proporciona à acumulação de capital. Ao contribuir para obscurecer o caráter moralmente questionável do comportamento do capitalista e o consentimento da classe trabalhadora que é a contrapartida necessária para a construção da sua hegemonia (ideológica) e do próprio capitalismo, o Estado confere legitimidade a essa específica forma de geração de conhecimento tecnocientífico.

Abstraindo a situação especificamente capitalista e deslocando o foco para uma hipotética situação genérica é possível distinguir três espaços em que está inserido o ator social que atua sobre o processo de trabalho: o da produção propriamente dita, o do contrato social e do contexto socioeconômico. Entendendo-os heurísticamente como condicionados na ordem inversa, levando em conta os atributos que assumem em cada uma das situações que interessa abordar – capitalismo ou economia solidária –, eles explicam as características da tecnociência – capitalista ou tecnologia social – associada a elas.

No espaço da produção, que pode ser entendido como aquele em que transcorre o processo de trabalho, convivem dois elementos aparentemente antagônicos. O primeiro e mais importante é o controle. Entendido como a habilidade relativa ao uso de um conhecimento intangível ou incorporado a artefatos tecnológicos, ele é uma característica inerente a qualquer processo de trabalho, qualquer que seja o modo de produção em que ocorra. O segundo é o de cooperação, entendido como associado ao ato de agir em conjunto com outro, visando a um benefício percebido como mútuo, verificado em processos de trabalho grupais.

O espaço do contrato social possui a coerção (ato de compelir alguém a uma ação ou escolha diretamente ou por meio de mecanismos

ideológicos) como elemento essencial. Esse espaço, tal como antes exemplificado para o caso do capitalismo, está condicionado pelo conjunto dos órgãos do Estado que aparecem como *loci* privilegiados de legitimação e naturalização de um dado contexto socioeconômico.

É no terceiro espaço do contexto socioeconômico que se encontra o elemento que condiciona ao longo do tempo histórico ou os outros dois: a forma de propriedade dos meios de produção ou do trabalho morto, que nos processos de trabalho grupais pode assumir a forma coletiva ou privada. Nesse caso, pode resultar na venda de força de trabalho, ou trabalho vivo, que caracteriza o capitalismo.

Usando esses três espaços e quatro elementos – do contexto socioeconômico (propriedade dos meios de produção), do contrato social (coerção) e da produção (controle e cooperação) –, e recolocando o capitalismo no foco é possível ir um passo adiante.

A forma de propriedade privada dos meios de produção, apesar de ser um aspecto mais do que central, definidor do capitalismo (juntamente com seu corolário, a compra e venda da força de trabalho), não é a responsável direta pelas características da tecnociência capitalista. Por ser algo exógeno ao espaço produtivo, ela não é capaz de determinar univocamente os elementos controle e cooperação que ali sobrevivem e que caracterizam a tecnociência capitalista. Isso fica claro quando comparamos os modos de produção escravista ou feudal com o capitalista. Em todos eles, a propriedade dos meios de produção é privada. Não obstante, o modo como se desenvolve o processo de trabalho no espaço produtivo é consideravelmente diferente. Entre outras coisas, e principalmente pela impossibilidade de existir no capitalismo um tipo de coerção – a violência física – que os contratos sociais correspondentes (sobretudo o do escravismo) possibilitaram.

O que explicaria os atributos atinentes aos elementos controle e cooperação do espaço da produção, que é um dos espaços que define as características da tecnociência gerada em cada situação (ou modo de produção) específica, seria a relação Estado e sociedade ou o contrato social que envolve esse espaço. Existiria, então, uma mediação – o tipo de coerção admitido pelo contrato social que essa relação estabelece e legitima – no condicionamento que exercem, em última instância, as relações sociais de produção.

A categoria de mediação entre o elemento forma de propriedade (adstrito ao contexto socioeconômico) e os elementos controle e cooperação (adstritos ao espaço da produção) seria o elemento coerção (adstrito ao contrato social), que seria também responsável pela determinação das características da tecnociência.

A propriedade privada dos meios de produção que assegura o controle do processo de trabalho implica uma forma de cooperação que influencia a geração e utilização da tecnociência capitalista. O que faz com que ela guarde consigo atributos impostos por esse tipo de controle e cooperação mesmo quando deixe de existir aquele elemento exógeno: a propriedade privada dos meios de produção.

Um resultado importante dessa tentativa de entender as especificidades da tecnociência capitalista é a proposição de que aquilo que caracteriza a tecnociência capitalista não é apenas a propriedade privada dos meios de produção, mas o tipo de controle e cooperação que esta determina ou faculta e que ficam impregnados na tecnociência. O fenômeno de histerese que isso pode originar é observável em fábricas recuperadas pelos seus trabalhadores (quando já não existe a propriedade privada dos meios de produção), que tendem a manter as características tecnocientíficas, ou tecnológicas, vigentes no processo de trabalho que nelas ocorre.

Esse conjunto de considerações permite conceituar a tecnociência capitalista como a decorrência cognitiva da ação do capitalista sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade privada dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima um tipo de coerção que se estabelece por meio do mercado de trabalho e pela superestrutura político-ideológica mantida pelo Estado uma coerção ideológica por meio do Estado capitalista) que ensejam, no espaço produtivo, um controle (imposto e assimétrico) e uma cooperação (de tipo taylorista ou toyotista), permite uma modificação no produto gerado passível de ser por ele apropriada.

Depois de considerar esses aspectos, é possível, adicionando mais um componente aos já citados, chegar ao conceito genérico de tecnociência. Ela é a decorrência cognitiva da ação de um ator sobre um processo de trabalho que ele controla. E que, em função das características do contexto socioeconômico, do acordo social e do

espaço produtivo em que ele atua, permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo o seu interesse.

Apresentado o conceito genérico de tecnologia, é interessante retornar àquele que critiquei inicialmente para mostrar a conveniência de sua adoção. Despido do conteúdo mais apologético ali explicitado, o conceito de tecnologia aparece na literatura especializada como a capacidade originada pela aplicação prática de conhecimento, métodos, materiais, ferramentas, máquinas e processos para combinar recursos visando a produzir produtos desejados de modo mais rápido ou em maior quantidade ou ainda proporcionando um produto mais barato e com maior qualidade.

Como o leitor pode constatar, o conceito aqui proposto se diferencia do usual em vários aspectos. Em primeiro lugar porque o usual não se refere ao ator que modifica o processo de trabalho (e que está interessado em beneficiar-se desta ação) e, por isso, não aclara que se ele não o controla (no sentido “técnico”, do espaço produtivo) não haverá como efetivar qualquer mudança que possa resultar em conhecimento tecnocientífico; por mais interessante, novo, atrativo, ou “científico” que ele possa vir a ser.

Em segundo, porque o conceito usual supõe que qualquer mudança no processo de trabalho que permita aumentar a quantidade de produto gerado durante o tempo a ele dedicado poderá ser realizada pelo ator que controla o processo de trabalho, enquanto que o que o conceito que aqui se propõe coloca em evidência o fato óbvio de que isso só irá ocorrer se o ator tiver alguma garantia de que a produção resultante venha a ser dividida de acordo com seu interesse.

Em terceiro, porque chama a atenção que essa possibilidade é facultada por um acordo social que legitima uma certa forma de propriedade e de relação de exploração. E que se esse acordo deixar de existir, ou se sua manutenção se encontrar ameaçada, ainda que o ator siga controlando o processo de trabalho, ele não fará qualquer alteração. Em quarto lugar porque exclui a possibilidade de que um ator que não controla o processo de trabalho – o trabalhador ou o produtor direto, no caso da economia capitalista – venha a modificá-lo, uma vez que a ação concreta, independentemente de sua intenção, não pode ser tomada por ele.

É fácil perceber, comparando os dois conceitos, que o usual, por omissão, abstrai, naturalizando o contexto capitalista que o envolve e dá sentido. Essa característica, como é bem sabido, é comum a muitos outros conceitos das ciências sociais e também das ciências duras que, por terem sido definidos sob a égide do capitalismo, não fazem a ele referência. E, nessa medida, propositalmente ou não, emprestam a eles um estatuto de universalidade e atemporalidade que mascara seu caráter de construções históricas, social e politicamente determinadas.

Esse aspecto torna evidente que uma tecnociência alternativa só poderá emergir em ambientes em que existam valores e interesses coerentes com um estilo de desenvolvimento alternativo; que são por extensão contra-hegemônicos aos dominantes naqueles ambientes onde é gerada a tecnociência capitalista.

Para que isso ocorra deve existir, ainda que limitada e circundada por um contexto em que vigore a propriedade privada dos meios de produção, uma outra forma (estatal, típica do socialismo “real” ou a coletiva, característica da economia solidária).

Assim, embora a propriedade coletiva dos meios de produção seja uma condição genérica para um estilo de desenvolvimento alternativo, é plausível conceber uma situação prévia (que pode ser tão duradoura quanto aquela dos séculos que tardou a transição do feudalismo para o capitalismo) onde esses ambientes possam existir e prosperar. Eles dificilmente serão aqueles situados nas empresas privadas.

SOBRE O CONCEITO DE TECNOLOGIA SOCIAL

Início este texto relatando minha insatisfação, como professor, com os conceitos de ciência e tecnologia usualmente utilizados e mostro como ela levou à concepção de um conceito de tecnociência alternativo, de natureza genérica que procura dar conta dos aspectos socioeconômicos e políticos que condicionam sua geração no âmbito de ambientes (no limite, modos de produção) distintos, como o da economia solidária.

Esta seção apresenta um conceito de tecnologia social formulado a partir da especificação daquele conceito genérico para esse ambiente.

Embora, a rigor, ele devesse ser nomeado como tecnociência social, no qual a expressão social apareceria como uma oposição à capitalista, ele é aqui referido como tecnologia social. Isso se deve à conveniência de seguir debatendo no âmbito do movimento da tecnologia social, com uma perspectiva acadêmica, os aspectos conceituais e metodológicos necessários para aumentar sua eficácia.

Esse debate parece ser indispensável para recuperar o arranjo institucional resultante da entrada desse movimento na agenda governamental ocorrida em meados da década de 2000. Nele se tinha a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES organizando os empreendimentos solidários; a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS no MCTI apoiando o desenvolvimento de TS; a rede de ITCPs atraindo professores e alunos para materializar, no âmbito universitário, esses dois movimentos; o Banco do Brasil viabilizando o acesso ao crédito; a Caixa Econômica e o BNDES azeitando a alocação junto à ES o poder de compra do Estado. Esse arranjo foi perdendo força em função da baixa adesão das lideranças da esquerda, responsáveis pela elaboração das políticas públicas neodesenvolvimentista, ao que tenho chamado da “dobradinha” economia solidária – tecnologia social.

A dificuldade de promover um giro analítico-conceitual que explicitasse a falácia da noção de derrame que propugna que o crescimento econômico, baseado na lucratividade das empresas, leva ao desenvolvimento, fez com que essas lideranças seguissem tentando implementar a política neodesenvolvimentista. Somou-se a essa dificuldade o fato de que a explicação de matriz keynesiana parecia estar mostrando que a distribuição de renda causada pela expansão da previdência, o aumento do salário mínimo (e dos que são nele indexados), os programas compensatórios, sem falar no impulso proporcionado pelo boom das commodities, era capaz de materializar essa política e viabilizar estratégia do “emprego e salário”. Foi perdendo força a estratégia do “trabalho e renda” apoiada na “dobradinha” ES-TS e naquele arranjo institucional. Além de estar longe de pretender ser excludente em relação à outra, ela teve que enfrentar obstáculos à sua implementação. Na verdade, ela necessitava ser fortalecida no âmbito da agenda governamental, inclusive pela sua originalidade e incipiência como política pública.

O fato é que, antes que finalizasse a década de 2000, aquele arranjo já estava desarticulado e pouco se fez para apoiar aquela estratégia.

O que ocorreu até 2014 parecia estar mostrando que o neodesenvolvimentismo podia cumprir, pelo menos no campo estritamente econômico, os objetivos ideológicos e políticos daquelas lideranças. Ainda que nos campos da conscientização, mobilização, participação e empoderamento do movimento social se tenha caminhado muito pouco, fato é que, como muitas delas vieram a reconhecer, foi um dos obstáculos que impediram uma reação ao golpe de 2016, sendo praticamente abandonada.

O momento atual está mostrando que, muito mais do que em meados dos anos de 2000, é hoje remota a possibilidade de que os empresários, que são responsáveis por 90% do investimento brasileiro, venham a ser convencidos a participar de uma tentativa de reedição da estratégia do “emprego e salário”. O que explicita a necessidade de aprofundar o debate conceitual acerca da estratégia e “trabalho e renda”. O que me faz, retomando o fio da meada, seguir com a tentativa de formular um conceito de tecnologia social mais eficaz para a sua implementação.

Distinto do comumente empregado, ele pretende cumprir com o prometido no título deste texto, de ser mais aderente aos objetivos dos envolvidos com a economia solidária. Quando aludo ao conceito de tecnologia social comumente empregado, estou fazendo referência àqueles cunhados por organizações envolvidas com o tema e que são reiteradamente citados em documentos de diversas naturezas; inclusive em trabalhos acadêmicos.

O mais conhecido é provavelmente o da Fundação Banco do Brasil, que foi adotado pela Rede de Tecnologia Social quando de sua criação: “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”¹.

Não por acaso, ele é muito semelhante ao do Instituto de Tecnologia Social, que define tecnologia social como o “Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas

¹ <<http://www.tecnologiasocial.org.br/tecnologiasocial/o-que-e-tecnologia-social/o-que-e-tecnologia-social.htm>>.

na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL, 2004).

A Wikipédia reúne os dois conceitos: “Considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado”.

O conceito subentende que existe um ator, que não é especificado, mas que seria distinto da “população” ou “comunidade”, que seria responsável pela “aplicação” de algo que não é indicado, mas que se pode supor que seja um conhecimento distinto daquele que ela possui, para gerar, em interação com ela, soluções (“produto, método, processo ou técnica”) a ela adequadas. Esse ator não nomeado só poderia ser aquele especializado em produzir o conhecimento baseado na compreensão de como funcionam a natureza, os homens e as sociedades e capaz de fazer com que ocorra a produção de bens e serviços pela “população” ou “comunidade”. Ou seja, esse ator não nomeado é a comunidade científica ou o que tenho preferido denominar de comunidade de pesquisa. Como o conceito não indica qual seria o fundamento cognitivo dessa criação/desenvolvimento/aplicação, parece legítimo inferir que ele seria o resultado, uma composição ou uma mistura da ciência com o saber oriundo da experiência “população” ou “comunidade”, empírico ou popular.

A TS seria, então, uma forma de aplicação da ciência diferente da usual, “desenvolvida na interação com a comunidade” e orientada para a “transformação social”. O que implica que o resultado desse processo de desenvolvimento – a TS – seria, então, quase que por oposição ou negação, distinto da tecnologia convencional e evitaria suas implicações nocivas. Ou seja, o fato da aplicação da ciência ocorrer na “interação com a comunidade” alavancaria a “transformação social”.

Para contextualizar o que pensam os que defendem esse conceito de TS, é útil a taxonomia proposta por Andrew Feenberg (2012) para caracterizar o modo como a tecnologia – que é o seu foco analisar – pode ser percebida por distintos atores sociais. Como se mostra em seguida, estendendo sua análise ao campo da tecnociência, é possível

utilizar as quatro concepções que propõe para melhor entender a crítica que faço àquele conceito de TS.

A primeira dessas concepções, a Instrumentalista, oferece uma fundamentação apropriada para esse conceito. Ela supõe, em consonância com o otimismo liberal, positivista e moderno no progresso, que a tecnologia, resultante de uma busca pela verdade e pela eficiência é neutra. E que, em consequência, submetida ao controle externo e a *posteriori* da ética, pode ser usada para satisfazer infinitas necessidades da “sociedade”.

Pode também servir de fundamento a concepção Determinista, proposta pelo Marxismo convencional. Mantendo a crença na neutralidade da tecnologia, ela incorpora noção de que seu desenvolvimento ocorre mediante exigências de eficiência e progresso que ela própria estabelece. Apesar das profundas divergências ideológicas que possui com o liberalismo, o Marxismo convencional aceita também a ideia da neutralidade. Assim, embora atribua ao desenvolvimento as forças produtivas, no capitalismo, ao interesse do capitalista em elevar a produtividade do trabalho passível de ser apropriada por ele, dado que garantida pela propriedade privada dos meios de produção, esta concepção entende que, dado que é linear e inexorável, este desenvolvimento era o responsável, no longo prazo, pela mudança dos modos de produção. Dessa forma, sua sucessiva tensão com as relações sociais de produção (escravistas, feudais, capitalistas, socialistas) levaria ao modo de produção comunista. Não seria, então, o controle pela via da ética, como propõe a concepção Instrumentalista, mas a revolução socialista que permitiria que a mesma tecnologia que hoje oprime, por ser neutra, amanhã, quando “apropriada” pela classe trabalhadora, poderia ser apropriada por ela e usada para construir o socialismo.

A terceira concepção formulada por Feenberg, do Substantivismo, nega a ideia da neutralidade, mas conserva a do determinismo: valores e interesses capitalistas incorporados na produção da tecnologia condicionam a tal ponto sua dinâmica que impedem seu uso em projetos políticos alternativos. Esta concepção é por princípio negada pelo movimento da TS, uma vez que sua aceitação implicaria a virtual impossibilidade de seu desenvolvimento.

A quarta concepção, que ele denomina Teoria Crítica, nega a ideia da neutralidade, discordando, portanto, do Instrumentalismo e do Determinismo, uma vez que a tecnologia seria portadora de valores. Mas não aceita a ideia do Substantivismo, de que os valores capitalistas lhe conferem características que impedem a mudança social. Esta concepção considera, como faz o Instrumentalismo, que a tecnologia pode ser controlada, negando, por isso, o Determinismo.

É baseado nessa sua quarta concepção, e nas considerações a respeito da conveniência de utilizar a categoria de tecnociência em substituição às de ciência e de tecnologia, que eu formulo a concepção da Adequação Sociotécnica. Eu a enuncio como sendo uma postura engajada e otimista: a tecnociência é construção social; pode ser reprojetaada mediante a politização e internalização de valores e interesses alternativos nas instituições onde é produzida: pluralidade, controle democrático interno e a *priori* (DAGNINO, 2008).

A taxonomia de Feenberg, a concepção da Adequação Sociotécnica que desenvolvo em Dagnino (2014) e a proposição que ela traz embutida permitem particularizar o conceito genérico de tecnociência para chegar ao de tecnologia social (ou, mais precisamente, de tecnociência social).

TS é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado, cujo ganho material pode ser apropriado segundo à decisão do coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo de fundamentar a estratégia do “trabalho e renda” de modo a aumentar sua capacidade de confrontar a do “emprego e salário”, esta seção visa a precisar alguns pontos concernentes à “dobradinha” ES-TS.

Começo indicando que não uso o termo “inovação social”, que vem sendo empregado, sem que seja definido e sem que se estabeleça em que ele se diferencia daquele de TS, uma vez que inovação é um conceito mais restrito que o de tecnologia ou de tecnociência e que é especificamente adscrito ao ambiente empresarial.

E que, tampouco, falo em tecnologias sociais, no plural, dado que quero ressaltar que não é colecionando iniciativas pontuais de desenvolvimento de tecnologias aderentes ao propósito da TS que vamos chegar a um modo de conceber tecnologia alternativa àquele que satisfaz os valores e interesses do capital. Prefiro, por isso, o singular, para acentuar que se trata de um conceito idealizado para servir de guia para a ação. Mais do que isso, que se trata de uma nova postura frente à relação entre a tecnociência e a sociedade. Isso porque é a atividade de produção de bens e serviços hoje monopolizada pelas empresas, e que no capitalismo gera valor mediante à extração de mais-valia, a que deve ser crescentemente realizada por empreendimentos que incluam os marginalizados da Economia Formal na Economia Solidária. É ela que, quando realizada nos empreendimentos solidários, pode proporcionar ao Estado uma parcela crescente dos bens e serviços (rodovias, eletricidade, saneamento, educação, saúde) que ele hoje compra das empresas (18% do PIB) para implementar as políticas públicas e entregá-los à população em troca do imposto que paga.

A intenção de romper com o maniqueísmo do conceito usual de TS concebido por negação ao da tecnologia convencional foi o que levou à proposição de um conceito de tecnologia social derivado da especificação do conceito – genérico – de tecnociência capaz de evitar a dubiedade daquele comumente empregado no âmbito dos movimentos sociais envolvidos com a economia solidária e de aumentar a eficácia de suas ações.

Um último ponto, que a esta altura é quase óbvia, mas que é importante enfatizar, e que se depreende do que aqui se elaborou, é que parece ingênua e inócua a postura daqueles que, por criticarem a ideia de neutralidade da tecnociência capitalista, almejam uma outra que, esta sim, seja neutra e verdadeira. E que, em consequência, pretendem que os envolvidos com as atividades de pesquisa em instituições públicas se esforcem – reativamente – para não permitir que elas

sejam “contaminadas” com os interesses privados. A postura que aqui se propõe é, ao contrário, francamente proativa. Coerentemente com a concepção da Adequação Sociotécnica, o que se propõe é a “contaminação” dos espaços onde habitam os que defendem um estilo alternativo de desenvolvimento com os valores e interesses dos atores sociais dos que serão os mais beneficiados com sua implementação. O que implica uma atividade de conscientização “para dentro” dessas instituições públicas de maneira a ir ampliando esses espaços e nelas disputar a hegemonia que levará à sua reorientação.

Finalmente, para concretizar um pouco mais o conceito aqui proposto, convém indicar seis características da TS:

1. seu foco são os segmentos sociais e econômicos, referidos pela expressão economia informal e que são “candidatos” a integrar a economia solidária, na qual a tecnologia convencional (ou capitalista) das empresas tem-se mostrado crescentemente incapaz, no mundo inteiro e principalmente na periferia do capitalismo, de inclui-los na economia formal, gerando emprego, distribuindo renda e promovendo desenvolvimento sustentável.
2. é orientada para a viabilização de uma estratégia de geração de trabalho e renda (por oposição à de emprego e salário, nas empresas) mediante a produção – autogestionária e realizada por empreendimentos solidários caracterizados pela propriedade coletiva dos meios de produção – de bens e serviços destinados tanto ao consumo final das comunidades em que estão localizados esses empreendimentos e dos cidadãos que podem ter acesso a seus produtos mediante o poder de compra do Estado, quanto ao consumo produtivo em cadeias por eles formadas.
3. é desenvolvida com a participação ativa, desde a sua concepção, de quem a necessita e vai usá-la; o que conduz a alternativas tecnocientíficas – *a priori*, por construção – sociotecnicamente adequadas à produção de bens e serviços que interessam a esses atores.
4. é reaplicável de modo autônomo, com baixa demanda econômica e impacto ambiental por esses atores; os quais,

por não possuírem elevada “qualificação” formal, participam de sua concepção a partir do saber ancestral – em processo de extinção, há que lembrar – que ainda detêm, dos conhecimentos, habilidades e hábitos originados pela sua própria condição de exclusão.

5. incorpora as dimensões de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental e o crescente empuxo de participação social, com criatividade, originalidade, autonomia e soberania, mediante a provável e cuidadosa exploração da fronteira do conhecimento tecnocientífico mundial.
6. por exigir a participação da comunidade de pesquisa no seu desenvolvimento e na Adequação Sociotécnica das tecnologias convencionais incompatíveis com os valores e interesses da Economia Solidária, dela demandará a compreensão da Tecnociência como uma construção social e política e a rejeição do mito da Neutralidade e do Determinismo.

Encerro reiterando aos colegas que já se empenham em gerar e difundir conhecimento para o público que os mantém, mas que, de modo ainda pouco refletido, motorizam a dinâmica tecnocientífica capitalista, que se animem a misturar seu potencial cognitivo com o dos diretamente envolvidos com a produção de bens e serviços em empreendimentos onde a propriedade dos meios de produção é coletiva.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. **Labor and Monopoly Capital**: The Degradation of Work in the Twentieth Century. New York: Monthly Review Press. 1974.

CLASTRES, Pierre. La sociedad contra el Estado (1974). Disponível em: <https://anarkobiblioteca3.files.wordpress.com/2016/08/la_sociedad_contra_el_estado_-_pierre_clastres.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Editora Insular, 2014.

FEENBERG, Andrew. **Transformar la tecnología**. Una nueva visita a la teoría crítica. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

ITS BRASIL. **Caderno de Debate** – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS, 2004: 26.

MARGLIN, Stephen. “What do bosses really do?”. **The Journal of Economic History**. 46 (3): 585-623. 1986.

NÚÑEZ, Jorge. **La ciencia y la tecnología como procesos sociales**. Ciudad de la Habana: Editorial Félix Varela. 1999.

O potencial da práxis transformadora na extensão universitária num país em contexto de fratura social exposta

Pedro Ivan Christoffoli
Cristina Sturmer dos Santos

O PAPEL DA UNIVERSIDADE no desenvolvimento é um tema amplamente debatido no campo científico e teórico. A questão é para qual desenvolvimento e a quem ele estaria beneficiando. Diante das problemáticas de desenvolvimento de um país de capitalismo tardio e dependente, a universidade brasileira assumiu um papel histórico de formação de profissionais que pouco contribui com o desenvolvimento científico do país e se coloca em um distanciamento estratégico do entorno onde se localiza (FERNANDES, 1979).

No período recente (2003-2016) ocorre uma expressiva ampliação das instituições de ensino superior federal, das políticas públicas de financiamento estudantil e de acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior, principalmente via cotas raciais e sociais.

Porém, as características estruturais da universidade não se alteraram e absorvem novos elementos fruto do acirramento da luta de classes, que se expressam no golpe de 2016 e nas consecutivas perdas de direitos dos trabalhadores. As relações de poder dentro das universidades transparecem, em certa medida, as disputas que ocorrem fora dela, visualizando-se o fortalecimento do

conservadorismo e ataques a instituições que procuram realizar aproximações e interações com movimentos sociais, grupos politizados e críticos à ordem vigente ou setores progressistas das suas respectivas comunidades regionais.

Dado esse cenário, o capital movimenta-se no sentido de manter a dominação sobre a educação para que cumpra sua função histórica, subserviente ao capital e à produção de conhecimento apropriável pelas empresas. Mantém-se uma pedagogia bancária que desconsidera em suas práticas cotidianas a extensão universitária, seja como ferramenta metodológica para produção do conhecimento, seja para qualificação da formação acadêmica.

Nesse sentido, o objetivo desse texto é discutir como a extensão poderia representar um elemento fundamental para avançar na formação qualificada de quadros nas universidades e na geração de conhecimentos voltados a uma outra perspectiva societária, a de formação de sujeitos autônomos, conscientes da realidade atual, e sua inserção nos processos locais-regionais de transformação social.

O texto se organiza em seções que discutem questões gerais acerca do como se deu a construção de uma universidade elitista, isolada da sociedade, e de concepção bancária, que temos hoje; as movimentações de cercamento e domesticação do capital em torno desse modelo educacional; e as resistências ao mesmo. Finalmente, busca-se traçar reflexões, a partir da experiência do Núcleo de Estudos em Cooperação – NECOOP, sobre a extensão como potencial elemento articulador e qualificador dos processos de formação universitária numa perspectiva de inserção e transformação social.

A TENTATIVA DO CAPITAL EM DIRECIONAR E CAPTURAR O CONHECIMENTO GERADO NAS UNIVERSIDADES

As primeiras universidades do ocidente datam do século XIII e se dedicavam principalmente ao ensino religioso. Os mosteiros e conventos foram espaços de formação e estudos voltados à religião, mas não só. A formação da elite se dava em parte nessas instituições, e em parte através do ensino doméstico via tutores particulares. No período colonial, na América Latina, foram fundadas universidades no Peru

e no México. Não no Brasil! A coroa portuguesa evitava, a qualquer custo, até mesmo a instalação de aparatos de imprensa, para evitar a disseminação do pensamento autóctone e autônomo, na colônia.

O sistema de educação moderno foi construído basicamente a partir da revolução industrial na Europa, com a necessidade crescente das empresas industriais capitalistas de preparar e adestrar operários à sua disciplina laboral. No entanto, a concepção de modelo de ensino público como se conhece já é ensaiado desde o século XVII, por Comenius, Rousseau e Descartes, dentre outros (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2007). Inicialmente, as escolas surgem na Inglaterra, berço da revolução industrial do século XVIII, como escolas paroquiais para órfãos, e depois para os filhos dos operários fabris, nas quais permaneciam até a idade apta para o trabalho operário. O sistema de ensino originalmente defendido como método para formar seres humanos bons (ROUSSEAU apud PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2007) passa gradualmente a ser um modo de adestramento dos trabalhadores aos ditames do capital.

A partir do século XIX a organização das instituições públicas de ensino promoveu a transmissão da ideologia da sociedade burguesa, essa ideologia pode ser observada nos conteúdos escolares, que visavam o aprimoramento do trabalhador. No Brasil, a organização das instituições públicas mostrou-se ligada a cópia de métodos de países europeus sempre valorizando os pressupostos burgueses (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2007, p. 17).

Há, posteriormente, movimentos de renovação das instituições universitárias por todo o mundo. Na América Latina o movimento mais relevante e que sacudiu as universidades da região foi o da Universidade de Córdoba, na Argentina. O movimento democratizante, comandado por estudantes de classe média urbana, reivindicava que estudantes pudessem participar da gestão da universidade, que os docentes tivessem livre direito de cátedra e que a universidade cumprisse um papel social para fora de seus muros, com a extensão (ANDES-SN, 2017). Apesar de radical e inovador, esse movimento não tinha extração popular, sendo mais uma ponta de lança dos setores médios, buscando conquistar espaços de poder numa sociedade latino-americana ainda

agrária. Contudo, essa proposta ainda é avançada em relação ao que se tem nas universidades atualmente, especialmente no Brasil.

O esforço recente do capital, no tocante às universidades, vem em dois sentidos principais: a) a desqualificação das universidades públicas, no sentido de serem caras e ineficientes; e b) a sua incapacidade de se ligar ao setor produtivo (leia-se subordinar-se ainda mais diretamente aos ditames das empresas capitalistas) produzindo pesquisas básicas e aplicadas, inovações e capacitação voltadas aos interesses diretos do capital dominante.

Com o crescimento recente dos grupos educacionais capitalistas e sua consolidação em conglomerados do conhecimento voltados ao setor de educação superior e médio, essa ofensiva discursiva parte de um instrumento histórico do capital – o Banco Mundial – BM. Técnicos obscuros do BM manipulam dados e estatísticas duvidosas para brandir a mesma cantilena histórica de sempre: ineficiência, custos elevados, baixa produtividade, escassa vinculação com o setor produtivo. E apresentar sempre a mesma saída: privatização, liberalização, repasse dos recursos do fundo público para a iniciativa privada, submissão total da universidade ao mercado.

Como essa ofensiva chegou fundo na educação superior no Brasil, o foco voltou-se ao ensino médio. Assim, o assalto aos fundos públicos das prefeituras, através de programas privados de formação de alunos e professores do ensino fundamental municipal¹, avança largamente.

¹ O grupo Positivo faturou, em 2016, R\$ 974,5 milhões. Tem três escolas próprias, uma universidade, emprega 4.200 funcionários e vende material didático a 2.600 instituições conveniadas. Adotando uma estratégia atingir o maior número possível de alunos, a preços acessíveis. Esse modelo foi seguido por grupos como Objetivo, Pitágoras e COC (alguns destes adquiridos pelo grupo KROTON). A estratégia é manter uma pequena parte das escolas próprias e buscar conveniar com outras instituições, públicas e privadas, para uso do material pedagógico, da marca da rede e de ter professores treinados. Os produtos do grupo são a metodologia de ensino, a venda de materiais (especialmente cartilhas) e a padronização do método educativo. Mais informações: CANÇADO, P. A Escola de R\$ 1 bilhão. **Revista Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EDR73320-6012,00.html>>; Acesso em: 15 maio 2018; e SANT'ANA, J. Grupo Positivo, prestes a entrar para o 'clube do bilhão', sai às compras de colégios e universidades. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/grupo-positivo-prestes-a-entrar-para-o-clube-do-bilhao-sai-as-compras-de-colegios-e-universidades-cezxxqblvanjz7d16320uc>>. Acesso em: 15 maio 2018.

No interior das universidades públicas a tentativa é de “abrir a instituição para o mercado”. Leia-se: produzir pesquisas, direcionar cursos, estabelecer acordos e contratos que possibilitem às empresas capitalistas o acesso direto ao conhecimento acumulado, aos laboratórios e à força de trabalho altamente qualificada do corpo docente e servidores técnicos. O foco é buscar aumentar o lucro e a competitividade² do setor empresarial frente à concorrência. Essa aproximação é vista como salutar pelo setor direitista da instituição, que evoca deuses e diabos quando se trata de uma aproximação, das mesmas universidades, com os movimentos sociais.

Entretanto, a universidade resiste, em parte por sua lógica autocentrada, que também dificulta se posicionar e se aproximar dos movimentos sociais. Por outro, pela resistência de setores internos arredios às investidas frequentes do capital. Isso é possível, também, por um modelo de financiamento das universidades públicas que assegura o grosso de seus gastos de manutenção através do repasse direto pelo governo federal, sobrando pouca autonomia, mas também pouca necessidade adicional de busca de fundos no mercado.

Outro espectro de resistência situa-se no polo sindical e popular presente nas universidades públicas brasileiras, ainda que com limitações teórico-organizativas, para fazer frente ao projeto do capital, sem ter ainda um projeto aglutinador e coerente para se contrapor. A falta de discussões e da construção de um projeto popular de país, com perspectivas para além do capital, fatalmente leva a sociedade a correr em círculos, muitas vezes estreitos, que comprometem a capacidade dessa massa crítica, presente nas instituições de ensino superior, de pensar alternativas societárias, nos seus mais diversos níveis de articulação.

² A parceria com as universidades e institutos de pesquisa passa a ser componente chave da estratégia capitalista de inovação. Pois, a competição intercapitalista se dá com base na contínua tendência à introdução de inovações tecnológicas que reduzam o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias e/ou que permitam a realização de lucros extraordinários de monopólio, devido à introdução de inovações patenteáveis. Nos países ricos há ainda um pesado investimento em P,D&I interno às próprias empresas. Caso raro de se verificar no Brasil, possivelmente devido à visão colonizada e falta de projeto hegemônico do capitalismo brasileiro frente aos competidores mundiais.

Nesse cenário complexo, as incubadoras e núcleos universitários se prestariam a essa condição? Quais limites e potencialidades a práxis social aponta?

O ISOLAMENTO ESTRUTURAL DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA DO SEU CONTEXTO SOCIAL E O CRESCIMENTO DO ENSINO PRIVADO

As universidades modernas cumprem um determinado papel para o desenvolvimento capitalista. São instituições que possuem um duplo caráter: o de reprodução ideológica (produção de ideias alinhadas aos interesses do capital e de intelectuais que irão assegurar os projetos hegemônicos das classes dominantes) (GRAMSCI, 1978) e o de reprodução de uma força de trabalho qualificada, necessária para a expansão e continuidade da exploração capitalista, dentro de uma vertente produtivista. Essas duas funções encontram-se imbricadas, unidas de forma sólida, e dificilmente aparecem como antagônicas ou mesmo autônomas.

Em geral, uma situação de contradição e ruptura tende a ocorrer justamente quando setores das classes socialmente subalternas têm acesso a essa instituição conservadora e promovem, desde dentro, um questionamento da sua função histórica de apoio à dominação burguesa ao conjunto da sociedade. Ou, em que um setor das classes anteriormente subordinadas ao capital promove um realinhamento, em vista dos interesses dos setores populares. Aí o discurso – intencionalmente ideológico – advogando uma postura popular pela universidade, contrária à sua histórica subserviência ao estrato social dominante, é questionado, sob os argumentos da “crítica ideologizada” e de sua suposta “desqualificação técnica” (como as falas realizadas por membros da Escola Sem Partido, Instituto Liberal, etc.).

Para se contrapor ao projeto hegemônico, em tempos de normalidade e calma, o desafio nas universidades burguesas é o de ir criando espaços de abertura para a classe trabalhadora expressar-se, formar-se e exercer seu papel de pressão pela transformação social, também dentro do espaço acadêmico. Pela ótica do enfrentamento e do antagonismo entre os projetos existentes na sociedade, assim como

em outros espaços, dentro da universidade acontecem embates que expõem os interesses das classes em disputa.

No Brasil, nas últimas décadas, vivenciou-se um processo transitório de conciliação de classes, um momento de refluxo das lutas sociais, permitindo uma coalizão governamental que viabilizou temporariamente políticas parcialmente distributivas, amparadas no crescimento econômico e na exportação de commodities agrícolas e minerais. Uma aparente calma na luta social, que possibilitou ganhos elevados para a burguesia, ao passo que trouxe avanços pontuais³ aos trabalhadores.

Esse período de *pax social*, notadamente entre os anos 2003-2016, já se desvaneceu, abandonado pela própria burguesia. E hoje a sociedade brasileira se vê novamente em fratura exposta, com os interesses antagônicos expressando-se em cada política desmontada, em cada disputa eleitoral, em cada greve ou ocupação de terras que se promova, em todo editorial que se publique.

Nos espaços das salas de aula não poderia ser diferente. A ofensiva burguesa busca agora calar a voz dos trabalhadores, num segmento que se alçou no último período como uma das linhas de enfrentamento às políticas destrutivas do tecido social, promovidas pela burguesia: as políticas de educação e formação da classe trabalhadora. O surgimento do projeto Escola Sem Partido representa a ponta de lança desse movimento, que passa também pela implantação e articulação desde fora, de organizações de quadros direitistas no interior das escolas e universidades e nas tentativas de formação de movimentos de massa de estilo fascistas, como é o caso do Movimento Brasil Livre – MBL, dentre outros. São também articulações estudantis de direita, promovendo grupos de combate fascista com base nas ideias de Von Mises, Hayek e outros ultraliberais, e financiados por bilionários brasileiros e estrangeiros⁴.

³ Importa dizer que por mais que sejam minoritários e pontuais, nem por isso esses avanços podem ser considerados pouco importantes. Ao contrário, historicamente são bastante relevantes.

⁴ COSTA, A. L. M. Quem são os irmãos Koch?. In: **Carta Capital**. 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.

Por outro lado, a postura de uma parcela dos capitalistas é a de formulação crítica à universidade brasileira e seu papel na sociedade. Essa crítica geralmente aponta para uma ineficiência no uso dos recursos, na formação excessivamente ideologizada e na insuficiente qualificação técnica dos egressos. Porém, critica também o ensino como desqualificado, passivo e pouco criativo. Tem-se aí uma questão interessante, visto que a crítica pela esquerda justamente enxerga o ensino apassivante e domesticador como resultado, como objetivo do capital frente à massa de estudantes universitários e secundaristas, formados todos os anos no Brasil.

Ou seja, há uma contradição interna entre setores da burguesia, sendo alguns mais avançados, que buscam disputar e apropriar-se do conhecimento e da criatividade dos trabalhadores, como elementos centrais de competitividade intercapitalista em nível internacional e outros, ainda presos ao estágio taylorista-fordista, que buscam apenas e tão somente o tempo de trabalho, a força bruta e continuada dos trabalhadores, conformando-se a um papel secundário na divisão internacional do trabalho.

E, se na escola pública há um terreno em disputa, no setor privado o predomínio do ensino acrítico é avassalador⁵. Os números do ensino superior mostram uma educação majoritariamente privatizada e dominada por grupos capitalistas oligopolizados. Os dados de 2016 do Censo da Educação Superior mostram que, de um total de 1.169.449 egressos de nível superior no Brasil, 922.574 (79%) foram formados em instituições privadas, e dos 215.043 que tiveram formação de tecnólogos, obtiveram-na dentro da rede privada de ensino (91% dos formados) (INEP, 2016).

Entretanto, não se pode confundir a questão real por trás dessas mudanças e ataques, da cortina de fumaça que se joga para confundir o debate. Para o Estado brasileiro, uma meta é reduzir os gastos com a educação, para poder direcioná-la ao capital financeiro. Um dos objetivos da reforma do ensino médio lançada no período pós-golpe de 2016, por exemplo, é o de promover a redução de gastos com a

⁵ Sempre com as honrosas exceções de escolas que priorizam formar parte da elite pensante e dos setores médios, que não rompem com o sistema e são fundamentais para mantê-lo funcionando no país.

educação geral da classe trabalhadora, mantendo alguns centros de excelência elitizados (em grande medida já controlados diretamente pelo capital, através do Senai, ou outras iniciativas como as dos Grupos KROTON⁶, Positivo e outros gigantes da educação privada).

Ocorre que a maioria dessas instituições privadas se mantém isoladas e apáticas às problemáticas e questões estruturais dos territórios subdesenvolvidos⁷. Para as instituições públicas de ensino básico, fundamental e médio, que são o espaço de educação formal da classe trabalhadora, se relegam estruturas sucateadas e formação deficitária, o que dificulta sobremaneira contribuir para formar sujeitos autônomos e pensar a transformação do real concreto em que se situam. E que se agrava diante da situação de vulnerabilidade em que estão imersos os estudantes e suas famílias.

Esses elementos não são disfuncionais, antes fazem parte de um mesmo projeto dominante, que (des)constroem as relações entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades. A resposta à pergunta: “por que as universidades brasileiras não desenvolvem ações significativas de extensão?” deve ser buscada na concepção de uma universidade sob controle, voltada aos interesses da burguesia e implementadas num país dependente e periférico, na organização mundial do capital (FERNANDES, 1979).

No caso brasileiro, a universidade se mantém desde o início elitista (propostas como as da Universidade Federal do Paraná – UFPR e da Universidade de São Paulo – USP por exemplo), pensada para formar exclusivamente a elite burguesa branca e os setores subservientes a ela associados (profissionais liberais, gerentes, consultores). Mais tarde, com a ditadura militar, pós 1968, e com a derrota da perspectiva popular de universidade (com o desmonte da UnB e suas propostas

⁶ O grupo KROTON, por exemplo, que após fusões passou a controlar, em 2013, 800 unidades de ensino superior (presencial e a distância) com 11 empresas diferentes e 810 escolas privadas com múltiplas sedes associadas à educação básica, tendo por trás de suas movimentações fundos de pensões como acionistas (para ver mais, consulte: ROUSSELET, F.; FARIA, G. Educação sob o Domínio do Capital Estrangeiro. **Revista Fórum**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>>. Acesso em: 25 out. 2018).

⁷ Não é o caso de grande parte das universidades comunitárias e de muitas confessionais, que ainda prezam pela inserção social e ensino crítico.

de vanguarda) e a adoção do AI-5, há um expurgo no quadro dessas instituições, entre o professorado e estudantes socialistas e democratas. Busca-se construir uma universidade de perfil tecnicista, com um discurso desenvolvimentista de Brasil potência. Entretanto, o modelo de substituição de importações, que já vem de antes do período militar, flerta com a ideia de um país forte, que necessitava da formação de quadros para erguer projetos como os da Embraer, das empresas militares, da construção das grandes obras de infraestrutura e da modernização da agricultura. Somando-se essa estratégia com a necessidade de manter alianças com o poder econômico local, oportunizou-se a criação das instituições públicas de ensino superior no país, assegurando-se ao menos uma universidade federal por estado.

Esse modelo sofre tentativa de desmonte no período neoliberal (governo Cardoso, 1995-2002), retomando a perspectiva elitista focada na manutenção de algumas poucas universidades de excelência, complementadas por “fábricas de diplomas”, de baixa qualificação, no restante do país. Tal fato fica expresso na irrelevante expansão do sistema e na alocação insuficiente de recursos, sequer para manutenção de estruturas do sistema de educação superior pública nesse período (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002). Destaca-se também a disputa da educação superior pelos grupos educacionais privados.

A ampliação do ensino público federal no período dos governos populares recentes ancora-se na perspectiva de uma nova hegemonia nacional-desenvolvimentista que, contudo, não mexeu na concepção fundamental dessa instituição conservadora e, ainda, seguiu estimulando massivamente o ensino superior privado. Mesmo com a criação e expansão das instituições federais⁸, a educação privada, no ano de 2016, representava 88% das instituições de educação superior (2.111 de 2.407 instituições) e a maioria das matrículas (INEP, 2016).

O financiamento estudantil (FIES e PROUNI), a expansão das instituições federais e as políticas de cotas sociais e raciais promoveram uma ampliação do acesso à educação superior para a classe trabalhadora.

⁸ No período de 2003 a 2010 o número de universidades federais passa de 45 para 59 e de *Campi* 148 para 274, num crescimento de 85% (WESKA et al., 2012). A interiorização também possibilitou uma expansão no país do número de municípios atendidos por universidades federais, se modificando de 114 para 272 municípios, um acréscimo de 138% (WESKA et al., 2012).

No entanto, permanecem os desafios para a inclusão de dezenas de milhões de jovens cerceados do acesso ao ensino superior e para a permanência e conclusão dos estudantes que nele ingressaram, que além de terem que conciliar estudo e trabalho, encontram-se muitos como a primeira geração da família que alcançaram o ensino superior.

Entretanto, na essência, essas modificações⁹ não realizam um rearranjo estrutural, necessário para modificar o caráter da universidade brasileira, que perpetua “estruturas arcaicas” remanescentes de sua implementação no Brasil (FERNANDES, 1979). É isso que busca-se discutir a seguir.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA À UNIVERSIDADE BANCÁRIA

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.¹⁰

Ainda que tenha havido avanços pontuais no período anterior, o estado atual do golpe institucional, perpetrado em 2016, coloca a sociedade em um novo patamar da luta de classes no país. O contexto social e político atual é claramente regressivo, sendo um dos focos de ataque justamente a figura do Patrono da Educação brasileira, Paulo Freire¹¹, apesar de seu reconhecimento internacional.

⁹ Dentre as modificações relevantes realizadas, no rumo do artigo em discussão, o Plano Nacional de Educação estabelece que, a partir de 2020, os cursos de graduação das universidades brasileiras dediquem no mínimo 10% de sua grade curricular a atividades de extensão. Fonte: BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁰ FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

¹¹ MONTESANTI, B. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>>. Acesso em: 15 maio 2018.

Reler Freire é hoje uma obrigação para repensar espaços e formas de atuação das/nas universidades. E talvez para ajudar a responder uma questão cara a esse debate: Por que a extensão é posta pelas universidades como atividade secundária? E, por que o ensino ainda é trabalhado na perspectiva bancária, conforme a crítica ainda e sempre atual de Freire? Quais as razões estruturais para isso?

Afinal, a formação de quadros técnicos, profissionais críticos e criativos não interessa ao capital? Ou há aqui, além de um preconceito, um temor de que o acercamento dos estudantes aos problemas vivenciados pela população poderia gerar outro tipo de formação, e de um comprometimento fora do seu controle? Um estudante motivado para a superação das injustiças, molhado de povo, como dizia Freire?

Nos anos 1960 vivia-se um período de efervescência. A contínua onda de crescimento econômico desatada no pós-segunda guerra, no mundo, ainda não havia arrefecido. Por outro lado, as mazelas do crescimento desmesurado pipocavam, levando boa parcela da juventude daquele período a rejeitar o modelo desenvolvimentista, desumanizador e consumista. A insatisfação crescente das classes operária e média nas sociedades ocidentais levou à eclosão das revoltas estudantis, às guerrilhas latino-americanas, à crítica pelos movimentos alternativos (Hippies e contracultura). O campesinato, pressionado e expulso do campo pela modernização agrícola, fermentava em agitação e descontentamento (expansão das ligas camponesas; criação de sindicatos de trabalhadores rurais, ocupações de latifúndios). É nesse contexto que a obra de Freire é gestada, num período de luta e convulsão social. É, num certo sentido, fruto dessa conjuntura, como foram os lampejos de uma universidade popular com os Centros Populares de Cultura, da UNE, e posteriormente a Teologia da Libertação católica, com seus padres operários e a doutrina social da igreja que inspirou um comunitarismo cristão.

Esses aspectos estruturais produziram gerações de jovens críticos ao capitalismo. O capital, por suas características, “revoluciona constantemente os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais de tal forma que ‘tudo que é sólido desmancha no ar’” (FRIGOTTO, 2016, p. 57). Constrói uma sociabilidade individualizante, ainda que contraditoriamente imersa em relações sociais de produção

cada vez mais coletivizadas e globais. Ainda conforme Duarte (2013, p. 14), “até o presente, a formação da socialidade tem significado a formação do indivíduo para uma posição no interior da divisão social do trabalho, o que implica o cerceamento da formação do indivíduo como um ser genérico”.

A evolução do processo de acumulação capitalista produz crises cíclicas, que conduzem às mobilizações contra-hegemônicas que fomentam sociabilidades coletivas. Nessas marchas e contramarchas evolui a juventude trabalhadora que frequenta as escolas e universidades. Ora predominantemente generosa, revolucionária e contestadora, ora mesquinha, individualista e conservadora.

Entretanto, com o estabelecimento do neoliberalismo e a retomada da globalização do capital, a partir dos anos 1990 se inaugura uma nova sociabilidade, que elimina as facetas civilizatórias do projeto do capitalismo. Que com as ações expansivas do capital financeiro espalha em escala global, sua face mais destruidora, perversa e concentradora. A destruição ambiental e a segregação racial contrapõem-se à livre circulação do capital e à prisão das fronteiras para os fluxos migratórios dos novos empobrecidos, pela tomada de assalto às riquezas naturais dos países pobres. Essas são as faces dessa moeda emergente construídas pelo capital.

Nessa transição, modificam-se relações sociais, alteram-se a racionalidade e o comportamento dos indivíduos, conforme as necessidades do projeto neoliberal. Junto com ele vêm ondas de conservadorismo, descrença nas instituições tradicionais e insegurança, que produzem, por exemplo, o comportamento apático e individualista de grande parcela da juventude brasileira nos últimos anos.

A insatisfação e descontentamento latentes da juventude, somados à descrença e nihilismo, estimulados pelas empresas capitalistas de comunicação social, levam os jovens a se afirmarem como antipolíticos, a buscarem o afastamento da política, o que curiosamente os leva ao fascismo (que em si é uma forma violenta e extremista de atuação política).

Logo, hoje vive-se uma situação de descontentamento amplo, porém desarticulado, não vinculado com ações de massa, como foi o caso dos anos 1980. Há um desinteresse, uma negação da ação coletiva

que tem resvalado facilmente para o fascismo, a negação política da política. Como lidar com esse cenário nas universidades? Qual o papel que os núcleos e incubadoras podem ter? Como romper com a lógica bancária das aulas? Em que os alunos ainda são considerados como recipientes passivos a serem encheidos com o conhecimento científico?

OS NÚCLEOS E INCUBADORAS COMO EXPERIÊNCIAS DE UMA PRÁXIS UNIVERSITÁRIA POPULAR E COMPROMETIDA COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática. [...] Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão.¹²

Diante desse quadro complexo é possível creditar às incubadoras e núcleos de extensão um papel emancipador e/ou catalisador de processos emancipatórios? Busca-se, aqui, trazer algumas reflexões sobre limites e potencialidades identificadas no processo, ainda recente, de construção do NECOOP, na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Se, tradicionalmente, a extensão é a “prima pobre” nas universidades, inversamente identifica-se, a partir da prática do NECOOP, que a extensão poderia ser um elemento chave para avançar na formação de alunos universitários críticos e criativos e de criar momentos definidores de projetos de vida, em particular aqueles comprometidos com a transformação social.

O contexto onde o NECOOP se gera e constrói é um território marginalizado, do ponto de vista de acumulação do capital. Que teve (e tem) seus recursos explorados, drenados, e direcionados aos centros de acumulação, colocando a região em situação de vulnerabilidade socioeconômica, criando e alimentando tensionamentos que prolongam e agudizam conflitos já históricos, principalmente de luta pela terra.

¹² FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Tais condicionantes estruturais, portanto, poderiam bloquear quaisquer possibilidades de desenvolvimento endógeno regional. Mas, Núcleos como o NECOOP, ao se vincularem organicamente aos processos de luta social, colocam a cooperação e o cooperativismo popular¹³ como uma das ferramentas possíveis de enfrentamento e de modificação da realidade vivenciada pela classe trabalhadora desse local.

O NECOOP¹⁴ foi constituído em 2012, três anos após a fundação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS¹⁵. A UFFS emerge como projeto institucional fruto de mobilizações sociais que a marcam indelevelmente, e com objetivo de promover o desenvolvimento da grande mesorregião da fronteira sul, tendo como eixos estratégicos a agroecologia e o cooperativismo como forma de superação de sua difícil condição de fronteira esquecida pelo Estado nacional. A partir da implementação efetiva da UFFS, entretanto, seu projeto e missão institucionais são postos em disputa, de maneira semelhante ao que ocorre nas demais universidades brasileiras¹⁶.

O Câmpus de Laranjeiras do Sul está inserido em um contexto social em que as contradições entre trabalhadores e burguesia se materializam na luta pela terra, pelas populações rurais (Sem Terra, quilombolas, povos indígenas, posseiros, agricultores familiares

¹³ Clodomir Santos de Moraes, professor universitário e antiga liderança das Ligas Camponesas, já falecido, afirmava serem necessários dois tipos de organizações num processo de enfrentamento social: as organizações de transformação social e as de consolidação social. As de transformação seriam os partidos e movimentos com perspectiva revolucionária e transformadora. As de consolidação social seriam organizações voltadas a assegurar melhoria nas condições de vida das pessoas, de forma organizada e articulada com as primeiras. A perspectiva afirmada nesse texto vai nessa segunda direção, referindo-se ao cooperativismo popular.

¹⁴ O NECOOP foi constituído em 2012 e tem sede em três campi da UFFS, que possuem funcionamentos e direcionamentos diversos e autônomos.

¹⁵ A UFFS possui seis campi nos três estados do sul. No Paraná estão em Laranjeiras do Sul e Realeza.

¹⁶ Talvez com a diferença que a UFFS se constituiu como polo de aglutinação de forças sociais camponesas em disputa contra o latifúndio e o agronegócio capitalista, como forças populares e sindicais em movimento. Por isso mesmo, uma universidade tensionada desde o primeiro dia de aulas, por exemplo quando professores foram agraciados com uma mística impactante do Movimento Sem Terra. Como uma das tantas contradições e avanços dos governos populares nas últimas décadas no país.

empobrecidos...) em movimento permanente contra o latifúndio. Mas é também, e certamente, um território controlado pelo capital (ligado ao latifúndio, mas articulado a grandes corporações internacionais, como as que exploram usinas hidrelétricas e agroindústrias globalizadas).

Foi, entretanto, a luta dos trabalhadores dessa região, por uma instituição de ensino superior federal, articulada com um governo popular sensível a essas demandas, que permitiu que se implementasse a UFFS, que até o ano de 2015 implantou estruturas universitárias no valor de R\$ 35.598.015,10 em Laranjeiras do Sul (FREITAS, 2016). Não foi um projeto do capital, portanto, ainda que por si só não represente uma ruptura com o mesmo (antes pelo contrário).

O funcionamento do Câmpus de Laranjeiras do Sul movimentou, em 2015, R\$ 998.194,44 apenas em pagamentos de salários de servidores. Valor que pode ser incorporado dentro da economia municipal e regional, capturado por grupos econômicos locais-regionais e também os conglomerados oligopolizados que controlam a economia nacional. Esses são alguns efeitos da inserção física da universidade, que se somam aos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Entre os anos de 2010 e 2015 foram aproximadamente 300 projetos ou programas institucionalizados dentro do Câmpus nessas três áreas (FREITAS, 2016).

Essas ações não garantem o enraizamento da universidade dentro da comunidade regional, nem que se concretize o projeto institucional. Tal pretensão passa pelas disputas de poder recorrentes no cotidiano da universidade, que são travadas desde a definição e implementação dos currículos de cursos, nos planos de ensino, nas metodologias das aulas, e também nas reações à presença dos movimentos sociais e entidades regionais da classe trabalhadora na vivência universitária.

O comportamento reacionário aflora, muitas vezes com intensidade, nos momentos em que os movimentos sociais se aproximam da UFFS e pautam suas demandas. Essas, algumas vezes, são desqualificadas com o discurso de que “a instituição não deve servir a interesses específicos”, desconsiderando totalmente a subserviência da universidade brasileira em geral, às demandas das grandes empresas e à apropriação do conhecimento produzido pelo grande capital. Expõe-se também essa contradição durante os momentos de eleições ou debates

políticos internos (eleições de direção de câmpus, modificação de currículos, definição de agendas de atuação da universidade etc.).

É esse o contexto no qual o Núcleo busca organizar suas ações de ensino, pesquisa e extensão. A operacionalização ocorre de maneira a integrar as ações de cooperação que ocorrem dentro do câmpus, associando-as a projetos de cooperativismo popular, buscando sinergia entre as ações desenvolvidas e o fortalecimento dos grupos associativos e cooperativos na comunidade regional. Pensando nas dimensões de educação para cooperação, os Componentes Curriculares ¹⁷ (CCR's) de graduação passam a integrar a base de atuação do NECOOP.

A intervenção nos CCR's ocorre com base em duas reflexões: i. o princípio pedagógico da práxis, colocando a necessidade da vivência reflexiva como elemento indispensável do processo de aprendizagem; e ii. a possibilidade de utilizar o tempo despendido pelos estudantes nos CCRs como trabalho socialmente útil, tanto para o aprendizado individual e coletivo como para as organizações populares. Assim, busca-se realizar, nos CCR's, trabalhos em grupo que devem ser desenvolvidos em parceria com algum empreendimento ou organização regional, aplicando os conhecimentos e formulações propostos durante o semestre, ou buscando gerar soluções para a resolução de problemas concretos dos empreendimentos e grupos sociais marginalizados.

Essa ação, pelo caráter pontual e limitado no tempo, visto que é associado a ações desenvolvidas em disciplinas semestrais, demonstrou efeitos limitados nos locais trabalhados e no desenvolvimento e reflexão dos conhecimentos dos estudantes.

¹⁷ Na UFFS – Câmpus Laranjeiras do Sul, os CCR's vinculam-se à temática da cooperação, dentro dos cursos: Economia da Cooperação (curso de Ciências Econômicas, carga horária de 04 créditos), Teoria Cooperativista (cursos de Ciências Econômicas, Engenharia de Aquicultura e Agronomia, carga horária de 04 créditos), Projetos em Cooperativismo (Ciências Econômicas, carga horária de 02 créditos), Direito Cooperativo I e II (Ciências Econômicas, carga horária de 04 créditos cada CCR), Contabilidade Rural e Cooperativa (Ciências Econômicas, carga horária de 02 créditos), Organização de Cadeias Agroindustriais (02 créditos para os cursos de Agronomia e Ciências Econômicas). Indiretamente, há diversos outros componentes que podem se relacionar com essa temática, a depender da orientação impressa pelos professores.

a realidade não se apresenta ao pensamento de forma imediata. É preciso ir além das aparências e, para tanto, são necessárias as abstrações. A análise que trabalha com as abstrações faz um movimento de momentâneo afastamento da realidade para depois a ela retornar, já dispondo, então, dos conceitos necessários à compreensão dos processos essenciais (DUARTE, 2013, p. 18).

Contudo, sua articulação a processos continuados de atuação do NECOOP asseguram continuidade e sentido estratégico a esse tipo de ação. E, se comparado com o cenário de isolamento e distanciamento do ensino universitário brasileiro do tecido social onde se encontra, tal ação tem caráter material e simbólico de elevado potencial pedagógico e político, ainda que atualmente limitado.

Por outras limitações (específicas de determinadas turmas) e pela reprodução do formato de aprendizagem e interação com a realidade dominante dentro das universidades, ocorre muitas vezes um processo de superficialização acrítica das produções dos acadêmicos. Em casos mais graves, reproduz-se o caráter extensionista alienador, conforme denunciado por Paulo Freire.

[...] ao estabelecer suas relações permanentes com os camponeses, o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus “conhecimentos”, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista (FREIRE, 1985, p. 14).

Ainda que Freire relacionasse essa crítica ao trabalho dos extensionistas agrícolas, isso se aplica a todo o sistema educativo universitário e a muitas das relações ainda presentes nos processos de extensão. Isso, no caso específico do NECOOP, é agravado pela dificuldade de se realizar acompanhamento qualificado das atividades (e que reflitam criticamente sobre elas), de forma a superar o positivismo, que não corrobora com os elementos necessários para a realização de uma práxis transformadora. Partindo do pressuposto que a “teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a

teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” (FREIRE, 1989, p. 67).

A partir da reflexão crítica desse primeiro momento de inserção de atividades práticas realizadas dentro dos CCR's pelos estudantes com grupos cooperativos percebe-se como limites:

- a necessidade de qualificar o acompanhamento e revisão coletiva durante o processo;
- a definição prévia de temas, de acordo com necessidades objetivas dos empreendimentos, ainda que aberto às sugestões de temáticas de interesse dos educandos;
- a sobrecarga das atividades de ensino dificulta o processo de dedicação, o que tenciona para exercícios reflexivos muitas vezes superficiais;
- a resistência dos estudantes para realizarem esse tipo de atividade, devido às dificuldades operacionais e também pelo grau de exigência e desconforto trazidos com o enfrentamento de situações reais.

Essa reflexão (a partir das experiências iniciais) permite que se chegue ao formato de sugestão inicial de temas e pessoas do Núcleo para acompanhar os CCR's; realização de pré-apresentação dos resultados para um processo de qualificação; e interação dos grupos de acadêmicos entre diversas disciplinas.

No entanto, a perspectiva baseada em projetos não é suficiente. Pois, recorrendo à fala anterior de Paulo Freire, esta supera aparentemente o verbalismo, mas não realiza modificações concretas no real. Não impulsiona os sujeitos a tomarem consciência sobre os projetos em disputa na sociedade e modificarem a realidade no sentido de uma transformação social. Principalmente por desconsiderar as relações sociais nas quais estão imersas e compreender a centralidade da categoria de trabalho alienado no processo de formação e interação de estudantes com os grupos envolvidos.

Como exemplo, é possível citar a atuação do NECOOP, que trabalha desde 2016 com alguns grupos que buscam recursos subsidiados em edital do governo do Paraná (PRORURAL). Visando contribuir com a qualificação dessas iniciativas, o Núcleo organiza as equipes para

acompanhar algumas organizações que demonstram interesse. Uma delas é a Associação Quilombola Pró-Reintegração da Invernada Paiol de Telha-Fundão (Associação Heleodoro). Após estabelecer a parceria, as ações foram focadas em dois eixos: uma abordagem técnico-instrumental e outra de promoção de educação cooperativa, havendo interação dinâmica entre esses dois eixos. As protagonistas dessa ação são mulheres quilombolas que criam meios e proposições focadas em estabelecer uma agroindústria de processamento de pimentas e derivados. Trata-se de um processo que perpassa o resgate cultural de receitas da comunidade e a conquista de autoestima pelo grupo.

Nesse processo de acompanhamento, o NECOOP insere as ações dos acadêmicos de graduação ligados aos CCR's. No início do semestre, durante a organização da disciplina, os acadêmicos escolhem o tema e o empreendimento (que já estão listados previamente pela equipe do Núcleo) ao qual se propõem trabalhar. Como exemplo, destaca-se a turma de Teoria Cooperativista, do curso de Agronomia e Engenharia de Aquicultura, na qual um dos grupos de acadêmicos se deparam com a problemática do grupo de mulheres quilombolas e os desafios de produzir pimenta em uma região com limitações para produção de algumas variedades. Diante disso, eles têm o desafio de construir e apresentarem à comunidade alguma solução.

Nesse cenário, surgem vários desafios tanto para o grupo de estudantes quanto para o Núcleo, que ilustram parte da complexidade do que é proposto. Além dos custos de deslocamento, dificuldades de organização de tempo hábil dos estudantes e dos membros do NECOOP que acompanham o grupo, as ações na comunidade vêm emaranhadas com os preconceitos estabelecidos pela sociedade e os conflitos internos existentes na comunidade.

Diante disso, de forma concreta, os estudantes realizaram a revisão de um guia de produção de pimentas e apresentam sugestão de estrutura de túnel baixo para a produção. O grupo projetou, ainda sem conhecer pessoalmente a comunidade, a construção da estrutura e o diálogo sobre produção de pimentas. O planejado foi bem diferente do que se executou. A interação com a comunidade (conhecer a história de luta e exploração, ver nos olhos das pessoas o peso da injustiça) e os desafios para além da sala de aula e do cronograma (a chuva, o frio, os

materiais que não se adequam, o conhecimento dos agricultores sobre o tema etc.) produzem algumas rupturas e aberturas de diálogos nos estudantes. Sem esse tipo de interação, não seria possível.

Com a reflexão realizada inicialmente e diante de outros contextos de atuação do NECOOP, dá-se continuidade às ações junto com os CCR's, utilizando os elementos propostos. Não se considera que apenas essa relação pontual seja capaz de realizar modificações estruturais, principalmente na essência da universidade com as características aqui elencadas.

Porém, o espaço torna-se mais fértil para o florescimento do conhecimento e de novas perguntas para pesquisas. As problemáticas que os estudantes confrontam podem criar um ciclo que, pelas ações continuadas do NECOOP nesses dois elos (estudantes e grupos associativos), possibilita, de um lado, a formação de sujeitos sociais mais conscientes dos processos de exploração e alienação, e, de outro, ao exercer a solidariedade com os grupos sociais explorados, gerar processos reflexivos e de desenvolvimento, com base em auto-organização consciente da parte desses trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No princípio era a ação¹⁸

A presente análise pode ser caracterizada como uma reflexão em processo, a qual vem acontecendo na medida em que avança a prática social do NECOOP. Há um acúmulo histórico, a partir das diversas experimentações, com base na ação empreendida. As experiências desenvolvidas apresentam diversos limites que vão desde o pouco tempo de inserção nas atividades, a escala em que as mesmas se desenvolvem e até nos desafios apontados para execução de processos de extensão, que se aprofundam diante da atual conjuntura.

Entretanto, uma questão central diz respeito à necessidade de processos formativos e reflexivos sobre a realidade e sobre as relações da universidade com a sociedade. A falta de aprofundamento

¹⁸ Fonte: Rosa Luxemburgo, citando Goethe. In: Loureiro (2005, p. 205).

teórico, de tempo de leitura, de reflexão e análise são centrais para que a experimentação não tenha adquirido elementos que pudessem contribuir para um avanço qualitativo da universidade, em especial da forma como esta articula as relações de ensino pesquisa e extensão, diferentes da que são visualizadas hoje.

Nesse processo surge o questionamento de até que ponto é possível avançar na práxis e não apenas cair numa ação espontaneísta ou de um ativismo raso. O praticismo é visto aqui como uma forma de ação não necessariamente desveladora das relações estruturais, das contradições e do movimento do real. Ter ciência dos processos no qual a universidade está envolta não é suficiente para superar esse estágio. A aproximação estratégica a grupos que busquem a transformação social e enfrentem situações conflituosas pode constituir num pilar para que os objetivos sejam alcançados.

Faz-se necessário explorar as possibilidades de como lidar com esses elementos numa perspectiva de práxis, partindo da leitura de que as tentativas críticas muitas vezes não conseguem articular teoria com prática, inserção social, luta e transformação. Esse parece ser o desafio: qual prática, com quais grupos sociais, com que perspectiva? E que no processo real permitam que as pessoas se movimentem e reflitam, e talvez aí, compreendam os limites de seu mundo social e da sua inserção subordinada, alienada nele.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Reforma de Córdoba: um marco para o projeto de universidade latino-americana. **InformAndes**, nov. 2017. Brasília: ANDES, 2017. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9220>>. Acesso em: 14 maio 2018.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Aplicada (IPEA), 2002.

DUARTE, N. **A individualidade para si**. São Paulo: Autores Associados. 2013.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREITAS, C. **Efeitos Econômicos das Instituições de Ensino Superior Federal: ESTUDO SOBRE OS GASTOS DESENCADEADOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR).** Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Econômicas: Laranjeiras do Sul, 2016.

FRIGOTTO, G. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no Labirinto do Capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GRAMSCI, A. **intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 maio 2016.

LOUREIRO, I. M. **Vida e obra de Rosa Luxemburgo.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. **Origem da Escola Pública.** A formação do novo homem. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

WESKA, A. R. et al. **Relatório da Comissão Constituída.** nº 126/2012, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.



Reflexões sobre a prática: atuação da linha de ação desenvolvimento territorial do NuMI-EcoSol na região sul da cidade de São Carlos

Wagner de Souza Molina
Livia Francisco Arantes de Souza
Anna Carolina Santana da Silva

O NÚCLEO MULTIDISCIPLINAR Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol é sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos – INCOOP UFSCar, que iniciou suas atividades em 1998 com a missão de prestar assessoria a grupos de trabalhadores para formação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Tal iniciativa dialoga com um movimento mais amplo em torno da assim chamada economia solidária, e que, a partir dos anos 1990 passou a contar com o apoio de professores, técnicos e alunos de diferentes instituições de ensino e com formação em diversas áreas, mas que tinham em comum a percepção de que o conhecimento produzido nas universidades em muito pouco contribuía para o bem-estar dos segmentos menos favorecidos da sociedade. Assim, passaram a surgir no meio universitário as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's.

Ainda que desde 1998 já existissem ações da INCOOP UFSCar para a formação de EES, sobretudo em áreas marginalizadas, foi a partir de 2007 que a estratégia de incubação isolada de cada grupo

transformou-se na tentativa de formação de redes e cadeias produtivas como uma estratégia de desenvolvimento territorial articulada em torno da economia solidária, gerando desde então um processo de mudança na perspectiva de atuação da Incubadora. Assim, ao invés de atuar isoladamente em várias localidades, a Incubadora passou a atuar de forma concentrada em uma região específica, buscando estimular o desenvolvimento daquela região por meio do fortalecimento e da expansão de empreendimentos econômicos solidários e iniciativas solidárias, assim como apostando no preparo dos membros dos empreendimentos para atuarem como protagonistas do desenvolvimento local.

No que diz respeito ao desenvolvimento territorial como estratégia para o fortalecimento da economia solidária, o NuMI-EcoSol visualizou, além da formação de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos incubados no território alvo, que metas associadas ao acesso aos direitos de cidadania pela população residente no território fossem traçadas, compreendendo que tal acesso impulsionaria o protagonismo social em busca de mudanças e melhorias para o território, contribuindo para o seu desenvolvimento (LUSSI; MORATO, 2012).

O regimento interno do NuMI-EcoSol apresenta como diretriz, entre outras, a avaliação do impacto dos programas e projetos de extensão e o aprimoramento das políticas de avaliação desses. Nesse sentido, a necessidade de mais subsídios provenientes de avaliações sobre a atuação da própria Incubadora se evidenciou ainda em 2013, ao final de uma etapa do Programa Economia Solidária: Obstáculos e Estratégias para o Desenvolvimento Territorial – PROEXT/MEC, na qual era proposto um exercício de reflexão sobre os resultados obtidos.

Em 2014, com o início de um novo projeto (também oriundo de um edital PROEXT/MEC), uma nova equipe assume a linha de ação Desenvolvimento Territorial – um professor universitário e três técnicos contratados para a execução do mencionado projeto de extensão universitária que, em linhas gerais, tinha o propósito de fortalecer os empreendimentos – iniciativas locais existentes, e que se inicia com o processo de diagnóstico situacional da intervenção do NuMI. Sem perder

de vista a execução de outras metas previstas no projeto de extensão, os membros da equipe em questão passaram, então, a reservar considerável parte de seu tempo de trabalho para refletir sobre as pretensões dos resultados almejados, sobre a complexidade da problemática do bairro, sobre as dificuldades enfrentadas da prática cotidiana na Incubadora, bem como a necessidade de sistematizar, na medida do possível, esse exercício de reflexão: tratava-se de resgatar elementos do processo histórico do bairro e dos processos de intervenção empreendidos pela universidade, somados a uma caracterização da realidade do território no momento presente, levando a uma compreensão mais aprofundada sobre a problemática do desenvolvimento territorial a partir do contraste entre as concepções teóricas e a imersão na realidade cotidiana. Este trabalho contém o “pontapé inicial” desse exercício e, portanto, se configura como algo incompleto, incipiente.

Assim, o objetivo deste texto é tão somente compartilhar os resultados parciais do exercício de reflexão apoiado na vivência prática, à luz de boa parte da literatura já produzida sobre o contexto específico das experiências de economia solidária no território em questão. A maior motivação para a proposição deste trabalho é que ele gere subsídios para reflexões e atuações vindouras.

No subtópico seguinte serão apresentados alguns elementos teóricos e empíricos que embasam o trabalho da atual equipe na promoção do desenvolvimento territorial, a partir de trabalhos acadêmicos que se dedicam a tratar da temática, sejam textos sobre o próprio conceito de desenvolvimento territorial, sejam textos sobre o território em questão ou sobre projetos anteriormente desenvolvidos no âmbito da Incubadora. Num segundo momento, será apresentada breve sistematização e análise das entrevistas realizadas (roteiros semiestruturados) com uma parte do público com o qual a Incubadora trabalhou em projetos anteriores, bem como com o público com o qual trabalha atualmente (aplicação de questionários). Além disso, entrevistas com ex-membros da Incubadora e NuMI-EcoSol que atuaram no território. Para complementar a análise, recorre-se também aos cadernos de campo, relatórios periódicos de atividades realizadas (mensais) e relatórios finais de antigos projetos, além de relatos de reunião de equipe.

APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A palavra “desenvolvimento” pode significar várias coisas, e pode ser aplicada em contextos diferentes. Segundo o dicionário Aurélio, o termo “desenvolvimento”, além de significar crescimento, progresso, pode também significar “estágio econômico, social e político de uma comunidade” (FERREIRA, 1999, p. 452). Conforme esse dicionário, “desenvolver” pode significar produzir, por em prática, desenrolar, tornar-se maior, progredir intelectualmente etc. Nesse sentido, esta seção apresenta uma breve exposição sobre a ideia de desenvolvimento econômico e, depois, se dedica a explicar o conceito de desenvolvimento local.

Singer (1968) oferece um panorama crítico sobre a teoria do desenvolvimento em seu tempo – década de 1960 – nos primeiros capítulos do livro “Desenvolvimento e Crise”. Para o autor, a teoria do desenvolvimento começa a ser esboçada nos anos 1940, interessada em encontrar meios para que os países industrializados pudessem “ajudar” suas ex-colônias e países subdesenvolvidos a encontrarem o caminho da industrialização e do enriquecimento. Todavia, os fatos históricos ocorridos no início do século provocam uma revisão dos fundamentos teóricos dessas teorias. É nesse processo que emerge a teoria estruturalista, cujas teses acerca do desenvolvimento envolvem, sobretudo, uma ênfase nas especificidades dos processos de desenvolvimento, focando a interação entre setores econômicos, tensões estruturais e monetárias. A perspectiva do autor sobre a abordagem estruturalista acerca do desenvolvimento é de que esta não levou suas premissas às últimas consequências: ela promoveu uma apreciação crítica sobre a problemática do desenvolvimento a partir das condições enfrentadas pelas economias coloniais, mas não promoveu uma apreciação crítica ao desenvolvimento no contexto da própria economia capitalista.

Nesse sentido, Singer (1968, p. 9) afirma que não se pode separar em níveis diferentes de análise os fenômenos de curto e longo prazo, tendo em vista que “são as contradições que se manifestam a cada momento que constituem o motor do processo de transformação ao

longo dos períodos maiores”. É preciso compreender o funcionamento do todo e encará-lo como realidade historicamente constituída, para então compreender como funciona o sistema econômico dos países chamados “subdesenvolvidos”. Nesse sentido, Singer (1968) entende o desenvolvimento econômico como um processo histórico que requer o exame do funcionamento das economias em longo prazo, de modo a não isolar a compreensão sobre elas da totalidade em que se relacionam – economia mundial; processo que requer a transformação de estruturas.

Nesse mesmo sentido, para entender o conceito de “desenvolvimento territorial” é preciso recorrer ao contexto em que esse conceito se fez presente. Para isso, será feita a seguir uma breve exposição sobre a conjuntura que está por trás deste conceito, tendo por base o texto de Caio Márcio Silveira, “Desenvolvimento Local: marcos conceituais e históricos” (SILVEIRA, 2004). Em linhas gerais, a noção de desenvolvimento territorial emerge num contexto de mudança estrutural que se refere a modos de gestão de territórios, a modos de organização e de articulação comunitárias, modos de produção de materiais e serviços necessários para a existência de uma comunidade, ao papel do poder público, à relação entre Estado e sociedade, a um modo de entender a sociedade como coprotagonista em relação às diretrizes políticas geridas pelo Estado, à cidadania (SILVEIRA, 2004). Mas esse foco em torno do termo se desenha historicamente, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, e está relacionado a um deslocamento de paradigmas acerca do padrão de desenvolvimento que marcou os séculos XIX e XX.

Não se trata, a rigor, de um “consenso”, mas é extraordinariamente ampla e diversificada a gama de autores que identifica na crise do fordismo (ou do keynesianismo-fordismo) e na emergência de paradigmas do pós-fordismo (ou mais amplamente do pós-industrialismo ou sociedade informacional) uma das chaves mestras para pensarmos os desafios das transformações sociais, nessa virada de século (SILVEIRA, 2004, p. 27).

Nesse sentido, Silveira entende por fordismo um modelo de desenvolvimento caracterizado pela associação entre produção em

massa, regime salarial, organização taylorista do trabalho, ou seja, separação hierárquica entre concepção e execução, papel centralizador dos estados nacionais no planejamento econômico. Para Albuquerque (2001), a crise do fordismo abarca as teorias predominantes (no período pós-guerra) sobre o desenvolvimento “as quais haviam eliminado a alusão ao território, substituindo-o pela lógica abstrata das categorias macroeconômicas e das economias de escala da produção” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 67). Todavia, Silveira marca que a emergência de novos paradigmas não corresponde à formação de um novo modelo de desenvolvimento que viria para substituir o antigo modelo. Trata-se de um processo complexo de “transição e deslocamento de padrões relacionais, que repõe nexos – e permite novas recomposições – entre as dimensões econômica, social e política” (SILVEIRA, 2004, p. 2). No intuito de caracterizar minimamente o que o autor chama de pós-fordismo como um regime de acumulação no qual convivem formas diferentes de organização e configuração produtiva que possibilitam novas maneiras de “articulação territorial da vida produtiva”, Silveira (2004) destaca, a partir da literatura que mobiliza em torno desse debate, como exemplos efetivos as experiências nos distritos da terceira Itália, em regiões da Alemanha, Espanha e Canadá. Nota-se a ênfase na centralidade da informação e da comunicação nessas novas maneiras de organização, referindo-se também a uma recolocação da cidadania que, nesse contexto, aparece como condição para a integração produtiva. Ou seja, a cidadania deixa de ser resultado da inserção produtiva – para ter direitos era preciso estar inserido no processo produtivo – e passa a ser condição para tal – a garantia dos direitos elementares como condição para inserção no âmbito produtivo e político.

Em linhas gerais, o pano de fundo do debate acerca do desenvolvimento territorial (ou local) refere-se a uma busca por maneiras de pensar as possibilidades de desenvolvimento de modo não concentrado, de modo inclusivo e não desigual e, segundo Silveira,

tais questões ligam-se à ênfase nos elos subjetividade, socialização e territorialização (...) a construção do tecido territorial como tecido socioprodutivo constitui-se como via (necessária ou possível) de inclusão social e desenvolvimento não-desigual (SILVEIRA, 2004, p. 4).

Para Albuquerque (2001, p. 5), o território deve ser considerado um recurso específico e um ator principal no processo de desenvolvimento e não apenas um mero espaço onde se concretizam os efeitos de decisões tomadas por planejadores distantes. É nesse ponto que Silveira menciona de forma bastante pertinente a questão sobre o sentido que haveria em tratar do pós-fordismo mesmo em países que não passaram pelos efeitos do fordismo clássico, afirmando que as crises do modelo fordista nos países periféricos conteriam a sua complexidade, mas não deveriam ser entendidas como simples reflexo direto da mesma.

Interessante notar que é no mesmo contexto, isto é, a partir da década de 1990, que a economia solidária atinge no Brasil o campo das políticas públicas. Mas como política emancipatória, ou seja, política que vai além das políticas assistencialistas e compensatórias, cujos resultados e processos estão imbricados com a noção de desenvolvimento local. Para tanto, as políticas públicas de economia solidária devem fomentá-la de forma transversal, articulando-a com diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito entre outras (LUSSI; FREITAS; SHIMBO, 2011).

Portanto, pode-se entender que a noção de desenvolvimento territorial surge como uma resposta à insuficiência das variáveis econômicas em produzir desenvolvimento social e ambiental de forma sustentável. Nesse sentido, destaca-se a importância da inserção central da dinâmica das relações sociais de uma comunidade no processo de desenvolvimento local, tais quais: relações de integração social, de solidariedade e de cooperação. Logo, a noção de desenvolvimento territorial deve ser compreendida como um processo endógeno – que deve ser compreendido como parte de uma totalidade complexa – pertencente a pequenas unidades territoriais nas quais se vislumbra a possibilidade de promoção de dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Importante notar que Silveira trabalha a relação de conceitos-chaves à abordagem de desenvolvimento local: cooperação e capital social, parcerias e redes, esfera pública e democracia, mobilização produtiva do território e arranjos produtivos locais, sustentabilidade, aprendizagem social, protagonismo local e desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a ênfase no potencial endógeno de localidades e territórios, bem como nas qualidades associadas a um modelo descentralizado e participativo de promoção de desenvolvimento frequentemente é associada a uma nova visão sobre o papel a ser exercido pelo poder público, pelas políticas públicas – e que muito recorrentemente é associado à ideia neoliberal de Estado mínimo. Isso pode conduzir ao equívoco de se pensar que as estratégias de desenvolvimento local e territorial sejam uma forma de desobrigar o Estado da promoção do desenvolvimento nas localidades, ou que tais estratégias possam ser efetivas independentemente das condições estabelecidas em outras escalas: políticas macroeconômicas, investimentos públicos em serviços e infraestrutura etc (BRANDÃO, 2007). A recorrente – e equivocada – associação entre o enfoque territorial do desenvolvimento e o neoliberalismo econômico é, em parte, explicada pelo contexto histórico em que essas temáticas ganharam espaço, especialmente na América Latina, ao final dos anos 1980: uma era de redemocratização e, ao mesmo tempo (e contraditoriamente), de crise fiscal do Estado, para a qual o remédio recomendado era as reformas pró-mercado.

O Brasil é um caso exemplar do que foi exposto, na medida em que o processo de descentralização das políticas públicas surge como proposta da constituição “cidadã” de 1988, mas também em meio à crise fiscal do Estado que precedeu os governos de Collor e Cardoso, marcados justamente por medidas de liberalização de mercados e anti-intervenção estatal. Ao longo da década de 1990, a adoção de políticas neoliberais enfraqueceu fortemente o papel do Estado na condução do “desenvolvimento” do país, o que dificultou o planejamento governamental em torno de projetos de desenvolvimento de escala mais ampla. Dentro dessa lógica, os novos paradigmas de desenvolvimento local ou territorial passam a contar com a simpatia dos arautos do Estado mínimo, porém, são banalizados ao ponto de se transformarem meramente em estratégias de atração de investimentos privados para as localidades menos desenvolvidas, relegando ao Estado um papel secundário na promoção do desenvolvimento.

Entretanto, apesar de banalizações e distorções, abriu-se espaço para a discussão de estratégias de desenvolvimento local e territorial,

fortemente influenciadas por experiências bem sucedidas na Alemanha (Baviera) e na Itália (a “Terceira Itália”), bem como por análises como a de Putnan (1996) e a de Piore e Sabel (1984), nas quais a coesão social e o surpreendente dinamismo dos empreendimentos de pequena escala são evidenciados como fatores favorecedores para a adoção de estratégias de desenvolvimento pensadas a partir das localidades. Esse novo enfoque territorial tem se tornado cada vez mais recorrente em discursos acadêmicos e governamentais, e vem contando com o apoio de políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas para os espaços rurais: há muitos registros e um bom número de análises acadêmicas envolvendo a criação de colegiados territoriais (para promover o debate participativo sobre estratégias de desenvolvimento para territórios rurais), comitês de microbacias hidrográficas, Arranjos Produtivos Locais – APLs. Porém, pouco se avançou na discussão sobre ações e políticas públicas que possam apoiar essas estratégias em espaços urbanos – para além do já desbotado Orçamento Participativo. E mesmo em relação às políticas territoriais levadas a cabo em espaços rurais (notadamente as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário), muito do que se vislumbra como possibilidade não chega a se constituir como realidade, e muito disso se deve ao caráter mais retórico do que prático que autores como Arílson Favareto (2010) identificam nas estratégias de desenvolvimento concebidas sob a lógica territorial: essa seria uma “inovação por adição, na medida em que as mesmas instituições (condicionadas e apegadas a uma lógica setorial) são convidadas a atuar segundo novas premissas, agora territoriais.

Na prática, uma certa inércia das instituições encarregadas de apoiar novas estratégias de desenvolvimento – supostamente pactuadas em fóruns locais – acaba inviabilizando a efetivação do que foi planejado. Em outras palavras: mesmo quando as comunidades são chamadas a discutirem sobre suas prioridades e anseios, pouco ou nada do que é deliberado é adotado pelos órgãos públicos. Esse não reconhecimento das instâncias locais por parte do poder público é um forte elemento gerador de desmobilização e despolitização, que acaba por reforçar a visão de que o desenvolvimento territorial seria uma estratégia alternativa à ação do Estado, algo que independe do diálogo “com a prefeitura”. Será?

Não se pretende, com esses breves apontamentos, esgotar a discussão. Muito pelo contrário, essa exposição tem a pretensão de ser geradora de questionamentos que subsidiem um debate sobre a complexidade em torno da qual o fomento ao desenvolvimento territorial, por meio da economia solidária, está inserido, de forma a proporcionar uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas na prática cotidiana. A partir dessa breve revisão conceitual, será possível estabelecer alguns nexos com as experiências vivenciadas junto ao público apoiado por diferentes equipes do NuMI-EcoSol ao longo do tempo. Mas, para isso, se faz necessária uma visão geral sobre o histórico do território em questão.

UM (RE)COMEÇO DE TRABALHO: RECONHECENDO O TERRITÓRIO

Para proporcionar uma visão retrospectiva sobre o território conhecido como Jardim Gonzaga e adjacências, na zona sul da cidade de São Carlos, SP, o ponto de partida é o contexto da ocupação da área, ainda na década de 1970, seguindo até o início da década de 1990, momento em que esta se caracteriza como uma das áreas da cidade marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica. Num segundo momento, será feita uma breve explanação sobre a constituição e desfecho da Cooperlimp (importante experiência de EcoSol no bairro, descontinuada em função de uma ação do Ministério Público, supostamente desencadeada por interesses empresariais contrários à cooperativa) , além de um relato descritivo das iniciativas e dos empreendimentos econômicos solidários que hoje estão presentes no território e uma caracterização do território atualmente.

O resgate histórico do território se baseia, sobretudo, no trabalho “Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro de periferia”, de Thaís Troncon (2008), que problematiza o uso de certos conceitos para compreensão da formação de espaços urbanos periféricos (“favela urbanizada”, “hiperperiferias”, “periferia consolidada” etc.), buscando compreender a formação desses espaços por meio da historicidade de sua construção

e considerando a multiplicidade de relações sociais e os diversos atores que o compõem. Este trabalho reconstrói a trajetória das famílias que vão residir no território que hoje é conhecido como Jardim Gonzaga – a primeira favela da cidade de São Carlos – a partir do relato oral dos moradores. O pano de fundo em que está situada a formação desse espaço urbano, assim como o de outros espaços urbanos semelhantes, está vinculado à migração de um grande contingente populacional do campo para as cidades, para compor a mão de obra possível para a atividade industrial. Na região sul da cidade de São Carlos, na década de 1970, trabalhadores do campo, vindos de diversos estados do país, sobretudo, região nordeste e do estado do Paraná, apostam na cidade de São Carlos como horizonte possível para residirem em busca de trabalho. Em geral, as famílias se estabelecem nas margens da malha ferroviária, regiões que acabaram destinadas à constituição de bairros de trabalhadores pobres. Dos trabalhadores que “tentaram a sorte”, nesse contexto, em São Carlos, muitos não conseguem trabalho e vão sentindo gradativamente a elevação dos custos de vida (como o aluguel, por exemplo). Nos relatos dos primeiros moradores encontra-se, além do retrato das condições que levaram as famílias a ocuparem uma região próxima de uma encosta de forma irregular, a presença de um personagem fundamental para esse processo se dar da forma como se deu: o então vice-prefeito da cidade, Rubens Massucio.

Vereador da cidade nos anos de 1973 a 1976, Rubens Massucio ocupou, em 1977, o cargo de vice-prefeito de seu tio, Antonio Massei, eleitos pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Posteriormente, ele viria a ser eleito prefeito da cidade de São Carlos. A trajetória política de Rubens é marcada pelo apelo às promessas e ações focadas nas parcelas mais empobrecidas da população. Sua relação com o território estudado é de fundamental importância, pois pode ser entendida como marco inicial de uma relação historicamente problemática do poder público com a população do bairro. Além dos relatos que foram colhidos pelos moradores do bairro, constam em documentos da Câmara Municipal e em reportagens de jornais a menção de um escritório particular, “Escritório de Serviços Burocráticos”, ou “Tenda dos Milagres”, no qual o vice-prefeito atendia pessoalmente diversas demandas de pessoas carentes. Teria sido nesse estabelecimento que muitos moradores do

bairro obtiveram a autorização para construir os seus barracos na região. Um dos relatos que constam no trabalho de Troncon ilustra bem a forma como a atuação desse político fora compreendida por alguns moradores: “a maior parte foi o Rubinho quem fez isso aqui, quem deu o lugar foi o Rubinho” (TRONCON, 2008, p. 51).

A autora relata que a atuação do vice-prefeito foi alvo de polêmica entre os políticos de São Carlos naquela época, sobretudo no que diz respeito ao papel central desse político na constituição da “primeira favela de São Carlos”. O que se nota a partir dessas observações é a ação de mecanismos clientelistas e populistas, considerados de grande relevância para compreender a origem do território analisado, bem como as dificuldades em promover o protagonismo social entre os moradores ainda nos dias atuais.

O nome “favela do Gonzaga” e hoje Jardim Gonzaga se explica pelos relatos dos moradores que apontam o Seu Gonzaga como o “fundador da favela”. Todavia, consta que ele faleceu alguns anos depois da ocupação ter sido iniciada, antes da área em questão ter se tornado conhecida como “favela”. Há também outro personagem importante nesse cenário de constituição inicial do território, o que era chamado “Bem-te-vi”. Esse segundo personagem é relevante para este texto, sobretudo em função da disparidade presente nos relatos de moradores divididos entre os “lá de baixo” e “os lá de cima”. Devido às características geográficas, o processo de ocupação do espaço ocorreu: na parte baixa, próxima ao Jardim Pacaembu; e na parte alta da encosta, próximo ao Jardim Cruzeiro do Sul, loteamento popular construído em 1954. O primeiro morador da região de cima foi o “Bem-te-vi”. Ao mencionar o nome do bairro atualmente, um morador afirma: “É tudo ‘Gonzaga’, mas aqui deveria ser Jardim Gonzaga – Alto Bem-te-vi” (TRONCON, 2008, p. 58). Ter proximidade com a história da ocupação do local possibilita desconstruir a ideia de uma ocupação homogênea. As condições socioespaciais dos “núcleos de vizinhança” são distintas, o desenvolvimento desse percurso também se dá de forma distinta, resultando em identidades territoriais muito mais recortadas do que se poderia imaginar pela simples observação de um mapa. Antagonismos, rivalidades e preconceitos que tornam bastante complexo o trabalho de uma equipe de incubação formada por universitários e profissionais de nível superior: “forasteiros”.

Ao final dos anos 1970, a situação do território começa a se modificar devido ao intenso crescimento populacional – cerca de 40 novas famílias se instalaram naquele espaço entre 1979 e os primeiros anos da década de 80. A ocupação vai crescendo inicialmente de acordo com as dinâmicas familiares dos primeiros moradores (crescimento do número de pessoas agregadas às famílias que já eram residentes). Mas logo a expansão populacional passou a ser incrementada também com a chegada de novas famílias de moradores, migrantes de outros estados ou vindos de outras cidades paulistas. Datam dessa época – o início dos anos 1980 – as primeiras menções públicas sobre a “primeira favela de São Carlos”.

A polêmica sobre a existência da favela alterna seus polos entre a caridade e a legalidade: a princípio, a representação da criminalização, devido ao tom de ilegalidade da ocupação, não recai sobre os moradores; esses, por sua vez, eram representados sobre o mote da carência, do abandono. No entanto, logo são veiculadas reportagens sobre a “favela de São Carlos”, associando o local a práticas de promiscuidade, ausência de civilidade e “problemas de higiene”. Questões relativas à precariedade das habitações, falta de saneamento básico, proximidade de lixões aparecem como se fossem problemas endógenos, de forma a culpabilizar os próprios moradores por suas mazelas. Tal estigma acaba se refletindo, até muito recentemente, em dificuldades relatadas por pessoas do bairro em relação à obtenção de emprego em outras partes da cidade, em função do preconceito.

No entanto, o conhecimento público da favela também foi forjado a partir da mobilização política de seus moradores, que logo passaram a reivindicar melhorias, segundo Troncon (2008, p. 70), “havendo menções a presença destes em sessões da Câmara e a abaixo assinados relativos às questões do lixão existente no local e da falta d’água que se agravava”. Contudo, toda a movimentação política decorrente da “descoberta” da favela é seguida por um período de “silêncio” de quase quatro anos sobre o assunto na Câmara. É justamente nesse período (1980 a 1982) que começa a chegar infraestrutura ao território: uma torneira pública, alguns postes de iluminação.

Entre 1980 e 1985 a quantidade de habitações no local passa de 50 barracos para 200 barracos. No decorrer da década de oitenta, a

comunidade local vivencia a presença do poder público na constituição de mutirões para construção de casas populares e o “desfavelamento”. Em 1986 é iniciada a primeira etapa do mutirão para a erradicação da Favela do Gonzaga. É nesse período que a prefeitura cede uma parte do loteamento vizinho, o Monte Carlo, para a construção de casas populares destinadas aos moradores do Gonzaga. A década de oitenta é um período marcado pela descentralização e municipalização das políticas habitacionais no Brasil. O momento bastante fértil, pois a população local começa a se reunir para discutir suas necessidades, seus direitos e seus desejos. O objetivo era garantir melhorias para o local e também apontar propostas distintas das oferecidas pelo governo municipal em relação à ocupação. É interessante notar a presença de técnicos e educadores sociais que estimulam a comunidade nesse processo de luta por direitos.

Esse processo de mutirão para construção de casas populares em loteamento vizinho ocorre de forma bastante problemática. De um total de 280 famílias que residiam no local, seriam escolhidas apenas 80. O processo de escolha se dá de forma conflituosa. Os espaços desocupados pelas famílias que foram para o Monte Carlo foram ocupados por novos moradores. E a favela não cessaria de crescer. A segunda etapa do processo de desfavelamento é postergada e a população começa a se organizar reivindicando a continuidade do mesmo. Assim, elabora contrapropostas direcionadas ao poder municipal, para a construção de casas populares. O formato de mutirão para a construção das casas populares passa a ser questionado. Todavia, o que se percebe no final da década de 1980 é o uso eleitoral da “Favela de São Carlos” como moeda política. A existência e a permanência da favela serviam para desqualificar a gestão do candidato de situação – Dagnone Melo – e, da mesma forma, para combater a candidatura de Rubens Massucio, o vice-prefeito que teria dado autorização para os primeiros moradores ocuparem a região, conforme já mencionado.

A década de noventa é marcada pela mudança no discurso oficial acerca das maneiras de lidar com a questão da favela: do discurso em torno do “desfavelamento”, passou-se para a ideia de “urbanização”. Entretanto, durante essa mesma década acontece “o que se convencionou chamar de ‘segunda imigração para o Gonzaga’, o que agravou a situação do bairro” (LUSSI; FREITAS; SHIMBO, 2011),

apesar da citada evolução no campo discursivo sobre como tratar as questões do local.

A Cooperlimp, o Banco Comunitário de Desenvolvimento, a Horta Comunitária, a Feira Compre no Bairro, o LimpSol e o Sabão Recicla

Em meados dos anos 1990, um novo personagem político surge na história da comunidade. Dessa vez, não se trata de um indivíduo, mas de um coletivo: a Cooperlimp, que nasceu em 1998 a partir de iniciativas de membros dos núcleos de extensão da UFSCar. Eles destinaram esforços de trabalho em bairros conhecidos pela vulnerabilidade social com o intuito de discutir as dificuldades, particularmente sobre trabalho, “oferecendo a esta comunidade a possibilidade de trabalho associado como forma de geração de renda” (CORTEGOSO; SHIMBO; MOYA, 2012, p. 10). A Cooperlimp é apresentada como empreendimento “nascido do esforço popular” que “manteve-se por mais de 10 anos (...) tendo vencido a grande maioria dos editais públicos de que participou, garantindo trabalho e renda para pessoas que, neste período, ocupavam cerca de 250 postos de trabalho...” (CORTEGOSO; SHIMBO; MOYA, 2012, p. 11).

A história do fechamento da Cooperlimp pode ser vislumbrada como mais uma ação problemática por parte do poder público que teve consequências desastrosas para a comunidade local. O representante do poder público nesse caso é o Ministério Público do Trabalho, que em 2008 intimou a Cooperativa a assinar um Termo de Ajuste de Conduta –TAC que teve como consequência o estabelecimento de uma data em que a Cooperativa deveria deixar de funcionar. Uma vez assinado o TAC, a Cooperativa não mais poderia contratar novos serviços e ficava autorizada a concluir os contratos firmados com a Prefeitura. Durante a existência da Cooperativa, inúmeras dificuldades foram enfrentadas por parte de seus integrantes: exclusão social, falta de documentos pessoais, baixo nível de escolaridade, autoestima rebaixada, preconceito social – em função de residirem majoritariamente na já mencionada “primeira favela” da cidade, ausência de conhecimentos básicos (noções de cálculo matemático, por exemplo) e baixo domínio de tecnologia (para o uso de computadores e mesmo máquinas

de limpeza), concorrência desleal por parte de fortes empresas já estabelecidas no campo de atividade de cooperativa, despreparo do poder público em lidar com empreendimento autogestionário, etc. Isso tudo somado às dificuldades habituais que envolvem a criação de um coletivo autogestionário (e solidário) num contexto capitalista de estímulo incessante à competição. Todavia, conforme conta Cortegoso, Shimbo e Moya (2012),

[...] nenhuma destas dificuldades foi capaz de interromper a trajetória deste empreendimento, que superou sua condição de iniciativa econômica local, para tornar-se um símbolo da luta de trabalhadores no exercício de sua autonomia e dignidade, no campo da Economia Solidária (CORTEGOSO; SHIMBO; MOYA, 2012, p. 29).

Em 2009, por iniciativa da diretoria da Cooperlimp, investiu-se em outro EES, a Horta Comunitária, localizada no Centro da Juventude Elaine Viviane, espaço gerido pela prefeitura municipal da cidade. Desenvolvendo atividades de plantio de hortaliças nos moldes da produção orgânica, seu objetivo, para além da geração de renda, foi propiciar a melhoria da segurança alimentar. O grupo enfrentou muitos desafios para a comercialização dos produtos – já que se localiza em espaço público – o que levou à desistência de muitos membros. Mas alguns ainda persistem, com apoio do NuMI-EcoSol, mantendo a proposta de que a horta é um espaço pedagógico voltado a práticas coletivas e promoção da alimentação saudável.

Em 2010 surge o EES de produtos de limpeza, o LimpSol, com a mesma perspectiva de gerar renda e promover a emancipação dos participantes. Embora esse empreendimento tivesse como premissa a parceria com a Cooperlimp, de forma a se constituir uma relação de cadeia produtiva (a Cooperlimp seria compradora dos produtos de limpeza da LimpSol), o definhamento da primeira, em função das restrições impostas pelo já mencionado TAC, acabou frustrando as expectativas geradas em torno do potencial da cadeia produtiva que se fomentava. Com o fim da Cooperlimp, a demanda por produtos da LimpSol estará restrita a alguns compradores fixos locais e à demanda proveniente de duas feiras EcoSolidárias fomentadas por projetos do

NuMI, sendo uma no próprio Jardim Gonzaga (atual “Feira Compre no Bairro”, quinzenal, sempre aos sábados) e outra realizada na UFSCar (às quartas-feiras, no horário de almoço). Com a demanda restrita, a LimpSol também se reduziu ao longo do tempo, contando atualmente com apenas três trabalhadoras.

Em 2012 surge o Banco Nascente, com a proposta de ser um banco comunitário com abrangência nos territórios urbanos do Jardim Gonzaga, Monte Carlo, Cruzeiro do Sul e Pacaembu. Com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento do território em seu amplo sentido, com acesso a serviços financeiros e com a melhoria no acesso aos direitos de cidadania, o banco foi composto majoritariamente por mulheres (atualmente é composto exclusivamente por mulheres). A lógica do empreendimento passa pelo desenvolvimento das finanças solidárias, ao propor reverter a tendência de que os fluxos econômicos sejam destinados a bancos convencionais e a grandes estabelecimentos comerciais (distantes dos bairros em questão), e incentivando – por meio de uma moeda social e de ações como a “Feira Compre no Bairro”, uma maior circulação da renda da população no próprio território em que residem. Isso tende a beneficiar iniciativas econômicas familiares, empreendimentos solidários e os comerciantes locais. Mas, para além disso, a ideia do banco sempre foi fortalecer a organização comunitária na busca por melhorias para os bairros, com ampliação do debate público, ensejando uma maior interlocução política junto ao poder público. Nesse sentido, o Banco foi concebido como “braço econômico” da Associação Minas d’Água para o Desenvolvimento Solidário – Amadesol. Interessante é assinalar que, ao longo do tempo, as trabalhadoras do Banco reverteram a tendência trazida pelos universitários, de chamar a comunidade para debater questões do bairro e sua organização política em reuniões (com atas etc.) – estratégia que se revelou pouco eficaz. Hoje conseguem tratar dessas questões em encontros de outro formato: no desenrolar da Feira Compre no Bairro, na qual muitas pessoas passam a se conhecer em meio à música ao vivo, exposições culturais e comercialização de produtos. Nesses momentos, são “envolvidas” pelo debate sobre os problemas do bairro e possíveis encaminhamentos para solucioná-los. Ainda é cedo para avaliar os resultados dessa estratégia, mas independentemente de seus efeitos,

interessa, sobretudo, o aspecto de “tecnologia social” que a experiência revela. Mas os desafios não são poucos nem pequenos, como se verá no próximo tópico.

Caracterização do bairro

Em artigo escrito em 2003, por um grupo da Educação Física da UFSCar que desenvolveu no bairro uma série de atividades intituladas como projetos “Campeões na rua” e “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer”, é possível encontrar um breve relato descritivo do local. Mesmo quinze anos depois, o tema permanece bastante atual:

O bairro se caracteriza por ter uma ocupação irregular tanto no que se refere às dimensões e à ocupação dos lotes, como quanto ao caráter de ilegalidade das suas novas construções, que se localizam cada vez mais próximas de uma grande área de risco e de preservação ambiental, chamada pelos moradores de “buracão” (local que possui três nascentes, porém por ali também são despejados os esgotos das casas do Jardim Gonzaga, bem como de outros bairros vizinhos). Além disso, verifica-se também a falta de serviços urbanos essenciais, principalmente na área da saúde, lazer e esportes (CAMPOS et al., 2003, p. 4).

De uma forma abrangente, pode-se dizer que hoje o Jardim Gonzaga permanece sendo um território complexo, marcado por uma multiplicidade de aspectos problemáticos, sejam evidentes ou velados: uma região com altos índices de vulnerabilidade social, limitado pela formação geográfica de encosta à beira de nascentes de rio, rodeado por uma malha comercial constituída numa região de grande crescimento demográfico nos últimos anos. Região que enfrenta problemas como violência (inclusive a violência policial), tráfico e uso abusivo de drogas, carência de infraestrutura, descarte inadequado de resíduos sólidos, baixa escolaridade, desemprego etc.

Quando se fala da região sul e volta-se o olhar para o Jardim Gonzaga e Monte Carlo – caracterizados por serem mais empobrecidos do que os demais bairros fronteiriços – fala-se também dos bairros do entorno: Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim Pacaembu e Vila Conceição, considerando o espaço do ponto de vista das dinâmicas sociais que

vão além do recorte espacial. São bairros localizados na região sul do município, onde se nota a persistência da pobreza naquela que é conhecida como “cidade da tecnologia”. Atualmente, a região é abastecida por alguns serviços públicos, tais quais: uma Unidade de Saúde da Família – USF; uma Estação Comunitária; um Centro da Juventude; uma escola de ensino médio; duas escolas de ensino fundamental, duas creches. Há ainda a importante presença de igrejas católicas (Igreja Santa Madre Cabrini, Igreja São Francisco, Igreja São José Operário e Centro Comunitário São José Operário) e um crescente número de igrejas evangélicas. O comércio e os serviços se distribuem entre bares, distribuidoras de bebidas, mercearias e padarias, salões de beleza, manicures e pedicures, pequenas oficinas mecânicas de autos, além de inúmeras atividades econômicas informais e eventuais (produtores caseiros de pães, bolos e afins; costureiras; brechós; catadores de resíduos recicláveis; revendedores de sorvete caseiro etc.).

No campo da economia solidária podem ser citadas duas iniciativas econômica solidárias na área de produtos de limpeza – o LimpSol (remanescente da já mencionada tentativa de constituição de uma “cadeia produtiva da limpeza” a partir da demanda da extinta Cooperlimp) e o Sabão Recicla (mais recente). Há ainda o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, a Horta Pedagógica no Centro da Juventude, e a atual “Feira Compre No Bairro”, que atualmente conta com a adesão de uma produtora de alimentos (agrícolas) orgânicos, cuja família reside no território.

Por fim, vale salientar que o Jardim Gonzaga situa-se em um local de encosta de estimado valor ambiental. A região que hoje é conhecida como “buracão” compõe uma parte da Bacia Hidrográfica do Córrego da Água Quente, território com terreno colinoso que faz limite com uma encosta muito íngreme, com pontos onde há rochas aflorando e erosão do solo, próximo a uma área de preservação permanente, com nascentes de rios.

De acordo com o artigo de Faraco et al. (2012), a região em questão está, do ponto de vista ambiental, quase que completamente condenada. Além disso, a partir dos questionários aplicados junto à população, os autores enfatizam a extrema importância do desenvolvimento de ações de educação ambiental junto aos moradores dos territórios em questão

(a extensão da Bacia do Rio Quente vai além do recorte espacial representado pelo Jardim Gonzaga).

Sobre o conjunto de características apresentadas, é de suma importância compreender as questões ambientais e socioeconômicas como resultado do processo histórico de ocupação territorial, refletindo sobre a relação do problema da contaminação das águas e do descarte inadequado de resíduos com um modelo de desenvolvimento que gera consequências como a degradação ambiental e a manutenção da pobreza, a despeito de todo o desenvolvimento tecnológico no qual está supostamente apoiado.

A PERSPECTIVA DOS ATORES SOCIAIS

Nesta seção serão apresentados os resultados preliminares de algumas entrevistas realizadas junto a moradores e membros de EE's, entre o final de 2015 e o início de 2016, que visaram o levantamento de informações gerais e sobre o trabalho realizado em conjunto com a universidade, incluindo avaliações sobre a atuação da linha de ação Desenvolvimento Territorial – DT. Sendo assim, foram realizadas entrevistas com ex-membros do NuMI-EcoSol que trabalharam na Incubadora, na linha de ação DT (questionário online – Survey); com algumas pessoas do território que trabalharam e permanecem trabalhando em conjunto com a linha de ação (questionário físico); e com moradores que trabalharam com membros da INCOOP no período da Cooperlimp (entrevistas com roteiros semiestruturados).

Entrevistas semiestruturadas com moradores que atuaram nos projetos

As entrevistas realizadas com moradores que atuaram nos projetos foram realizadas com quatro ex-trabalhadoras da Cooperlimp. Algumas perguntas variam de acordo com a situação da pessoa entrevistada. Em geral, contêm: Identificação do entrevistado (por questões éticas, neste trabalho usa-se nomes fictícios); Qual a situação do entrevistado no período em que trabalhou com a equipe da INCOOP-NuMI-EcoSol, na época da Cooperlimp; Quais as dificuldades encontradas durante

aquele período; Quais resultados alcançados (pergunta aberta); Como foi o término da Cooperlimp (aberta); Quais os principais problemas do Bairro (aberta); Quais as sugestões para lidar com esses problemas (aberta). A realização das entrevistas teve como objetivo, sobretudo, construir um panorama geral da situação do local a partir da “memória” das pessoas da comunidade que, de alguma forma, passaram por experiências junto à Cooperlimp, indo além dos registros acadêmicos e orais das pessoas que trabalharam na Incubadora. O objetivo secundário das questões foi captar percepções sobre a maneira como essas pessoas se relacionam com o lugar onde vivem.

Dona Maria, moradora do bairro há 35 anos – participou da Cooperlimp desde o começo, saiu antes de seu encerramento. Estava trabalhando na Escola Infantil Afonso Fioca Vitali, conhecida como CAIC, no bairro Cidade Aracy, mas teve problemas de saúde, teve que se afastar pelo INSS.

Qual a sua situação na época em que fez parte da Cooperlimp? Estava desempregada na época há 3 anos, trabalhou quase 10 anos em uma empresa de limpeza pública. A intenção de participar da Cooperlimp era para geração de renda. Começou participando de reuniões em conjunto com outras 8, 10 pessoas... aos poucos essa quantidade foi aumentando. A situação no início da participação da moradora na Cooperativa era difícil, ela relata que acontecia “muita reunião”, cursos aos domingos na UFSCar. Mas, segundo ela, valeu a pena, pois não exigia idade máxima, nem estudo, e isso foi bom porque transformou-se em oportunidade de trabalho. A moradora conta que, na cidade de São Carlos, quando se fala que é morador do Jardim Gonzaga para as empresas, há a possibilidade de não conseguir trabalho e que na cooperativa esse problema não existia. No começo, uma das dificuldades era também a falta de passe de ônibus, mas, com o passar do tempo, a Cooperativa foi conseguindo vários contratos e essa situação melhorou. A moradora avalia como grande resultado de sua participação “ter conseguido gerar renda” para ela, assim como para seu marido, que também atuou na Cooperativa.

Para Dona Maria, o final da Cooperlimp foi muito triste, pois muita gente ficou desempregada, e muitos permanecem desempregados até hoje. Para ela, os principais problemas do bairro são: as drogas e a

violência policial. A moradora conta que houve uma noite, recentemente, “que a polícia jogou spray de pimenta” e ela, por ter problema de saúde, sofreu muito com os efeitos. Segundo ela, quando a polícia joga bomba a situação fica “infernal”.

O que falta no bairro? Para ela, faltam projetos para crianças no horário em que elas não estão na escola, faltam brinquedos e bancos nas praças, arrumar os brinquedos que estão quebrados nas praças. Dona Maria também gostaria que o bairro tivesse uma padaria, um sacolão mais próximo, telefones públicos etc.

Dona Francisca, moradora do bairro há 25 anos – participou da primeira reunião da Cooperlimp. Segundo ela, estaria na Cooperativa até hoje, se não tivesse fechado. Dona Francisca se recorda dos “mocinhos da incubadora”, e afirma que o serviço que prestavam era muito bom. Ela relata que, antes de entrar na Cooperlimp, estava desempregada. Quando surgiu a oportunidade de participar daquele grupo, além de ter como objetivo a geração de renda, tinha o propósito de “fazer sempre o melhor” e que também incentivava as pessoas a fazerem o melhor.

Para Dona Francisca, os principais problemas do bairro são as drogas e diz que sente medo de criar filhos ali. Ela se mostra bastante desanimada com relação às potencialidades no bairro, culpa a população pela não manutenção dos parques e praças e também pelo descarte errado do lixo. Além disso, Dona Francisca acredita que se houvesse união no bairro, “a coisa não seria assim. O povo não tem respeito...”.

Sobre a “história do muro”, que foi construído em uma área que divide o Jardim Pacaembu do Jardim Gonzaga, bem na encosta do “buracão”, Dona Francisca conta que o mesmo foi destruído recentemente pela prefeitura, a pedido de alguns moradores. A sugestão da Dona Francisca é que se construa uma praça no local onde havia o muro, num terreno que fica próximo ao salão comunitário da igreja católica.

Dona Célia, moradora no bairro há 27 anos – trabalhou na cultura de café e laranja, depois como doméstica, e ainda em um restaurante.

A situação de Dona Célia quando ingressou na Cooperativa era bastante crítica. Ela relata que faltava comida em sua casa, pois não tinha trabalho. Que em sua família havia crianças pequenas. Seu

principal objetivo na Cooperlimp era gerar renda. Assim, trabalhou desde o começo até o fim da Cooperativa, por 11 anos. Ela conta que o trabalho começou com 11 pessoas e chegou a reunir aproximadamente 300 pessoas.

Quando questionada sobre as dificuldades, ela diz que não houve. Sobre os resultados, Dona Célia afirma ter conseguido gerar renda, em suas palavras: “ter saído da sarjeta”. Dona Célia também contou que, na época em que trabalhou na Cooperlimp, seu marido foi preso, que foi um período muito difícil para ela.

Para ela, os principais problemas do bairro também estão relacionados às drogas, e afirma haver muitos “pontos de droga” no local. Ela diz que ali há muita gente invejosa, “pessoas querem estragar as pessoas, pessoas que ‘dedam’ por nada”. Segundo Dona Célia, outro problema marcante é a violência policial, que tem muita gente inocente, que não deve nada para a polícia, e sofre com a violência policial. Além disso, ela fala que faltam eventos, falta diversão. Ainda sobre o bairro, Dona Célia diz que a Estação Comunitária (equipamento público destinado ao lazer, atendimento de saúde – abriga uma unidade do PSF – e dotado de salas nas quais são oferecidos cursos diversos, mantido pela prefeitura municipal) está funcionando bem e oferece vários cursos. Para ela, as praças do bairro precisam melhorar e “o povo deveria se unir para conservar o que tem, banco quebrado, lixo, lixo pra todo lado”. Sobre a Unidade de Saúde da Família, ela aponta que a mesma não está distribuindo remédios, que não tem mais leite. Sobre as escolas na região, Dona Célia aponta como problema o corte da merenda, que faz com que as crianças saiam mais cedo das escolas.

Mas, apesar dos problemas mencionados, Dona Célia declara gostar de morar no bairro. Ela acredita que, para melhorar o local, é preciso cuidar mais das praças, mais dos brinquedos para as crianças e de saneamento básico, mencionando a necessidade de se “arrumar o esgoto no fundão”.

Dona Eliana, moradora do bairro há 27 anos – participou da Cooperlimp nos anos 90. Ficou por 10 anos e saiu porque preferiu assumir um emprego com carteira registrada. Antes de ingressar na Cooperativa, trabalhou na roça “catando laranja” e, enquanto aguardava uma oportunidade, atuou como doméstica. Dona Eliana conta que, no início do seu trabalho na Cooperlimp, a “dificuldade que tinha era

em operar máquinas”. Contudo, salienta que se superou, aprendeu os processos e depois ensinou os colegas, quando saiu e foi trabalhar em uma empresa de prestação de serviços de limpeza. Dona Eliana diz que enquanto trabalhou na Cooperlimp conseguiu gerar renda.

Dona Eliana aponta como uma das principais dificuldades do bairro os problemas relacionados às drogas, além da falta de remédios e de médicos na Unidade de Saúde da Família. Ela se mostra contente com o bairro onde mora e com a vizinhança.

Entrevistas com membros da comunidade que atuam junto à equipe NuMI-EcoSol

Com as pessoas que atuam cotidianamente em atividades apoiadas pela universidade, foi aplicado um questionário com as seguintes questões: Identificação do entrevistado (será mantido o sigilo) e duas questões abertas: 1) *Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades da atuação do NuMI-EcoSol no território?*; e 2) *Quais são as suas sugestões para a atuação do NuMI-EcoSol no território?* Em linhas gerais, as dificuldades apontadas pelas pessoas que trabalham (ou trabalharam nos últimos 03 anos) junto com a equipe da linha de ação de desenvolvimento territorial do NuMI-EcoSol foram as seguintes:

Dificuldades:

- Transição de pessoas; projetos que não têm continuidade ou que não dão maior suporte para o território. Destaca-se aqui algumas declarações: “com a transição (na cooperativa) pode acontecer de entrar uma pessoa que não sabe o que é economia solidária, que nunca foi inserido no empreendimento”. Com relação aos projetos desenvolvidos pela Incubadora: “sempre que muda o coordenador, o projeto volta ao zero”;
- A participação dos bolsistas no bairro deveria acontecer com maior frequência, assim como a dos coordenadores;
- Dificuldades constatadas para locomoção dos bolsistas da universidade até o local de atuação prática.
- Participação do NuMI no território ainda insuficiente;
- “Fazer projeto e implantar sem mostrar para a comunidade”

(segundo um número significativo de entrevistados, essa é uma prática da Incubadora);

- Necessidade de que a universidade “ajude mais com coisas que as trabalhadoras não sabem”;
- Limitações dos contratos temporários: As trabalhadoras do Banco Nascente são contratadas como agentes de desenvolvimento local, com recursos dos projetos implementados pela Incubadora. Com o fim do projeto, e até que se viabilize outro, essa remuneração é inevitavelmente interrompida.

Sugestões:

- Maior atuação do NuMI no território;
- Que sejam feitas mais pesquisas no território, antes de se escrever um novo projeto;
- Que os projetos aprovados sejam apresentados para a comunidade como um todo e também para os parceiros;
- Que sejam disponibilizados mais cursos ou palestras sobre economia solidária e autogestão para os empreendimentos existentes e para os que venham a existir no futuro;
Que seja fomentado um empreendimento de pessoas que queiram e gostem de atuar com economia solidária e que tenha como missão “dar assessoria aos empreendimentos”;
- Que a universidade participe mais dos movimentos que acontecem no território. É preciso criar um vínculo mais forte, “sair da zona de conforto e fazer divulgações e atrações no território;
- Que seja feita uma divulgação dos empreendimentos de economia solidária “do território para o território”.

Entrevistas com ex-membros INCOOP e NuMI-EcoSol que trabalharam com a Cooperlimp e com a linha de ação desenvolvimento territorial

Com os ex-membros da INCOOP-NuMI-EcoSol aplicou-se um questionário online no qual constavam dados pessoais (nome, idade, formação, período em que participou de ações etc) e as seguintes

perguntas: 1) *Sobre o projeto: quais eram os principais objetivos e quais eram as atividades?* ; 2) *Sobre avaliação: quais eram as dificuldades e os resultados significativos?*. Foram coletadas respostas com oito ex-coordenadores de projetos e cinco ex-bolsistas de graduação que participaram de ações junto a INCOOP-NuMI-EcoSol entre 2008 e 2015. Para os propósitos deste artigo, serão expostas apenas as respostas referentes aos resultados significativos e às dificuldades:

Resultados significativos:

- Fidelização da clientela da feira;
- Conquista de espaço para a economia solidária;
- Aprendizagem sobre o processo de extensão e metodologia de trabalho;
- Contato com o público externo da universidade;
- Fortalecimento de vínculos com moradores;
- Constituição do Banco Nascente;
- Melhoria no processo produtivo da cadeia produtiva da limpeza;
- Estudos: desenvolvimento de novos produtos de menor impacto ambiental e técnicas para melhorar a produção (secagem das barras de sabão);
- Formação de agentes comunitárias locais em economia solidária;
- Inserção de pessoas atendidas pelo CAPs em projetos no bairro;
- Efetivação do Banco Nascente, considerando todo o processo de formação, readequação, replanejamento e perseverança das pessoas envolvidas.

Dificuldades:

- Captação de pessoas;
- Formação de grupo fixo no bairro;
- Formação em Economia Solidária;
- Problemas pessoais no cotidiano do Banco Nascente;
- Conflitos internos no Banco Nascente e no NuMI;
- Formação de hierarquia no Banco Nascente;

- Desvalorização das ferramentas de trabalho;
- Falta de espaço próprio para a economia solidária no bairro;
- Dificuldade de deslocamento UFSCar / Território;
- Baixa articulação com a prefeitura;
- Dificuldades na divulgação das iniciativas de economia solidária no território;
- Dificuldades de estruturação da Feira Compre no Bairro (compra de barracas);
- Pouco comprometimento dos envolvidos com a Feira;
- Falta de análise de conjuntura e estudo de viabilidade no fim da Cooperlimp;
- Falta de monitoramento e avaliação das ações.

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE DT (ENQUANTO PRÁTICA NO BAIRRO E ENQUANTO LINHA DE AÇÃO NO NUMI-ECOSOL

O esforço de resgatar a constituição histórica do território é motivado e se justifica a partir do contato com as leituras realizadas sobre a noção de desenvolvimento econômico e desenvolvimento territorial. A perspectiva de Singer (1968) sobre o processo de desenvolvimento é reiteradamente colocada como situada histórica. E o termo desenvolvimento territorial se justifica também historicamente.

O contato com o resgate histórico do território chama atenção para as diversas ações “desastrosas” empreendidas pelo poder público: da permissão para a ocupação de uma área próxima a mananciais (com vistas a ganhos políticos pessoais, evidenciados posteriormente pela prática da chamada “Tenda dos Milagres”), passando pela instalação tardia de infraestrutura, até a circunstância de fechamento da Cooperlimp (motivada por ação judicial que, segundo todas as pessoas entrevistadas, atendia a interesses empresariais que estavam sendo prejudicados pela Cooperativa).

Por outro lado, chamam atenção as iniciativas de organização da comunidade local, que representaram importante exercício de protagonismo social, mas sem lograr a constituição de espaços de

representação política reconhecidos – até hoje não há registro de uma associação de moradores formalizada – permanecendo as diversas iniciativas como fatos isolados, movimentações espontâneas que rapidamente tendem a ser capturadas pela prática do clientelismo, principalmente em relação a vereadores oportunistas. Nesse sentido, é compreensível que muitos (moradores, cooperados, apoiadores e até membros da própria incubadora) tenham adotado uma visão em que estratégias de desenvolvimento territorial deveriam se afastar do poder público, permanecendo de alguma forma “puras”, ao contar apenas com o potencial endógeno e de auto-organização das comunidades. É importante assinalar que tais visões podem ser úteis à despolitização, abrindo espaço a projetos políticos (conservadores) e doutrinas econômicas (neoliberais) que não priorizam a democratização da gestão pública, ou pressupõem a redução das responsabilidades do Estado. Reitera-se que os autores deste ensaio não compartilham com essas visões.

Por outro lado, entende-se que a universidade (aqui representada pelo NuMI-EcoSol) como promotora de conhecimento científico, deva ter como papel social a produção de reflexão, análise e conteúdo sobre as formulação e aplicação das políticas públicas. Principalmente no que tange o desenvolvimento de bairros periféricos. Quando se utiliza a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, o ato de refletir, analisar e propor políticas públicas em conjunto com os moradores é algo indispensável, de forma a promover não só a superação das dificuldades “materiais”, mas também a emancipação e o protagonismo político dos coletivos, com vistas a uma efetiva participação e controle social no âmbito do Estado (ou de organizações a serviço deste).

De todo modo, o que se faz urgente e indispensável é que as três esferas do setor público passem a investir muito mais em políticas públicas que visem a superação da pobreza e a promoção do desenvolvimento a partir de uma perspectiva local (ou territorial), o que implica que estas sejam construídas necessariamente em conjunto com as populações (considerando seus anseios, a valorização de suas origens, as especificidades de cada território ou localidade); e que sejam políticas consistentes (não vulneráveis a alterações de orientação política

por parte dos grupos que ascendem ao poder executivo) e duradouras; por fim, que a execução destas políticas seja responsabilidade de equipes mais estáveis – com um horizonte de trabalho de longo prazo e garantia de direitos trabalhistas.

Sobre a atuação da(s) equipe(s) de desenvolvimento territorial, é importante resgatar que desde 2014 (quando o principal empreendimento apoiado pela Incubadora passou a ser o Banco Nascente) uma das hipóteses sobre as dificuldades envolvendo as práticas econômicas solidárias no território era a de que a experiência mal sucedida das cooperativas – sobretudo as de limpeza – teria deixado como legado uma grande dificuldade em angariar pessoas interessadas em apostar na economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda.

Entretanto, as entrevistas evidenciaram aspectos positivos que não corroboram com a hipótese de que haveria um “grande trauma” envolvendo as experiências com EcoSol, especialmente após o fechamento da Cooperlimp. Ao contrário, os ex-membros daquela iniciativa salientaram, quase que unanimemente, que estariam, sim, dispostos a apostar em novos EE’s, sempre lembrando o quanto suas vidas melhoraram na época em que aderiram àquela experiência.

Sobre o conteúdo das entrevistas com os moradores apoiados atualmente pelos projetos de extensão empreendidos pelo NuMI, a atual equipe de DT realizou, durante a execução do projeto e em conjunto com a equipe do Banco Nascente, uma discussão “ponto por ponto” sobre as dificuldades percebidas. Os resultados foram coerentes com as informações captadas junto a ex-membros que atuaram na equipe em projetos mais antigos: foi reforçada a importância da avaliação periódica das ações, tendo como fundamental a participação do público envolvido (e para além dos próprios empreendimentos). Mas outros aspectos também merecem ser analisados:

A falta de uma análise de conjuntura e estudo de viabilidade, sobretudo na fase final da Cooperlimp, pode indicar que análises deste tipo também têm sido insuficientes em outros momentos e para outras ações apoiadas. O monitoramento e avaliação das ações surgiram como um grande desafio a ser enfrentado em todo e qualquer projeto desenvolvido com financiamento captado externamente, pois o ritmo de trabalho necessário no cotidiano das ações acaba por inviabilizar as paradas para avaliar resultados, indicadores, percepções.

A transição entre projetos que tratam dos mesmos objetos (EE's) também se revelou problemática. A precariedade do vínculo de trabalho dos profissionais que atuam na Incubadora gera ao menos duas situações muito negativas: a rotatividade de pessoal e a descontinuidade das ações que envolvem cada novo projeto. No primeiro caso, o problema se revela no contato de cada novo “profissional incubador” com uma realidade local e com as pessoas, que permanecem as mesmas de antes, mas que serão foco de um inevitável processo de aprendizado, por parte do novo contratado, e de aceitação, por parte dos cooperados, e esse processo leva meses. No segundo caso, observa-se a ausência de um “fio condutor” que possa garantir que as ações iniciadas em um projeto sejam retomadas posteriormente por outro projeto. Isso gera uma limitação da capacidade de aproveitamento da experiência acumulada (que a perenidade dos profissionais ajudaria a resolver). Por mais que antigos relatórios sejam lidos e relidos, eles não contam tudo. E “a roda continua a ser reinventada” em cada novo projeto.

Nesse sentido, uma possível forma de mitigar os problemas elencados acima passaria por uma aproximação mais efetiva entre os espaços decisórios do próprio NuMI-EcoSol e a comunidade atendida. Nessa perspectiva, a linha de ação Desenvolvimento territorial optou por realizar suas reuniões periódicas no território e contar sempre com a participação das trabalhadoras do Banco Nascente. Num primeiro momento, tal iniciativa cumpre apenas o papel de promover o diálogo entre a comunidade atendida e o trabalho a ser desenvolvido, já definido em projeto. Mas a ideia é ampliar a participação das trabalhadoras até que estas possam contribuir, de fato, na definição das diretrizes a serem incorporadas em projetos futuros, bem como na sua confecção.

É importante acrescentar que o exercício de reflexão até aqui empreendido dialoga muito com as observações metodológicas presentes no artigo “O lazer cotidiano no Jardim Gonzaga”. Tais observações destacam a relação dos que não são do bairro com os que nele vivem, e remetem à problemática atualmente enfrentada pela equipe do NuMI-EcoSol, considerando sua alta rotatividade. O trecho seguinte ilustra bem isso:

A partir de nossa presença no bairro percebemos muito claramente que realmente trazemos em nosso corpo e

em nossos movimentos marcas do que somos e de onde viemos. Logo no primeiro dia, em visita ao bairro, foi possível observar, em um rápido olhar, a percepção deles sobre não pertencermos àquele “território” (este espaço construído social e culturalmente) e de como tanto o nosso olhar, quanto o deles apresentavam traços de estranhamento, que até hoje não sabemos se com a convivência se diluíram ou apenas provocaram uma mudança de enfoque (CAMPOS, et al. 2003, p. 5).

O destaque dado a este trecho tem a ver com discussões frequentes no âmbito das equipes de incubação, sempre reiniciadas quando novos bolsistas ou profissionais contratados são incorporados à equipe: não se pode desconsiderar que universitários em geral (com raras exceções) são como estrangeiros, alienígenas ao bairro. Ao passo que os projetos desenvolvidos possuem, invariavelmente, objetivos que exigem a construção de relações de confiança junto à população, ao mesmo tempo têm um prazo de implementação determinado – e exíguo... O grande problema aqui reside no fato de que, diante de fontes de financiamento cada vez mais escassas e uma demanda cada vez maior, os proponentes tendem a inserir em seus projetos metas cada vez mais ambiciosas (para garantir sua aprovação), sem que o recurso tempo possa ser ampliado. Isso acaba gerando a frustração de expectativas, fato que, a longo prazo, certamente compromete a confiança da população em relação ao trabalho da Incubadora, assim como já ocorre em relação a muitas políticas públicas.

Outro problema detectado foi a falta de um espaço próprio para a economia solidária no território atendido, o que traz vários empecilhos para a atuação do NuMI-EcoSol naquele conjunto de bairros. Atualmente, os espaços são “emprestados” (cedidos por paróquias ou eventualmente reservados junto a equipamentos públicos, como os mencionados Centro da Juventude e Estação Comunitária). Diante desse cenário, seria fundamental a viabilização de um espaço próprio para as iniciativas de economia solidária, seja destinado à realização de atividades como cursos, oficinas, reuniões etc., seja à produção e comercialização.

Por fim, um problema bastante visível – e reiterado por todos os entrevistados do território – que traz dificuldades incomensuráveis

para a efetividade de quaisquer iniciativas junto à comunidade (ou a partir da própria comunidade), é a violência. Violência policial, violência ligada ao tráfico de drogas, violência doméstica, violência simbólica, banalizada pela falta de acesso à infraestrutura e serviços básicos e reiterada sempre que um morador é tratado com preconceito simplesmente por morar onde mora. Trabalhar com a ideia de reforçar laços comunitários em uma comunidade marcada pela violência é um enorme desafio, sendo que, nesse contexto, qualquer resultado mensurável só se faz possível no longo prazo e a partir de muitas reflexões necessárias ao aprimoramento do modo de atuar da Incubadora e da Universidade. E, contando com o mesmo compromisso por parte de outras instituições parceiras.

Com tais considerações, não se pretende estabelecer diretrizes sobre o que há de ser feito para que os desafios socioeconômicos sejam adequadamente tratados – esse assunto é demasiado complexo e sua resolução requer dados muito mais amplos e análises mais aprofundadas. Mas, espera-se que a escala reduzida do caso aqui apresentado contribua para revelar questões que, se em alguma medida forem compartilhadas por outras experiências, possam fomentar discussões capazes de atingir um universo maior de agentes “transformadores da realidade”, que em conjunto terão, talvez, condições de realizar proposições úteis ao que se supõe ser o objetivo de todos: construir uma sociedade mais justa e menos desigual.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local – caminhos e desafios para a construção de uma agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. In: SILVEIRA, C. M., **Desenvolvimento Local: marcos conceituais e históricos**. Rede Dlis, v. 29, 2004.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Unicamp, 2007.

CAMPOS, S. E. A. et al. O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga – São Carlos. ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15, 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: SESC, 2003. CD-ROM.

CORTEGOSO, A.; SHIMBO, I.; MOYA, R. “Contradições entre interesses e necessidades populares, e a ação do poder público em relação às cooperativas de serviço – caso Cooperlimp”. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA “A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB DIVERSOS OLHARES”, São Paulo, 2012.

FARACO et al. “Percepção ambiental na microbacia do córrego da água quente, São Carlos – SP: Áreas degradadas como fatores de influência na qualidade de vida da população”, São Carlos, 2012. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/VII-048.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, 24 (68), 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. rev. e ampl. p. 452, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LUSSI, I. A. O. ; FREITAS, M. M.; SHIMBO, I. Proposição de diretrizes de Políticas Públicas de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: atuação da INCOOP/UFSCar. 7 SEMINÁRIO ACADÊMICO INTERNACIONAL PROCOAS, AUGM, 2011.

_____. ; MORATO, G. G. Saúde Mental, Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: a experiência do NuMI-EcoSol/UFSCar. II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012.

PIORE, M., SABEL, C. **The second industrial divide**. New York: Basic Books, 1984;

PUTNAN, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. São Paulo: Editora FGV. 1996.

SILVEIRA, C. M., **Desenvolvimento Local**: marcos conceituais e históricos. Rede Dlis, v. 29, 2004.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1968.

TRONCON, T. R. **Fronteiras em disputa na produção da cidade**: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro de periferia. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação Política, Memória e Cidade. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.



Produção destrutiva, agroecologia e ensino médio integrado do Movimento Sem Terra

Henrique Tahan Novaes

ESTE CAPÍTULO APRESENTA os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo geral analisar a contribuição do Movimento Sem Terra – MST para a educação integrada e como objetivos específicos: a) analisar os princípios pedagógicos das escolas de ensino técnico integrado ao médio do MST; b) verificar como os princípios da agroecologia estão presentes nos cursos de ensino técnico integrado ao médio do MST do Estado de São Paulo.

Historicamente a educação profissional estatal tendeu a especializar/adestrar os trabalhadores tendo em vista a sua inserção, na melhor das hipóteses, no mercado de trabalho. Diante da crise estrutural do capital, da qual pode-se destacar a crise crônica do desemprego-subemprego e o colapso ambiental, os movimentos sociais têm criado espaços de resistência, como assentamentos baseados na produção e comercialização agroecológicas. Ao mesmo tempo, criam-se escolas técnicas que ajudam a reproduzir essas novas formas de produzir, baseadas nos princípios da agroecologia. Diante disso, surgem as seguintes perguntas: será que essas escolas técnicas do MST se diferenciam da escola técnica estatal integral? Como se dá a integração do ensino técnico com o médio? Como os princípios da agroecologia aparecem nas mesmas?

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS, COLAPSO AMBIENTAL, “REVOLUÇÃO VERDE” E AGROECOLOGIA

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (MÉSZÁROS, 2004, p. 77).

Nos últimos dois anos a população foi “surpreendida” por duas notícias: a) a fusão da Bayer com a Monsanto, duas “corporações-monstro”, agora como uma corporação muito maior; b) a ONU anunciou que o Sudão do Sul entrou no mapa da insegurança alimentar¹.

Segundo outro relatório da ONU, cinco bilionários detêm a riqueza equivalente à metade da população mundial e cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente (ZIEGLER, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhoria. Ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, concentração da renda e intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos.

¹ “A ONU informou nesta segunda-feira (4) [setembro de 2017] que mais de 100 mil pessoas estão sofrendo de fome no Sudão do Sul e que cerca de 1 milhão está à beira da insegurança alimentar no país. “A fome tornou-se uma realidade trágica em partes do Sudão do Sul, e os nossos piores temores foram realizados”, disse o representante da FAO no país, Serge Tissot, em comunicado à imprensa emitido em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

“Muitas famílias têm esgotado todos os meios que têm para sobreviver”, acrescentou, explicando que essas pessoas são na maioria agricultores que perderam seu gado e até mesmo suas ferramentas agrícolas. A situação é a pior catástrofe de fome desde que os combates estouraram, há mais de 3 anos, entre as forças rivais – o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA); as partes leais ao presidente Salva Kiir; e o Exército de Libertação do Povo do Sudão em Oposição (SPLA-IO). De acordo com a FAO, o UNICEF e o PMA, 4,9 milhões de pessoas – mais de 40% da população do Sudão do Sul – precisam de assistência urgente de alimentos e necessitam de ajuda para cultivar plantas” (ONU, 2017).

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: haverá o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros (PIRES; NOVAES, 2016).

AS “CORPORAÇÕES-MONSTRO” E O FETICHISMO DA “REVOLUÇÃO VERDE”

Diversos autores têm se pronunciado sobre a ofensiva das corporações transnacionais desde os anos 1960. Jean Ziegler (2013), por exemplo, – no livro “Destruição em massa – geopolítica da fome” – chama as corporações capitalistas de “Tubarões-Tigre”. Trata-se de um nome bastante sugestivo para representar a ofensiva das corporações em todas as esferas da vida. Como foi visto nas páginas acima, Mészáros (2004) as denomina de “corporações-monstro”. Outros preferem denominá-las de “Polvos”, cheios de tentáculos agarrando territórios e pessoas. Atuando como verdadeiros Estados Nacionais, sendo muitas delas mais fortes que muitos países, as corporações transnacionais jogam seus tentáculos ou seus dentes vorazes e afiados em tudo e em todos.

Na virada do século XIX para o século XX há o surgimento das grandes corporações capitalistas (ZIEGLER, 2013). No século XX as gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas lançaram novos produtos no mercado, novas formas de gerir a força de trabalho, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assassinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais, dentre outros.

No filme “A corporação” (The Corporation) é possível ver a ascensão das corporações e seus tentáculos em todas as dimensões da vida. Juridicamente são impessoais, mas têm por trás bilionários, fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital².

A partir dos anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China, e de destruição do Estado de Bem-Estar Social na Europa, há uma nova investida das corporações capitalistas. Através do desenvolvimento tecnológico que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo, e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passam a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de “Big Brother Corporativo” em paralelo aos sistemas de informação dos Estados Nacionais.

Nos dias de hoje, o controle realizado pelas corporações capitalistas na vida da sociedade é estarrecedor. Elas controlam tudo o que se faz no trabalho, nos e-mails, descobrem hábitos de consumo com sites espões, usam drones para matar e fazer entregas. No *Facebook* acompanham as “imagens” dos usuários e atuam rapidamente se algum problema vier a acontecer.

Ao conhecer algumas obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC é possível perceber o enorme poder das grandes corporações no campo da produção e da vida social em geral. Entre as maiores obras do Programa, destacam-se as Usinas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia). As empreiteiras exploram trabalhadores, confinam os mesmos em alojamentos de péssima qualidade, roubam a vida de ribeirinhos, promovem deslocamentos em massa de trabalhadores para as obras. As obras trazem inúmeros impactos na fauna e na flora, surgem centros de prostituição, mulheres grávidas abandonadas, há o deslocamento de atingidos por barragens, dentre inúmeros aspectos. Como braços do capital, surgem nas regiões as

² Diretores do Filme: Mark Achbar e Jennifer Abbot. Canadá, 2003.

ONGs, institutos e fundações para abrandar os impactos das obras³.

Em nome do “progresso” da região, de fazer “nascer uma nova Amazônia”, do “emprego para o desenvolvimento da região e do país”, “de atração de indústrias”, os tubarões-tigre têm como objetivo a “autovalorização do capital” – cada vez mais financeirizado.

Da mesma forma, muitas corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e da comercialização de commodities produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores etc. No site de uma dessas corporações consta que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade” (PINHEIRO MACHADO; PINHEIRO MACHADO FILHO, 2014).

Em Minas Gerais, a Vale, coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015⁴. Ainda em 2015, as corporações promoveram outra “irresponsabilidade” no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Segundo Bhagavan (1987) apud Mészáros (2004), que faz uma análise da chamada “revolução verde” e seu fetichismo:

A irrigação, os fertilizantes, os pesticidas, a mecanização agrícola e as instalações para o bom armazenamento dos grãos são os ingredientes tecnológicos essenciais na estratégia da alta-variedade-de-produção (high-yieldind-variety, HYV) da revolução verde. Os

³ Michel Torres (2017) mostra como o braço das corporações, isto é, Fundações, Institutos e ONGs a) produzem relatórios nada ingênuos de como “resolver” a questão social; b) realizam seminários, fóruns, encontros, para construir e delinear a estratégia de intervenção social; c) formulam políticas de privatização da assistência social, de concessões, de criação de escolas charter, parcerias público-privadas etc.; d) formulam estratégias para aumento do desempenho dos servidores públicos; f) formam ou reúnem mensalmente os gestores, secretários, supervisores dos sistemas de ensino e gestores da assistência social para pensar estratégias educacionais de “desenvolvimento solidário” e “desenvolvimento local”.

⁴ Lira Itabirana: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais. E multinacionais, quantos ais! A dívida interna. A dívida externa. A dívida eterna. Quantas toneladas exportamos. De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro?” Carlos Drummond de Andrade.

ingredientes econômicos essenciais são a disponibilidade de crédito e bons preços de insumos para os fazendeiros. A disponibilidade desigual desses ingredientes tecnológicos e econômicos produziu um grande aumento nas disparidades existentes entre os estados e entre as diferentes classes de fazendeiros nos estados. Os estados com boa irrigação, em que os fazendeiros de nível médio constituem a maioria dos agricultores... mostraram índices de crescimento anual na produção de cereais... A maior parte da revolução verde ocorreu nesses três estados. Os estados com pouca irrigação, com pequenos e marginais camponeses e trabalhadores sem terra compondo a maioria rural registraram índices muito baixos de crescimento da produção de cereais... Falando de modo geral, não mais de meia dúzia dos 22 estados da Índia (excluindo-se os nove territórios federados) têm se beneficiado da estratégia da HYV, e neles os benefícios atingiram principalmente os médios e grandes fazendeiros (BHAGAVAN, 1987, p. 63-64 apud MÉSZÁROS, 2004, p.140).

As consequências da “revolução verde” foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros. Ziegler (2013), no livro “Destruição em massa – a nova geopolítica da fome”, se pronuncia sobre a “revolução verde” e mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade⁵.

Rogério Macedo (2015), dialogando com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho”, e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação

⁵ Jean Ziegler é um intelectual suíço e foi secretário da ONU. Seu livro (ZIEGLER, 2013) vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial.

capitalista . A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares (MACEDO, 2015, p. 311-312).

Não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderia ser chamado de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam esse novo mercado e se adequaram às bandeiras “ambientalmente sustentáveis”.

LUTAS PELA AGROECOLOGIA E A AGENDA AGROECOLÓGICA DO MOVIMENTO SEM TERRA – MST

Na segunda metade dos anos 1970 surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, creches, saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens, pela utilização adequada da floresta (Amazônia) etc. eclodiram em todos os cantos do país (SADER, 1988).

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Não foi possível as diretas já. O capital esteve no controle dessa transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se a sociedade estava mesmo entrando na fase da “Nova República”.

No que se refere às lutas contra a “revolução verde”, para Mészáros (2004) esta “criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo”. Para a população, o Movimento Sem Terra – MST é um dos movimentos sociais que está promovendo a denúncia do pacote da “revolução verde” e ações práticas voltadas para a promoção da agroecologia.

O MST surgiu em 1984 e tem, desde 1995, um setor de gênero, configurando uma espécie de “luta dentro da luta”. Na luta por terra surgem inúmeras lutas na terra, como a ambiental, a de gênero, por cooperação e estímulo ao cooperativismo, contra a transgenia, pela soberania alimentar etc.

Em Novaes (2012) e Novaes e Pires (2016) mostra-se que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. A agenda agroecológica do MST é composta de alguns princípios, dos quais destaca-se: a) soberania e segurança alimentar; b) reforma agrária popular; c) denúncia do pacote da “revolução verde” (agrotóxicos, adubos sintéticos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas); d) experimentação prática da agroecologia; e) igualdade de gênero; f) promoção do trabalho associado; g) comercialização popular; h) agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas voltada para a promoção da agroecologia.

AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO MST: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS, AGROECOLOGIA E FORMA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO TÉCNICO E ENSINO MÉDIO

Em linhas gerais, a pequena quantidade de escolas de agroecologia vinculadas aos movimentos sociais deve ser compreendida dentro

do contexto de ofensiva do capital⁶. Mônica Molina, Lizete Arelaro e Wolf (2015) mostram o incisivo assédio de empresas dedicadas às monoculturas – vinculados ao agronegócio – às escolas do campo.

Em Teodoro Sampaio, SP, a empresa denominada “Usina Odebrecht Agroindustrial”, a partir de diferentes estratégias de envolvimento do poder público municipal, de membros da comunidade, de lideranças e de agentes da escola, através do “Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local”, tem conseguido se inserir nas escolas do campo da região disseminando e promovendo contra valores entre os docentes, os discentes e a comunidade, enaltecendo os “benefícios” do agronegócio para o território, dificultando a compreensão das imensas contradições que sob esse modelo agrícola se escondem. Uma das mais perversas tem sido o convencimento da juventude das áreas de Reforma Agrária da região, de abrir mão da maior vitória alcançada com a luta pela terra, que significa o domínio desse meio de produção, convencendo esta juventude a vender sua força de trabalho a essas empresas monocultoras, conseguindo inclusive, que muitas famílias acabem arrendando seus lotes para essas mesmas empresas (MOLINA; ARELARO; WOLF, 2015).

Do outro lado do *front*, a construção dos Centros de Agroecologia do MST está ligada aos objetivos fundadores do Movimento Sem Terra: “lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” e mais recentemente a disputa pela matriz produtiva, tendo em vista a produção de alimentos saudáveis.

Nesse contexto, os princípios pedagógicos dos Centros de Agroecologia do MST são:

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem

⁶ Poderíamos ir até mais longe, pois a ofensiva do capital impede o surgimento de escolas de movimentos sociais e ao mesmo tempo fecha escolas rurais e urbanas. Isso pode ser visto, por exemplo, no excelente documentário “Granito de Arena” sobre o fechamento de escolas técnicas rurais no México, e os inúmeros artigos que saíram sobre as ocupações de escolas no Brasil nos últimos anos. Vale a pena consultar os textos da Seção 22, dos professores do sul do México e dos docentes de Neuquén (Argentina).

Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;

- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
- Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;
- Ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa;
- Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando – se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro (LIMA, 2015, p. 87).

A criação dos Centros de Agroecologia do MST representa: a) um espaço importante, em construção, na formação técnica e política de jovens do campo; b) na socialização do conhecimento histórico crítico e científico produzido pela humanidade; c) na integração entre conhecimento técnico e de ensino médio; d) na aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, apoiando a construção de ações coletivas de comum interesse; e) na promoção da agroecologia (LIMA, et al. 2012, p. 194; PIRES, 2015).

Os fundamentos teóricos metodológicos que norteiam o Projeto Político-Pedagógico – PPP dos cursos desenvolvidos nos Centros de Agroecologia do MST estão fundamentados na *práxis* política e educativa dos princípios da pedagogia socialista, da educação popular, do materialismo histórico dialético e da “Pedagogia do Movimento Sem Terra” (GUHUR, 2010; LIMA et al., 2012; PIRES; NOVAES, 2016).

Consultando a obra de Caldart (2000, p. 315), constata-se que a formação do sem terra tem como principal sujeito pedagógico o MST, “como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem”. Dentro disso, a Pedagogia do Movimento, tem sua matriz formativa desenvolvida sob cinco dimensões: a) pedagogia da luta

social; b) pedagogia da organização coletiva; c) pedagogia da terra; d) pedagogia da cultura; e e) pedagogia da história.

Buscando articular trabalho, educação, escola e comunidade, a proposta educativa dos cursos de agroecologia desenvolvida nos Centros, além da Pedagogia do Movimento Sem Terra, também tem como referência o conceito de “trabalho socialmente necessário” desenvolvido por Viktor Shulgin (2013).

Dessa forma, o “trabalho socialmente necessário” propõe a base da vida escolar, não como uma mera adaptação, adestramento das mãos e/ou método de ensino, mas ligado organicamente e estreitamente com o ensino.

Usualmente a integração significa compreender os “fundamentos científicos do trabalho” geralmente negados à classe trabalhadora. Distinta da formação aligeirada, adestradora e voltada para o mercado de trabalho, na escola única o objetivo principal não é distribuir desigualmente os conhecimentos de acordo com a classe social de origem. Para Freitas (2012), a falsa dualidade entre formar técnicos ou formar para o ensino médio é superada na “escola única do trabalho” com a bandeira da “integração” entre conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos. Ciavatta e Ramos (2012) observam que a expressão Ensino Médio Integrado significa muito mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional: “ela busca recuperar as concepções de Educação politécnica, educação omnilateral e escola unitária” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 306).

Nesse sentido, os Projetos Políticos Pedagógicos dos Centros de Agroecologia vão ser construídos com base na Pedagogia do Movimento Sem Terra, que tem uma certa influência dos princípios e conceitos desenvolvidos pelos pedagogos soviéticos, entre eles Pistrak e Shulgin. Nessa perspectiva, o trabalho como princípio educativo, a auto-organização, a relação com a comunidade são princípios que compõem seu PPP e seu Projeto Metodológico – Promet como é possível observar no caso da Escola José Gomes da Silva (EJGS-Paraná), apresentado no Quadro 1:

QUADRO 1 – PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA ESCOLA
JOSÉ GOMES DA SILVA – PARANÁ

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Direção coletiva	Todas as instâncias serão formadas por comissões de trabalhadores/as com igual direito e poder. As decisões serão tomadas, prioritariamente, por consenso político.
Divisão de tarefas	Estimular e aplicar a divisão de tarefas e funções entre os sujeitos dos coletivos valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo.
Profissionalismo	Todos os membros dos setores e coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções. Considerando profissionalismo sob dois aspectos: a) transformar a luta pela terra e a organização do Movimento como sua profissão militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela; b) Ser um especialista, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas, tendo em vista o conjunto da organicidade do Movimento.
Disciplina	Aplicar o princípio de que a disciplina é o respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, mas, sobretudo de tarefas e missões.
Planejamento	Aplicar o princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da organização.
Estudo	Estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do Movimento. A organização que não formar seus próprios quadros políticos não terá autonomia para conduzir as lutas.
Vinculação com as Massas	A vinculação permanente com as massas de trabalhadores/as é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Das massas devemos aprender as aspirações, anseios e a partir de sua experiência, corrigir nossas propostas e encaminhamentos.
Crítica e autocrítica	Aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de nossos atos e, sobretudo ter a humildade e grandeza de fazer a autocrítica, procurando corrigir os erros e encaminhar soluções.

Fonte: Organizado por Pires (2015)

Por meio desses princípios pedagógicos, propõe-se que a formação seja desenvolvida desde um trabalho pedagógico voltado

para a vivência de novas relações sociais, a organicidade⁷, o trabalho, até o aprendizado em uma dimensão coletiva e participativa.

Partindo da organicidade, os educandos e educandas que participam dos cursos de técnicos em agroecologia, por exemplo, vão ser organizados em Núcleos de Base e equipes de trabalho. O trabalho aparece “como provocador de novas aprendizagens, com o paradigma prática-teoria-prática, produzindo conhecimento sobre a realidade” (LIMA et al., 2012, p. 11).

A organização dos tempos educativos se dá em consonância com as outras esferas de ensino e aprendizagem nas equipes de trabalho (autosserviço) e nas unidades produtivas da escola (autossustento), conforme apresentado no Quadro 2:

**QUADRO 2 – DESCRIÇÃO DOS TEMPOS EDUCATIVOS DA TURMA
“REVOLUCIONÁRIOS DA TERRA”**

TEMPO EDUCATIVO	DESCRIÇÃO
Tempo aula	É o tempo em que são desenvolvidas as disciplinas e eixos temáticos nas áreas do conhecimento do currículo do curso. Os eixos temáticos referem-se a: disciplinas do momento de escolarização dos educandos, temas do caráter técnico entre outros. Pode haver algumas mudanças, pois é preciso conciliar com as agendas dos educadores/as.
Tempo leitura	Atividade destinada à leitura e estudos dirigidos individuais, orientados pela necessidade de cada educando de se apropriar de determinados assuntos, com objetivo de construir um método adequado do estudo e desenvolvimento do hábito de leitura, da pesquisa e desenvolvimento intelectual, proporcionando momentos de socialização das mesmas no conjunto da turma.

⁷ O termo organicidade é bastante usado nos debates internos do MST, seu significado e conteúdo abrangem: ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes – quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos, acumular forças. Tudo isso ajudará na elaboração da estratégia na luta política pela Reforma Agrária, dando condições de fazer a disputa política na sociedade brasileira (MST, 2005).

Tempo trabalho	É definido em vista às demandas internas da EJGS, contribuindo para a produção e manutenção nos diversos setores/unidades do Centro/escola e atividades necessárias ao bem-estar da comunidade e à formação de valores sociais e humanistas. Nesse sentido, o tempo trabalho deve acontecer como elemento formativo que desenvolve a coletividade, a organização e a cooperação. A inserção dos educandos/as também cumpre papel de realizar pesquisas produtivas, contribuindo no planejamento das atividades e na construção orgânica dos setores.
Tempo oficina e seminário	Destinado ao aprendizado e desenvolvimento de habilidades específicas aos focos de capacitação da turma. É o tempo previsto para que os educandos dominem novas atividades. Também pode ser usado para qualificação do trabalho nas unidades de produção. É organizado conforme a dinâmica das aulas e leituras.
Tempo mística	A mística é a alma da identidade Sem Terra. A EJGS tem a tarefa de resgatar o amor ao trabalho e a pertença do educando e da comunidade Sem Terra à classe trabalhadora. A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso precisa-se dela no início de grandes atividades e resgatá-la em vários momentos do dia. Essa atividade é de responsabilidade dos núcleos de base. Deve-se aprender a trabalhar e vivenciar a mística, cultivar a luta dos trabalhadores, datas importantes e conquistas. Também é o tempo de conferência dos núcleos de base e de informações.
Tempo reflexão escrita	Destinado ao registro das vivências e experiências que cada educando vai extraindo do processo educativo do Centro e do curso, que contribuirão na sua militância. É o momento que o educando tem para refletir sobre sua prática cotidiana e os desafios a serem superados. Para isso, cada um terá um caderno específico, essa tarefa será feita cotidianamente, a partir da organização de cada sujeito. O mesmo será solicitado pela coordenação pedagógica para acompanhamento semanalmente.
Tempo cultura e lazer	Destinado para atividades culturais, teatros, danças, visitas, músicas, cultura camponesa entre outras. A equipe de comunicação e cultura terá a responsabilidade de coordenar esse tempo, que será organizado conforme as demandas apresentadas pela turma.

Tempo núcleo de base	Destinado à discussão e encaminhamentos gerais da turma e do curso, sendo também um espaço de estudo e debate para a auto-organização dos educandos nos processos de organicidade da EJGS e do MST.
Tempo notícia	É o momento destinado para acompanhar os noticiários através da televisão, jornais, revistas, fazendo uma reflexão crítica sobre os fatos que são noticiados pela mídia. Incluem-se também vídeos, documentários e palestras. Essa atividade será de inteira responsabilidade da unidade de cultura, junto à equipe de comunicação e com orientações da CPP.
Tempo estudo complementar	A intenção desse momento é proporcionar aos estudantes espaço de auto-organização para os estudos individuais e/ou coletivos, realizações de trabalhos das disciplinas e outras atividades.
Tempo mutirão	Visa contribuir com o cuidado da escola, com a valorização das pequenas tarefas, com o embelezamento do espaço público coletivo. Também é usado para fazer uma limpeza geral nas dependências da escola. É discutido conforme a dinâmica e demanda da EJGS.
Tempo comunidade	Os objetivos desse tempo são: realizar atividades delegadas pela organização da qual o educando faz parte; comprometer-se com a execução das linhas de produção alternativa; desenvolver atividades orientadas pelos educadores das disciplinas e pela coordenação pedagógica; desenvolver práticas de campo. A cada etapa esse trabalho será avaliado e reencaminhado. Os educandos desenvolverão as atividades que serão acompanhadas pela coordenação política pedagógica do curso, técnicos, coletivos dos setores do MST e direções das brigadas.

Tomando como referência os apontamentos de Shulgin (2013) sobre o “Trabalho socialmente necessário”, observa-se que a PPP dos Centros do MST propõem três pontos básicos importantes: 1) orientado para melhoria econômica e da vida; 2) pedagogicamente valioso; e 3) estar em conformidade com as forças e particularidades dos adolescentes.

Os tempos educativos, descritos no quadro acima, reforçam os princípios de que a “escola é um lugar de formação humana, e por isso as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhada pedagogicamente”. Dessa forma, “os tempos educativos contribuem no processo de organização dos educandos levando-os a gerir interesses, estabelecer prioridades e assumir responsabilidade” (LIMA et al. 2012, p. 12).

Cada tempo educativo, além de ser parte estruturante da formação dos futuros técnicos, tem a característica de ser integrada quando apresenta a intencionalidade de fazer com que eles vivenciem e compreendam a Escola e o curso como um todo, por meio do princípio prático do “trabalho socialmente necessário”.

Pires (2015) observa que os cursos de técnicos em agroecologia dos Centros do MST têm o objetivo de:

[...] formar profissionais comprometidos com a implantação de modelos de desenvolvimento rural sustentável, na sua forma multidimensional, ou seja, profissionais que tenham uma compreensão de uma variedade de dimensões do conhecimento como a “agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, entre outros (PIRES, 2015, p. 115).

Destaca-se também, a atenção dada ao objetivo de “desenvolver o hábito da leitura, da pesquisa, do estudo e da elaboração escrita”, com o intuito de “promover a integração entre os diferentes níveis de conhecimento”. Na mesma vertente, aponta a intencionalidade de formar profissionais pesquisadores com “visão humanista, valores éticos e holísticos, conscientes e socialmente comprometidos, além de inseridos como sujeitos ativos nas lutas dos movimentos sociais” (GUHUR, 2010)

A inter-relação entre o trabalho, a auto-organização e a relação com a comunidade, os cursos funcionam no regime de alternância, articulado em dois tempos complementares: o tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC), que até certo ponto podem ser compreendidos como uma organicidade intencional, com respeito

a superar as formas de ensino que Shulgin (2013) denominou de “complexos sentados”⁸.

Nesse sentido, Guhur (2010) salienta que:

Os cursos formais do MST são organizados no regime ou sistema de alternância, combinando períodos de atividades na escola (e também atividades de campo promovidas pela escola), o Tempo Escola (TE), que é um tempo/espaço presencial; e períodos nas comunidades de origem dos(as) educandos(as), o Tempo Comunidade (TC), que pode ser entendido como um tempo/espaço semi-presencial. Importante salientar que “comunidade de origem” está aqui diretamente vinculada ao movimento social ao qual o educando pertence; é no TC que a Pedagogia do Movimento atua com mais força. Assim, “para os Sem Terra, o MST é o pedagogo do TC” (ITERRA apud GUHUR, 2010, p. 156).

Além das atividades que compõem o tempo escola, caracterizado como a participação orgânica e colaborativa entre a coordenação política pedagógica, as famílias que residem no Centro e os próprios estudantes na condução dos processos pedagógicos de manutenção, produção e auto-organização da escola e do ensino⁹.

Dominique Guhur (2010, p. 156) coordenadora da Escola Milton Santos, faz a seguinte observação:

No TC, os (as) educandos (as) desenvolvem trabalhos dirigidos pela escola, tais como: leituras, registros, pesquisas de campo, estágios, experimentações e cursos complementares. Além disso, devem participar ativamente na organicidade e nas lutas do Movimento Social de que fazem parte, e manter o enraizamento na comunidade ou coletivo de origem, participando de suas atividades (às vezes, o Movimento Social responsável

⁸ Os complexos sentados são a formação promovida pelas instituições de ensino baseando-se unicamente no ensino teórico e livros didáticos, faz referência a uma leitura da realidade, contudo, não se inserem numa vivência prática da realidade estudada (SHULGIN, 2013).

⁹ Para uma leitura mais centrada na questão da gestão participativa dos Centros/Escolas de Agroecologia do MST no Paraná, ver a dissertação de Laís dos Santos (2015).

pode enviar os educandos a outra comunidade em determinados TC, ou os educandos podem permanecer na escola, contribuindo para sua construção ou manutenção).

Entende-se que o TC é o tempo em que os educandos e educandas, seguindo orientações dos tempos educativos dos educadores e das demandas locais durante o TE, inserem-se em sua localidade com a intenção de aproximar os conhecimentos adquiridos, fazendo o enfrentamento entre a contradição do real com o ideal, ou seja, a transição do paradigma da chamada “revolução verde” ao agroecológico.

Na articulação do processo formativo entre o TE e TC está a importância dos espaços de formação vivenciados e sistematizados. Essa é uma oportunidade da classe trabalhadora se apoderar do conhecimento que lhe foi retirado, mas, também, de gerar conhecimento no local, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo.

De maneira geral, os cursos formais de educação profissional – tomada aqui em sentido alargado – representa o *locus* “(...) onde mais o MST, como um conjunto, expressa sua concepção de escola, nas suas tensões, contradições e reafirmação de princípios, geralmente no contraponto com a lógica de suas instituições parceiras. (MST apud LIMA et al. 2012, p. 193-194).

Pires (2015) analisou o Curso Técnico em Agroecologia integrado ao médio realizado na Escola José Gomes da Silva (Paraná). Sua dissertação de mestrado ajuda na percepção de que a formação integrada nos Cursos do MST é diferente da formação e integração da escola estatal quanto: a) aos princípios e à natureza da integração; b) aos conteúdos disseminados de ensino médio; c) à formação técnica e política.

Como visto, a formação técnica, histórica e política nos cursos de movimentos sociais tende a ser mais crítica do que a formação dada pelo Estado e tem outros objetivos. Assim, os conteúdos teóricos e as experiências práticas de agroecologia são mais críticas. A integração entre ensino médio e técnico tem em vista a formação de “técnicos” que ajudem na transição agroecológica dos assentamentos. No que se refere

aos conteúdos de ensino médio, tendem a ser mais críticos do que os veiculados na escola estatal, principalmente em função da visão teórica dos professores que circulam nas escolas de movimentos sociais.

E mais que isso, a combinação entre Tempo Escola e Tempo Comunidade procura “materializar” as experiências agroecológicas, isto é, intervir de forma consciente e organizada nos assentamentos que pretendem transitar da “revolução verde” para a agroecologia.

Em suma, utilizando a Pedagogia do Movimento Sem Terra, os Centros de Agroecologia pretendem formar jovens que integrem o conhecimento geral do ensino médio (muitas vezes numa perspectiva crítica) e os fundamentos teóricos e práticos da agroecologia (conhecimentos “técnicos” e princípios da agroecologia), sempre tendo em vista a transição agroecológica nos assentamentos e a produção de alimentos saudáveis.

OS CURSOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA INTEGRADOS AO MÉDIO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO

O MST do estado de São Paulo não caminhou no mesmo ritmo que nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná no que se refere à transição agroecológica nos assentamentos e à criação de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

No entanto, no ano de 2006, a Escola Técnica da UNICAMP (COTUCA) e a Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, em parceria com o Movimento Sem Terra – MST, com financiamento do PRONERA – INCRA e certificação do Centro Paula Souza, realizaram três turmas de Ensino Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, nos polos de Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Itapeva. Ao que tudo indica, em 2006 as diretrizes do MST para a transição agroecológica já se faziam presentes, em parte ou com força, nos cursos criados pelo Movimento.

Em 2017, o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (UNESP-Marília), do qual o autor deste trabalho faz parte, em parceria com o MST e o Centro Paula Souza, começou a executar o Projeto “Ensino Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio”, com

financiamento do PRONERA-INCRA. Cumpre salientar que os princípios da agroecologia estão presentes no projeto, no entanto, por razões de ordem burocrática, o nome do curso permaneceu como “Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio”. O Curso é voltado para a formação de 50 alunos do Sudeste do Brasil, principalmente do estado de São Paulo.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS LIMITES DAS ESCOLAS INTEGRAIS ESTATAIS

Frigotto (2005) observa que o Brasil é um país de capitalismo dependente e associado. Para ele, constituímos um capitalismo “esquisito”, “ornitorrinco”, com um sistema educacional público frágil, desintegrado e pequeno. Em resumo, as classes proprietárias brasileiras não quiseram construir um sistema educacional de qualidade, voltado para as maiorias.

A tragédia pode ser vista em números: cerca de metade dos jovens brasileiros estão fora do ensino médio, cerca de 80% fora do ensino superior. Nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, em 2017, metade do ano letivo do ensino fundamental foi cancelado em função do tráfico de drogas.

O Brasil nunca fez reforma agrária e urbana. Os “cidadãos” moram em barracos, favelas, casebres e “puxadinhos” de baixa qualidade. Não se consegue formar um sistema público de saúde e transporte de qualidade. Cerca de metade da população em idade ativa não tem carteira assinada, vivendo de bicos, trabalhos temporários, na informalidade. Para piorar a tragédia, a mercantilização da educação e da saúde caminhou a passos largos nas últimas décadas. Diante disso, Frigotto (2005) conclui que se a república é frágil, a democracia também é frágil e restrita.

No governo Lula, a Lei 5.154/2004 criou algumas possibilidades de integração entre o ensino técnico e o ensino médio que resultaram na criação de diversos cursos. No entanto, mais uma vez as classes proprietárias não quiseram destinar uma quantidade de recursos significativa para “revolucionar” o sistema educacional.

Kuenzer (2017), no artigo “Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível” fez inúmeras ponderações sobre a o regime de acumulação flexível e a proposta de ensino médio do governo Temer.

Sob o comando da secretária executiva do Ministério da Educação – MEC, Maria Helena Guimarães Castro, surgiram propostas de uma nova Base Nacional Comum Curricular e a efetivação da Reforma do Ensino Médio, que tem sido questionada por especialistas do campo crítico.

No que se refere à quantidade de escolas integradas, é preciso destacar que a proposta da Reforma de Ensino Médio estipula somente 25%, o que pode ser interpretado como um baixo investimento em termos de promoção de escolas de qualidade.

Com relação à qualidade da integração, Kuenzer (2017) observa que essa nova proposta está, na melhor das hipóteses, adequada à nova fase da “acumulação flexível”, tendo em vista a formação de “colaboradores proativos”. Na melhor das hipóteses, porque sabemos que, historicamente, o Brasil tende a “excluir” muito mais que “incluir”, tende a deixar de fora, muito mais do que inserir jovens numa formação “flexível”, “colaborativa”, “cooperativa”, “por habilidades, atitudes e competências”, ainda que esta exista em pequenos espaços, mais dinâmicos do sistema educacional. Ao que tudo indica, boa parte da população continuará vivendo no desemprego ou subemprego, onde essas novas pedagogias não fazem muito sentido.

Em síntese, tudo leva a crer que o País continuará com um sistema educacional público precário, com péssimas condições de trabalho e de remuneração para os professores, com baixa integração entre ensino técnico e ensino médio.

Para Piletti (2016, p. 1):

As sucessivas crises do ensino médio – acho que não seria incorreto falar de uma única e persistente crise, prolongando-se ao longo de toda a nossa história, alimentada até mesmo pelas frequentes mudanças a que foi submetido esse grau de ensino – conferem certa razão a Darcy Ribeiro quando afirma que “a crise da educação brasileira não é um problema, é um programa.

Historicamente, a educação profissional estatal tendeu a especializar/adestrar os trabalhadores tendo em vista a sua inserção, na melhor das hipóteses, no mercado de trabalho. Ao que tudo indica, a nova Reforma do Ensino Médio e sua proposta de ensino médio integral estão alicerçadas na nova relação entre escola e mercado de trabalho, no contexto da “acumulação flexível” (KUENZER, 2017).

Possivelmente ela tem como “paradigma” a “sociedade do conhecimento”, símbolo da nova fase do capitalismo, que tem por objetivo formar “colaboradores” flexíveis e adaptados à nova realidade da sociedade capitalista, mais líquida, dinâmica e intensa, que requer inovações cada vez mais rápidas.

Para encerrar, pode-se afirmar que, diante da crise estrutural do capital, na qual é possível destacar a crise crônica do desemprego-subemprego e o colapso ambiental, os movimentos sociais têm criado espaços de resistência, como assentamentos baseados na cooperação e na produção e comercialização agroecológicas. Ao mesmo tempo, criam escolas técnicas que ajudam a reproduzir essas novas formas de produzir, baseadas nos princípios da agroecologia. Nessas escolas, a certificação é dada pelos institutos federais ou pelo Centro Paula Souza, mas o controle dos cursos pelo MST varia de médio a alto. Que siga o instigante debate sobre a agroecologia e escolas de agroecologia dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, L. C. Escola única do trabalho. In: CALDART, R.; PAREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Fiocruz, 2012.

FRIGOTTO, Frigotto; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GUHUR, Dominique. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST**: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

KUENZER, Acácia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.** 2017, v. 38, n. 139, p. 331-354.

LIMA, A. C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR**: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, Aparecida C. et al. Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR**: processos formativos na luta pela emancipação humana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, v. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo: Setor de Formação, 2005.

MOLINA, M. ARELARO, L.; WOLF, S. **Relatório de projetos de educação do campo**. Mimeo, 2015

NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

PILETTI, Nelson. Reforma do ensino médio 1 – Lições da História. **Revista Espaço Acadêmico**, 2016.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIRES, João H. S. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, 2015.

_____.; NOVAES, Henrique Tahan. Estudo, Trabalho e Agroecologia: A Proposta Política Pedagógica dos Cursos de Agroecologia do MST no Paraná. In. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 110-124, dez. 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TORRES, Michelangelo. **Cidadania do capital?** A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa – geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

As encruzilhadas da organização coletiva em uma comunidade quilombola na Bahia: uma experiência na INCUBA/UFRB

Eliene Gomes dos Anjos

AINDA QUE NAS ÚLTIMAS duas décadas tenham sido registradas tentativas de reduzir as desigualdades sociais através das políticas públicas focalizadas em segmentos mais vulneráveis, no que se refere às comunidades rurais quilombolas do Brasil não há fatos que comprovem efetivamente a superação desse contexto. No entanto, diversas ações foram implementadas pelos órgãos do governo e da sociedade civil para alterar, em certa medida, os processos de exclusão nos quais se encontram grande contingente dos remanescentes dos quilombos. Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, através da Incubadora de Empreendimentos Solidários, doravante Incuba, reafirma seu papel institucional para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, estimulando a organização coletiva como estratégia para suplantar os processos de exclusão tão presentes no cotidiano das localidades rurais nordestinas.

Dentre os empreendimentos associativos assessorados pela Incuba, destaca-se o Grupo de Mulheres Costurando Sonhos, da Comunidade Quilombola Baixa da Linha, situada no município de Cruz das Almas, na Bahia. A atuação da comunidade é caracterizada pelas práticas de reciprocidade e ajuda mútua, não obstante, são perceptíveis os limites e as dificuldades presentes nos empreendimentos

econômicos associativos que buscam superar os entraves do cotidiano para se firmarem como *locus* de geração de trabalho e renda e, além disso, se constituírem em fóruns de reivindicações de políticas públicas para uma coletividade tão carente de serviços de qualidade (ANJOS, 2015).

Das 3.004 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, 743 encontram-se na Bahia. Dessas, 14 estão no território de identidade do Recôncavo baiano, inclusive a da Baixa da Linha. Esse território situa-se entre a Baía de Todos os Santos e o sertão semiárido, é composto por 19 municípios, com uma área de 5,2 mil km², e sua população, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, era de 576.672 habitantes. Segundo Oliveira Júnior e Costa (2014), o Recôncavo baiano é caracterizado desde os primórdios da colonização pela diversidade cultural e econômica entre os municípios que o compõem. Desempenhou um papel relevante para a formação e consolidação socioeconômica da Bahia, porém, a crise da indústria fumageira na segunda metade do século XX provocou um marasmo econômico que resultou no aprofundamento das desigualdades e da pobreza.

Nesse cenário, a partir da década de 1990 ampliou-se o número de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES pela iniciativa dos agricultores familiares, trabalhadores urbanos desempregados e suas organizações de fomento (SINGER, 2003). No segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária – Senaes, entre 2009 e 2013 foram registrados 19.708 EES em todo o território nacional. Desses, 1.452 estão na Bahia, sendo que 20,2% são de grupos informais, 70,2% de associações e 6,4% de cooperativas.

No Recôncavo foram identificados 48 EES, desses, 68,8% estavam em funcionamento à época da coleta dos dados, 25% estavam em processo de implantação e os outros 6,3% estavam em processo de reestruturação. Segundo Anjos (2013), os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora utilizam-se da associação e da cooperação para enfrentar as adversidades enfrentadas, principalmente no mundo rural. Assim, não foi surpresa identificar que do universo analisado, 72,9% dos EES estão localizados na área rural. Os outros 14,6% estão

localizadas em áreas urbanas e 12,5% deles atuam em áreas urbanas e rurais. Quanto aos aspectos socioeconômicos dos sócios desses empreendimentos, a variável que escrutina o acesso aos programas de transferência de renda possibilita um vislumbre dessa realidade, pois 70,8% de EES têm predominância de beneficiários desses programas e, desses, 68,8% recebem a Bolsa Família (SANTOS, 2016).

Algumas pesquisas realizadas nos empreendimentos solidários reconhecem que todos os esforços são ainda insuficientes para fortalecer as iniciativas associativas solidárias. Muitas são as debilidades e os problemas constantes nos pequenos empreendimentos, tais como: carência de capital de giro, acesso ao crédito, design, controle de qualidade, comercialização e tecnologia, ambiguidade da propriedade dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade dessas atividades. No entanto, a persistência pela organização coletiva continua presente no horizonte dos mais vulneráveis, principalmente entre as mulheres negras, que são maioria nas formas associativas das comunidades quilombolas do Recôncavo.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica não é exclusiva dos empreendedores solidários do Recôncavo. Nardi (2013) identifica que nesse território, entre 2008 e 2010, 70.262 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Essa totalidade equivaleria a 241.701 pessoas, em outros termos, seria 42% da população total do Recôncavo, com base no Censo de 2010.

Consoante com a problemática apresentada, este capítulo relata as ações do projeto de extensão “Transformando sonhos em realidade: O processo de fortalecimento do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos”, que contribui com a consolidação do grupo produtivo formado pelas mulheres residentes na comunidade quilombola da Baixa da Linha. Essas mulheres adquiriram formação técnica no curso de Corte e Costura em parceria com a Incuba e a Associação Comunitária. E, a partir da realização das oficinas de formação política concomitante ao curso, as cursistas decidiram

pela criação do grupo produtivo para responder às necessidades de geração de trabalho e renda. O projeto visa fortalecer o processo organizacional do empreendimento e, almeja-se, no decorrer do processo, que a participação nas atividades formativas tenha fomentado o empoderamento das mulheres quilombolas para que possam ser protagonistas da sua história pessoal e coletiva no que tange os rumos da comunidade.

A COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXA DA LINHA E OS CAMINHOS PARA SUPERAR AS ADVERSIDADES

A comunidade está localizada no município de Cruz das Almas, na periferia da área do campus da UFRB, há 140 km de Salvador. Segundo depoimentos dos moradores mais antigos, a sua origem reporta a 1930 e foi certificada como remanescente de quilombola em 27 de setembro de 2010, embora não tenha obtido ainda a titulação das terras¹. A população local conta com cerca de 130 casas, muitas delas de “taipas” (casas de varas e barro batido), em situação de extrema carência, com precaríssima infraestrutura de saneamento básico e alto índice de desemprego. Após a certificação como descendente de quilombola, a expectativa da população local cresceu no sentido de ter maior atenção dos poderes públicos – principalmente o municipal – para melhoria das condições de vida local, o que acabou em frustração pela falta de intervenções ou incentivos que se concretizassem nas melhorias desejadas.

Em 2011 foi realizada pelos docentes e discentes da UFRB uma pesquisa para diagnosticar os problemas enfrentados pelos moradores. O diagnóstico revelou que o desemprego era à época a maior dificuldade enfrentada, principalmente para os jovens e as mulheres. A falta de oportunidade no mercado de trabalho era atribuída à baixa

¹ Apesar da Constituição Federal de 1998 assegurar, no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, esse direito não foi efetivado para a maioria, inclusive as que já são certificadas pela Fundação Palmares. Essa é uma das grandes lutas dos quilombolas, além de reivindicar os direitos de cidadania ignorados historicamente pelo Estado.

escolarização e falta de capacitação profissional, demandando, portanto, ações que viessem alterar um quadro marcado pelos processos de subempregos que caracteriza a trajetória profissional dos depoentes na pesquisa realizada.

O Programa Brasil Quilombola, voltado para o desenvolvimento sustentável e a ampliação dos direitos de cidadania negados historicamente aos remanescentes dos quilombos, não conseguiu, para Arruti (2009), transformar efetivamente o quadro desfavorável que caracteriza a realidade dessas comunidades. As políticas públicas transversais implementadas por diversos órgãos do governo, ainda segundo o autor, trouxeram algum grau de reconhecimento das suas demandas e certa redistribuição, porém, não elevaram o nível de qualidade de vida.

Os dados nos dão um retrato duro não só da situação atual destas comunidades, como do futuro que vem sendo desenhado para elas. A Chamada registra que a proporção de crianças quilombolas de até cinco anos desnutridas é 76,1% maior do que na população brasileira e 44,6% maior do que na população rural. Pouco mais de oito por cento delas apresentam déficit na relação entre peso e idade, contra 4,6% para o total do país e 5,6% das que moram na zona rural. Com relação à desnutrição indicada por déficit de crescimento, a Chamada mostra que mais de 11% das crianças quilombolas têm altura inferior aos padrões recomendados pela OMS (Organização Mundial da Saúde), contra 10,5% para os dados nacionais. Tais características estão diretamente relacionadas às condições de suas famílias, que refletem as condições de toda a sua comunidade. Como registra a mesma pesquisa, 90,9% das crianças quilombolas moram em domicílio com renda familiar inferior a R\$ 424 por mês e mais da metade (57,5%) vive em lares com renda total menor de R\$ 207. Consequentemente, apenas 3,2% das crianças moram em residência com acesso a rede pública de esgoto (contra 45,6% dos brasileiros). (ARRUTI, 2009, p. 98).

A realidade da Baixa da Linha não se distancia da situação descrita por Arruti (2009). Pelo contrário, é com esse contexto que docentes do curso Tecnológico em Gestão de Cooperativas concorreram em editais

públicos de apoio a projetos de extensão para viabilizar a qualificação profissional para os segmentos mais vulneráveis da Comunidade. Como entre esses segmentos se destacavam as mulheres, pela trajetória em ocupações precárias, a manifestação da população local foi pela realização de um curso de capacitação, sobressaindo-se o de corte e costura.

Capacitar as mulheres da comunidade iria proporcionar a sua inserção no mundo de trabalho, promovendo a geração de trabalho e renda, beneficiando por extensão a própria comunidade. Segundo dados do levantamento realizado em 2011, apenas 5,8% dessa população possuem 2º grau completo, o que se transforma em uma grande barreira à inserção no mercado formal de trabalho, quer seja no comércio ou no serviço público, que se constituem nas maiores oportunidades de trabalho em Cruz das Almas e nas cidades circunvizinhas. Dessa forma, com a capacitação técnica no curso de corte e costura, espera-se que as mulheres qualificadas possam superar, em certa medida, a situação de vulnerabilidade na qual estão inseridas. Além disso, buscase através das oficinas abordar temáticas para o empoderamento feminino, estimulando, assim, o protagonismo das mulheres no que tange à geração de trabalho e renda, e, sobretudo, à atuação política na luta pela melhoria das condições socioeconômicas da comunidade.

Assim, iniciam-se em 2016 as ações de extensão da UFRB, juntamente com a Associação de Moradores da Comunidade da Linha – ASCOL, a implementação do Projeto Escola profissionalizante de corte e costura dos remanescentes quilombolas da comunidade da Baixa da Linha via recursos do programa PROEXT MEC SESU/2014. Buscou-se oferecer qualificação profissional como uma alternativa viável para minimizar o alto risco de vulnerabilidade socioeconômica, notadamente para os jovens e as mulheres ali residentes. Essa ação impulsionou a necessidade da organização coletiva para a geração de trabalho e renda, fortalecendo as potencialidades e talentos locais, contribuindo para o resgate da autoestima das moradoras da comunidade. Como resultado da capacitação da primeira turma de cursistas, no ano seguinte criase um empreendimento econômico de mulheres com o desafio de aprimorar a formação técnica e política.

METODOLOGIA ADOTADA: CONEXÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA

O embasamento metodológico para realizar as ações com o Grupo Costurando Sonhos, formado por 18 mulheres negras quilombolas, teve seu substrato na pesquisa-ação. Essa modalidade de pesquisa incorpora a ação como dimensão constitutiva do processo de investigação, referindo-se ao entrançamento entre a teoria e a prática na construção do conhecimento.

Além disso, a própria investigação se converteria em ação, em intervenção social, possibilitando ao pesquisador uma atuação efetiva sobre a realidade estudada. Reflexão e prática, ação e pensamento, pólos antes contrapostos, agora seriam acolhidos em uma modalidade de pesquisa que considera a intervenção social na prática como seu princípio e seu fim último. (MIRANDA; RESENDE, 2006, p. 511).

Como desde o princípio o processo de mobilização da comunidade envolveu a atuação dos discentes do curso Tecnólogo de Gestão de Cooperativas, a motivação para desenvolver ações com uma população identificada com os grupos mais vulneráveis no âmbito dos direitos da sociedade brasileira perpassou pela concepção de propiciar a vivência dos discentes com a realidade prática do que é apreendido teoricamente em sala de aula. Por sua vez, o desafio de contribuir com o processo organizacional comunitário assegurou o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão tão pouco efetivo nos ambientes universitários.

Segundo Araújo Filho e Thiollent (2008),

[...] a ação pode estimular e unificar a participação na extensão, no ensino e na pesquisa da universidade. A participação no trabalho social se concretiza no respeito à cultura e à partilha do saber entre povos, na administração em parceria das terras ou, ainda, nos programas que consideram as famílias como especialistas. (ARAÚJO FILHO; THIOLENT, 2008, p. 55).

A atuação dos professores e graduandos para fomentar a organização coletiva depende da colaboração e da união dos saberes de todos os atores sociais envolvidos. Docentes e discentes, juntamente com as cursistas, desenvolveram inúmeras atividades formativas (oficinas e minicursos) sobre empoderamento feminino, associativismo, cooperativismo, relações de gênero, (in)visibilidade das mulheres negras, economia solidária, viabilidade econômica, entre outras temáticas.

Além das oficinas e das aulas de aperfeiçoamento técnico de corte e costura, as cursistas puderam trocar seus saberes com mais mulheres quilombolas de outra comunidade do Recôncavo que estão em um processo organizativo mais avançado. Essa troca de saberes, através do intercâmbio com outros empreendimentos de economia solidária, as capacitou em outras técnicas de produção de vestuário e abriu novas possibilidades para a inserção dos futuros produtos do Grupo Costurando Sonhos nos canais de comercialização já utilizados pelos EES que se consolidaram.

Além de promover uma relação dialógica entre a Universidade e as organizações da sociedade civil, representadas pela associação da comunidade, a execução do projeto, como o diagnóstico da realidade dos moradores do Quilombo da Linha e as dificuldades enfrentadas no processo de mobilização da comunidade, consistirá em novas questões e demandas para serem aprofundadas, gerando uma agenda de pesquisa mais diversificada.

“SONHO QUE SE SONHA SÓ É SÓ UM SONHO, MAS SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE”²

O curso de corte e costura iniciou em julho de 2016 com 39 mulheres e 1 homem da Baixa da Linha inscritos. Inicialmente, o grupo foi dividido em 3 subgrupos, com 4 horas-aula semanais. A sede da Associação, local de realização do curso, é pequena e o número de máquinas é muito reduzido. A organização dos subgrupos deu-se pela disponibilidade no dia da semana e pela afinidade entre as cursistas,

² O título dessa seção é uma frase da música “Prelúdio”, de Raul Seixas.

mas, ao aprofundar o contato com cada participante, percebeu-se que a prática religiosa de cada uma foi um “critério” que estabeleceu quem frequentaria cada turma. Havia uma turma de mulheres que se identificam como evangélicas e outra de mulheres que são praticantes de religiões de matriz africana, incluindo nesse agrupamento o único homem inscrito. A terceira turma não demonstrava elementos distintivos em relação às demais e, com a saída gradativa de algumas cursistas, após os seis meses previstos para a capacitação técnica, a primeira etapa encerrou com duas turmas.

Durante a capacitação técnica, as cursistas participaram de oficinas sobre a economia solidária e a mulher negra no mercado de trabalho. Após as oficinas formativas, refletiram os desafios para o ano de 2017, uma vez que a bolsista técnica da Incuba e a instrutora de corte e costura teriam seus contratos finalizados em dezembro de 2016. Em reunião realizada com 25 cursistas que persistiram no curso, 18 manifestaram a vontade de trabalhar em coletivo e criar um grupo de costura. Com a contribuição dos docentes e discentes de Gestão de Cooperativas, foram realizadas reuniões para planejar os desafios para 2017. Assim foi possível avaliar os limites da capacitação técnica que a primeira etapa do curso não havia suprido plenamente.

No planejamento para 2017 havia a mobilização de recursos para a continuidade do curso visando o aperfeiçoamento e a busca de capital de giro para produzir as primeiras peças para comercialização. Antes de findar 2016, foi realizado um desfile com as peças produzidas na primeira etapa. As modelos foram as próprias cursistas. Esse desfile aconteceu na comunidade, com presença de um grande número de moradores, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais. O evento teve como objetivos: levantar a autoestima das mulheres ao produzi-las para o desfile; apresentar para a comunidade e entidades presentes os resultados alcançados com a capacitação em corte e costura e buscar parceiros para a continuidade das ações.

O desfile animou as mulheres e o ano de 2017 iniciou com o projeto focado não apenas no curso, pois ele seria apenas um meio para fortalecer o grupo denominado Costurando Sonhos. Assim, a partir de parcerias da Associação, a UFRB e organizações de fomento no campo da economia solidária, foram mobilizados recursos para continuar a

capacitação técnica com o viés de aperfeiçoamento, mas, sobretudo, impulsionar a organização do grupo produtivo e a formação política que busca o empoderamento das mulheres.

As 18 mulheres negras quilombolas que formaram o Costurando Sonhos, em sua maioria, têm o ensino médio completo. Porém, suas experiências ocupacionais são restritas ao trabalho doméstico, sem os direitos trabalhistas assegurados. A faixa etária varia de 23 a 60 anos, com o predomínio de jovens até 35 anos. São mulheres que têm dificuldades de expressar suas opiniões, mesmo nos encontros do próprio grupo com o acompanhamento dos bolsistas e docentes da UFRB que estão envolvidos na ação desde o seu início. Metade do grupo tem filhos e renda familiar de até um salário mínimo, produzem nos seus quintais e são membros de igrejas evangélicas.

Das 18 mulheres que fundaram o grupo, 12 delas são mais atuantes e demonstram mudanças na participação em espaços públicos, inclusive para apresentar a experiência em evento da economia solidária no território e expressarem suas opiniões sobre os rumos da organização coletiva para seu fortalecimento. Apontam que a amizade é um fator positivo entre elas, porém, é perceptível que as diferenças de práticas religiosas provocam tensão em alguns momentos e, ainda que possa ser inconsciente, há uma subdivisão na representação e ocupação do espaço de trabalho pelo compartilhamento das mesmas crenças.

O preconceito e a discriminação com as religiões de matriz africana são objetos de várias pesquisas e denúncias na sociedade. Ainda que a Bahia seja um estado com um grande percentual da sua população com ancestralidade africana, a expansão das religiões evangélicas, inclusive na Baixa da Linha, promoveu uma negativização das práticas relacionadas ao candomblé e à umbanda, fato que estimula a intolerância e uma “falsa aceitação” de religiões que merecem o mesmo respeito atribuído às demais.

Com essa constatação, priorizou-se abordar nas oficinas a temática racial, pois se busca uma formação técnica que valorize os elementos que resgatem a ancestralidade e a identidade quilombola. As questões raciais são tão importantes que nas oficinas problematizou-se o “lugar” social atribuído à mulher negra e tratou-se da invisibilidade dela na formação cultural e política da Bahia e do Brasil. Quanto à

identidade quilombola, foi realizada uma roda de conversa sobre o pertencimento das mulheres à comunidade remanescente dos quilombos, seu significado e ressignificado visando potencializar a inserção política na luta pelos direitos quilombolas e melhorias nas condições de vida. Nessa direção, vale ressaltar as lutas travadas pelos quilombolas no país não somente pela valorização cultural, mas também pelo direito inalienável da terra assegurado pela Constituição brasileira. (GERMANI, OLIVEIRA, 2006; MATOS, 2005-2006). Desse modo, vale ressaltar as ponderações de Silva (2012):

As comunidades quilombolas (negras) no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de direitos aos seus territórios ancestrais e neste contexto de lutas identidades político/culturais são criadas, recriadas ou inventadas. [...] A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. [...] É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico, pois o processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas (SILVA, 2012, p. 2).

Os processos de ressignificação vivenciados pelas comunidades quilombolas em torno da luta pelos direitos territoriais expressam-se na parceria estabelecida entre a comunidade da Baixa da Linha com a sua vizinha congênere, a comunidade da Vila Guaxinim. Ambas vivenciam situações historicamente determinadas pelo passado escravocrata da sociedade brasileira e se organizam aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis para não enfraquecer as lutas dos quilombolas. Nesse sentido, vale registrar que as duas comunidades participam do Núcleo Quilombola do Território do Recôncavo, que representa as demandas de todas as comunidades quilombolas do território. Esse Núcleo discute as reivindicações comuns dos quilombolas e dialoga com o poder público. Cada comunidade elege seu representante para compor o Núcleo. A vice-presidente da Associação, que também é membro do grupo Costurando Sonhos, é a representante nesse fórum de reivindicação.

Com relação ao reconhecimento, como aponta Arruti (2009), a experiência do desfile e sua divulgação no site da PROEXT/UFRB aumentou a autoestima das mulheres e despertou o espírito empreendedor. Elas receberam diversos elogios relacionados à qualidade e beleza das peças produzidas, fato que as instigou a se organizarem coletivamente para gerar trabalho e renda. A aceitação das peças motivou as mulheres a proporem uma Mostra da produção em 2017. Com essa Mostra elas tornaram visível o trabalho para a sociedade civil e os órgãos públicos no município e ainda constituíram um caixa para adquirir mais insumos para a continuidade em 2018.

Vale ressaltar que as oficinas realizadas não se limitaram às temáticas raciais e de gênero. Em 2017 também buscou-se capacitar as cursistas no que tange aos processos técnicos da gestão. Assim, nas oficinas de viabilidade econômica abordou-se a formação do preço de venda dos produtos e, de posse desse conteúdo, na segunda oficina as mulheres compreenderam como operacionalizar a capacidade de sustentabilidade financeira do empreendimento. Os conteúdos principais trabalhados nessas oficinas foram: a necessidade de capital de giro; controle de fluxo de caixa; precificação dos produtos e despesas fixas e variáveis. O propósito foi repassar informações relevantes, conhecimentos em precificação e contabilização dos valores dos materiais a serem utilizados para confeccionar as peças, visando o controle financeiro do Costurando Sonhos por parte das próprias associadas.

A preocupação com as questões técnicas da gestão justifica-se pelo perfil dos trabalhadores que estão inseridos nos empreendimentos de economia solidária. Segundo Tauile (2009), as empresas autogestionárias enfrentam sérias dificuldades, mas, também, há potencialidades. Ele afirma que essas empresas têm sido formadas por pessoas que não possuem patrimônio pessoal, têm um reduzido grau de instrução, equipamentos obsoletos para trabalhar e a necessidade de capital de giro é superior à capacidade de financiá-lo. Por outro lado, a transparência na gestão reduz as possibilidades de fraudes contra a empresa e de negligência pelos(as) administradores(as). Conforme o autor,

Não obstante o conhecimento prático e tácito que esses trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a sua carência de conhecimentos técnicos e de experiência em questões mercadológicas, bem como macroinstitucionais, agrava as dificuldades naturais para se construir um quadro de administradores com competência adequada àquelas novas (e inovadoras) situações. [...] Pelo lado positivo, a autogestão traz uma série de vantagens e protege o negócio de altos riscos que as empresas convencionais correm. Estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa nas decisões permite uma motivação maior, apesar das adversidades. Por serem proprietários, mas somente quando começam a se sentir como tal (o que não é trivial), os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio, com reflexos positivos sobre suas atividades. (TAUILE, 2009, p. 315).

É perceptível o importante papel desempenhado pelos denominados agentes de mediação da economia solidária, como as incubadoras universitárias e as organizações não governamentais. Todavia, não será possível ter uma autogestão efetiva se não houver autonomia dos trabalhadores para gerir os empreendimentos.

Outra estratégia muito utilizada para formação são os intercâmbios. Eles têm sido de extrema relevância, tanto para capacitar as associadas do Costurando Sonhos, baseando-se na metodologia da troca de saberes, para diversificar a produção, quanto à inserção nas redes de articulação dos EES no território. O primeiro intercâmbio foi realizado ainda em 2016, com o grupo de produção da Comunidade Quilombola do Kaongê, localizado no município de Cachoeira, que tem um grupo de mulheres artesãs que já produzem e comercializam coletivamente. Através do intercâmbio com o grupo de produção do Kaongê, além de promover a troca de conhecimentos, buscou-se principalmente o desenvolvimento de laços entre as mulheres das duas comunidades, que teriam ali a oportunidade de trocar experiências relativas à condição de mulher quilombola, fortalecendo-se mutuamente e gerando novas perspectivas para além do ambiente comunitário. Estimula-se a criação de vínculos que promovam a emancipação das mulheres envolvidas, que, tendo o desafio de trabalharem juntas, encontram oportunidades de desenvolvimento de potencialidades que vão além da questão

econômica. O outro intercâmbio realizado aconteceu com dois grupos de artesanatos de Cruz das Almas que foram até a sede da Associação, em 2017, e contaram suas experiências e desafios para continuar produzindo em um contexto de dificuldades de comercialização dos produtos.

Para que o grupo seja consolidado, buscam-se parcerias com instituições públicas e não governamentais, a fim de estabelecer uma assessoria contínua ao grupo produtivo e possibilitar novos canais de comercialização. Vale destacar que o grupo tem carência de equipamentos, pois os adquiridos à época do edital do PROEXT MEC SESU/2014 não são suficientes para o volume de produção planejado. Outro grande limitador enfrentado pelas mulheres refere-se à sua própria situação socioeconômica. As mulheres estão desempregadas, estão inseridas em ocupações pontuais e programas sociais, o que resulta em uma instabilidade na renda mensal. Essa vulnerabilidade econômica impede que o Costurando Sonhos tenha capital de giro para iniciar suas atividades com origem nos recursos das próprias associadas. Por isso, são desafiadas a buscar financiamento com organizações que apoiem essas iniciativas sem gerar empréstimos, pois o fato do grupo ser informal impede o acesso ao crédito das entidades públicas e privadas.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a parceria com a UFRB/ Incuba contribui para um horizonte alvissareiro. As ações planejadas para 2018 estão sendo realizadas com o apoio da chamada CNPq/ MTB – SENAES 27/2017 e, como é de conhecimento, não há como consolidar uma experiência coletiva em dois anos. Portanto, o processo de fortalecimento ao grupo continua com a produção das peças para serem vendidas no espaço de comercialização solidário, no centro de Cruz das Almas, e com as oficinas de formação política. Assim, espera-se que a organização coletiva contribua, em certa medida, com a redução da situação de vulnerabilidade da comunidade e que instigue as mulheres quilombolas a continuarem costurando seus sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da ação de extensão descrita neste capítulo, no âmbito da Incuba da UFRB, revela que o grande desafio para a

consolidação do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos é sua sustentabilidade. Isso porque as condições socioeconômicas das comunidades quilombolas, em particular a da Baixa da Linha, não permitem que o grupo se fortaleça sem gerar renda para as mulheres. Elas já enfrentaram situações muito adversas com suas famílias e em ocupações pontuais precaríssimas, por isso, a motivação pelo trabalho associado dá-se, em grande medida, pela possibilidade de superarem tais condições.

Com a conjuntura adversa para o trabalho de assessoria no meio popular, resta estabelecer parcerias com as organizações coletivas para que sejam espaços de aprendizados práticos para a formação discente, uma estratégia que permite continuar com o acompanhamento ao grupo com cinco graduandos de Gestão de Cooperativas. Porém, os obstáculos não ficam superados com a continuidade do projeto de extensão, pois os recursos para adquirir os insumos para que o volume da produção proporcione reserva para formar o capital de giro e remuneração das trabalhadoras ainda não estão assegurados.

Por outro lado, já é perceptível que há uma maior participação na organização comunitária, inclusive uma das associadas assumiu a vice-presidência da Associação. Essa constatação não significa que todas as mulheres se empoderaram nos espaços públicos, mas, que ao se inserirem em um curso de corte e costura, com expectativas inicialmente voltadas somente para o aprendizado técnico, descobriram que outras experiências são possíveis e, ainda que de forma tímida, estão acreditando mais em si mesmas e na capacidade do coletivo para serem protagonistas das transformações tão necessárias na comunidade quilombola da Baixa da Linha.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliene. Renovación de las utopías: las prácticas asociativistas y cooperativistas como alternativas para la reducción de las desigualdades en la sociedad brasileña. **I Congreso Internacional de Administración pública, desarrollo local y turismo. I Taller Internacional de Economía Social y Solidaria.** Universidad de Pinar Del Rio/ Cuba, 2015.

_____. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. **Bahia Análise & Dados**. Cooperativismo. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 3, n.1, jan./mar. 2013, p. 209-228.

ARAÚJO FILHO, Targino de; THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para projetos de extensão**: apresentação e discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFCar): Cubo Multimídia, 2008.

ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, HBS, 2009, p. 75-111.

GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G. Reconhecimento de territórios quilombolas: A experiência do convênio de cooperação técnica na Bahia. **O Incra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas**. Algumas experiências. Brasília: NEAD, 2006, v. único, p. 86-115.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, IBGE, 2010.

MATOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 104 -111, dez./fev. 2005-2006.

NARDI, J. B. Recôncavo baiano: entre teorias e práticas do desenvolvimento territorial. **Olhares Sociais**, v. 2, n. 1, 2013, p. 167-192.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, p. 511-565.

OLIVEIRA JÚNIOR, J.; COSTA, D. R. Análise de indicadores socioeconômicos no território de identidade Recôncavo, estado da Bahia: o geoprocessamento aplicado ao planejamento territorial. Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto – GEONORDESTE, 2014. **Anais...** Aracaju, 2014, p. 63-67.

SANTOS, I. F. **A contribuição dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda do Recôncavo baiano**. Trabalho de conclusão de curso. UFRB, Cruz das Almas, 2016.

SILVA, Simone R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, 2012.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2003.

TAUILE, José R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981–2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Coleção Economia e Sociedade, v. 8).

É possível interpretar algumas práticas da economia solidária como tecnologia social?¹

Lino Trevisan

PRETENDE-SE REFLETIR sobre a possibilidade de considerar algumas práticas presentes na economia solidária como tecnologia social. Para almejar o objetivo, parte-se dos pressupostos de economia solidária desenvolvidos por Singer (2001; 2002), para compreender como diferentes tipos de organizações socioeconômicas atuam com o objetivo de proporcionar aos seus membros benefícios econômicos e, principalmente, como uma alternativa para possibilitar uma vida melhor. Utilizam-se também os conceitos de economia enraizada e de reciprocidade delineados por Polanyi (2012), segundo os quais a economia deve ser entendida subordinada às relações sociais, e não o contrário, como acontece na economia de mercado capitalista e no princípio da Dádiva analisado por Mauss (1974), destacando a troca como elemento central para o estabelecimento de relações sociais baseadas na reciprocidade e na interdependência e não com objetivo econômico de lucro.

¹ Versão preliminar desse texto foi apresentada no GT 10 – Economia solidária e tecnologia social: possibilidades e limites para uma articulação, do VII Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade - Esocite.br/tecsoc 2017 e publicada nos Anais do referido evento. Disponível em: <http://esocite2017.com.br/anais/beta/trabalhoscompletos/gt/10/esocite2017_gt10_linoTrevisan.pdf>.

Analisa-se possíveis relações entre essas noções com o objetivo de problematizar e indagar se algumas das práticas presentes na economia solidária podem ser interpretadas como tecnologia social conforme delineada por Dagnino (2010a; 2010c) e Dagnino, Brandão e Novaes (2010b). Com base nesses pressupostos teóricos, formula-se questões que possam nortear a continuidade de estudos, debates e reflexões, com vistas a identificar possíveis conexões entre princípios e práticas da economia solidária com tecnologia social.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA ENRAIZADA, DÁDIVA E TECNOLOGIA SOCIAL

Economia Solidária segundo Paul Singer

Paul Singer é considerado uma das principais referências em economia solidária no Brasil, especialmente pelo denominado Movimento de Economia Solidária. Isso se deve à sua contribuição teórica, à sua militância em prol da economia solidária e por ter sido o responsável pela gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES durante a maior parte da existência do órgão.

No texto “Economia solidária versus economia capitalista” o autor compara as duas formas de economia. Aponta que a economia capitalista estimula a competição, a livre concorrência, a acumulação e a concentração de capital. Essas práticas tendem a recompensar o vencedor e, no limite, eliminar os jogadores que, embora sejam necessários no jogo da competição, tenham sido vencidos por concorrentes. A competição não se resume ao empresário capitalista, ao contrário, enquanto maneira de agir tende a disseminar-se nos membros da sociedade, levando-os a competir por trabalho, por espaço profissional e a adotar posturas de torcedor e expectador diante do jogo da competição. Pode-se considerar que a competição faz parte do que Max Weber (2004) denominou como “Espírito do Capitalismo”, ou seja, como parte da racionalidade predominante na moderna sociedade capitalista. A competição coloca os indivíduos em situação de contradição, pois ao viverem em sociedade necessitam de relações de solidariedade ao mesmo

tempo em que a organização econômica os estimula à permanente competição.

Porém, o autor defende que relações de solidariedade e interações desinteressadas são indispensáveis para que as sociedades possam se reproduzir, inclusive as sociedades capitalistas.

Singer aponta que os “pobres” não tendo capital e patrimônio que lhes assegure condições efetivas de participar do jogo da competição e de obter crédito, para satisfazer carências a que são submetidos, pela falta de oportunidade de participar da repartição dos resultados da produção social, recorrem à solidariedade, orientada por princípios religiosos, para organizar formas alternativas de produção e consumo e, portanto, de vida social. Entre as organizações que podem atender a essa finalidade estão associações, cooperativas de produção, de consumo e de comercialização, entre outras. Essas organizações são baseadas em princípios democráticos - decisões coletivas - e na solidariedade que requer generosidade e desprendimento. Sendo a solidariedade um dos princípios dessa forma de organização de relações socioeconômicas, denomina-se de economia solidária.

Segundo o autor, “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). Embora Singer aponte que formas de organização surjam em função de carências a que estão submetidas parcelas da população, a economia solidária não é vista como prática paliativa dentro do sistema capitalista, mas como outro modo de produção, no qual a forma de organização dos empreendimentos e as relações entre os participantes são pautadas pelo princípio da solidariedade e não da competição. Por exemplo, “na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas *retirada*, que varia conforme a renda obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas” (SINGER, 2002, p. 12). Significa, portanto, que a forma de administração dos empreendimentos solidários é pautada em princípios democráticos, sobretudo pela autogestão.

A defesa da economia solidária como outro modo de produção se deve também à interpretação de que a economia capitalista, baseada na liberdade de mercado, não assegura o combate à pobreza (YUNUS,

1997, p. 81, citado por SINGER, 2002, p. 76). Nas últimas décadas, segundo Singer, ressurgiu a confiança na economia solidária, que foi reinventada, caracterizando-se como um “novo cooperativismo” pautado no “grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos e à insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111).

Em outros termos, fica evidente que a economia solidária não se fortalece apenas como paliativo às carências presentes no sistema de mercado capitalista, mas como outra forma de organização das relações de produção e de trabalho pautada em princípios democráticos e na igualdade entre os membros dos empreendimentos. Esse objetivo tem pautado ações dos participantes dos empreendimentos, contudo, isso não afasta o risco, apontado inclusive por Singer, de a economia solidária ser “apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico” e neste caso não seria mais do que algo “complementar da economia capitalista” (SINGER, 2002, p. 114).

Por isso o autor defende que a economia solidária seja “uma alternativa superior ao capitalismo” não só no âmbito estritamente econômico, mas possibilitando proporcionar às pessoas que adotam essa alternativa, “enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor” (SINGER, 2002, p. 114).

Dito de outro modo, o autor defende uma mudança de atitude, de comportamento dos seres humanos, que transcenda as relações econômicas, visando a obtenção de uma vida melhor e não apenas melhores vantagens do ponto de vista econômico. Por isso propõe a organização “de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas *racionais* de comportamento” (SINGER, 2002, p. 116).

Essa mudança não é simples, pois está relacionada com diversas dimensões da vida dos seres humanos, incluindo mudanças de hábitos, de valores e práticas culturais, entre outras. Contudo, torna-se necessário a valorização de outra forma de “racionalidade”. Ou seja, para que a economia solidária possa se transformar num modo de produção que supere o capitalismo, “teria que gerar sua própria dinâmica” (SINGER, 2002, p. 116). Por sua vez, essa dinâmica também teria que transcender questões econômicas para, entre outras alternativas, “construir um

sistema de geração e difusão de conhecimento, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária” (SINGER, 2002, p. 117).

Ao defender que a economia solidária precisa produzir conhecimentos e possibilitar formação técnica e ideológica aos participantes, gerando sua “própria dinâmica”, pode-se considerar que essa dinâmica própria inclui também uma dimensão tecnológica adequada a essa forma de organização econômica da sociedade.

Em outros termos, os seres humanos precisam ser educados ou estimulados a viverem de acordo com os princípios de cooperação, solidariedade, igualdade, democracia e autogestão, enfim, com princípios e com tecnologias que possibilitem uma forma de organização social e de relações sociais que permitam uma vida melhor. Esse modo de organização societal pode ser considerado o que Alberto Acosta (2016) denomina como Bem Viver. Segundo o autor, o Bem Viver é uma filosofia de vida que tem origem nas formas de vidas comunitárias ancestrais de povos que viviam e produziam suas condições de sobrevivência respeitando a natureza. Ou seja, nessa perspectiva a questão central deve ser a vida coletiva dos seres humanos em harmonia com a natureza, o que pressupõe a convivência democrática, a autossuficiência e o respeito às diversidades e pluralidades.

Karl Polanyi e o conceito de economia enraizada

De acordo com Polanyi (2012), durante um longo tempo na história das sociedades humanas as ações e relações econômicas estavam incrustadas, isto é, submergida ou submetida às redes de relações sociais. Segundo sua interpretação, por exemplo, nas sociedades denominadas de primitivas ou tribais o padrão dominante era da reciprocidade, enquanto nas sociedades denominadas de arcaicas prevalecia a redistribuição, e apenas nas sociedades modernas se estabeleceu a troca mercantil nos sistemas de mercados como formas de integração dominante.

Ou seja, a economia de mercado é relativamente recente na história da humanidade. Porém, nesse período recente, essa forma de organizar e tratar a economia a desincrustou / desvinculou da sociedade, promovendo uma inversão, isto é, a economia deixou de estar a serviço

da sociedade, alcançando uma relativa autonomia e subordinando a sociedade aos interesses econômicos. Essa inversão ou transformação resulta em novas formas de relações econômicas e também em novos tipos de sociedades, nas quais as atividades econômicas passam a determinar ou a dirigir a vida das pessoas. Em outras palavras, a dimensão econômica passa a ter primazia sobre a dimensão social, resultando na constituição de um sistema social em certa medida enquadrado pela economia. Nas palavras de Polanyi, “essa engenhoca institucional (...) - economia de mercado - originou (...) a sociedade de mercado” (POLANYI, 2012, p. 52).

Segundo o autor, contribuíram para que a economia de mercado passasse a ter primazia sobre as relações sociais, o medo da fome nos trabalhadores e a atração do lucro nos empregadores, pois essas foram motivações eficazes para os indivíduos participarem da vida econômica, estimulando uma racionalidade econômica adequada ao sistema e à sociedade de mercado.

Essa primazia do econômico sobre o social torna-se ainda mais problemática na sociedade de mercado, visto que o econômico passa a ser concebido de maneira reducionista, sendo interpretado, sobretudo, como economia de mercado e não em sentido substantivo. Sobre esse reducionismo, o autor se manifesta de forma muito clara: “reduzir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana” (POLANYI, 2012, p. 48).

Em outras palavras, o autor interpreta que esse movimento de inversão, no qual a economia dirige a vida das pessoas e a forma de organização da sociedade, resulta numa situação na qual se pode considerar que a economia adquire autonomia perante a sociedade, podendo deixar de ser interpretada como social. Pode-se interpretar que Polanyi está querendo destacar que na economia de mercado subverte-se a finalidade da economia, isto é, deixa de ser um meio de prover as condições materiais da sociedade para tornar-se um fim em si mesma, submetendo as formas de organização social à finalidade de acumulação econômica de capital. Por outro lado, essa relativa autonomia da economia em relação à sociedade revela, como o autor evidencia, uma forma de organização social baseada nos princípios da economia de mercado.

Uma das formas claras de perceber essa tentativa de atribuir “vida” ao mercado é quando os analistas e jornalistas econômicos emitem suas opiniões sobre as oscilações e cotações do mercado financeiro utilizando expressões tais como “o mercado ficou nervoso”; “o mercado ficou sensível”. Atribuem-se ao mercado características de seres humanos que atuam como agentes econômicos, muitas vezes de forma deliberada, para provocar reações almejadas visando obter ganhos com a especulação financeira.

Polanyi usa o termo econômico para se referir ao processo de satisfazer necessidades materiais, portanto, com um sentido substantivo. Logo, estudar a subsistência humana é estudar a economia que é entendida pelo autor como um “processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais, é parte vital de toda comunidade humana” (POLANYI, 2012, p. 78).

Essa interpretação da economia é mais ampla que economia de mercado. Para reforçar esse caráter o autor usa o conceito de economia humana, designando-a como um “processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais” (POLANYI, 2012, p. 81).

Portanto, pode-se dizer que ao considerar a economia humana como um processo vital para satisfazer necessidades materiais da comunidade humana, o autor concebe a economia inter-relacionada com outras dimensões da vida social. Uma dessas dimensões é a tecnológica, pois, segundo o autor, a produção é “uma realidade tecnológica da economia substantiva” (POLANYI, 2012, p. 80).

No início da seção mencionou-se que na visão do autor, nas sociedades anteriores à capitalista contemporânea, a economia de mercado não tinha papel central. Nas outras formas de organização das sociedades predominavam relações de reciprocidade e de redistribuição. Naquelas sociedades também tinham importância significativa as relações familiares, de parentesco e pertencimento ao grupo social (tribo, clã, comunidade ou outra forma de organização social). As relações de reciprocidade estabeleciam vínculos entre indivíduos e grupos sociais, constituindo-se num elemento central para as relações de sociabilidade.

De acordo com o autor, “todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram

organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três” (POLANYI, 2012, p. 75).

O princípio da reciprocidade está associado à noção da dádiva analisada por Marcel Mauss, que será objeto da próxima seção.

Marcel Mauss e a noção da dádiva

Uma questão importante que Mauss assinala em seu texto “Ensaio sobre a dádiva — forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” é que nessas sociedades os fatos são muito complexos, pois tudo se mistura, por isso os denomina de fatos ou fenômenos sociais “totais” (MAUSS, 1974, p. 187).

Ao analisar as trocas realizadas entre os trobriandeses descritas por Malinowski através do *Kula*, Mauss defende que “o sistema das dádivas trocadas permeia toda a vida econômica e moral dos trobriandeses” (MAUSS, 1974, p. 226), de forma que por meio das dádivas dadas e retribuídas se estabelecem relações econômicas coletivas envolvendo famílias, tribos e clãs, que substituem o sistema de compra e venda. Nas palavras do autor, “assim, uma parte da humanidade, relativamente rica, trabalhadora, criadora de excedentes importantes, soube e sabe trocar coisas consideráveis, sob outras formas e por razões diferentes das que conhecemos” (MAUSS, 1974, p. 231).

A dádiva permite o estabelecimento de comunhão e aliança, implicando num sistema de contraprestações, visto que o dar implica também em retribuir, o que pressupõe a consideração de confiança e, portanto, de crédito. O sistema da dádiva possibilita o estabelecimento de vínculos e fortalece uma forma de organização social orientada pela coletividade. “Eis, portanto, um sistema de direito e de economia no qual se consomem e se transferem constantemente riquezas consideráveis” (MASS, 1974, p. 240).

O sistema da dádiva consiste na obrigação de dar, na obrigação de receber e na obrigação de retribuir. Esse sistema de obrigações põe em circulação objetos e também pessoas, que ao mesmo tempo em que estão dando, recebendo ou retribuindo objetos também estão estabelecendo vínculos de obrigações recíprocas, isto é, de troca, de comunhão e de cooperação. Todas as atividades produtivas dos seres humanos podem

ser inseridas nesse sistema de contraprestações, desde a produção de objetos e produtos necessários à sobrevivência e reprodução da espécie, passando pelos serviços e todas as formas de práticas e manifestações culturais. Nas palavras de Mauss (1974, p. 263),

A circulação dos bens acompanha a dos homens, das mulheres e das crianças, dos festins, dos ritos, das cerimônias e das danças, mesmo a dos gracejos e das injúrias. No fundo, ela é a mesma. Se coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem “respeitos” — podemos dizer igualmente “cortesias”. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* “devem” - elas e seus bens - aos outros.

Esses vínculos e obrigações se estabelecem entre os indivíduos ou grupos diretamente envolvidos e também entre gerações. Esse princípio de solidariedade permanece, ao menos parcialmente, nas sociedades atuais, tanto nas relações familiares quanto em outras instâncias da sociedade. O autor chama atenção para essa permanência ao ponderar que,

Toda a nossa legislação de previdência social, esse socialismo de Estado já realizado, inspira-se no seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro, e, se ele deve colaborar na obra da previdência, os que se beneficiaram de seus serviços não estão quites em relação a ele com o pagamento do salário, o próprio Estado, que representa a comunidade, devendo-lhe, com a contribuição dos patrões e dele mesmo, uma certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte. (MAUSS, 1974, p. 296).

Além disso, outras atividades econômicas, inclusive negociações que se estabelecem no mercado, são dependentes, ao menos parcialmente, de confiança, de ritos, de direitos e outras características nem todas pautadas pela racionalidade econômica.

Segundo Mauss, o sistema de prestações totais é o mais antigo sistema de economia e de direito. O autor defende que as sociedades progrediram porque conseguiram estabilizar relações entre indivíduos

e grupos, o que foi possível através de relações de confiança e de reciprocidade. Nas relações de trocas, os indivíduos, enquanto produtores, trocam mais do que mercadorias, trocam produtos que são resultado de seu tempo de trabalho, portanto, parte do tempo de sua vida, logo é justo que sejam retribuídos por isso. Espera-se uma relação baseada no princípio da dádiva: dar-receber-retribuir. O autor conclui com uma passagem significativa: “os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentarem-se, como cavaleiros, em torno da riqueza comum” (MAUSS, 1974, p. 314).

Esta frase evidencia a necessidade de que todos os membros da sociedade possam ser tratados com respeito e dignidade, como cidadãos (cavaleiros), e em condições de igualdade e comunhão possam sentar-se à mesa, que simboliza partilhar a refeição, os frutos do trabalho, da produção coletiva, partilhando, portanto, a vida vivida coletivamente. Dito de outro modo, que possam viver de acordo com princípios de igualdade, reciprocidade e solidariedade.

O conceito de fato social total e a noção da dádiva analisados por Mauss (1974) destacam a interdependência entre todas as dimensões da vida social dos indivíduos e grupos sociais. Logo, pode-se considerar, de acordo com esses pressupostos, que a dimensão tecnológica é uma dessas dimensões sociais, de tal forma que é pertinente interpretá-la inserida nessa dinâmica, isto é, no contexto social em que é produzida e utilizada por indivíduos e coletividades.

A seguir apresenta-se a noção de tecnologia social, com o objetivo de problematizar e indagar se algumas das práticas presentes na economia solidária podem ser interpretadas como tecnologias sociais.

Tecnologia social

Na apresentação da obra “Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade”, Dagnino (2010a) menciona a definição de tecnologia social utilizada pela Rede de Tecnologia Social: “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (p. 11). O autor defende que este conceito não é coerente com os princípios da “economia solidária”, que requer uma tecnologia diferente

da tecnologia capitalista ou convencional, que segundo o autor é produzida “pela e para a empresa capitalista” (DAGNINO, 2010a, p. 11).

Mais do que um conceito de tecnologia social, Dagnino, Brandão e Novaes (2010, p. 95) propõem um “marco analítico-conceitual da Tecnologia Social”, entendendo-a como uma alternativa à denominada tecnologia convencional capitalista. Ao utilizar a noção de tecnologia social, visam contrapor e diferenciá-la da tecnologia capitalista, considerando-a como uma alternativa que possa servir para a inclusão social e para “alavancar um estilo alternativo de desenvolvimento”. Logo deve ser pensada e produzida no lugar onde vai ser utilizada e em conjunto com os atores que poderão utilizar essa tecnologia.

De acordo com Dagnino, a tecnologia social pode assumir um papel na construção da economia solidária ou “outra economia” em três níveis.

Num primeiro nível mais concreto e imediato, situa a TS como elemento viabilizador das “sustentabilidades” (econômica, social, política e cultural) dos Empreendimentos Solidários (EES). Num segundo nível, situando a TS como um elemento articulador, pela via do fortalecimento da ES, de formas de produção e organização da sociedade pervasivas, alternativas àquelas engendradas pelo capital. E, num terceiro nível, mais abrangente e de longo prazo, situa a TS como o núcleo do substrato cognitivo que deverá tomar o lugar da tecnociência, que hoje amalgama e galvaniza a infraestrutura econômico-produtiva e a superestrutura político-ideológica do capitalismo. (DAGNINO, 2010c, p. 204).

Em outras palavras, a tecnologia social deve dar sustentabilidade, articular e fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários, as formas de produção e de organização coletivas e solidárias, bem como produzir conhecimentos adequados a essa forma de organização social.

Dagnino diferencia o que ele denomina tecnologia convencional (TC) e o que denomina TS, e conceitua esta última como,

o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um

contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo. (DAGNINO, 2010c, p. 210).

A noção de tecnologia social é utilizada para se contrapor à Tecnologia Capitalista ou Convencional (TC). Parte da noção de Inovação, para pensar a Inovação Social e a Inclusão Social. Ou seja, parte de uma concepção de tecnologia marcada pelo caráter econômico e mais especificamente pela economia capitalista, para propor uma referência que se contraponha à proposta capitalista e que contribua para a inclusão social e para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento.

Em outros termos, pode-se interpretar que a tecnologia denominada de convencional (capitalista) (TC) é orientada pelos valores dessa forma de organização social que objetiva primordialmente a obtenção de lucro e consequente acumulação de capital. Ou seja, pode-se interpretá-la como uma noção limitada de tecnologia. Por outro lado, a noção de tecnologia social, embora elaborada a partir da perspectiva econômica, pode ser considerada numa perspectiva mais ampla, pois almeja a sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e também de outras formas de produção e organização sociais, baseadas nos princípios da economia solidária.

É com essa perspectiva ampla, de tecnologia não restringida pela perspectiva capitalista à racionalidade calculista do lucro e da acumulação de capital, que pode ser entendida a tecnologia social com o objetivo de problematizar se práticas da economia solidária podem ser interpretadas como tecnologia social. Esse recorte permite considerar a tecnologia em suas múltiplas dimensões e como uma forma de mediação das atividades humanas. Para evidenciar essa noção ampla da tecnologia, que se aproxima da noção de tecnologia social, recorre-se a outros autores.

Por exemplo, para Karl Marx (1968, p. 425), “a tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato

de produção de sua vida e assim elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem”. Pode-se dizer que segundo essa concepção a tecnologia faz parte da vida dos seres humanos em todos os tipos de sociedades, uma vez que revela seu modo de agir e está ligada à sua produção física e mental. Essa acepção de tecnologia como meio está presente em Ferkiss, que defende a ideia de que desde o início de sua existência o homem depende da tecnologia, pois foi ela que possibilitou ao “homem fazer-se homem” (FERKISS, 1972, p. 25-26).

Por sua vez, Vieira Pinto (2005) defende que as técnicas ou tecnologias são instrumentos de mediação das ações humanas. Quer dizer, a tecnologia será sempre uma mediação, pois representa uma criação humana para atender uma necessidade do processo produtivo entendido como toda ação humana. Para ele, a tecnologia só pode ser entendida se for considerada como uma categoria de mediação dialética entre o homem e a natureza ou sociedade, na busca de solução para uma contradição, isto é, na busca de satisfação de necessidades ou desejos humanos. Sendo mediação, a tecnologia não pode sobrepor-se ao homem ou à sociedade.

Ao considerar a tecnologia como mediação das atividades humanas, assume-se que a tecnologia possui estreita relação com outras dimensões da vida social, incluindo a cultura. Nesse sentido, ao defender a simbiose entre tecnologia e cultura, Simmel (1977, p. 564-565) considera que a tecnologia é um dos elementos constituintes da vida em sociedade. Para o autor, o trabalho de infinitas gerações está incorporado como espírito objetivado na linguagem, na moral, na organização política, em doutrinas religiosas, na literatura e na técnica. Esse patrimônio cultural pode ser utilizado por qualquer indivíduo, sem que se esgote. As invenções e inovações ocorrem a partir do conhecimento acumulado pelo trabalho de gerações. Conhecimento esse que pode ser utilizado infinitamente para que o ser humano possa continuar promovendo a reprodução do próprio conhecimento.

Para Merton (1984) a ciência e a tecnologia são fatores do desenvolvimento da civilização e podem ser incluídas nas categorias de sociedade e cultura, pois, embora consideradas de maneira separada, estão em dependência mútua.

Mannheim (1962, p. 253) defende que a tecnologia não se resume à economia. O autor escreve que “não há razão pela qual a tecnologia só seja significativa na esfera econômica”, e afirma que ocorre progresso técnico também nas relações sociais, pois o progresso na técnica da organização significa a aplicação de conceitos técnicos às formas de cooperação humana.

Tomando-se como pressupostos o fato que os seres humanos, ao viverem coletivamente, transformam a natureza produzindo e utilizando técnicas e tecnologias como formas de mediação dessa relação, pode-se considerar que todas as técnicas e tecnologias são produzidas socialmente. Nesse sentido, poder-se-ia questionar por que usar a expressão tecnologia social, se toda técnica e tecnologia, enquanto produto dos seres humanos, podem ser consideradas sociais?

Essa questão leva ao mesmo dilema do uso do termo economia, isto é, na sociedade baseada no mercado, tanto a economia quanto a tecnologia – o mesmo vale para diversas outras dimensões – passaram a ser submetidas à lógica do mercado de trocas capitalista, ou seja, à busca pelo lucro e acumulação de capital, subordinando essas atividades e dimensões da vida coletiva a interesses específicos. Dito em outros termos, tanto a economia quanto a tecnologia deixaram de ser incrustadas na dinâmica da vida social para serem subordinadas à dinâmica de acumulação de capital, ou seja, passaram a ser interpretadas com um sentido restritivo e limitado. Portanto, o uso dos termos economia solidária e de tecnologia social visam resgatar o verdadeiro sentido pelo qual economia e tecnologia deveriam ser entendidos e, sobretudo, como deveriam ser tratadas (produzidas, utilizadas...), isto é, como meios de proporcionar condições dignas de vida aos seres humanos, vivendo em coletividade e em harmonia com a natureza.

É com o entendimento de tecnologia social aproximada do entendimento amplo de tecnologia e de economia solidária aproximada ao sentido substantivo de economia e não os sentidos limitados com os quais são subordinadas à sociedade do mercado capitalista que, na sequência, pretende-se analisar e problematizar se algumas das práticas presentes na economia solidária podem ser interpretadas como tecnologias sociais.

É POSSÍVEL CONSIDERAR PRÁTICAS PRESENTES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIAS SOCIAIS?

Partindo dos conceitos de economia enraizada delineado por Polanyi (2012), de economia solidária proposto por Singer (2001; 2002) e a análise da dádiva realizada por Mauss (1974), interpreta-se que uma dimensão que está presente nas três noções e que pode ser considerada como um elemento importante para estabelecer relações entre eles é o princípio da reciprocidade.

A interpretação polanyiana sobre a economia enraizada pressupõe uma forma de integração econômica e de estabelecimento de formas de organizações sociais, nas quais, as relações e atividades econômicas estão imersas no conjunto das relações sociais, não tendo, portanto, primazia ou autonomia sobre estas. O autor propõe uma sociedade verdadeiramente democrática planejada pelos produtores e consumidores.

A concepção de economia solidária presente em Singer também advoga que os grupos sociais estabeleçam associações, cooperativas e outras formas de organizações sociais baseadas em princípios como cooperação, solidariedade e autogestão.

Por sua vez, a análise da dádiva desenvolvida por Mauss evidencia a importância e primazia de relações sociais entre indivíduos e coletividades. Ou seja, as práticas de dar-receber-retribuir não são pautadas por interesses de trocas econômicas e sim motivadas para o estabelecimento de vínculos e obrigações sociais entre indivíduos, clãs, tribos e outras formas de organização social. As formas de organizações sociais e as práticas de relações sociais entre os indivíduos estão imersas na teia das ações e interações entre indivíduos e coletividades, envolvendo todas as dimensões da vida individual e coletiva, incluindo a tecnológica, por isso não são fenômenos simples, via de regra, considerados como características de sociedades denominadas de primitivas, simples ou atrasadas. Mauss ressalta a complexidade das relações nessas configurações sociais ao classificá-las como fenômenos ou fatos sociais “totais”.

As três perspectivas possuem alguns elementos em comum. Primeiro, a ênfase nas relações sociais, isto é, a interpretação de que

as trocas econômicas têm papel secundário diante das relações sociais. Segundo, as relações são baseadas em confiança e credibilidade. Confiança e credibilidade, por sua vez, baseiam-se em conhecimento, prestígio e honra. Esses são requisitos essenciais para que as pessoas e as coletividades estabeleçam relações de reciprocidade. Esse conjunto de valores é fundamental para que ocorram as relações de reciprocidade, tanto internas quanto externas. Ou seja, tanto nas relações entre os indivíduos do mesmo grupo – familiar, de parentesco, clã, tribo... – quanto nas relações entre indivíduos pertencentes a grupos distintos e também de um grupo (clã, tribo...) com outro.

Esses valores, por sua vez, dependem, entre outras dimensões, da identificação, do pertencimento e do reconhecimento do indivíduo em relação ao grupo. Em outros termos, para que haja confiança e credibilidade, bases da reciprocidade, é necessária a identificação do indivíduo como pertencente a uma coletividade e o reconhecimento, por parte de outros envolvidos na relação, desse pertencimento. E o que possibilita que um indivíduo se reconheça e seja reconhecido como pertencente a um grupo é a identificação desse indivíduo em relação ao grupo. O processo de identificação, ao mesmo tempo que possibilita a mobilização de características e de práticas culturais que assemelham um indivíduo aos membros de seu grupo, possibilitando a similaridade, e, portanto, a identificação, permite também a diferenciação em relação a grupos que possuem outras características e outras práticas culturais, que por sua vez asseguram a identificação e o pertencimento a outras coletividades.

Esses princípios e valores são importantes para que as pessoas possam estabelecer relações de confiança e de reciprocidade na constituição de relações econômicas solidárias. Esses valores precisam permear tanto as relações internas dos participantes de um empreendimento econômico solidário quanto as relações entre os diversos empreendimentos, bem como dos empreendimentos com os consumidores, para que os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade possam ser praticados, servindo de fato como orientadores das práticas econômico-sociais solidárias e recíprocas. Dito de outro modo, os participantes precisam se identificar, se reconhecer e serem reconhecidos como praticantes de uma forma de organização que estimule o desenvolvimento socioeconômico coletivo.

Esse é o objetivo que deve ser colocado como prioritário. Por isso o entendimento de que a economia solidária não pode ser apenas um paliativo ou complemento ao capitalismo ou à economia de mercado. Também não pode ser vista somente como forma de geração de emprego e renda para as pessoas, menos ainda para os indivíduos excluídos do mercado. A própria noção de solidariedade também não pode ser assumida apenas num sentido religioso, de piedade e caridade para com aquele que não está tendo oportunidades no mercado. A solidariedade deve ser entendida no sentido de cooperação e de reciprocidade.

Em outras palavras, a economia solidária deve ser assumida como forma de integração e coesão social, isto é, como base de configurações sociais que procurem constituir-se de maneira democrática, autogestionária, cooperativas e solidárias, na qual as atividades econômicas sejam meios para possibilitar a constituição de formas de convivência coletivas, buscando o bem viver e o bem-estar coletivo. Em outras palavras, deve-se entender a economia em sentido substantivo, isto é, como atividades produtivas que permitam as formas de sociabilidade definidas coletivamente. Ou seja, como meios para que os seres humanos possam possibilitar sua produção e reprodução social da melhor maneira possível, o que implica em pensar numa economia verdadeiramente política, isto é, que seja politicamente subordinada à forma de sociabilidade e bem-estar coletivo.

França Filho (2007) aponta múltiplas formas de compreender a economia solidária: a) conceitual; b) contextual; c) estudo de caso; d) metodologia de intervenção; e) política pública. Interessa destacar a quarta possibilidade, isto é, como metodologia da intervenção.

Neste nível, a economia solidária é abordada como uma **tecnologia social** (grifo nosso), ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. A ideia é discutir a economia solidária no nível da própria operacionalidade das iniciativas, no sentido da formatação de **técnicas ou tecnologias sociais** (grifo nosso) para o fomento de transformações sociais. O caráter do conhecimento aqui assume grau elevado de prescrição, no intuito de sugerir meios de intervenção na realidade. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 156).

De acordo com o autor, ao propor geração de trabalho, renda e desenvolvimento sustentável, formação de técnicas ou tecnologias, bem como a produção de conhecimentos para possibilitar transformações sociais com vistas à construção de uma forma de organização societal, pautada nos princípios em que se baseia, a economia solidária é uma tecnologia social. Desse modo também é pertinente considerar que o princípio da autogestão também é uma tecnologia social.

Na economia solidária as pessoas devem importar mais do que o que elas produzem. Os processos de formação articulados com reuniões e atividades produtivas, bem como a rotatividade de funções / responsabilidades praticadas na economia solidária podem ser considerados como tecnologia social? As formas de organização da produção e de comercialização podem ser interpretadas como tecnologia social?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a economia solidária seja utilizada com a perspectiva de possibilitar a cooperação, autogestão, solidariedade e bem viver, cabe indagar se esse é o melhor termo a ser utilizado. Explica-se: ao defender outra forma de organização societal que transcenda a economia de mercado e denominá-la de “economia” solidária, não deixa margem para o risco de interpretar e mesmo pensar uma sociedade que seja dependente das relações econômicas, ou seja, que pense a economia “desincrustada” das relações sociais e, portanto, com primazia na escala de relações? Considerando o risco que os indivíduos, inclusive participantes de empreendimentos econômicos solidários, coloquem as relações e práticas econômicas em primeiro plano, será possível que de fato se constitua uma configuração social efetivamente democrática, cooperativa e solidária baseada na reciprocidade?

Se as pessoas e organizações colocarem primazia nas relações econômicas, não estarão agindo de forma reducionista, atribuindo maior valor para uma dimensão da vida em detrimento de outras? Não estariam, nessa hipótese, desconsiderando que as organizações socioeconômicas são complexas?

Ou será que a opção pelo termo economia solidária é estratégica para confrontar com o modelo de economia capitalista e mostrar que é possível estabelecer relações sociais e formas de organizações coletivas pautadas em outros princípios? Portanto, como um meio, ou como uma tecnologia social para construir outro tipo de sociedade? Nesse caso, fazendo uma analogia com o conceito de “fato social total” de Marcel Mauss, seria possível considerar a economia solidária como uma “tecnologia social total”?

Talvez o(a) leitor(a) esteja estranhando chegar na parte final do texto e encontrar mais perguntas do que respostas. O objetivo foi levantar questões que suscitem a reflexão e o debate sobre alguns temas que são importantes para a economia solidária. Os questionamentos apontam algumas perspectivas ou pistas que podem servir como fio condutor, como possibilidade de reflexão e ao mesmo tempo mencionam proposições que podem estimular a discussão, possibilidades de interpretações e também de entendimentos concretos.

O eixo central dessa perspectiva é pensar a economia solidária numa aproximação com a noção de economia substantiva de Polanyi e a tecnologia social em aproximação com um sentido amplo de tecnologia. Dito de outro modo, pensar a economia e a tecnologia subordinadas a formas de organizações sociais, como meios que possibilitem a produção e reprodução da vida coletiva em harmonia com a natureza e que possibilite formas de convivência social cooperativas, autogestionárias, justas e solidárias que propicie o bem viver.

Em outras palavras, romper com as noções restritivas que subordinam a economia, a tecnologia, a educação, entre outras dimensões, aos interesses da sociedade de mercado capitalista. É preciso pensar o desenvolvimento socioeconômico inserido na complexidade das relações sociais, articulado aos valores socioculturais, às práticas de rituais e de estabelecimento de vínculos, portanto, à cultura, às relações de trabalho, aos processos educativos e de aprendizagem de saberes e conhecimentos, às produções e utilizações de técnicas e tecnologias, enfim, como fenômenos sociais totais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Renato Dagnino (Org.). 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010a.

_____.; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Renato Dagnino (Org.). 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010b.

_____. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Renato Dagnino (Org.). 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2010c.

FERKISS, Victor C. **O homem tecnológico**: mito e realidade. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre v. 7, n. 1 jan.-jun. 2007 p. 155-174. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041>>. Acesso em: 14 maio 2017.

MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

MERTON, Robert K. **Ciencia, tecnología y sociedad em la Inglaterra del siglo XVII**. Con una nueva introducción del autor. Versión española de Néstor Míguez. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2.

POLANYI, KARL. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Organização Karl Polanyi Levitt; introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMMEL, Georg. **Filosofia Del dinero**. Traducido por Ramon Garcia Cotarelo. Madrid, 1977.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**. v.16, n.1-2 Brasília jun./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005> 2001>. Acesso em: 14 maio 2017

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Economia solidária e algumas conexões: diálogos com o Bem Viver, com a tecnologia social e com a reforma psiquiátrica

Diego Palma de Castro
Marilene Zazula Beatriz

A HISTÓRIA DO TRABALHO perpassa por vários modos de produção compreendendo-os como formas de organização socioeconômica pelas quais uma sociedade se estrutura para produzir, utilizar e distribuir o que for necessário para sua sobrevivência em um dado momento histórico. Por exemplo, no modo de produção primitivo os grupos humanos passaram a fazer uso contínuo e sistemático de instrumentos que os auxiliavam nas realizações de seus afazeres e, a partir disso, começaram a conceber de forma antecipada a ação a ser realizada e os recursos necessários para efetivá-la (FURTADO, 2011).

Ainda segundo Furtado (2011), outro marco na história foi o momento em que as relações de trabalho passaram a ser compreendidas como relações sociais, ultrapassando sua função de sobrevivência, permitindo a acumulação e a programação da produção, momento em que foi desenvolvida a agricultura e outras atividades do modelo de produção primitivo.

A partir da idade moderna “o trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classes aí envolvidos” (PINTO, 2007, p. 19), relação esta explicitada entre burgueses, detentores do capital e dos trabalhadores, pessoas que

contavam apenas com a venda de sua força de trabalho, dando origem ao trabalho assalariado.

Ao longo do tempo, o trabalho tornou-se parte da cultura e passou a ser uma fonte de experiência psicossocial, ocupando-se de grande parcela da vida das pessoas, fazendo com que não fosse somente um meio de satisfação de necessidades básicas, mas também de identificação, de autoestima, de desenvolvimento de potencialidades, de sentimento de pertencimento e de participação na sociedade (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Contraditoriamente a isso, a forma de organizar o trabalho no modo de produção capitalista originou também, a muitos trabalhadores, condições de trabalho insalubres e precárias, colocando, muitas vezes, a saúde física e/ou mental em risco ou em sofrimento, quando não em condições de desemprego de curto, médio ou de longo prazos. Max-Neef (2012) enfatiza, ainda, que esse modelo incentivou o individualismo, a ansiedade, a desmobilização dos indivíduos, a concentração de renda, a segregação econômica, política e social. Diante desse cenário, existe a Economia Solidária – Ecosol, que se contrapõe a esse modelo econômico e tem como princípios fundamentais: a solidariedade, a distribuição de riquezas, o trabalho coletivo, a cooperação e a prática da autogestão (SINGER, 2012).

Os empreendimentos econômicos solidários são resultados das ações de pessoas que, na maioria das vezes, não atendem ao perfil de trabalhador estabelecido pelo capitalismo, mas que precisam sobreviver e, para tanto, necessitam e querem lutar pelo seu próprio sustento (IASKIO, 2007). Diante disso, a Ecosol passou a dialogar com outros movimentos similares e a englobar, em seus princípios e atividades, grupos de pessoas que o modelo capitalista excluiu do mercado formal de trabalho, como por exemplo: pessoas em situação de rua, usuários do sistema de saúde mental, comunidades tradicionais, egressos do sistema prisional, jovens de periferia, pessoas a partir da faixa etária dos 40 anos e/ou com baixa escolaridade, entre outros.

Para melhor compreender como a Economia Solidária tem dialogado com outros conceitos e ações, o presente artigo objetiva apresentar os movimentos aos quais a Economia Solidária tem se aproximado desde os anos 2000. Para tanto, o mesmo será dividido em seis momentos: primeiramente serão apresentadas as origens e alguns

estudos da Economia Solidária, seguido pelo diálogo com o conceito do Bem Viver, depois com o movimento da Tecnologia Social. Já o quarto momento trará um diálogo entre a Economia Solidária e a Reforma Psiquiátrica, seguida pela breve análise e discussão entre o conceito e os movimentos supramencionados e a Economia Solidária, finalizando-se com as Considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: SUAS ORIGENS

A Economia Solidária tem suas origens baseada no movimento do cooperativismo que ocorreu na Europa como resposta à crise instaurada pelo capitalismo industrial¹, pois, ao vender sua força de trabalho ao patrão, o trabalhador teve a perda de controle do processo produtivo, jornadas de trabalhos exaustivas, ambientes insalubres, além do empobrecimento no conhecimento das técnicas (SINGER, 2012). Esse avanço do modo de produção capitalista ocasionou o surgimento de movimentos de trabalhadores organizados ou espontâneos de resistências aos modelos de concentração de riqueza e de poder (EID; PIMENTEL, 2005).

Singer (2012) relata que no período de crescimento do Capitalismo Industrial existiram industriais que buscavam alternativas para as consequências desse modelo produtivo, entre os quais Robert Owen – um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos – em 1817 apresentou uma proposta, considerada inovadora para a época, de organização em aldeias cooperativas. Para isso, o local seria cedido pelo governo e abrigaria até 1200 pessoas, as quais produziram seu próprio sustento.

Ainda segundo Singer (2012), as propostas de Robert Owen continham mudança radical do sistema social, incluindo a abolição de fábricas capitalistas, fato este que enfrentou sérias resistências pelas forças econômicas da época.

¹ Capitalismo industrial foi a segunda fase do desenvolvimento do capitalismo. Teve início com a Primeira Revolução Industrial do século XVIII, avançando até o século XIX com a Segunda Revolução Industrial (SINGER, 2012).

Voltando-se para a América Latina, no século XX, Singer (2012) descreve que o cenário mundial, nos anos 70, impactou os países latino-americanos com uma grande crise econômica, ocasionando um número considerável de desempregados. No Brasil esse cenário possibilitou o surgimento de iniciativas independentes e movimentos de resistência, alguns pautados nos princípios do cooperativismo, por exemplo, os empreendimentos econômicos solidários que vêm se multiplicando fortemente desde então (SINGER, 2012).

Essas iniciativas se organizaram na forma de movimentos locais independentes ou ligados a outros grupos sociais e que colaboraram para o crescimento da prática da Economia Solidária e para a organização dos movimentos sociais no Brasil (MAIA; CATIN; BRAGA FILHO, 2006).

A Ecosol propõe um modo diferenciado de pensar e realizar o trabalho, pautando-se na busca por uma sociedade solidária, onde há a valorização não apenas do trabalhador, mas também de suas necessidades materiais e imateriais, como: o desenvolvimento pessoal, o bem viver, o acesso ao consumo consciente e solidário, entre outros. Ao se contrapor à competição, à hierarquização e à limitação das relações sociais e produtivas do capitalismo, a Economia Solidária cultiva a confecção de produtos e vínculos mais éticos por meio do comércio justo e solidário (SANTIAGO; YASUI, 2015).

A Ecosol é mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora. É também a construção de outras relações econômicas, políticas, sociais e culturais que, de acordo com Pedrini e Oliveira (2007), são pautadas em alguns princípios que fundamentam e dão significado à Economia Solidária, a saber: a propriedade coletiva dos meios de produção e seus resultados; o comprometimento com a sustentabilidade social, ecológica, cultural e econômica; a valorização do trabalho humano para fortalecer os vínculos sociais entre os participantes; o repensar econômico de cunho social, reavaliando o impacto da economia na vida das pessoas; a politização de todas as dimensões da vida (democratização do conhecimento, saber, tecnologia, entre outros); a possibilidade de fortalecimento dos sujeitos, da sociedade civil; a valorização do território e o enaltecimento de valores como: a autonomia, a democracia e a participação; utilização

da articulação em rede como forma de intercâmbio e fortalecimento entre os envolvidos e, por fim, a conexão com outras formas de lutas e de movimentos sociais, buscando a troca de experiências de alternativas para o enfrentamento de todas as formas de opressão.

Essas são as características que constituem a proposta da Ecosol. No entanto, infere-se que existe um grande desafio para o desenvolvimento dessas práticas em meio a uma realidade construída na lógica capitalista, já que esse movimento implica em transformações graduais e fundamentais das concepções de vida defendidas e geridas pelos participantes da Economia Solidária (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007).

Assim sendo, identifica-se que o movimento da Economia Solidária vem se articulando e dialogando com outros movimentos sociais, justamente por ser composto, em sua grande maioria, por membros da sociedade civil que a defendem como outra forma de desenvolvimento, ou seja, viabiliza diálogos e ações com outros atores da sociedade, conforme será apresentado a seguir.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O BEM VIVER

O Bem Viver tem sua origem nos povos indígenas. Esta expressão, segundo Mance (1999), quando foi traduzida para o castelhano, fora escrita como *vivirbien* ou como *buenvivir*; depois, em 2006, como *SumakKawsay*. Além disso, Lianza e Henriques (2012) enfatizam que *buenvivir* não é o mesmo que *vivirbien*, pois *vivirbien* é habituar-se ao estilo neoliberal da sociedade com possibilidade de viver melhor, no entanto, isso só é permitido quando o outro passa a viver pior, ou seja, uma lógica individualista e excludente no cotidiano capitalista.

Já o Bem Viver se baseia na valorização da vida em comunidade e no reconhecimento da natureza como indivíduo social, e não como um sujeito alienado em gerar lucro (ARKONADA, 2010). Mance (1999) corrobora destacando que o Bem Viver é um exercício humano de dispor das mediações políticas, educativas e informacionais em prol de tudo que possa ser realizado para satisfazer as necessidades coletivas e que não coloque em risco a liberdade dos outros. Por exemplo, a prática

do consumo solidário, pois o mesmo também se torna essencial para a promoção do Bem Viver de outros.

Também é uma prática do Bem Viver o não acúmulo de bens materiais, já que é possível extrair da natureza o que é preciso para sobreviver, e o que a natureza não puder fornecer é possível produzir por meio do trabalho (BOOF, 2010). Além dos bens materiais, o Bem Viver é ainda compartilhar felicidade, tristezas e dores com quem quiser e na hora que assim desejar (MANCE, 1999).

Acosta e Martine (2011) alegam que a igualdade, a liberdade, a justiça social e a ambiental estão na base do Bem Viver, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais, além dos princípios fundamentais da humanidade (LIANZA; HENRIQUES, 2012).

A prática do Bem Viver vem sendo discutida dentro do movimento da Economia Solidária e foi concretizada na Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2012, na qual o Movimento Nacional da Ecosol apresentou as propostas para o fortalecimento do “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável” (RELATÓRIO FINAL DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012). Nessa Carta há o alinhamento da Economia Solidária e o Bem Viver no que tange os princípios que valorizam a vida, o ser humano, o trabalho e não a riqueza material, exclusivamente.

Importante ressaltar que na América Latina essa prática vem conquistando espaços e já é reconhecida constitucionalmente, segundo Brasil e Brasil (2013), em dois países, a saber: Bolívia (2009) e Equador (2008).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A TECNOLOGIA SOCIAL

Em consonância ao movimento da Ecosol existe também o movimento da Tecnologia Social – TS, o qual discute questões que perpassam a Economia Solidária, como por exemplo, o trabalho coletivo, a inclusão social, a disseminação de uma lógica de produção e de consumo sustentável e solidária, além de buscar a superação dos problemas cotidianos que afetam a população (JESUS; COSTA, 2010).

Entende-se a construção do conceito teórico e prático da Tecnologia Social no Brasil como resultado de uma ação coletiva, já que participaram desse desenvolvimento pesquisadores de instituições públicas de ensino, institutos de pesquisas e outros atores sociais envolvidos diretamente com TS (JESUS; COSTA, 2010; FERNANDES; MACIEL, 2010). Esse envolvimento plural na construção do campo de Tecnologia Social reflete na compreensão da mesma. Conforme descrito por Dagnino (2011, p. 1), “TS é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo [...]”.

A TS, segundo Fernandes e Maciel (2010), vem se tornando uma resposta possível para atender as demandas sociais e da política de Ciência e Tecnologia no país. Entende-se ainda, segundo Jesus e Costa (2010), que o desenvolvimento e a utilização de tecnologias devem ser para a Inclusão Social – IS. Por isso, os “homens e mulheres devem estar envolvidos em um constante processo de ação e reflexão, de modo que a interação entre indivíduos e tecnologia permita expressar ações que valorizem uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável” (p. 20). No entanto, é possível entender o grande desafio de superar a ideia da transferência de tecnologia para a Inclusão Social, pois a tecnologia convencional ou capitalista é predominante no século XXI, que tem como principal foco o lucro e, para isso, produz tecnologias em grandes quantidades e cada vez de maior complexidade (DAGNINO, 2010).

Devido a isso, a concepção da TS, muitas vezes, não é reconhecida como tecnologia, sendo considerada como simplista e de menor importância para a sociedade. Contrapondo-se a essa visão, autores como Lassance Júnior e Pedreira (2004, p. 65) conceituam a Tecnologia Social como “Conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”.

Dagnino (2010) descreve que a TS é libertadora, promove a criatividade das pessoas, não é discriminatória, viabiliza economicamente a sociedade e é adaptada à realidade social, econômica e política dos indivíduos. Além do mais, pode-se afirmar, segundo Fernandes e Maciel

(2010), que um dos objetivos da TS é reverter a tendência vigente da tecnologia convencional. Mas, para isso é necessário compreender a diversidade que envolve a construção de uma TS, conforme relatado a seguir:

[...] a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos (FERNANDES; MACIEL, 2010, p. 9-10).

Portanto, a Tecnologia Social se posiciona como outra tecnologia, visto que seus princípios se contrapõem ao modelo capitalista, à neutralidade da ciência e ao conceito de transferência de tecnologia (THOMAS, 2009). Nesse sentido, no arcabouço teórico da Economia Solidária há convergências com os princípios e definições da Tecnologia Social, já que ambas se posicionam de maneira antagônica ao sistema capitalista, pautando-se em princípios cooperativos e de inclusão e propondo outra forma de pensar ciência, tecnologia e sociedade.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A REFORMA PSIQUIÁTRICA

A Economia Solidária engloba uma grande variedade de empreendimentos econômicos solidários que se organizam pautados em seus princípios e valores. A plataforma do Cadastro Nacional de Economia Solidária – CADSOL, em setembro de 2017, registrava um total de 25.302 EES cadastrados. Dentre esses, encontram-se os empreendimentos que lutam em prol da reabilitação psicossocial e da efetivação da Reforma Psiquiátrica.

A Reforma Psiquiátrica é entendida como uma conquista de muitos anos de lutas. Esforço este que se iniciou na década de 1950, sendo a Lei nº 10.216 sancionada somente em 2001 (BRASIL, 2001). Conhecida como a Reforma Psiquiátrica Brasileira, a Lei extingue os manicômios e passa a agregar a família como parte do tratamento do indivíduo. Além disso, a referida Reforma previu uma série de instrumentos para o avanço da desinstitucionalização da saúde mental, por exemplo, os centros de atenção psicossocial, centros de convivências, casas de apoios, entre outros (KINOSHITA, 2014).

A Reforma Psiquiátrica Brasileira reforça também a importância do desenvolvimento de ações voltadas para o mundo do trabalho. Nesse ponto, dialoga com a proposta da Economia Solidária, principalmente no que se refere à luta contra a exclusão social e econômica das pessoas (DELGADO, 2001).

Já a reabilitação psicossocial, outra pauta da Reforma Psiquiátrica, pode ser entendida, segundo Pitta (2016, p. 27), como a representação de “um conjunto de meios (programas e serviços) que se desenvolvem para facilitar a vida de pessoas com problemas severos e persistentes”. Para além do campo conceitual, a reabilitação psicossocial prevê que o cuidado esteja centrado no usuário, que deve ser compreendido, em primeiro lugar, como um cidadão de direitos (PINHO et al., 2014). Assim, entende-se que o usuário do sistema de saúde deve ser inserido na sociedade e participar dos espaços que são de direito, por exemplo, conselhos, fóruns, reuniões, espaços formativos e outros.

Acredita-se que a inclusão dos empreendimentos, associações, grupos e cooperativas oriundas de projetos da saúde mental no movimento da Economia Solidária potencializarão o processo de reabilitação psicossocial e a promoção da autonomia nos indivíduos, promovendo a participação dos usuários em espaços públicos como os supramencionados.

Infer-se que essas ações contribuirão diretamente no que é previsto como controle social, ou seja, a participação da sociedade no sentido de acompanhar, fiscalizar e cobrar efetividade de políticas públicas por parte do Estado (COTTA; CAZAL; RODRIGUES, 2009), posto que os cidadãos começaram a acompanhar e a fiscalizar as políticas públicas de Economia Solidária. Então, abre-se a possibilidade

de interconexão com a participação das políticas públicas oriundas da saúde, pois o cidadão consegue participar de espaços diversos e lutar pelos seus direitos previstos em leis.

Com isso, percebe-se a importância na interconexão entre a política da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, pois ambas objetivam uma sociedade que seja inclusiva, ética, humanizada, justa, solidária e alternativa ao modo de produção e exclusão providas do capitalismo.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS DIÁLOGOS: COM O BEM VIVER, COM A TECNOLOGIA SOCIAL E COM A REFORMA PSIQUIÁTRICA

Percebe-se que o conceito do Bem Viver e os movimentos da Tecnologia Social e da Reforma Psiquiátrica se assemelham aos princípios da Economia Solidária e ainda dialogam ou se identificam como parte do movimento. Esse processo de aproximação é apontado por Laville (2009) quando expõe que está ocorrendo um avanço de novos modelos de organização econômica e que esse amplia a diversidade das práticas que se interligam com o movimento da Economia Solidária em seus mais diferentes contextos nacionais e internacionais.

A América Latina, em especial, está vivenciando novos debates a partir da crítica ao modelo eurocêntrico e propondo alternativas de desenvolvimento que sejam pautadas nas pessoas e nos territórios e não apenas no fator econômico (QUIJANO, 2008). Ressalta-se a semelhança defendida pela prática do Bem Viver, na qual se entende que a mesma é a garantia coletiva para a promoção de condições que atinjam toda a comunidade e não somente o indivíduo, além de compreender o ser humano como uma parte que integra o grande sistema terreno (BOOF, 2010).

O Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida. [...] pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais. Pode,

inclusive, contribuir com uma mudança de paradigmas em meio à crise que golpeia os países outrora centrais. Nesse sentido, a construção do Bem Viver, como parte de processo profundamente democrático, pode ser útil para encontrar saídas aos impasses da humanidade (ACOSTA, 2016, p. 33-34).

O Bem Viver surge como uma cosmovisão para a construção de uma outra sociedade, baseada na convivência dos seres humanos e na harmonia com a natureza a partir do reconhecimento cultural. Ou seja, a manutenção dos direitos de liberdade, oportunidades para as pessoas, trabalhos coletivos, valorização dos povos tradicionais, o respeito às diversidades existentes, à sustentabilidade, visto que no modelo econômico capitalista também a natureza é explorada sem a preocupação com as possíveis consequências ambientais (LIANZA; HENRIQUES, 2012).

Desse modo, percebe-se que o avanço desses novos modelos está ligado à crise do capital e com o contexto atual do capitalismo moderno, marcado por diferentes tipos de explorações, exclusões e desigualdades sociais, fato que possibilita um aumento dramático das patologias coletivas (MAX- NEEF, 2012).

Corroborando com a ideia de um outro modelo de organização, Gadotti (2009) descreve que deve-se entender a Economia Solidária como proposta de uma nova sociedade, com novos modelos de organização. Nesse novo caminho valoriza-se o papel da educação popular, que não se resume a um produto/objeto, mas que se traduz num sistema que respeita o meio ambiente; produz de maneira ética, sem utilizar mão de obra infantil, análoga à escravidão ou precarizada; respeita a cultura local; luta pela igualdade; defende o comércio justo; prioriza a cooperação e a solidariedade, o trabalho comunitário e a segurança no trabalho, entre outros ideais (GADOTTI, 2009).

Se a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento, faz-se necessário também olhar criticamente para a tecnologia, conforme defendido pelo movimento da Tecnologia Social. Dagnino, Brandão e Novaes (2004) ressaltam que a Ecosol deve lutar por uma tecnologia que defenda outro modelo de desenvolvimento, já que o conhecimento técnico é o que mantém o privilégio no capitalismo, pois

o indivíduo que possui o conhecimento garante o seu lugar privilegiado em uma sociedade de classes.

Ademais, percebe-se que a via para que a Ecosol aconteça é o exercício da democracia, a partilha por igual dos resultados econômicos, políticos e culturais entre os participantes, assim como o reconhecimento do ser humano na sua integralidade. Igualmente defendido pelo movimento da Reforma Psiquiátrica, pois ambas optam por uma sociedade marcada pela solidariedade e não exclusão social (SINGER; SCHIOCHET, 2014).

Importante olhar para a Ecosol e suas críticas e compreender que a mesma está em construção. Segundo Gadotti (2009), a riqueza dos processos e experiências encontradas no âmbito da Economia Solidária está interligada com os princípios da solidariedade, da cooperação, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Nesse sentido, a Economia Solidária se propõe a se organizar em forma de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES e/ou de iniciativas coletivas que realizam certo grau de democracia interna e promovem a justiça econômica. Nesse ponto, Wellen (2012) problematiza que existem sérias falhas no desenvolvimento da Economia Solidária, especialmente no que tange a autogestão, por ser considerada uma utopia, pois dentro de muitos Empreendimentos Econômicos Solidários encontram-se a reprodução do sistema capitalista, ou seja, uma gestão hierárquica e burocrática. Além disso, há competição, precarização, do *marketing* e jornadas excessivas de trabalho (BENINI, 2004). No entanto, para Gadotti (2009), o ideário da Economia Solidária renova a esperança em mudanças significativas na forma de produzir, consumir e na construção de relações sociais horizontalizadas, na promoção da igualdade, do respeito, porém, deve-se entender que todo esse processo está em permanente aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar o conceito do Bem Viver e os movimentos da Tecnologia Social e da Reforma Psiquiátrica, com os quais a Economia Solidária tem dialogado desde os anos 2000.

Apesar da breve discussão apresentada, percebeu-se que a Ecosol vem ganhando espaço significativo na crítica ao modelo socioeconômico capitalista em ambientes universitários, nas produções científicas e nos movimentos sociais.

Analisando o conteúdo apresentado, observou-se que o conceito do Bem Viver existe em países que já estão discutindo em esferas mais amplas o desenvolvimento desses princípios por meio de implantação de políticas públicas. No entanto, ainda faz-se necessário avançar em outros países da América Latina e estreitar relações com ações semelhantes.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil vem, dia após dia, ampliando o diálogo com o movimento da Ecosol, já que a mesma tem se tornado uma possibilidade para a efetivação de um dos importantes eixos dessa Reforma, que é a inserção do usuário do sistema no mundo do trabalho. Apesar de ainda carecer de maior apoio e de aproximações concretas entre as políticas públicas da saúde e as ações desenvolvidas pela Economia Solidária, percebe-se que há um grande empenho de trabalhadores, de gestores públicos e de entidades de apoio e fomento à Economia Solidária para que esses dois movimentos realmente se conjuguem.

A Tecnologia Social também dialoga com os princípios e valores da Ecosol, porém, necessita alinhar mais ações que contemplem ambos os movimentos. Assim sendo, percebe-se uma necessidade de interconexão em todos os movimentos, pois, por mais que tenham princípios e valores semelhantes, nem sempre o diálogo tem se efetivado com ações de inclusão social em conjunto.

A Economia Solidária tem se apresentado como um modelo de desenvolvimento no qual as pessoas ganham espaços de fala e, conseqüentemente, de voz em espaços de incidências políticas como: reuniões, fóruns, conselhos, assembleias, conferências. Isso possibilita que o movimento ganhe novos adeptos e parceiros e se coloque em contraposição ao modelo socioeconômico predominante.

Também se acredita que para o movimento da Ecosol conquistar novos espaços na sociedade necessita avançar em diversos aspectos, como: nos diálogos com outros movimentos sociais, na busca de novos espaços de formação, de produção, de comercialização e de consumo

solidários, no fortalecimento do movimento em termos de políticas de Estado, entre outros.

REFERÊNCIAS

ACOSTA A; MARTÍNE. **Esperanza**. Economía social y solidaria El trabajo antes que el capital. Auspiciado por la Fundación Rosa Luxemburg, Quito-Ecuador, julio del 2011. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

ARKONADA, K. **Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados**. IHU On-Line, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_conten%20t&view=article&id=3439&secao=340>Acesso em: 10 out. 2017.

BENINI, E. A. **Políticas Públicas e Relações de Trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV. 2004.

BOOE, L. **Cuidar da terra, proteger a vida**: como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação**, Ponta Grossa, 13, n. especial: 93-104, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **LEI nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: 2001.

CADSOL. **Relatório da Comissão Estadual do Paraná**. Plataforma Online. Disponível em: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam?cid=1758>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

COTTA, R. M. M.; CAZAL, M. M; RODRIGUES, J. F. C. Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 419-438, jan./jun. 2009.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG; UNICAMP, 2010.

_____. Tecnologia Social: base conceitual. **Ciencia & Tecnología Social**, v. 1 n. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/3840>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____.; BRANDÃO, F. C; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social**: Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DELGADO, P. G. O tratamento a partir da reforma psiquiátrica. In: QUINET, Antonio. **Psicanálise e psiquiatria**: controvérsias e convergências. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. p. 153-8.

EID, F; PIMENTEL, A. E. B. Planejamento do desenvolvimento local e economia solidária. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 121-137.

FERNANDES, R. M. C; MACIEL, A. L. S. (Org.). **Tecnologias sociais**: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Editora Fijo, 2010.

FURTADO, O. **Trabalho e qualidade de vida**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária. In: BERGONSI, S. S. S. et al. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagens. Curitiba, 2007.

JESUS, V. M. B. de; COSTA, A. B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges (Org.). **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010.

KINOSHITA, R. T. Reforma Psiquiátrica, Economia Solidária e Cooperativismo Social In: PINHO, K. L. R. et al. (Org.). **Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde**. São Carlos: Compacta, 2014.

LASSANCE JÚNIOR, A.; PEDREIRA, J. S. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2009.

LIANZA S.; HENRIQUES, F. C. **A economia solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro, Pró Reitoria de

Extensão UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB997701A2796/Economia%20Solid%C3%A1ra%20na%20America%20Latina%20SENAES%20SOLTEC.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MAIA, D. H. S.; CATIN, N. F.; BRAGA F. **As Alternativas Propostas pela Economia Solidária, Para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda**, Centro Universitário de Franca, SP, 2006.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, 2007, v. 19, n. 1, p. 14-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 out. 2017.

PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 111-133, 2007.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINHO, K. L. R. et al. (Org.). **Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde**. São Carlos: Compacta, 2014.

PITTA, A. **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitece Livraria Instituto Paulo Freire, 2016.

QUIJANO, A. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. **OtraEconomía** [online] – Volumen II – Nº 2 – 1º semestre/ 2008 – ISSN 1851-4715. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso em: 03 out. 2017.

RELATÓRIO FINAL DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 700-711, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300700&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 3 out. 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____.; SCHIOCHET, R. Economia Solidária e Saúde Mental. A construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, L. P. (Org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta, 2014.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: OTTERLOO, A. (Org.). **Tecnologias Sociais**: Caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009, p. 25-82.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.



“Eles acham que o líder é o patrão”: liderança solidária compartilhada por meio da estratégia como prática

Robinson Henrique Scholz
Marília Veríssimo Veronese

ESTE ESTUDO tem como objetivo central analisar a estratégia como prática e sua relação com a liderança solidária compartilhada, desempenhada entre os sujeitos dos empreendimentos econômicos solidários, associados a uma central de cooperativas atuante no campo da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. A pesquisa empírica que embasa o texto foi desenvolvida no município de Canoas, RS, Brasil. A Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas – COOPERCAN, objeto empírico do estudo, é um empreendimento econômico solidário da área da reciclagem de resíduos pós-consumo.

A pesquisa apresenta alguns resultados de uma tese de doutorado em Ciências Sociais¹, que teve como foco as temáticas da economia solidária, da estratégia como prática e os processos de liderança. O aprofundamento dos conceitos e a compreensão das práticas de liderança, fenômeno de grande importância nas organizações sociais, instiga a compreender como ocorrem as estratégias como práticas adotadas pelos líderes de empreendimentos econômicos solidários, diante da proposta de compartilhar o lugar de líder, de tornar os

¹ Este artigo é originado na tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida no PPG em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em março de 2017, financiada pela CAPES.

papéis da liderança fluidos, independentes do lugar de cada um(a) na cooperativa.

Na revisão de literatura realizada buscou-se apresentar os conceitos a partir da articulação teórica com temas como autogestão, associação, liderança solidária compartilhada, desigualdades, prática social, vínculos sociais e dádiva (MAUSS, 2011; SCHOLZ; ROSA; BORGES, 2014; VERONESE; SCHOLZ, 2013; POLANYI, 2012; GAIGER, 2015; BORGES; SCHOLZ; CARGNIN, 2015).

O método qualitativo empregado no estudo utilizou perspectiva etnográfica; foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com os coordenadores da Central de Cooperativas, preenchidos 48 diários de campo por meio da observação participante ao longo do período (2013-2016) e empreendida a análise de *corpus* documental, composta por 27 documentos da Cooperativa.

Diante da situação processual da estratégia como prática no contexto de autogestão, a liderança solidária compartilhada é o elemento que estimula o debate, na busca da construção da melhor alternativa para a solução do problema-conflito, para então planejar a ação a ser empregada. Dessa forma, há o (re)estabelecimento de vínculos sociais entre os cooperados, os quais passam por momentos de tensão e conflito no grupo, aqui entendido como inerente à democracia na busca de soluções em conjunto. Esse processo será melhor descrito e analisado ao longo da apresentação do estudo.

O texto é iniciado por meio desta introdução, seguido das seções teóricas sobre estratégia como prática, liderança e economia solidária. Na seção 4 apresenta-se, em maior detalhamento, o método utilizado na pesquisa. Na seção 5 são trazidas as análises dos dados e, por fim, são articulados os principais apontamentos da pesquisa realizada.

ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA

A ressignificação da vida, da identidade, do sentido do trabalho, dos vínculos comunitários e, principalmente, da condição humana pode ser emergente na economia solidária. É possível estabelecer, desse potencial, uma relação com a perspectiva conceitual da *estratégia*

como prática: “o seu direcionamento está na cooperação dos múltiplos atores que participam da elaboração da estratégia e de sua realização no cotidiano, através das ações individuais e coletivas de uma organização” (VASCONCELOS; FERNANDES; OLIVEIRA, 2011, p. 8). Contudo, cabe ressaltar que esse conceito emerge dos estudos organizacionais, os quais são atravessados por relações de poder específicas, estando vinculados à lógica da hierarquização estrutural das organizações. Com isso, é conceito que merece atenção analítica e reflexão, para que a sua aplicação na economia solidária seja possível.

A estratégia como prática, como conceito operativo,

[...] procura explicar, recorrendo a diversos recursos teóricos, como atores estratégicos capazes e instruídos constituem e reconstituem um sistema de práticas estratégicas compartilhadas, que eles consideram como recurso para as atividades do cotidiano, para escolher a melhor estratégia (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004, p. 13).

Percebe-se que o conceito mostra a importância da *prática* na interação social voltada à construção da ação, em um coletivo de trabalho, para a formulação da estratégia. A ação é entendida como central das relações humanas, nos processos que constroem a estratégia que visa resultados futuros (JOHNSON; WHITTINGTON, 2007). Como a prática é um elemento-chave no processo de elaboração da estratégia, Borges, Scholz e Cargnin (2015, p. 115) mencionam que:

A abordagem da “prática” alicerça-se no entendimento de *processo organizacional*, mas retorna ao plano gerencial para entender como os estrategistas “estrategizam”, ou seja, como eles (re)utilizam e (re)definem ferramentas e procedimentos em um mundo de mudanças aceleradas, no qual estratégias e mesmo organizações são transitórias.

A estratégia como prática também salienta que “[...] a interação é uma forma ativa de fazer estratégia, envolvendo intento, habilidade e conhecimento no reconhecimento e implementação seletivos das práticas em andamento” (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004, p. 14). No campo da administração, há muitas pesquisas relacionadas à teoria

organizacional que estabelecem uma dicotomia entre os estudos que orientam a estratégia, em abordagens “de conteúdo”, preocupadas com os tipos de táticas e abordagens “de processo”, focadas na formulação e aplicação da ação planejada. Para o foco desta pesquisa, se busca a compreensão da prática da busca de soluções à luz das ciências sociais, uma vez que há a necessidade de se ampliar a visão sobre o fenômeno, evitando interpretações dualistas do processo (WHITTINGTON, 2007).

O alargamento sociológico proposto se fundamenta nos estudos de Schatzki (2005) e Hughes (1971), tendo como horizonte teórico a ação estratégica como uma prática social, organizada na vida em sociedade, em qualquer contexto, seja na guerra, no casamento ou no jornalismo. Tais práticas estabelecem conexões sensíveis de relacionamentos, vínculos sociais, reconhecimento de problemas sociais (WHITTINGTON, 2007). Observar, refletir e compreender a sociedade, a ação entre os atores sociais e seus resultados vão ao encontro de um posicionamento para além do campo das teorias organizacionais que se debruçam para investigar a estratégia, entendendo que:

O olhar sociológico encoraja-nos a ver a estratégia em todas as suas manifestações, embutidas nas sociedades. Por meio dessa lente, as minúcias da estratégia são susceptíveis de ter significado inesperado, enquanto a estratégia como uma instituição pode ser propensa a problemáticas consequências. A organização é descentrada, e as pessoas e práticas em sociedade entram igualmente para o palco. Neste sentido sociológico, a estratégia implica uma perspectiva mais ampla do que simplesmente um processo organizacional. (WHITTINGTON, 2007, p. 1578).

Com base na citação acima, Scholz, Rosa e Borges (2014, p. 155) abordam a estratégia como prática no contexto de incubação de empreendimentos econômicos solidários e suas dinâmicas de atuação no campo da economia solidária, entendendo que “[...] a estratégica como prática pode ser evidenciada com maior facilidade do que em demais campos organizacionais, uma vez que os participantes unem esforços em prol do bem comum, pensando e agindo em sintonia e em sincronia”. A cooperação para o alcance dos resultados pode ser

compreendida em práticas cotidianas na produção e na gestão, no relacionamento intra e intergrupar, levando em consideração que a estratégia como prática se revela no pensar e no agir estratégicos (WILSON; JARZABKOWSKI, 2004). Assim, aprofundar o estudo sobre as interações sociais em contextos organizacionais que atuam nestas dimensões acima são relevantes à estratégia como prática, e, para que elas aconteçam, o estudo sobre a liderança e suas práticas sociais é fundamental.

A seguir, são apresentados os conceitos sobre a temática da liderança à luz da economia solidária.

LIDERANÇA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entende-se que é importante a aproximação com os estudos sobre a liderança no campo da economia solidária. Inicialmente, destacam-se os estudos de Veronese e Esteves (2009), autores que salientam que as representações sociais da liderança incluem elementos contraditórios no campo dos empreendimentos econômicos solidários, ora aproximando-se da noção de “chefe” – o que produz uma rejeição da presença de lideranças – ora da noção de alguém mais experiente, empático, empoderador e estimulador. Isso demonstra que os graus de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006) existentes entre os associados são significativos para a compreensão dos modelos de liderança existentes.

Santos e Meneses (2009) salientam que as experiências sociais vivenciadas produzem práticas e, destas, geram-se efeitos, numa coprodução dos contextos, gerando novos conhecimentos. Ou seja, a prática tem uma dimensão epistemológica, ela está na base de todo conhecimento novo. No contexto investigado, esses dispositivos de (re) produção surgem do engajamento de atores sociais comprometidos e envolvidos no projeto coletivo de trabalho. Assim, é possível (re) pensar práticas de liderança que favorecessem o fortalecimento de organizações cooperativas, bem como o aprofundamento dos estudos sobre a estratégia como prática. Contudo, fica claro que isso só pode ser potencializado se os sujeitos em interação adotarem lógicas de

solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006) para esse exercício coletivo do trabalho autogestionário, “tornando mais conscientes as disputas competitivas – até certo ponto inevitáveis, mas, se trazidas à esfera pública organizacional, manejáveis” (BORGES et al., 2013, p. 106).

Percebe-se que a liderança é um fator de extrema importância para a efetividade da ação coletiva, seja ela qual for, seu objetivo ou finalidade. Nesse sentido, compreender as lideranças em empreendimentos econômicos solidários é significativo ao entendimento de quais lógicas de solidariedade e de permutas os indivíduos estabelecem nos grupos autogestionários, bem como se há lideranças que mobilizem a ação coletiva desses grupos em prol dos objetivos que eles estabelecem como estruturantes das suas identidades pessoais; a chamada liderança solidária compartilhada. Uma vez praticada, ela não permite que hajam pessoas vistas como *patrões*, pois tal papel não faz mais sentido. Embora ela se concretize algumas vezes nos empreendimentos solidários, claro é que se verificam múltiplas ambiguidades e contradições nesse processo:

existe nas associações e cooperativas um constante conflito entre os administradores e os demais associados, posto que aqueles situados nas instâncias administrativas e que possuem o controle final das decisões podem contrariar as demandas expressas pelos demais envolvidos (LOCKS, 2016, p. 100).

A liderança requer mais do que habilidades sociais, políticas e administrativas, sendo um processo relacional de influenciar as práticas de outros, na busca por objetivos comuns e ganhos coletivos. Ela envolve o dimensionamento das necessidades em cada situação, além da definição de estratégias adequadas ao tempo e ao contexto (CARVELL, 1980; SENGE, 2004).

A prática da liderança demanda que haja um esforço constante de aprofundamento sobre as demandas do grupo em relação ao determinado processo por ele desenvolvido, bem como a atenção constante no cenário externo, levando em consideração a visão sistêmica, com sintonia e sincronia. Contudo, para o campo da economia solidária, há ainda, por parte dos(as) líderes, a necessidade de respeitar pacientemente os processos autogestionários e cooperativos; bem

como aos sujeitos que fazem parte do grupo, e que também contribuem para com a visão complexa do empreendimento, podendo exercer o compartilhamento da função de liderança. Para Castanheira e Pereira,

A reeducação coletiva, essencial para que a economia solidária alcance os resultados almejados e representa um desafio pedagógico, pois consiste em transformar a visão de cada membro do grupo sobre o funcionamento da economia de mercado e sobre o relacionamento cooperativo entre si (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p. 118).

O despertar da liderança em contextos cooperativos necessita romper paradigmas de (co)existência, uma vez que, na prática solidária, o autoritarismo dá espaço para a democracia, e a hierarquia para a autogestão. Dessa forma, a posição que a liderança possui está mais para o sentido de representação política e institucional, ao invés da visão de “chefia” ou “patrão”.

Assim, cada indivíduo é pressionado pelos outros a tomar decisões que possam resolver os problemas da vida coletiva e, assim, mesmo que algumas pessoas tenham resoluções efetivas, os líderes acabam sendo os detentores de fatia significativa do poder de decisão final. As histórias e narrativas dos grupos são fundamentais para a coesão das pessoas envolvidas, pelo fato de que, através do histórico de vida, elas exprimem o sentido de identidade e pertencimento ao grupo em que estão envolvidos. Outro ponto fundamental no papel do líder é o de promover acesso às narrativas históricas do grupo social e a sua legitimação, realizando a interlocução entre os sujeitos (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 50).

Nessa dinâmica de estabelecer laços de solidariedade e reciprocidade entre os atores e com os interessados externos ao empreendimento – entendendo aqui consumidores, moradores, gestão pública, fornecedores, entre outros – a liderança solidária compartilhada procura dividir as responsabilidades entre os associados, para evitar centralização de informações e sobrecarga de trabalho. Assim, em relação à liderança solidária compartilhada, entende-se que:

Na ocorrência da interação das lideranças solidárias compartilhadas, este processo torna-se fortalecido e possível de ser praticado, além de conduzir os novos associados ao mesmo processo pelos quais passaram, desenvolvendo mecanismos pedagógicos de apropriação cultural e organizacional e valorizando o solidarismo e o empreendedorismo necessários ao EES (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 59).

Essas interações podem, também, ser entendidas à luz da reciprocidade: “os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação” (POLANYI, 2012, p. 64-65). Portanto, as práticas de liderança no contexto da economia solidária se inscrevem em um cenário relacional que implica em confiança mútua, ao assumir no coletivo as responsabilidades sobre o empreendimento.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Fundamentada na concepção de Melucci (2005), que destaca a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação, a investigação parte de um estudo qualitativo, com inspiração etnográfica, tendo como campo empírico de investigação a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas – COOPERCAN, composta por cinco (5) empreendimentos econômicos solidários atuantes no campo da reciclagem de resíduos sólidos, localizados no município de Canoas, RS, Brasil.

O desenvolvimento etnográfico dos processos de descrição densa, defendidos por Geertz (1973), está sustentado na captação dos sentidos no cotidiano investigado e delimitado na pesquisa, tendo como finalidade a concepção interpretativa dos múltiplos contextos. A interpretação da realidade é uma atividade que demanda atenção nos sentidos e significados que perpassam a teia social e, a partir da captação e registro dessas informações, a etnografia pode contribuir

na compreensão dos fenômenos sociais e culturais que ocorrem na interação social dos sujeitos envolvidos no campo investigado.

A coleta de dados ocorreu por meio de 15 entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa (os membros da gestão compartilhada da COOPERCAN), constituição de *corpus* documental e realização de observações participantes (BAUER; AARTS, 2002), totalizando 48 diários de campo, preenchidos com notas sobre as reuniões realizadas pela COOPERCAN. Os documentos utilizados na pesquisa foram 25 Relatórios de Acompanhamento elaborados pela equipe técnica da Incubadora de Empreendimentos Solidários (desde a fundação da central, em 25 de junho de 2012, até julho de 2015), a Ata de Fundação e o Estatuto Social da COOPERCAN. Assim, o *corpus* documental foi composto por 27 documentos que retratam a dinâmica de gestão da Central.

A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para a interpretação do *corpus* documental, a qual consiste em uma forma de examinar os textos buscando produzir inferências acerca do contexto social estudado, mantendo o foco nos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2011; BAUER; GASKELL, 2002).

A subseção a seguir apresenta maior detalhamento da Central investigada, o objeto empírico de análise.

Contextualização do campo

A COOPERCAN é uma cooperativa de segundo grau, fundada em 25 de junho de 2012, com o auxílio da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle, Canoas, RS. Trata-se de um projeto de extensão universitária que desenvolve ações de assessoria e formação voltada para a economia solidária.

A COOPERCAN, no momento da coleta de dados, era composta por 04 cooperativas: COOPCAMATE, COOARLAS, COOPERMAG e Renascer. Essas cooperativas se localizam nos bairros Guajuviras, Estância Velha, Mathias Velho e Mato Grande, no município de Canoas, e agregavam 103 catadores. As cooperativas de reciclagem estão nas regiões periféricas da cidade, onde a maioria dos catadores também reside com suas famílias, sendo que eles necessitam do trabalho para a manutenção de suas vidas em sociedade. Os representantes das

cooperativas de Canoas (pessoas eleitas pelas cooperativas para compor o quadro de representação na Central) se reuniam semanalmente na sala de reuniões da Incubadora para avaliar e discutir a gestão da Central, visando os interesses comuns das cooperativas do segmento da reciclagem. Em setembro de 2013, aproximou-se informalmente à COOPERCAN a Cooperativa de Trabalho Mãos Dadas, localizada no bairro Fátima. Em 15 de maio de 2014, na Assembleia Geral da COOPERCAN, a Cooperativa de Trabalho Mãos Dadas integra-se à Central, totalizando cinco cooperativas atuando em rede. Assim, caminhou-se no sentido de ampliar a rede de cooperativas de catadores e os esforços para atender à demanda da coleta e triagem de resíduos sólidos urbanos em Canoas.

A COOPERCAN tem por objetivo primordial, por meio do estímulo à prática do cooperativismo como mecanismo indispensável na garantia de resultados, promover o desenvolvimento das cooperativas de catadores em seus aspectos tecnológicos, financeiros, de gestão, de recursos humanos, de produção e prestação de serviços, de beneficiamento, industrialização e comercialização de materiais recicláveis e de produtos oriundos destes.

Além disso, a Central possui um contrato de prestação de serviços firmado com a Prefeitura Municipal de Canoas, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que prevê a coleta, triagem e destinação dos resíduos sólidos pós-consumo em todo o município. As cooperativas recebem um pagamento mensal para o desenvolvimento do trabalho, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e seu regulamento, Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. A PNRS destaca a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa, levando em consideração a inserção das cooperativas de catadores no ciclo da logística reversa.

Nesse contexto, se enfatiza a importância de pesquisas visando a compreensão das relações sociais existentes na gestão de organizações coletivas, para que, a partir dessas relações, possa se compreender as práticas da liderança solidária compartilhada. Esse modelo de liderança dependerá do engajamento do indivíduo na ação coletiva do empreendimento; além de ele poder estar aberto para apreender novas

formas de organização do trabalho – nas práticas operacionais – e na elaboração estratégica efetivada nos planejamentos a médio e longo prazo. Portanto, este estudo se justifica por meio de investigações sobre as práticas organizativas da COOPERCAN, ou seja, o aprofundamento do debate em torno da estratégia como prática e da liderança na economia solidária.

A análise dos dados coletados é apresentada na seção a seguir.

EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE LIDERANÇA

O estudo realizado amplia o conceito da liderança solidária compartilhada, entendida como um processo de autogestão que (re) distribui responsabilidades, descentralizando o poder e permitindo o desenvolvimento da aprendizagem em cooperação no coletivo de trabalho (SCHOLZ, 2009).

Levando em consideração esse desafio, durante a realização da pesquisa se percebeu que o compromisso da liderança é destacado de forma recorrente nas entrevistas realizadas durante a coleta dos dados. O depoimento do Entrevistado 1 aponta que:

Liderança, eu acho que..., liderança é tu fazer uma *gestão*. Pois, deixa eu tentar formular aqui. Liderança é tu fazeres uma gestão em que tu participe, acho, que juntamente com as pessoas na qual tu trabalha. É tu entenderes o problema e a necessidade do dia a dia. Entendeu? Não é só tu fazer teu papel de líder sem te envolver com os problemas. Eu acho que um líder de verdade acaba se envolvendo nisso, nos problemas das pessoas, enfim, tudo que acontece dentro da cooperativa assim. Tá sempre atualizado e entende o que está acontecendo, acho que isso é um líder.

No trecho de fala acima há a relação do compromisso do líder com as pessoas e com a cooperativa, num processo complexo que envolve gestão e relações humanas. O entendimento de que a liderança deve saber gerenciar a cooperativa e estar atenta ao que acontece com os cooperados remete à complexidade do exercício da liderança solidária compartilhada, o qual concebe a compreensão sobre o negócio e a

articulação com as equipes e o ambiente externo (VERONESE; SCHOLZ, 2011). Essa prática social da liderança no contexto administrativo não é diferente do contexto cooperativo, contudo, a ressalva é que as pessoas são donas-sócias-usuárias (VILLEGAS, 1979) da cooperativa e a democracia (LAVILLE, 2016) nos processos de condução do negócio se faz necessária como parte constitutiva do formato cooperativo. Assim, o desafio é envolver os cooperados no negócio, construindo as ações, analisando os impactos, traçando as estratégias, mediando os conflitos, entre outros elementos que se fazem relevantes à prática da liderança.

Complementando, a liderança no contexto da COOPERCAN envolve dinâmicas relacionais complexas para que o processo ocorra. O Entrevistado 6 sinaliza uma compreensão importante:

[...] liderança uns tem, outros não, uns aí estão um ano, dois anos e estão com dificuldade. **Eles acham que o líder é o patrão.** E é a grande dificuldade de colocar na cabeça que isso aqui é uma cooperativa, que tem que cooperar; com opiniões, com o serviço, com o trabalho, com responsabilidade, que tu não debes faltar, fugir do teu cooperado, que vai prejudicar o teu colega associado. Uns não têm, uns são bem dificultosos, mas tem outros que entenderam que o empreendimento é deles, que é economia solidária, que sai dos nossos braços a renda, mas tem uns que não tão nem aí [...].

No que tange aos elementos que fundam a perspectiva das ações da liderança solidária compartilhada, que são as práticas autogestionárias de (re)distribuição de responsabilidades com mais pessoas do grupo, o Relato de Acompanhamento do dia 18 de novembro de 2013 apresenta essa questão sobre a divisão de atividades e responsabilidades entre os coordenadores da Central:

Documentos: alvará e inscrição estadual estão com divergência. A inscrição estadual não está sendo liberada, pois é para o mesmo endereço no qual a COOARLAS está registrada. Encaminhamento: A secretária ligará à contadora para maiores informações. **Financeiro:** Teria que ter R\$ 1.117,00 em caixa. Retirada de R\$ 100,00 para os documentos. COOPERMAG deve R\$ 100,00. COOARLAS deve R\$ 38,00. Troco da

autenticação dos documentos foi de R\$ 40,00. Saldo de R\$ 565,00. Recursos a receber: R\$ 362,00 da Renascer, R\$ 100,00 da COOPERMAG, R\$ 78,00 da COOARLAS. O coordenador financeiro ainda questiona: Vamos pagar e escritório de contabilidade com esse dinheiro? É necessário estar com esse serviço em dia, pois necessitam do certificado digital. Ainda há o custo do GPS, no valor de R\$ 87,00, cujo desconto será direto da COOPERCAN, deixando de ser pago individualmente por cada cooperativa. **Venda conjunta do mês:** material – metal. O coordenador de logística reforça que as passagens e o almoço devem ser descontados da COOPERCAN. Necessidade de se comprar um aparelho celular para recados relativos à coleta. A secretária será a responsável pela compra do chip e do telefone. O escritório provisório será na sede da COOPCAMATE. **PEVs:** Reunir os motoristas e coletores para organizar as funções de cada um. Problemas relacionais entre motorista, coletores, empresas, condomínios e cooperativas. Entregar o caminhão limpo. Lavar quinzenalmente. O coordenador de logística junto com o presidente verão essa questão. Conserto do pneu sob os cuidados da COOPCAMATE sairá do caixa da COOPERCAN. Deliberados estes assuntos da pauta, encerra-se a reunião.

Percebe-se no documento que o processo de distribuição de responsabilidades existe, bem como um compartilhamento de informações e de ações realizadas, e o desenvolvimento de atividades futuras, tendo o alinhamento entre os coordenadores para o exercício das atividades de gestão do EES. O sentido atribuído ao funcionamento do grupo está relacionado à liderança solidária compartilhada, cujas práticas sociais percorrem a sustentabilidade da Central, levando em consideração o vetor do solidarismo e do empreendedorismo (GAIGER, 2015) nas ações aqui destacadas pelo dado de pesquisa.

Outrossim, esse espaço de socialização das atividades realizadas e os encaminhamentos a serem feitos favorecem a estratégia como prática (WHITTINGTON, 2003), pois, no processo de se fazer a estratégia, há a ação enquanto demanda e espaço de socialização, bem como a direção como estabelecimento dos caminhos a serem percorridos. As dimensões social e empreendedora são respeitadas, valorizando os saberes, as opiniões dos coordenadores por meio da democracia e

a manutenção dos vínculos sociais (GODBOUT, 1998) na dimensão social; assim como a discussão sobre os aspectos financeiros, contábeis, logística e demais aspectos gerenciais são respeitados na dimensão empreendedora (CHANLAT, 2000). Pode-se verificar, a partir desta análise, a liderança solidária compartilhada sendo praticada, estabelecendo conexões de interpretação com os vínculos sociais e a estratégia como prática (ASSIS et al., 2015).

A liderança solidária compartilhada também pode ser compreendida por meio do depoimento do Entrevistado 3, o qual reflete que:

[...] a liderança é característica de algumas pessoas, por exemplo, eu posso ser líder e não ter o apoio dos meus colegas de trabalho, aí eu posso exercer uma liderança mão de ferro. Então eu vejo a liderança como uma conquista, tu tens que dividir ela com os outros, ter condições de exercer a liderança do grupo.

Verifica-se no depoimento a perspectiva do compartilhamento da liderança com outras pessoas do grupo, bem como o processo de aprendizagem para a função (SENGE, 2004), a partir de condições que favoreçam essa prática social (JOHNSON; WHITTINGTON, 2007). Como é relatado no depoimento, sem apoio do grupo (MAILHIOT, 1991), o líder pode tomar ações mais autoritárias para poder comandar o coletivo, numa relação contrária ao que orienta a economia solidária (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Afinal, os princípios de autogestão, cooperação, igualitarismo, responsabilidade social, participação (GAIGER, 2015) e a liderança solidária compartilhada (SCHOLZ, 2009) estão interligados, assim como a dimensão substantiva da autogestão. Além disso, se faz necessária a busca do (re)conhecimento do líder perante o grupo, por meio das práticas sociais que permitem o desenvolvimento de lideranças e as conquistas destas pelo seu espaço no coletivo (VERONESE; SCHOLZ, 2013). As lógicas de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006) que perpassam o espaço do coletivo podem contribuir para essa conquista, por meio de espaços de trocas de saberes, escuta, entrega das ações nos prazos estabelecidos, responsabilidade e interesse em exercer a liderança. Outro ponto interessante é com relação ao convívio entre os sujeitos, pois as

experimentações cotidianas na prática autogestionária podem permitir que a liderança solidária compartilhada se fortaleça e se constitua um hábito.

Para Bajoit (2006), a sociedade é composta por um conjunto de indivíduos que assumem frente a si mesmos compromissos identitários, cujos pontos de intersecção são as relações sociais entre os sujeitos nas suas ações e articulações. Estas, sendo canalizadas para a construção da gestão relacional de si, guardam o sentimento de tensão existencial dos sujeitos, presente na ação de assumir a sua identidade, compreendê-la e assumi-la, homologando, dessa forma, lógicas de ação de um indivíduo sobre o outro. Trata-se de um processo relacional de troca de posições para se projetarem e assumirem suas identidades que assim são vivenciadas.

Ao se pensar a forma de organização da gestão e dos espaços de deliberação coletivos da COOPERCAN e que esta tenha estruturação de ação, a Entrevistada 1 relata que:

[...] é feito geralmente uma assembleia ou então uma reunião que fica tudo registrado em ata, onde todo mundo sugere e coloca as questões a serem resolvidas, né. E é abordado determinado assunto e depois é escolhido por todos, é votada por todos a melhor solução.

No trecho apresentado, fica claro que a compreensão sobre as práticas democráticas (GAIGER, 2014) se fazem presentes, bem como o entendimento da importância da participação e deliberação coletivas (LAVILLE, 2016) sobre as ações a serem encaminhadas, o que não quer dizer que não existam conflitos e dificuldades no processo.

Contribuindo nesse entendimento, é possível também tecer uma relação com os estudos da estratégia como prática, no âmbito de se fazer estratégia, uma vez que o Entrevistado 2 relata o que compreende sobre cooperação:

Porque cooperar é um ajudar o outro, entendeu? Por exemplo, que nem eu, eu sou da coordenação, mas nada me impede de eu ir no galpão e ajudar o meu colega a rolar um fardo, a separar um material na mesa, a puxar um bag, entendeu? Eu tenho que cooperar com eles, não interessa que eu sou coordenação, eu tenho que estar ali

junto com eles, e claro, eu tenho que fazer lá a prestação de contas, tem que ter tudo anotadinho, cada coisa que eu compro, tem que ter uma notinha, tem que estar sempre anotando, entendeu. Mas se necessário for, eu tô ali na produção junto com eles também, entendeu, mas eu tenho que saber que eu tenho que deixar as minhas coisas direitinho, porque senão eu me perco, entendeu.

A compreensão que se estabelece sobre o *fazer estratégia* (ação) e a forma de *condução* (animação) das práticas sociais é claramente percebida quando se retrata que a responsabilidade sobre a área financeira não impede de contribuir para com o desempenho da cooperativa singular (como o trabalho na catação ou a triagem dos resíduos) que faz parte da COOPERCAN. O depoimento ainda reforça o desempenho da lógica de formulação de laços sociais que possibilitam o fortalecimento da reciprocidade (CAILLÉ, 1998) necessária para o desempenho gradativo do coletivo de pessoas que usam o modelo da economia solidária para a geração de trabalho e renda (GAIGER, 2015).

Pode-se entender, também, que o empenho de se fazer a estratégia como prática está focado nos objetivos do empreendimento, como mencionado pelo Entrevistado 2, que mostra o quanto é importante o cumprimento de suas obrigações com a gestão, executando de forma correta as suas atribuições. Contudo, a (re)construção dos laços sociais para o desempenho da autogestão no coletivo pesquisado é uma enseada complicada, uma vez que:

as reuniões são sempre conflituosas, essa de hoje apresenta uma contradição muito grande sobre os processos de gestão da central, pois semana passada foi deliberada a manutenção de dois caminhões e até hoje, uma semana após, isso ainda não foi realizado [...]
(DIÁRIO DE CAMPO, 7 de abril de 2013).

O desempenho da COOPERCAN depende das atitudes do seu coletivo, dos sujeitos envolvidos no grupo e da solidariedade e reciprocidade que permeia esse espaço de deliberação e ação, envolvendo também o desempenho das cinco cooperativas envolvidas, individualmente – porque os efeitos das vivências de cada cooperativa

se fazem sentir nas reuniões da Central. O Diário de Campo do dia 09 de julho de 2013 apresenta a seguinte situação:

O diretor financeiro coloca que ninguém enviou os pesos e valores referentes ao metal e papelão para que ele pudesse negociar com os compradores. Ressaltou que, da mesma forma, entrou em contato com alguns compradores e ficou sugerido que eles montassem uma comissão (cada cooperativa um representante) para que conhecessem e negociassem pessoalmente no local do comprador. Encaminha-se que ele agendará um dia e passará aos demais.

O trecho do Diário de Campo apresenta duas questões interessantes ao entendimento da estratégia como prática. Uma contradição voltada ao não cumprimento do acordado anteriormente, em relação ao envio das informações sobre os materiais para a venda coletiva, ocasiona um conflito. A segunda questão é que esse conflito foi solucionado com a implantação de uma comissão, de forma participativa e democrática, descentralizada da figura de uma única pessoa, fortalecendo a liderança solidária compartilhada (SCHOLZ, 2009). Esse aspecto da vida cotidiana da COOPERCAN mostra uma estratégia como prática sendo instaurada, os cooperados buscando alternativas para a Central, mesmo que com conflitos, prevalecendo o atingimento das metas por eles acordadas, neste caso, a venda coletiva dos materiais recicláveis.

A busca de respostas no sentido de subsidiar as práticas sociais desenvolvidas na COOPERCAN, por meio da análise da estratégia como prática em relação com a liderança solidária compartilhada, foi atendida na análise, ressaltando como principais elementos dessas práticas o *conflito*, a *mediação do diálogo* e o *consenso* no coletivo de coordenadores. Os encaminhamentos adotados pela Central configuram uma complexidade de ações práticas que possibilita a continuidade da organização no contexto das tomadas de decisão por meio do coletivo de lideranças. Alguns dos resultados gerados pela pesquisa são apresentados na próxima seção.

APONTAMENTOS FINAIS DA PESQUISA

As análises apontam três destaques relevantes ao estudo. O primeiro destaque é a importância da *aprendizagem na prática de conceber estratégias*; essa vivência, com profunda dimensão epistemológica, contribui no desenvolvimento das aptidões dos cooperados para novas experimentações coletivas estratégicas. Dessa forma, as aprendizagens coletivas permitem trocas simbólicas entre os sujeitos, aumentando seu senso crítico sobre o trabalho coletivo. Essas críticas são das mais diversas ordens, mas se mostram mais potentes quando guiadas por lógicas de solidariedade e reciprocidade entre os cooperados.

O segundo destaque é o entendimento de que a liderança solidária compartilhada é o exercício do *compartilhamento* na economia solidária, com vistas à solução de conflitos e fortalecimento dos vínculos sociais, tendo a estratégia como prática um lugar de *processo*, no qual, por meio da sua leitura, fica mais claro o entendimento em (re)distribuir as responsabilidades. Isso possibilita a aprendizagem cooperativa, (re)construída pelas lógicas de solidariedade e reciprocidade na busca da ação coletiva (estratégica).

E por fim, o terceiro destaque refere-se aos encaminhamentos adotados pela Central, os quais configuram uma *complexidade de ações práticas* que possibilita a continuidade do empreendimento. Nesse contexto processual solidário, contraditório, gerencial e cooperativo, emerge a estratégia como prática que permite que o coletivo consiga atender às suas demandas internas e externas, mesmo que, por vezes, haja problemas de comunicação, autogestão e execução dos encaminhamentos. O que vale destacar é que as dificuldades que perpassam a Central animam a busca de soluções, entendidas como estratégia como prática que produzem ações que serão aplicadas conforme as demandas prioritárias.

Assim, a deliberação da ação (estratégia como prática) por meio da liderança solidária compartilhada conduz ao comprometimento ampliado e distribuído entre os cooperados, fazendo com que a ação seja executada de forma descentralizada e orientada às metas do coletivo das cooperativas e não para metas individualizadas.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, D. G. C. et al. O papel da liderança em associações: os desafios na construção de processos coletivos de gestão. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 16, n. 1, p. 4-28, 2015.

BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BAUER, M.; AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In. BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-63.

_____.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; SOUZA, N. A. P.; CHRISTMANN, I. S. Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos. **Mouseion**, n. 14, p. 99-120, abr. 2013.

_____.; _____.; CARGNIN, T. D. M. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**. v. 13, n. 31, p. 108-142, jul./set. 2015.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

CARVELL, F. G. **Relações humanas nos negócios**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálisis**. v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008.

CHANLAT, J. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GODBOUT, J. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, p. 39-51, 1998.

HUGHES, E. C. **The sociological eye**: Selected papers. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.

JOHNSON, G; WHITTINGTON, R. Introducing the Strategy as Practice perspective. In: JOHNSON, G. et al. (Org.). **Strategy as Practice**. New York: Cambridge University Press, 2007.

LAVILLE, J. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 369-377, 2016.

LOCKS, P. Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária. **Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 94-119, 2016.

MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e gênese dos grupos**. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision the sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-484. 2005.

SCHOLZ, R. H. **Uma andorinha sozinha não faz verão**: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

SCHOLZ, R. H.; ROSA, G.; BORGES, M. L. Estratégia como prática e aprendizagem na interação dos sujeitos recicladores: resultados da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. **Rev. Adm. UFSM**. Santa Maria, v. 7, Edição Especial, p. 141-160, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/viewFile/15903/artigo9>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização de aprendizagem. 17. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

VASCONCELOS, A. C. H.; FERNANDES, V. D. C.; OLIVEIRA, M. F. A economia solidária como prática estratégica para a sustentabilidade socioambiental de uma ONG: o caso da Ação Moradia em Uberlândia/MG. **Anais...** V Encontro de Estudos em Estratégia – Anpad. Porto Alegre. 2011, p. 1-16.

VERONESE, M. V.; ESTEVES, E. Identidade e economia solidária. In: SANTOS, B. S.; HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Org.). **Economia Solidária: questões metodológicas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2009, v. 1, p. 10-20.

_____.; SCHOLZ, R. H. O processo emergência da liderança solidária compartilhada: um estudo de casos múltiplos. **Anais... Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais**, 2011. Salvador: UFBA, 2011, p. 1-17.

_____.; _____. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. de 2013.

WHITTINGTON, R. The work of strategizing and organizing: for a practice perspective. **Strategic Organization**, v. 1, n. 1, p. 119-127, 2003.

_____. Strategy Practice and Strategy Process: Family Differences and the Sociological Eye. **Organization Studies**, v. 28, n. 10, p. 1575-1586, 2007.

VILLEGAS, R. Doutrina e teoria em cooperativismo: o desafio face a realidade das cooperativas na América Latina. **Série cooperativismo 3**, São Leopoldo, Ano XIII, v. 8, n. 20, p. 79-95, 1979.

WILSON, E.; JARZABKOWSKI, P. Pensando e agindo estrategicamente: novos desafios para análise estratégica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 4, p. 11-20, 2004.



Fazer *para* ou fazer *com*? Dos desafios à consolidação de uma metodologia emancipadora – a experiência da Trilhas Incubadora Social Marista

Lourença Santiago Ribeiro
Grasiele Dalbao Rodrigues Modesto de Camargo

SOBRE AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária – ITES surgiram em 1995 com a experiência desenvolvida pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* – UFRJ. Dois anos depois já passavam de 40 experiências em todo Brasil e, atualmente são 110, destas, a maioria instituída como programa ou projeto de extensão universitária (SOLTEC/UFRJ, 2017).

A primeira Incubadora Tecnológica de Economia Solidária, criada em 1995 na UFRJ, foi constituída em meio a uma série de movimentos e mobilizações populares, como por exemplo a Ação da Cidadania, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza. Na ocasião, a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ se reuniram em torno de uma ideia que levou ao surgimento de

uma experiência que, posteriormente, se configurou como a primeira Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do Brasil (SOLTEC/UFRJ, 2017).

Existem hoje no Brasil duas redes nacionais de Incubadoras Universitárias de Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's e a Rede Unitrabalho, ambas desenvolvem processos de incubação, ou seja, acompanham de forma sistemática os EES, a fim de que os mesmos alcancem sustentabilidade social e econômica.

Uma característica fundante dessa modalidade de incubadora é a horizontalidade, ou seja, a metodologia de trabalho da equipe de incubação tem por premissa a horizontalidade. As metodologias de incubação foram desenvolvidas a partir das “experiências pioneiras de incubação” citadas no parágrafo anterior, e estas por sua vez, se espelharam ou tinham como base “os princípios e práticas da extensão universitária e da educação popular, vivenciadas pelos seus gestores e realizadores”. A metodologia de incubação se desenvolveu a partir da prática e foi sendo aperfeiçoada com base nas demandas que os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES incubados foram apresentando (SOLTEC/UFRJ, 2017, p. 31).

A incubação pode ser entendida como:

[...] elaboração e implementação de um plano de ação devidamente articulado e construído entre todas as pessoas diretamente afetadas no processo de criação e desenvolvimento de um empreendimento de geração de trabalho e renda orientado pelas perspectivas da Educação Popular e da Economia Solidária, cujas finalidades são promover a produção e a comercialização de bens de consumo no contexto de uma estrutura administrativa auto-gestionada coletivamente, seguido da distribuição igualitária dos ganhos financeiros e sociais conquistados (CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS, 2016).

Conforme citado em parágrafos anteriores, é a metodologia de trabalho, assessoria e/ou incubação que caracteriza uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como tal. Nesse sentido, a

discussão sobre as metodologias de incubação em curso nas incubadoras é de grande relevância e é com frequência pauta dos encontros/eventos promovidos pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP, da qual a Trilhas Incubadora Social Marista faz parte.

Nas páginas a seguir será apresentado o trabalho da Trilhas, com ênfase na metodologia de incubação desenvolvida/sistematizada e implementada desde 2014.

SOBRE A TRILHAS INCUBADORA SOCIAL MARISTA

A Trilhas nasceu como um projeto da Unidade Social Marista Ir. Egídio em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR Campus Curitiba e contou com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq aportados pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, por meio da Chamada Pública MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013.

A Unidade Social iniciou uma aproximação com a PUCPR – Campus Curitiba no decorrer de 2013, sendo estabelecidas algumas parcerias, tais como a realização de feiras de economia solidária, inclusão da temática de economia solidária no currículo do Curso de Economia e igualmente em uma disciplina da pós-graduação. Essa aproximação viabilizou a parceria para implementação da Incubadora.

Passados cinco anos, a Trilhas Incubadora Social Marista tem um trabalho consolidado junto a Empreendimentos de Curitiba e Região Metropolitana. A Incubadora atua a partir de três eixos prioritários: o apoio ao comércio justo e solidário, a incidência pública e o assessoramento/incubação.

No âmbito do **comércio justo**, a Trilhas desenvolve ações de apoio à comercialização de produtos oriundos de EES e do fortalecimento do comércio justo e solidário. Nessa perspectiva, apoia e organiza feiras de economia solidária, presta assessoria para lojas de EES e realiza formações em temas correlatos.

No campo da **incidência**, a Trilhas realiza articulações com governos municipais e estadual e promove espaços de debate, tais

como audiências públicas e café com gestores. Também contribui na organização de conferências e seminários e participa de espaços de controle social, como por exemplo fóruns, conselhos e comissões municipais, regionais e estadual.

Com relação à **assessoria**, a Trilhas realiza formações de caráter pontual e continuada, também denominadas incubação. No primeiro, os EES, fóruns, poder público, comunidade acadêmica e/ou organizações sociais apresentam suas demandas e solicitam apoio para realização de rodas de conversas, oficinas, palestras, cursos em economia solidária e temas correlatos. Já a incubação é voltada para EES. Nesse caso, é realizado um diagnóstico do EES e, na sequência, elaboração, de forma coletiva, do plano singular de incubação, documento que subsidia o processo de assessoramento continuado.

Ainda sob o guarda-chuva da assessoria, a Trilhas desenvolve ações de fomento à cultura da solidariedade, tais como feiras de trocas, mutirões, compra direta do produtor, valorização da cultura local, entre outros. E, em parceria com a PUCPR – Campus Curitiba, desenvolve o projeto Fortalecer, que tem por objetivo o fortalecimento territorial sustentável da Vila Torres, em Curitiba a partir da qualificação técnica e da formação para o trabalho coletivo, cooperativo e ou associativo e da formação de redes e cadeias locais.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO EM CURSO NA TRILHAS INCUBADORA SOCIAL MARISTA

Assim como no caso das primeiras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a metodologia de incubação implementada na Trilhas Incubadora Social Marista foi desenvolvida/sistematizada a partir da práxis, que, segundo Freire (2014, p. 57), desvela o mundo da opressão e compromete-se com sua transformação, sendo que essa realidade transformada conduz os homens a uma permanente libertação. Importante mencionar que algumas experiências serviram de inspiração, tais como a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, ligada à Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; o

trabalho desenvolvido pelo professor e pesquisador Carlos Alberto Cioce Sampaio, referência na temática Ecosocioeconomia; e a metodologia de trabalho do Banco Palmas, em Fortaleza. Essas experiências têm a educação popular como prática cotidiana.

Nos dois primeiros anos de atuação, a Trilhas trabalhou com a incubação de EES e de fóruns usando a metodologia utilizada pelas demais incubadoras, que divide o período de incubação em: pré-incubação, incubação e pós, ou graduação, como chamam os técnicos da IESol. No entanto, provocados pela instituição mantenedora (Grupo Marista) para desenvolver indicadores de incubação ou de monitoramento de resultados, realizou-se um seminário interno e iniciou-se o processo de desenvolvimento/sistematização da metodologia em curso, a qual apresenta um conjunto de indicadores que possibilita, hoje, fazer um monitoramento do trabalho realizado, bem como mensurar o desenvolvimento do empreendimento incubado. Cabe ressaltar que esse desenvolvimento não é necessariamente financeiro.

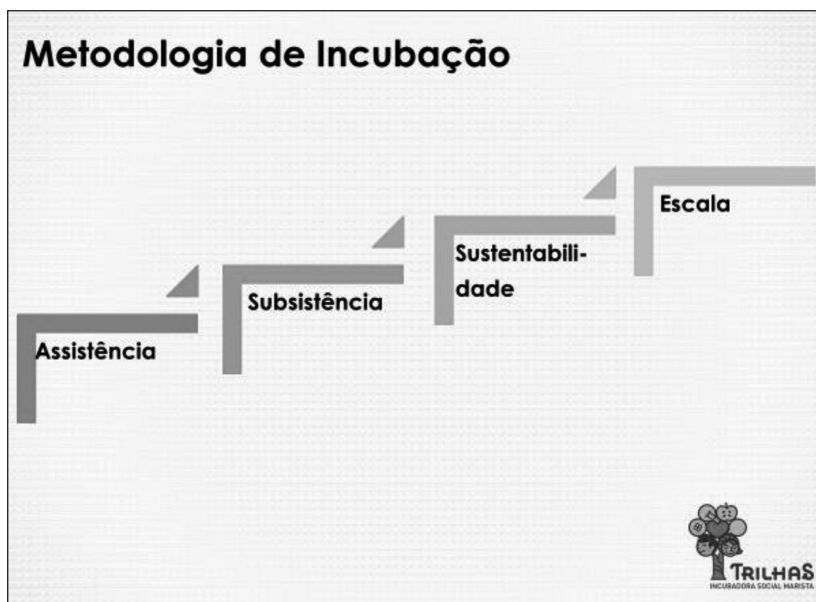
Durante o primeiro seminário realizado para desenvolvimento/sistematização da metodologia, em 2016, fez-se uma análise da metodologia empregada nos dois primeiros anos da Trilhas, partilhou-se as experiências conhecidas nesse período, realizou-se a leitura e a discussão de alguns textos sobre a temática. Também foram definidos os pressupostos da metodologia, dando ênfase na perspectiva de horizontalidade das relações, o respeito à singularidade de cada EES e à promoção da participação, autonomia e emancipação das/os trabalhadoras/es.

Com base nos pressupostos definidos, pensou-se o processo de incubação composto por 4 etapas, sendo denominadas na seguinte ordem: Assistência, Subsistência, Sustentabilidade e Escala.

Após a sistematização da proposta e da elaboração do conjunto de indicadores que integrariam cada etapa de incubação, trabalhou-se na elaboração dos ferramentais de análise preliminar do processo de incubação, do instrumental de diagnóstico participativo e do Plano Singular de Incubação (PSI). Tais ferramentais serão retomados nas páginas seguintes.

METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DA TRILHAS INCUBADORA SOCIAL MARISTA

Conforme citado anteriormente, a metodologia de incubação da Trilhas Incubadora Social Marista é composta de quatro etapas, como mostra a figura abaixo:



Fonte: As autoras, 2018.

Cada etapa da metodologia reflete a fase ou o momento de vida do EES. Para saber qual a fase ou o momento de vida, foi desenvolvido um ferramental no qual os integrantes do EES apontam o motivo pelo qual querem ser incubados. A aplicação desse ferramental é a primeira ação desenvolvida com o empreendimento antes do processo de incubação. Na sequência, apresenta-se a metodologia por completo, sendo validada a informação referente ao motivo pelo qual querem ser incubados e identifica-se coletivamente a etapa da metodologia em que se iniciará a incubação.

Cada etapa do processo de incubação reúne um conjunto de indicadores que devem ser trabalhados. Os integrantes dos empreendimentos são os responsáveis por definir quais indicadores têm

maior relevância para eles e por avaliar o grau de desempenho em cada um dos indicadores. Trata-se de um processo totalmente participativo.

Na primeira etapa, denominada de Assistência, busca-se trabalhar a constituição grupal, a descoberta da vocação e potencialidades individuais e coletivas, a introdução da temática e a aproximação do Empreendimento com a economia solidária. Nessa etapa a preocupação central é a promoção da dignidade humana por meio do trabalho coletivo.

TABELA 1 – INDICADORES DA ETAPA ASSISTÊNCIA

Peso	Indicadores	Considerando a atual situação do EES, atribua uma nota de 1 a 4 para cada indicador. Sendo que, 1 indica – não atende as expectativas e 4 – supera as expectativas			
	Renda Familiar dos integrantes do grupo	1	2	3	4
	Impacto do rendimento do grupo na renda familiar	1	2	3	4
	Identidade grupal – é possível perceber uma identidade do grupo?	1	2	3	4
	Sentimento de pertença – as pessoas se sentem pertencentes ao grupo como um todo?	1	2	3	4
	Confiança entre os membros do grupo	1	2	3	4
	O trabalho coletivo no grupo (produção, comercialização e gestão)	1	2	3	4
	Autoestima dos membros do grupo	1	2	3	4
	Participação social – fóruns, conselhos, associações de diferentes segmentos	1	2	3	4
	Conhecimento sobre economia solidária	1	2	3	4
	Vocação – o grupo tem clareza do que pode e do que é viável produzir?	1	2	3	4

	Qualificação técnica – dominam as técnicas que pretendem utilizar na produção?	1	2	3	4
--	--	---	---	---	---

Fonte: Desenvolvido pelas autoras 2018.

Na coluna 1 da tabela acima, os integrantes dos EES podem atribuir o peso ou grau de importância do indicador utilizando 2 para ações prioritárias e 1 para ações secundárias. Na terceira coluna podem apontar a evolução do indicador, por exemplo, os integrantes podem dizer que a identidade grupal tem peso 2, ou seja, é muito importante para o grupo. No entanto, que o grupo já está bem constituído e que, em uma escala de 1 a 4, eles consideram que estão no 4. Essas informações serão a base para a construção do plano singular de incubação.

A segunda etapa do processo de incubação, chamada Subsistência, busca promover a autonomia do coletivo. Considera-se que, para estar nessa etapa, o EES já está consolidado como grupo, tem conhecimento e prática dos princípios da economia solidária, participa de espaços como fóruns, conselhos, comissões, domina uma ou mais técnicas, gera renda (quando o caso é de EES que busca a geração de trabalho e renda), o que não significa que as pessoas já não precisem do suporte socioassistencial que porventura estivessem recebendo na etapa anterior.

A tabela 2, apresentada na sequência, relaciona os indicadores que subsidiam a incubação dos EES que se encontram na etapa Subsistência.

TABELA 2 – INDICADORES DE INCUBAÇÃO DA ETAPA SUBSISTÊNCIA

Peso	Indicadores	Considerando a atual situação do EES, atribua uma nota de 1 a 4 para cada indicador. Sendo que, 1 indica – não atende as expectativas e 4 – supera as expectativas			
	Impacto do rendimento do grupo na renda familiar	1	2	3	4
	Qualificação técnica – as técnicas que os integrantes do EES conhecem são suficientes ou gostariam de aprimorar e ou aprender outras	1	2	3	4
	A qualidade dos produtos	1	2	3	4

Capacidade de gestão do EES – planejamento na produção, produzir conforme a demanda, melhoramento dos produtos e outros	1	2	3	4
Processos autogestionários – processos que possibilitem a tomada de decisão coletivamente	1	2	3	4
Regimento interno ou outro documento semelhante	1	2	3	4
Solidariedade – existem ações de solidariedade entre os membros do EES	1	2	3	4
Cooperação – existem ações de cooperação entre os membros do EES	1	2	3	4
Sustentabilidade – o EES tem discutido e praticado a sustentabilidade ambiental no processo produtivo	1	2	3	4
Coesão grupal – rotatividade de pessoas, confiança, sentimento de pertença	1	2	3	4
Autonomia – o EES busca informações, recursos, parcerias e oportunidades?	1	2	3	4
Participação social – participam das atividades do movimento de Ecosol: fóruns, conselhos, redes, CADSOL	1	2	3	4
Os canais de comercialização (espaços)	1	2	3	4
Uso de tecnologia – maquineta de cartão de crédito, computador, celular, WhatsApp, Facebook, cirandas.net	1	2	3	4
Infraestrutura – o local de produção é adequado	1	2	3	4

Fonte: Desenvolvido pelas autoras, 2018.

A terceira etapa, da Sustentabilidade, se configura em um momento de maior maturidade do grupo, o qual já apresenta produção e comercialização consistentes e maior engajamento com o movimento de economia solidária. Nessa etapa o empreendimento já tem claro

onde deseja chegar e o caminho a trilhar, buscando, através do plano de negócio, a ampliação e sedimentação do grupo. O intuito dessa fase é a viabilização econômica e emancipação do empreendimento, além da participação e dignidade humana.

A tabela 3 apresenta o conjunto de indicadores que subsidiam a incubação da fase Sustentabilidade.

TABELA 3 – INDICADORES DE INCUBAÇÃO DA ETAPA SUSTENTABILIDADE

Peso	Indicadores	Considerando a atual situação do EES, atribua uma nota de 1 a 4 para cada indicador. Sendo que, 1 indica – não atende as expectativas e 4 – supera as expectativas			
	A Sustentabilidade Econômica do EES	1	2	3	4
	O Plano de negócio – Qual a importância desse instrumento? Qual o nível de elaboração?	1	2	3	4
	Institucionalização jurídica – (os membros do EES já conversaram sobre? Qual a importância? Quais os avanços dados nesse sentido?)	1	2	3	4
	Coesão grupal – os membros do EES têm o mesmo entendimento quanto ao objetivo do grupo? Existe rotatividade de pessoas no EES?	1	2	3	4
	Qualidade e diversidade de produtos no EES	1	2	3	4
	Qualidade de vida no trabalho – o grupo considera que as pessoas desfrutam de uma boa qualidade de vida no trabalho no EES.	1	2	3	4
	Construção da marca – existe uma identidade visual, desenvolvem ações de fortalecimento da marca	1	2	3	4
	Preço justo – praticam preço justo e os princípios do comércio justo	1	2	3	4

Prática da economia solidária – autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade	1	2	3	4
Equidade – manifestam senso de justiça, imparcialidade, respeito às diferenças e à igualdade	1	2	3	4
Autonomia – buscam oportunidades de mercado, sendo propositivas nas suas ações?	1	2	3	4
Canais de comercialização – ampliaram e aprimoraram os canais de comercialização?	1	2	3	4
Participação social – participação em conselhos, fóruns, redes e comissões	1	2	3	4
Capacidade de gestão – planejam a produção, a comercialização, desenvolvem fornecedores	1	2	3	4
Uso de tecnologia – maquineta de cartão, celular, computador, plataformas, redes sociais, e-commerce	1	2	3	4
Infraestrutura – os espaço para a produção e comercialização estão adequados	1	2	3	4

Fonte: Desenvolvido pelas autoras, 2018.

A quarta e última etapa do processo de incubação é chamada de Escala. Nessa etapa o Empreendimento Econômico Solidário apresenta totais condições de viabilizar pedidos em maiores quantidades, concorrer a editais e fazer partilhas de conhecimento sobre economia solidária. Os esforços dessa fase estão canalizados para que o empreendimento alcance o nível de escala e seja preparado para o processo de desincubação. Entende-se que, nessa etapa, a dignidade humana, a participação, a emancipação e a sustentabilidade são questões consolidadas. O que pode não significar que o empreendimento não vá requerer assessorias pontuais para questões específicas.

O conjunto de indicadores que subsidiam essa fase de incubação são apresentados na tabela 4.

TABELA 4 – INDICADORES DE INCUBAÇÃO DA ETAPA ESCALA

Peso	Indicadores	Considerando a atual situação do EES, atribua uma nota de 1 a 4 para cada indicador. Sendo que, 1 indica – não atende as expectativas e 4 – supera as expectativas			
	A sustentabilidade econômica	1	2	3	4
	Plano de negócio – o plano de negócio elaborado está correspondendo com a realidade?	1	2	3	4
	Institucionalização jurídica – estão constituídos juridicamente?	1	2	3	4
	Coesão grupal – o EES continua trabalhando dentro dos princípios da economia solidária	1	2	3	4
	O EES inova em produtos e processos	1	2	3	4
	O EES tem processos estabelecidos na produção, gestão e ou comercialização?	1	2	3	4
	O EES desenvolveu alguma estratégia para consolidação da marca (identidade visual e conceito)	1	2	3	4
	Equidade – manifesta senso de justiça, imparcialidade, respeito às diferenças e à igualdade	1	2	3	4
	Autonomia – o EES tem buscado outros parceiros para assessoria, estabelecimento de parcerias na compra de insumos ou na comercialização?	1	2	3	4
	Canais de comercialização – consolidação dos canais de comercialização	1	2	3	4
	Participação social – integram conselhos, fóruns, comissões	1	2	3	4
	Planejamento – planejam a produção, a comercialização	1	2	3	4

Uso de tecnologia – maquineta de cartão, celular, computador, plataformas, redes sociais, <i>e-commerce</i>	1	2	3	4
Infraestrutura – o espaço de produção é adequado	1	2	3	4
Sentem-se seguros para contribuir na formação de outros EES?	1	2	3	4

Fonte: Desenvolvido pelas autoras 2018.

Uma vez apresentadas as etapas do processo de incubação e o conjunto de indicadores presentes em cada uma delas, cabe informar que, a cada doze (12) meses é realizada uma reunião de avaliação. Nesses encontros os/as integrantes do empreendimento junto com o/a técnico/a da Trilhas retomam o ferramental preenchido no início do processo de incubação. O objetivo é alinhar propósitos e verificar o quanto o grupo avançou dentro da proposta que foi construída no início da incubação e para verificar a possibilidade desse empreendimento ascender para uma nova etapa do processo de incubação. Assim, o empreendimento segue até alcançar autonomia, sempre atento para que não se torne uma empresa capitalista como tantas outras já existentes.

Uma das premissas do trabalho da Trilhas é o “fazer com” e não o “fazer para”. Portanto, em todo o processo de incubação esse fundamento é perseguido de forma a ser garantido em todas as etapas. Pois, como aponta Brandão (2006, p. 11), as pessoas “devem conquistar o poder de serem, o sujeito, tanto do ato de conhecer de que têm sido objeto, quanto do trabalho de transformar o conhecimento e o mundo que os transformaram em objetos”.

FERRAMENTAIS UTILIZADOS NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Para colocar em prática a proposta da metodologia de incubação foi desenvolvido um conjunto de ferramentais que possibilitam o registro, o monitoramento e a avaliação do processo de incubação em cada empreendimento. Neste momento são 4 ferramentais, apresentados na sequência. Cabe ressaltar, no entanto, que estes podem ser alterados

durante o processo e que podem surgir outros ferramentais, já que a incubação é um processo participativo e dinâmico. Sendo assim, se em algum momento o empreendimento ou os/as técnicos/as da Trilhas sentirem a necessidade de alterar, incluir ou excluir algum ferramental, podem e devem fazê-lo.

O ferramental 1, denominado Instrumental de Análise Preliminar do Processo de Incubação, tem por objetivo levar os integrantes do EES a identificarem as prioridades do processo de incubação. Esse ferramental é composto por quatro perguntas fechadas, sendo que cada pergunta se refere a uma etapa do processo de incubação. As respostas registradas nesse ferramental apontam a fase ou o momento em que o grupo está vivendo e subsidia o diagnóstico participativo do EES.

O ferramental 2, nominado de Instrumental de Diagnóstico, tem por objetivo identificar a singularidade de cada EES, possibilitando apresentar os indicadores a serem trabalhados em cada etapa do processo de incubação. Esse ferramental permite que os integrantes do empreendimento avaliem o conjunto de indicadores que condizem com a etapa em que o empreendimento se encontra e possam dizer o quanto esse indicador é importante para eles, ou não, bem como o quanto já avançaram.

O terceiro ferramental é o Plano Singular de Incubação – PSI, que é composto por três partes. A primeira parte tem por objetivo complementar o diagnóstico do EES; a segunda compreende o plano de trabalho a ser desenvolvido no empreendimento; e a terceira é o registro de tudo que é realizado com o EES.

O PSI foi pensado de forma a facilitar os registros do processo de incubação do EES. Além de possibilitar o acompanhamento processual do trabalho desenvolvido em conjunto com o empreendimento, visa não perder de vista o objetivo de incubação do EES.

Por fim, no início de 2018 percebeu-se a necessidade de desenvolver um ferramental de avaliação do processo de incubação. Ressalta-se que este está em fase de validação. Pensado de forma ampla, o novo ferramental inclui, por exemplo, a avaliação da metodologia das reuniões e das formações, a periodicidade das atividades, a pertinência de algumas temáticas, entre outros indicadores. Esse ferramental possibilitará uma avaliação qualitativa do processo de incubação e

permitirá que os integrantes dos EES incubados possam se manifestar, apontando o que é necessário para que a Trilhas possa continuar contribuindo com o desenvolvimento do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como premissa o fazer “com” e não “para”, pautada em uma dinâmica horizontal e na práxis pedagógica, a Trilhas Incubadora Social Marista vem desenvolvendo processos de fortalecimento da economia solidária em Curitiba e Região Metropolitana, por meio do apoio ao comércio justo e solidário, da incidência e do processo de assessoramento pontual ou processual, ao qual dá-se o nome de incubação.

A sua metodologia de incubação está organizada em quatro etapas, sendo denominadas de Assistência, Subsistência, Sustentabilidade e Escala, que incluem uma série de indicadores capazes de mensurar e qualificar os dados do processo de incubação por meio de ferramentais específicos.

Tais ferramentais foram desenvolvidos sob o tripé: participação, autonomia e emancipação. Por estarem impregnados de sentido a todo tempo, quando houver necessidade de remover ou alterar os ferramentais, ou seja, os sentidos, serão necessárias novas práxis de libertação. Se o “caminhar se faz caminhando”, esse é o caminho até aqui. Porém, caminha-se com a certeza de que se continua a caminhar em um movimento dialético e coletivo de fortalecimento de um mundo mais justo e solidário.

Por fim, apesar de ser possível perceber e reconhecer a importância da metodologia aqui sistematizada, considera-se que ainda é preciso avaliá-la e ajustá-la a outras realidades, especialmente ao contexto de redes e cadeias produtivas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **Pesquisar, participar**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS. **Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <<http://www.cieps.proex.ufu.br/node/1>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SOLTEC/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Avaliação Proninc: **avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares** – Relatório Final. Rio de Janeiro: Soltec/UFRJ, 2017.

Educação, tecnologia social e ciências: caminhos de formação e ação

Natalia de Lima Bueno

ESTE TRABALHO TRAZ uma discussão teórico-prática da relação entre educação, tecnologia social e ciências como base epistemológica de experiência na construção e desenvolvimento do Projeto de Extensão Educação, Tecnologia Social e Ciências – ETEC, vinculado ao PROEXT/2016/2017 pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Ponta Grossa. Teve como objetivo desenvolver um trabalho de formação, ação e acompanhamentos contínuos nas áreas de tecnologia social, metodologia em educação popular e função social das ciências naturais junto aos grupos populares de economia solidária com a participação de estudantes de cursos de licenciatura da região, colaborando com a construção de uma educação mais solidária, igualitária e democrática.

O Projeto utilizou, como metodologia de trabalho no desenvolvimento das práticas de formação, a pesquisa dialética em educação. Contou com a parceria de alguns colégios públicos estaduais e instituto de assistência social de atendimento a crianças e adolescentes na implantação de biodigestores e sistema de captação de água da chuva, bem como no trabalho de formação interna em economia solidária em parceria com a Incubadora de Economia Solidária – IESol, vinculada à Universidade Estadual de Grossa. O Projeto atendeu algumas regiões da cidade de Ponta Grossa, que se transformaram em espaços de estudo e práticas de tecnologia social. Essa fase também resultou

em desenvolvimento de material didático-pedagógico na temática da tecnologia social, o qual é utilizado em seminários com as instituições parceiras.

O Projeto ETEC foi organizado em três fases: 1. Formação em economia solidária e tecnologia social junto à equipe executora do Projeto e a comunidade externa; 2. Desenvolvimento de material pedagógico na temática da tecnologia social; 3. Mapeamento de grupos populares e projetos passíveis de desenvolver tecnologias sociais na região. Com isso, oportunizaram-se reflexões críticas e ações junto às comunidades atendidas, bem como o desenvolvimento do trabalho coletivo interdisciplinar como formação continuada internamente à equipe executora e externamente à comunidade parceira. As atividades de pesquisa e extensão foram desenvolvidas em colégios públicos, no Instituto de Atendimento a Crianças e Adolescentes e na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, onde aconteceram reuniões conjuntas entre os grupos, com o propósito de entender a realidade da economia solidária na região.

A metodologia de trabalho adotada partiu da perspectiva da *práxis* pedagógica e da pesquisa dialética em educação, além da abordagem histórico-crítica, a fim de conhecer e dialogar com a comunidade a respeito dos problemas concretos como objeto de trabalho interdisciplinar. Utilizou-se também a metodologia da pesquisa-ação. A relação educação, ciência e tecnologia social se efetivaram na *práxis* transformadora dos ambientes com os quais houve parceria. Uma das atividades finais do projeto resultou no desenvolvimento de material pedagógico, utilizado em seminários e oficinas. A partir da realidade estudada foi possível oferecer à comunidade externa uma análise crítica em torno da possibilidade da transformação da realidade concreta e da contribuição efetiva das ciências e da tecnologia social.

Além da parceria com a IESol na formação interna do grupo, na temática da economia solidária foram identificados outros grupos com interesse em trabalhar com tecnologia social, por exemplo alguns colégios estaduais na cidade de Ponta Grossa, outros na região rural, nos quais foram realizadas, juntamente com a comunidade da região, instalações de cisternas e a prática em horta orgânica. O intuito foi sensibilizar a comunidade sobre a importância do resgate da agricultura

orgânica. No Instituto de Proteção de Menores, localizado no distrito de Guaragi, a 30 minutos do centro de Ponta Grossa, foi desenvolvido um estudo e a instalação de dois biodigestores de uso doméstico. Essa ação foi escolhida porque a instituição desenvolve projeto de educação ambiental. Além dos trabalhos com cisternas, hortas orgânicas e biodigestores, o Projeto realizou estudos conjuntos a respeito de outras práticas de tecnologia social, a exemplo da compostagem e da bioconstrução. Acredita-se, contudo, que a temática da bioconstrução é um assunto relacionado à tecnologia social, por isso foi incorporado ao Projeto de Extensão no decorrer do desenvolvimento dos trabalhos, nos seminários de tecnologia social e nas atividades desenvolvidas nas escolas públicas parceiras. O objetivo foi sensibilizar a comunidade externa a respeito dessa temática.

A experiência obtida junto ao Projeto de Extensão ETEC sensibilizou os acadêmicos sobre o papel social do professor de ciências e os auxiliou, enquanto futuros professores, a buscarem uma formação humanizada, crítica e libertadora, que os capacite a acompanhar, dialogar e construir, em conjunto com grupos socialmente excluídos, alternativas em tecnologia social. O Projeto trouxe, ainda, reflexões e ações significativas em torno de qual metodologia seria adequada para trabalhar com formação e prática em tecnologia social em diferentes espaços. O desenvolvimento do projeto proporcionou a integração de, pelo menos, três áreas. Na área da Educação: trouxe à tona a valorização de práticas pedagógicas apoiadas numa perspectiva progressista, com as abordagens libertadoras e histórico-críticas; na área de Ciências Naturais: permitiu aos estudantes de cursos de Licenciatura, a pesquisa e prática de estudos nas áreas de Biologia, Física e Química; na área da Tecnologia Social: trouxe à berlinda uma área de estudo emergente e necessária à formação dos sujeitos nos espaços trabalhados, qual seja, a valorização da tecnologia social, revelando que a temática é fundamental para o campo da educação, especificamente à formação de professores, à educação formal em seus diferentes níveis de escolarização, à educação não-formal e à educação popular, pois abarca as práticas pedagógicas dialógicas e libertadoras.

Na mesma reflexão, oriunda da contextualização social que o Projeto permitiu avançar, é possível entender e problematizar

a função social de uma universidade pública tecnológica. Além disso, por sua história transitam, há anos, as discussões basilares de desenvolvimento de pesquisa tecnológica no País. Atualmente, com a continuidade do Projeto, estuda-se a prática de hortas urbanas em ambientes universitários com base nos estudos da permacultura¹ e alternativas em tecnologia social que podem ser transformadas em material pedagógico para utilização em colégios públicos. Ampliando ainda mais as ações, o Projeto de Extensão visa a criação de Incubadora Educacional de Tecnologia Social e Ciências. O objetivo é estimular a formação de professores e educandos e interagir com espaços de educação formal e não formal, via seminários e oficinas realizados nesses locais, e o desenvolvimento de práticas concretas em espaços abertos, nas universidades. A ideia é que essas ações, desenvolvidas via espaço de uma Incubadora, possam se tornar base para reflexão-ação e transformação dos espaços da comunidade.

A REALIDADE DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS: CIÊNCIA E CONCRETUDE SOCIAL

As pesquisas e práticas em torno da tecnologia social têm aumentado em todo o Brasil. Fato decorrente das necessidades sociais emergentes que afloram em várias regiões do País. São inúmeros os relatos de comunidades que desenvolvem tecnologias sustentáveis para resolverem situações concretas do cotidiano. Sem esperar muito pelas políticas sociais, criam alternativas para aplicação de técnicas sustentáveis a partir dos conhecimentos locais.

Esse assunto é fragmento do contexto da história da tecnologia social no Brasil e América Latina. Algumas dessas alternativas apresentam-se no manejo sustentável do solo, fontes renováveis e populares de energia, reutilização do lixo, cisternas, projeto populares de geração de trabalho e renda autossustentáveis para comunidades etc. Buscar metodologias que dialoguem com as práticas populares de

¹ Essa prática envolve o planejamento de ambientes sustentáveis, bioconstruções, uso racional da água, energias renováveis, sistemas agroflorestais, produção alimentar ecológica e organização social participativa. In.: <www.ipoema.org.br>.

economia solidária torna-se um desafio que se apresenta emergencial a todas as universidades públicas brasileiras. Com isso, será possível colaborar com as demandas sociais em seu entorno e cumprir sua função social de diálogo permanente com a sociedade. Desafio significativo para a educação ainda é sensibilizar e incentivar os espaços de educação formal a efetivarem o diálogo com a comunidade externa, mediados pela temática da tecnologia social. Isso requer estudos que identifiquem qual o papel dos sujeitos nos ambientes escolarizados. Um caminho pode ser o de repensar como ensinar ciência mediada pela construção de tecnologias alternativas.

Nesse aspecto, o Projeto aqui mencionado colocou como ponto de partida a tarefa de desenvolver um trabalho de educação relacionando as discussões contemporâneas da tecnologia social, a partir da realidade local, às práticas da economia solidária, de modo a propor práticas interdisciplinares críticas que contribuam com a comunidade local, sejam em espaços populares de educação formal, sejam em ambientes de educação formal. Para tanto, o Projeto se propôs a encaminhar um trabalho de formação em metodologia dialética em educação, tecnologia social e a função de transformação social mediada pelo conhecimento científico que dialogasse com as comunidades atendidas, em parceria com o Programa de Extensão da IESol. Concomitantemente a isso, identificar outros grupos na região e seu entorno que pudessem demonstrar interesse em trabalhar com práticas de tecnologia social.

A pesquisa dialética em educação e a realidade concreta

A proposta de trabalho teve como base metodológica a pesquisa-ação e a pesquisa dialética em educação para investigar as contradições no contexto de intervenção social. A respeito disso, as reflexões de Nosella e Buffa (2005, p. 355) são pertinentes, pois, segundo os autores, “abordar essa totalidade histórica exige a adoção do método dialético e sua aplicação habilidosa, sem prejuízo das contribuições de novas metodologias, porque a dialética pressupõe, [...] a descrição do singular”.

Para esses autores,

O fundamental do método não está na consideração abstrata dos termos, escola e sociedade, relacionados a *posteriori*, mas

na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição. A dialética não é uma relação mecânica que descortina, para além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade), mas, sim, uma condição recíproca de existência.[...] para o método dialético, o fundamental em pesquisa sobre instituições escolares, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 362).

Nesse sentido, “o método dialético propõe que o problema surja da realidade concreta, pois exige o rastreamento dos dados empíricos, suas várias formas de evolução e suas mútuas conexões” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 366). Portanto, o método da explicitação dialética se baseia na concepção da realidade como totalidade concreta. Em outras palavras, o objeto escolhido e a problemática levantada no Projeto de Extensão aqui apresentado surgiu com base no vivido, naquilo que está posto na situação dos grupos envolvidos, suas dificuldades e avanços em prol de uma proposta alternativa à economia de exclusão social, de ciência e tecnologia exploradoras para buscar caminhos mais solidários, humanizados, sustentáveis, que nasçam dos saberes das comunidades em diálogo com o conhecimento científico. No decorrer do desenvolvimento das visitas nos espaços parceiros utilizou-se a pesquisa-ação como base da aproximação e diálogo entre estudantes universitários e comunidade externa.

a pesquisa-ação se insere na comunicação sócio-política entre intelectuais e massa com efeitos de investigação e explicação. É, portanto, muito importante, na perspectiva da transformação social e cultural. A pesquisa-ação pode ser instrumento cientificamente conduzido com a finalidade da obtenção de informação não gerada nas situações mais convencionais de investigação passiva (THIOLENT, 1980, p. 63).

A metodologia envolveu um trabalho contínuo de formação dos participantes do Projeto e dos grupos populares envolvidos. Durante o trabalho de formação utilizou-se: Estudos dialogados em torno de problemas concretos da região; Reuniões com a Incubadora de Economia Solidária para entender a realidade dos grupos já atendidos na região e, com isso, poder identificar novos grupos que tivessem

interesse em trabalhar com tecnologia social; Metodologia de formação em educação popular a partir da perspectiva da pedagogia libertadora e histórico-crítica; Estudo conjunto sobre práticas de tecnologia social; Exposições conceituais sobre: tecnologia social, metodologia em educação popular e função social das ciências; Organização de eventos que oportunizaram o amplo debate em torno das questões que envolvem o campo da tecnologia social e a educação em diálogo com as ciências naturais. A partir da pesquisa-ação foi possível orientar os alunos a respeito do acompanhamento e intervenção nos grupos e, com isso, possibilitar a vivência das práticas e da realidade concreta.

Como o trabalho desenvolvido no Projeto está primeiramente integrado ao campo da educação, optou-se pela perspectiva da pesquisa dialética nessa prática. Nos estudos de Severino (2001, p. 17):

[...] estabelecer um estatuto de cientificidade para o conhecimento no campo educacional impõe a exigência de uma profunda reconceituação de ciência. E o motivo fundamental é o caráter prático da educação, ou seja, ela é uma prática intencionalizada, condição que ela partilha com a política. Sua existência, sua realidade, sua substancialidade se constituem exatamente por essa condição de ser uma ação de intervenção social que constrói os sujeitos humanos. E isso com base numa intencionalidade, apoiando-se em significações que não são da ordem da fenomenalidade empírica dessa existência, não podendo, pois, a abordagem e explicitação desse sentido ser viáveis pelos caminhos epistemológicos-metodológicos do processo epistêmico comumente chamado ciência.

O Projeto de Extensão, em sua fase inicial, se propôs a conhecer a realidade dos grupos, dos colégios e instituto parceiro. Esse conhecimento inicial da realidade foi usado como objeto de problematização, a fim de perceber qual poderia ser o melhor caminho para o trabalho com a tecnologia social em cada espaço. Trata-se de pensar que a aproximação, a contextualização da realidade, a *a priori* é fundamental para a metodologia dialética em educação. Não é possível ou coerente desenvolver tecnologia social em diálogo com a educação e ciências naturais sem uma abordagem que proponha o conhecimento

da realidade concreta, de modo a transformar as condições e questionar os modelos adaptativos pedagógicos propostos em abordagens pedagógicas tradicionais. Fez-se necessário um esforço de tese, antítese e síntese do contexto trabalhado. É a que se propõe a pesquisa dialética em educação: transformar, de fato, a realidade concreta, pelos sujeitos envolvidos no contexto estudado.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Os índices de exclusão social e educacional são demonstrados também pelo nível de acesso da população aos bens sociais e culturais produzidos e desenvolvidos com base no avanço científico e tecnológico. No entanto, percebe-se que os níveis de desigualdade são acentuados em face de um desenvolvimento econômico que aumenta exponencialmente o acesso às políticas sociais básicas, como educação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Essa é a dinâmica da sociedade baseada na economia capitalista. Tal pressuposto é importante enfatizar, pois, na contramão de uma economia excludente, crescem também alternativas para garantir, à população -pela participação endógena e criativa em seus próprios espaços de trabalho-, projetos que demonstram princípios de solidariedade, sustentabilidade e equilíbrio entre os níveis sociais.

É possível pensar em inúmeras alternativas e pesquisas, no País e em todo o mundo, sobre a economia solidária, as tecnologias sociais e o diálogo permanente em torno da função social da ciência para um desenvolvimento mais igualitário e inclusivo. Nesse compasso, cabe à educação, através das políticas de inclusão social, criar espaços de formação permanentes, de acompanhamento e diálogo com os grupos e associações que vêm utilizando alternativas mais humanizadas a respeito da economia, da tecnologia e da ciência. Em outras palavras, é dizer que se faz necessário formar mais profissionais que possam acompanhar, dialogar e construir, conjuntamente com inúmeros grupos socialmente excluídos, uma sociedade mais justa e igualitária.

As pesquisas e práticas em torno da tecnologia social têm aumentado em todo o Brasil. O estudo de Klossowski e Freitas (2016),

embasado em Caldas (2007), aponta a importância das universidades públicas se envolverem com tal temática. Portanto, as universidades têm como propósito, com base na Lei 9394/96, contribuir com o desenvolvimento de pesquisas e processos educacionais que ajudem na melhoria das condições básicas de vida da população. Klossowski e Freitas (2016) apontam ainda que os estudos de Schoab, Freitas e Lara (2014) indicaram grande aderência entre o propósito da universidade e a proposta da tecnologia social, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases. Os autores apontam o aumento da demanda em pesquisa por essa área em vários países. Tal aumento se deve, sobretudo, às necessidades emergenciais ligadas ao surgimento de tecnologias limpas, sustentáveis, renováveis, socialmente responsáveis etc. Estes termos são adotados em todo o mundo e conjugam as discussões e práticas sobre tecnologia social. Fazer com que o desenvolvimento tecnológico esteja dialogando com as questões ambientais e sociais mais emergenciais é uma necessidade crucial neste século, dado o aumento da devastação da natureza, das pesquisas em fontes renováveis de energia, do desequilíbrio ambiental, enfim, de toda a desigualdade social decorrente de um avanço tecnológico desenfreado.

Diante desse contexto, uma universidade tecnológica pública precisa, naturalmente aderir à causa. Algumas dessas alternativas podem ser pesquisadas pelas universidades, estendendo-se desde manejo sustentável do solo, fontes renováveis e populares de energia, reutilização do lixo, cisternas, até projeto populares de geração de trabalho e renda autossustentáveis para comunidades etc. Cabe às universidades, via projetos de extensão e pesquisa, buscarem metodologias que dialoguem com as práticas populares de economia solidária. Isso se torna um desafio emergencial a todas as universidades públicas brasileiras de modo a poderem cumprir, de fato, sua função social. Nesse aspecto, coloca-se como ponto de partida a tarefa de desenvolver um trabalho de educação popular e educação formal.

Por meio do Projeto aqui apresentado foi possível realizar um trabalho de formação em metodologia da educação popular, tecnologia social e função social das ciências naturais que dialogasse com as comunidades atendidas. O começo das atividades foi marcado por participações em reuniões de economia solidária. Simultaneamente,

iniciou-se a identificação de outros grupos, localizados em Ponta Grossa e no seu entorno, que demonstrassem interesse em trabalhar com práticas de tecnologia social. Como problema de investigação do Projeto – haja vista que não houve separação entre pesquisa e extensão – evidenciou-se a preocupação de identificar as possibilidades de como construir, através de um trabalho de formação e acompanhamento contínuos de atividades de grupos de educação popular e educação formal, aspectos de inter-relações entre a tecnologia social, educação e as ciências naturais.

Para o estudo inicial houve necessidade de contextualização da Região dos Campos Gerais, no estado do Paraná. Situada no Sul do Brasil, a oeste da Escarpa Devoniana do estado do Paraná, denominada “segundo planalto”, ao Norte invade o estado de São Paulo e ao Sul o estado de Santa Catarina, também conhecida como área de influência de Ponta Grossa. Envolve os municípios de Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Lapa, Arapoti, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Rio Negro, São João do Triunfo, São José da Boa Vista, Teixeira Soares, Sengés, Ventania e Prudentópolis. A região é considerada, segundo o Relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES², uma das regiões do Paraná com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e, por conseguinte, baixo Índice de Desempenho dos Municípios – IDM na área da educação. Esse indicador aponta a necessidade de investimento amplo em pesquisa educacional, de tecnologia social e ciências para o desenvolvimento local.

Entende-se que a relação entre tecnologia social, educação e ciências naturais se expressa a partir de alguns questionamentos, a saber: Qual ciência, para qual sociedade, pretendemos desenvolver? Qual educador/professor, para qual sociedade, pretendemos educar? Uma economia para qual tipo de sociedade pretendemos construir? O avanço tecnológico a partir de qual modelo de sociedade pretendemos construir? Tais questionamentos remetem a algumas

² Relatório, IPARDES, 2010. Fonte: PNUD/IPEA/FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

ponderações. No que corresponde ao sentido e à função das ciências, os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS³, que avançaram consideravelmente nos últimos dez anos, demonstram uma necessidade emergencial de se questionar o padrão de ciência que esteja vinculada a uma visão mais social e humanizada do método científico, menos instrumental, controladora, adaptativa – posto que embasado numa visão positivista de fazer ciência, na qual a natureza se torna meramente objeto de estudo, análise e controle – para uma visão mais crítica, social e política das ciências nos vários espaços em que pese educação não formal, de educação popular, na qual o conhecimento científico pode dialogar, não impor. Nesse sentido, utilizam-se os estudos CTS⁴ como base de reflexão teórico-prática do diálogo necessário entre ciência e tecnologia social para pensar uma formação de educadores mais crítica e transformadora.

Na fase do Projeto que envolveu o trabalho com a formação de futuros professores, foi possível refletir sobre algumas questões fundamentais: qual tipo de educador/professor se pretende educar? Possibilitando levantar aspectos da formação política, ética e crítica de tais educadores e seus saberes. De que modo sua formação contribuirá com a educação de novas gerações, possibilitando uma visão mais ampla, crítica e humanizada da sociedade, tornando-a mais solidária, democrática e igualitária? Trata-se de refletir, também, qual educador está, em certa medida, colocando em prática as teorias científicas da área das ciências naturais para ajudar na construção de uma educação mais democrática, inclusiva e crítica, de forma que a ciência e a tecnologia estejam a serviço do humano. Nesse sentido, trata-se de oportunizar a tais educadores uma formação interdisciplinar em torno de sua área de atuação, sejam as ciências naturais, especificamente a Biologia, a Química e Física. Os estudos, no campo da interdisciplinaridade

³http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132001000100001 /http://www.oei.es/salactsi/Livro_CTS_OEI.pdf / <http://www.oei.es/salactsi/introducaoestudoscts.php> / <http://estudosdects.org/bibliografia-que-recomendamos/> <http://www.esocite.org.br/>

⁴http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132001000100001 /http://www.oei.es/salactsi/Livro_CTS_OEI.pdf /<http://www.oei.es/salactsi/introducaoestudoscts.php> / <http://estudosdects.org/bibliografia-que-recomendamos/> <http://www.esocite.org.br/>

(JANSTSCH, 2011) em educação, ofereceram aportes metodológicos que ajudam a operar com as conexões entre o físico, o biológico e o cultural, o social, o político e o tecnológico para melhor compreender a análise do real. Trata-se de um processo dialógico que pode se traduzir em novos saberes, novas orientações teóricas e novas práticas para a pesquisa, para o desenvolvimento técnico, para a produção dos bens necessários à vida, assim como para a formação humana.

Os aspectos inerentes ao modelo de economia unicamente capitalista demonstram contribuir com o antagonismo do pressuposto da sociedade democrática, igualitária, participativa e inclusiva. Há inúmeros movimentos⁵ e iniciativas em torno das discussões e práticas em economia solidária. Fornecer tal formação aos futuros professores e envolvidos em empreendimentos mais solidários é oportunizar alternativas mais inclusivas e prepará-los para a realidade concreta que enfrentarão em seus futuros espaços de trabalho. Trazer aspectos da realidade concreta dos grupos de economia solidária da região, dos grupos populares, da educação não formal e formal é garantir que tais professores possam obter uma visão de totalidade social. Nesse sentido, é afirmar que poderão se preparar melhor para enfrentar seus espaços de trabalho e construir alternativas junto com a comunidade com as quais vierem a atuar.

Trata-se também de vincular a preparação de professores ao esforço nos processos de gestão democrática nos espaços de educação formal. Integrar esses campos de saberes e ações em torno de um projeto coletivo de formação de futuros professores, em parceria com a comunidade local, poderá trazer benefícios à formação, para ambos os espaços políticos e para o fortalecimento da economia solidária, da tecnologia social local e das ciências mais humanizadas e socialmente responsáveis, a partir de metodologias específicas de trabalho. Tais metodologias ainda podem auxiliar no avanço tecnológico, educacional e científico mais humanizado, inclusivo e democrático da região, através de um amplo trabalho de formação contínua. Por fim, repensar o avanço e desenvolvimento tecnológico que revele conceitos e práticas mais coerentes e dialogue com a realidade de cada região pode ser demonstrado a partir do estudo sobre a tecnologia social, o que

⁵ <http://www.fbes.org.br/>

justificou a necessidade da temática abordada no projeto de extensão aqui apresentado.

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA SOCIAL E CIÊNCIAS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE FORMAÇÃO E AÇÃO

A primeira pergunta que se colocou como fundamental no trabalho com o Projeto foi: Que tipo de concepção de educação trata da formação e prática da tecnologia social? Parte-se da seguinte reflexão inicial: a base filosófico-epistemológica que embasa a prática dos professores na formação dos futuros professores de ciências precisa ter como norte uma filosofia crítica e transformadora da realidade dialogando com as mudanças sociais, culturais, políticas, tecnológicas, culturais. A Pedagogia poderá auxiliar nessa formação e integrar a discussão da tecnologia social? Buscar caminhos contra-hegemônicos, como é o caso do campo da tecnologia social auxiliado por uma perspectiva histórico-crítica e libertadora da educação se torna mais coerente com os aspectos concretos vivenciados pelo campo da tecnologia social.

Não é possível trazer a discussão em torno da tecnologia social a partir de uma perspectiva tradicional de educar, pois se corre o risco de transformá-la num discurso de assistencialismo, disfarçado pelo discurso de empreendedorismo ou pela razão instrumental, contrapondo-se à razão crítica. Ora, trata-se de pensar que somente uma educação crítica e libertadora, que supere a visão instrumental e cientificista poderá colocar a temática da tecnologia no bojo da formação de professores. O Projeto de Extensão teve essa intenção. Numa perspectiva libertadora⁶, a educação é problematizadora, conscientizadora, e, assim, supera a visão alienada da sociedade e da escola. O fundamental na educação é que os educandos se reconheçam enquanto sujeitos histórico-sociais, capazes de transformar a sua realidade. Para isso, a categoria pedagógica da conscientização preocupa-se com a formação da autonomia intelectual do sujeito para intervir na realidade. Nesse aspecto crítico, a “educação

⁶ In.: FREIRE, Paulo. (1999).

bancária”⁷ se diferencia de uma perspectiva idealista ou contemplativa da educação.

As técnicas de ensino buscam a *práxis*. Diferentemente de uma atividade prática, Marx (2002) concebe a *práxis* como atividade humana prático-crítica, que nasce da relação entre o homem e a natureza, portanto, *práxis* expressa, precisamente, o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo. Portanto, a *práxis* revolucionária é então uma atividade teórico-prática em que a teoria se modifica constantemente com a experiência prática, que por sua vez se modifica constantemente com a teoria; as relações entre a realidade e as ideias se fundem na *práxis*. Para Gramsci (1991), filosofia da *práxis* é a atividade teórico-política e histórico-social, pois exige um pensar crítico sobre a ciência e um agir transformador na sociedade. A pedagogia histórico-crítica, segundo Saviani (2011), defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais. Portanto, a escola assume uma função social e transformadora da sociedade. A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico; interação professor-aluno-conhecimento e contexto histórico-social. Nessa perspectiva, busca-se uma concepção dialética da história da ciência (movimento e transformação) que pressupõe a *práxis* educativa, revelando-se numa prática fundamentada teoricamente na realidade concreta, ou seja, o estudo das reais condições da ciência e tecnologia na sociedade.

Nesse aspecto, pergunta-se: Qual ciência? Logo se permite responder: somente uma ciência profundamente comprometida com a humanização da sociedade. Numa concepção de educação científica e tecnológica (SANTOS, 2007)⁸, entende-se que a formação de sujeitos críticos e transformadores é fundamental para uma evolução do que pode ser uma alfabetização científica e tecnológica, diferente. Contudo, da concepção de alfabetização tecnológica alicerçada unicamente numa

⁷ Freire (2001).

⁸ O autor faz um estudo sobre o conceito levantando aspectos da prática social e a necessidade de uma ciência dialogando com o avanço social, político econômico, trazendo uma análise histórica do tema e como se disseminou no Brasil e na área das Ciências Naturais. Resgata autores como Latour, Bourdieu, Kuhn, Chassot, Gilbert, dentre outros.

alfabetização digital, mas tendo como base a concepção de alfabetizar que, para Paulo Freire, vai além da leitura da palavra e do mundo, mas propõe transformação do mundo; trata-se de uma vertente crítica e transformadora de educação.

Nesse sentido, trazer à tona problemas sociais concretos de contextos de educação não formal para que sejam objeto de estudo nos espaços de educação formal é uma estratégia que dialoga com os princípios de desenvolvimento tecnológico humanizado. Pensar que as ciências naturais devam também dialogar com as bases de uma educação científica crítica e humanizada se tornou objeto de reflexão e estudo durante o desenvolvimento desse Projeto em suas diferentes ações. No que corresponde ao ensino de ciências, Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011, p. 69) consideram que os professores, no processo de formação, precisam ater-se ao fato de que uma das funções do ensino de ciências é permitir a ele se apropriar da estrutura do conhecimento científico e de seu potencial explicativo e transformador, de modo que garanta uma visão abrangente, quer do processo quer daqueles produtos que mais significativamente se mostrem relevantes e pertinentes para uma inclusão curricular. Para esses pesquisadores, o indivíduo precisa constituir-se como “sujeito coletivo à medida que interage, estabelecendo relações com o meio físico e social pelas quais se apropria de padrões quer de comportamento quer de linguagem, para uma abordagem do objeto do conhecimento” (DELIZOICOV, ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011, p. 184).

Pensando nessa premissa, o Projeto possibilitou levar questões concretas das ciências à formação de futuros professores, de modo que conseguissem verificar o significado do conhecimento científico na realidade da comunidade local. Com efeito, pensa-se numa educação científica e tecnológica de futuros professores que atuem em projetos de extensão na universidade, de modo que o conhecimento científico produzido nos espaços acadêmicos dialogue com o conhecimento tácito da comunidade. Portanto, uma educação científica e tecnológica que incorpore em suas bases epistemológicas a concepção de tecnologia social a partir do que propõe Dagnino (2004), quando faz uma análise comparativa e crítica da tecnologia social com a convencional, a tecnologia social é inerentemente poupadora de mão de obra (o que

pode ser verificado na constante substituição do trabalho humano por trabalho morto). A TS é solidária na medida em que se preocupa com a divisão igualitária dos bens sociais e culturais. É democrática, pois pressupõe a participação coletiva na criação e desenvolvimento de técnicas aplicáveis a partir da realidade vivenciada. Para isso se faz necessária uma perspectiva educacional que igualmente prime pela premissa da coletividade, da igualdade, da solidariedade.

Para Dagnino, a tecnologia convencional é segmentada, não permitindo que o produtor direto exerça controle sobre a produção; é alienante, pois suprime a criatividade do produtor direto; é hierarquizada, pois exige que haja a posse privada dos meios de produção e o controle sobre o trabalho; tem como objetivo principal (senão único) maximizar a produtividade para acumular capital, ainda que isso tenha efeitos negativos sobre o nível de emprego. No entanto, entende-se que a tecnologia precisa ser entendida à luz da inclusão social. A partir dos estudos conceituais de Novaes e Dias (2009, p. 19), é necessário pensar a TS como negação à tecnologia tradicional, pois a TS estaria mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto. Ao mesmo tempo, entende-se que tais autores destacam os processos sociotécnicos como um tipo de caminho à leitura do processo de criação, desenvolvimentos e sistematização, como modalidades de estudo adequado a cada espaço e comunidade. Portanto, na fundamentação teórico-prática deste Projeto, optou-se em se aproximar de uma perspectiva de tecnologia social fundamentada na crítica ao modelo de tecnologia convencional e submetida à economia capitalista; que dialoga e constrói caminhos alternativos de ciência e tecnologia com a comunidade e nesse caminho dialogar com a perspectiva de educação democrática inclusiva, igualitária, crítica e transformadora da realidade.

Do ponto de vista da formação de professores, pode-se atentar que, atualmente, já não é suficiente o domínio de conhecimentos científicos se os futuros professores não dialogam com os problemas reais vivenciados no entorno dos contextos educativos. As pesquisas em educação científica e tecnológica e ensino de ciências destacam essa questão como objeto de problematização (TEIXEIRA, 2003).

Nesse aspecto, o Projeto inova ao permitir e afirmar que é importante a formação em tecnologia social para os futuros professores e que os mesmos devem ter condições e habilidades para dialogar com a comunidade a respeito dos problemas reais a serem problematizados.

No documento ‘Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico’ (Unesco/Budapeste/1999), no item 34, a despeito da ciência para o desenvolvimento é afirmado: “A educação científica, no sentido amplo, sem discriminação e englobando todos os níveis e modalidades, é um pré-requisito fundamental para a democracia e para assegurar-se o desenvolvimento sustentável”. Ora, como educar cientificamente sem incorporar na formação dos futuros professores concepções básicas de tecnologia social em diálogo com outra premissa de economia, a solidária? Quando tais professores não têm a vivência na realidade concreta, seus discursos científicos poderão resultar, em certa medida, em oratória vazia e frágil. Nesse aspecto, é necessário propor um caráter útil e social às ciências naturais e, com isso, dar mais concretude e criticidade à prática e formação de professores. Com isso transformar a educação científica e tecnológica numa prioridade nacional na formação de professores, mas a partir de uma perspectiva crítica com a incorporação dos estudos da tecnologia social.

Nesse caminho, a relação educação, tecnologia social e ciências encabeçam a base epistemológica e pedagógica deste Projeto, como meta a ser construída pelos sujeitos críticos e participativos do processo. Para tanto, os estudos sociais da ciência, tecnologia e sociedade ajudam, em longo prazo, na aproximação e intersecção de conceitos e práticas na formação de educadores para atuarem em projetos de extensão. Com essa experiência relatada, pode-se perceber a necessidade concreta de incorporação nas grades curriculares de cursos de formação docente tal temática, para que futuros professores possam vivenciar outras experiências além dos laboratórios de ciência e, por conseguinte, além da tecnologia convencional.

BREVES RELATOS DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PESQUISADAS: POSSIBILIDADES NA INTEGRAÇÃO A PROJETOS DE EXTENSÃO

Educação, tecnologia social e ciências: contextualização e problematização nos colégios públicos

O ETEC propôs a implantação de horta orgânica e cisterna em dois colégios públicos estaduais. Um deles está localizado no bairro Jardim Carvalho, em Ponta Grossa, PR, tendo iniciado suas atividades em março de 1977. Atua com ensino fundamental, médio e profissional e conta com aproximadamente 1200 alunos nos turnos da manhã, tarde e noite. No período da manhã funcionam o Ensino Médio e Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente; à tarde o Ensino Fundamental; e no período noturno o Ensino Médio, o Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente e o Curso Técnico Subsequente em Edificações. Iniciando as ações, foram realizadas palestras de sensibilização para os alunos e comunidade escolar, com as temáticas sobre biodigestores, cisternas, horta orgânica, compostagem, tijolos de adobe e resíduos sólidos. Como resultado inicial dessa parceria, instalou-se uma cisterna de 5.000 litros, de captação de água da chuva, para ser utilizada nos afazeres da limpeza do ambiente escolar e irrigação da horta orgânica. Nesse colégio, a horta já existia há aproximadamente 30 anos, sendo conduzida por pessoas da comunidade escolar, fato que demonstrou a tradição desse estabelecimento com as questões ambientais. A técnica da compostagem já era praticada para uso na própria horta, reforçando assim a proposta de uma das temáticas do Projeto de Extensão.

Outro aspecto significativo notado foi a área verde do colégio, que mesmo estando localizado praticamente na área central, além da horta, possui 376 árvores, segundo levantamento realizado pelo Curso Técnico em Meio Ambiente no ano de 2009. Tais práticas podem ser consideradas como processos de desenvolvimento de tecnologias sociais, pois revelam-se como ações efetivas junto à comunidade parceira. Por que a horta escolar e a cisterna podem ser consideradas como instrumentos de tecnologias sociais no âmbito dos espaços escolares? Porque ao envolver a comunidade para construir ações necessárias à realidade do colégio e valorizar os saberes locais são entendidas como tecnologia democrática e social.

Outro colégio atendido em parceria com o Projeto de Extensão está localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, em Ponta Grossa, PR, e oferece desde o ensino fundamental até o médio. A comunidade atendida na instituição é de aproximadamente 760 estudantes, constituída basicamente por famílias de baixa renda econômica e de variadas estruturas familiares, sendo estas oriundas das regiões dos arredores do colégio. A comunidade começou a ser sensibilizada para desenvolver práticas endógenas, valorizando os saberes locais. O Projeto incentivou os alunos, professores e administradores a valorizarem e dialogarem mais com a comunidade externa, trazendo as pessoas para as rodas de conversas nos espaços escolares. A horta comunitária foi organizada em parceria com professores, alunos e membros da comunidade externa. O Projeto, além de fazer estudo do solo e reorganizar a horta escolar urbana, trabalhou com seminários junto à comunidade interna e externa dos colégios. A intenção foi a de instigar o colégio para a valorização e resgate dessa prática, de modo a não criar dependência da universidade, mas apoio às práticas. Nesse caminho, entende-se a horta urbana como tecnologia social e prática de educação ambiental.

A educação ambiental vem sendo cada vez mais um incentivo a todos os campos da educação, pois contribui mostrando a importância de cuidar do meio ambiente em que se vive. Em todos os níveis de escolarização é possível abordar temas significativos, que possam resgatar os princípios da tecnologia social, focando a realidade dos alunos em sala de aula. No caso da horta escolar foi possível trabalhar com aspectos da interdisciplinaridade e contextualização, trazendo para os alunos, de forma lúdica, a oportunidade de conhecer, de fato, como é produzido cada alimento plantado na escola ou em casa. Além disso, destacou-se a importância da horta orgânica no sentido de diferenciar um produto cultivado numa horta convencional e na horta orgânica e os benefícios que os produtos orgânicos trazem para a saúde. Dessa forma, foi possível dialogar, efetivamente, com as alternativas tecnológicas que buscam a sustentabilidade ambiental, foco do conceito amplo da tecnologia social. Portanto, horta orgânica e urbana escolar pode ser considerada uma tecnologia social porque sua produção respeita o meio ambiente e motiva a participação da comunidade. Além de ser

um espaço de estudos e de sensibilizar as pessoas sobre a qualidade dos alimentos consumidos, tr s à tona discussões relevantes sobre a ocupação de espaços urbanos com o resgate da prática do cultivo de hortas escolares. Com isso, entende-se que tal tecnologia social pode dialogar com a realidade de cada escola, com a comunidade, trabalhando aspectos de segurança alimentar, biodiversidade, sustentabilidade e compartilhamento de saberes.

Resgatar esse trabalho em cada espaço educativo é urgente, diante da realidade do consumo exacerbado de alimentos transgênicos, com agrotóxicos, e o surgimento de novas doenças advindas da m  alimentação. Assuntos integrados ao ensino de ciências. Problematicar isso nos espaços escolares é mais do que emergencial, trata-se de discutir a questão da qualidade da vida da humanidade, do ar, da água, dos alimentos, da segurança alimentar.

A horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos (MORGADO; SANTOS, 2008, p. 9).

Segundo Freire (2001), deve-se discutir com os educandos a realidade concreta, cujo conteúdo ensina e indaga o porquê de não se estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos educandos e   experiência social que eles têm como indivíduos. Nas escolas onde foi desenvolvido o projeto horta orgânica, buscou-se primeiramente aprender vivenciando a prática, com o propósito de passar a experiência para os alunos. Para isso, os participantes do Projeto visitaram uma chácara de orgânicos localizada no bairro órfãs, em Ponta Grossa, PR, onde participaram do plantio e colheita de diversas hortaliças. Essa experiência agregou conhecimento e facilitou a abordagem do tema junto aos alunos, relacionando teoria e prática.

Um dos colégios parceiros, localizado no bairro do Jardim Carvalho, atende alunos moradores das vilas: Santa Lúcia, Santa M nica, Baraúna, Jardim Aroeira, Monteiro Lobato, Vila Velha, Vila

Margarida, Vila Esmeralda. São alunos oriundos de camadas pobres, alguns desamparados de direitos básicos, em situação de inclusão, atendidos em salas de recursos, alguns cadeirantes, outros com baixa visão, deficiência intelectual, auditiva, dificuldades de aprendizado. Nesse colégio, o grupo teve a oportunidade de conhecer um senhor da comunidade externa que há alguns anos organiza a horta do local. Ele faz tal trabalho sozinho. Percebeu-se, com isso, que há uma pequena participação da comunidade escolar, sendo que o que falta é incentivo à continuidade do trabalho, a partir de sensibilização interna junto a professores e alunos. Feita essa análise, iniciaram-se os seminários na temática da tecnologia social, concentrada em hortas urbanas, para os alunos e a comunidade. O objetivo foi sensibilizá-los para a participação efetiva na tarefa de auxiliar no trabalho junto com a comunidade.

No outro colégio público estadual, localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, antes de começar o projeto horta orgânica foi realizada uma análise do solo, pois a diretora relatou em uma visita que o solo era “pobre” de nutrientes. Feita essa análise, constatou-se, de fato, tal informação. Posteriormente, procedeu-se o tratamento com calcário, para tirar um pouco da acidez. Depois de 15 dias, houve o plantio, com a ajuda de alunos e da comunidade. Em tal colégio, as pessoas foram sensibilizadas através seminários, encontros que utilizaram como exemplo a horta escolar e urbana como argumento ao desenvolvimento de tecnologia social, além de destacar a importância dos benefícios trazidos pelos alimentos orgânicos, a consciência ambiental, a alimentação saudável e a segurança alimentar. Tal colégio atende alunos oriundos de famílias de classe baixa, caracterizando-se por carência familiar, econômica e cultural. São adolescentes das mais variadas regiões dos arredores do colégio. Alguns alunos do noturno apresentam melhores condições sociais, em virtude de estarem exercendo alguma atividade remunerada no período diurno. A instituição atende a comunidade que reside nas vilas Parque Nossa Senhora das Graças, Jardim Esplanada, Jardim Atlanta, Leila Maria e Estrela da Colina, caracterizada por famílias de baixa renda econômica e das mais variadas estruturas familiares. É uma comunidade que enfrenta dificuldades de infraestrutura, pelo estado de conservação das ruas, além da violência.

Todas as informações relativas aos colégios foram estudadas a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos (SEED/PR. Projetos Pedagógicos dos Colégios Estaduais da Cidade de Ponta Grossa/ PR).

Biodigestores de uso doméstico: uma alternativa sustentável em espaços educativos

O estudo e implantação de biodigestores foi realizado numa instituição de atendimento a crianças e adolescentes, localizada no distrito de Guaragi, região de Ponta Grossa, PR. A instituição auxilia e instrui jovens carentes dos 07 anos completos aos 18 anos incompletos. Segundo estudos realizados nessa comunidade (GODOY, 2007), as conversas com os dirigentes e as visitas ao local, a instituição oferece a alimentação, o vestuário e uma educação balizada nos pressupostos espíritas “cristãos” e cívicos, com a proposta de formar cidadãos capazes de se integrarem à sociedade, capacitando-os moral e profissionalmente. Há nesse espaço a premissa da autossustentabilidade. Por meio da educação ambiental, do diálogo e da sensibilização, as ações visam a comunidade atendida, considerada vulnerável.

Os diálogos iniciais ocorreram com o objetivo de analisar o ambiente parceiro, as condições estruturais e técnicas e, posteriormente, a instalação de dois biodigestores de uso doméstico para substituir a fossa séptica tradicional utilizada há alguns anos, situada em um espaço em que causa danos ao meio ambiente. Houve algumas reuniões com representantes da instituição para entender o modo como vinham usando a fossa séptica e de que forma seria possível implantar biodigestores no local. Com isso, seria possível desenvolver um trabalho conjunto de formação a respeito dessa tecnologia social para os participantes da comunidade atendida pela instituição.

Os alunos de Ciências, integrantes do Projeto, fizeram estudos a respeito da tecnologia de biodigestores e visitaram outros locais para conhecerem o funcionamento da tecnologia. Após a implantação, foram realizados seminários com os adolescentes atendidos. O objetivo foi ajudá-los a entender, de um modo geral, o que é tecnologia social e, especificamente, o que é a tecnologia dos biodigestores. De modo resumido, pode-se explicar que biodigestores são reservatórios compactos e fechados, uma câmara na qual ocorre

um processo bioquímico denominado fermentação anaeróbia, que tem como resultado a formação de biofertilizantes e produtos gasosos, principalmente o metano e o dióxido de carbono (MAGALHAES, 1986, apud PRATI, 2010).

Foram instalados, nessa instituição, dois biodigestores de uso doméstico, com capacidade para 600 litros, de instalação externa. Essa instituição foi escolhida por se adequar às necessidades para a instalação técnica dos equipamentos e também por atender às exigências institucionais para doação do equipamento público. A instituição desenvolve um projeto de educação ambiental e caminha para sustentabilidade do local. Essas características conjugadas ajudaram na decisão. Após a instalação, foram realizados seminários com a comunidade interna. Atualmente é feito acompanhamento do uso dos biodigestores e a avaliação da água.

A tecnologia do adobe

Além dos trabalhos com cisternas, hortas orgânicas e biodigestores, os estudantes envolvidos no Projeto realizaram estudos conjuntos sobre outras práticas de tecnologia social, como a bioconstrução. Por vários fatores e o conceito de TS já destacado, acredita-se que a temática da bioconstrução é um assunto relacionado às tecnologias sociais e, com isso, foi incorporado aos trabalhos do Projeto. O intuito foi começar a sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância dessa técnica. Tal tecnologia, aqui denominada de popular, engloba diversas técnicas da arquitetura vernacular mundial, e apresenta-se como uma alternativa à redução do *déficit* habitacional, um problema histórico no Brasil, pois se refere ao número de cidadãos que não possuem uma moradia adequada.

O trabalho em torno dessa tecnologia ocorreu a partir de uma ação realizada em uma disciplina articuladora, no curso de Ciências Naturais, por alguns alunos(as) integrantes do Projeto. Posteriormente essa temática foi incorporada ao conteúdo dos seminários de TS desenvolvidos nos colégios e no Instituto. Enquanto experiência, o Projeto de Extensão ETEC sensibilizou os participantes (acadêmicos e professores) com relação ao papel social do professor de ciências e também os incentivou a buscarem uma formação humanizada

e libertadora, dialogarem e construir em conjunto com grupos socialmente excluídos. Acredita-se que, com essa experiência, professores que tiverem uma formação voltada à área da tecnologia social poderão atuar como sujeitos mais críticos e questionadores da ciência, auxiliando-a a se manter a serviço da humanização e da igualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Projeto de Extensão aqui apresentado, a fase de ação envolveu, primeiramente, conhecer a realidade dos grupos atendidos, desenvolver atividades conjuntas e propor caminhos alternativos. A fase de formação interna e externa dos participantes ocorreu através de seminários, organizados pelos integrantes do Projeto, e reuniu as comunidades interna e externa dos colégios parceiros. O objetivo foi multiplicar as discussões e práticas de tecnologia social, sensibilizar os participantes com relação ao sistema de captação de água, biodigestores, horta orgânica, compostagem e tecnologia do adobe para que essas comunidades pudessem identificar possibilidades de utilizar tais práticas.

Essa atividade ainda não foi finalizada e o Projeto se estende com seminários e oficinas nos próximos anos. O intuito é ampliar a cadeia de parceiros na região e incentivar o desenvolvimento e a utilização de tecnologias sociais. Computou-se 372 horas de atividades acadêmicas de extensão, dissolvidas em: reuniões, seminários com a comunidade externa, preparação de seminários temáticos, atividades de campo com visitas técnicas nos locais parceiros, pesquisa, elaboração de material didático, organização de Blog, participação em grupo de pesquisa, participação em eventos, formação interna do grupo, organização de relatórios.

Do ponto de vista da pesquisa, é possível afirmar que o Projeto auxiliou e ampliou a importância da democratização da ciência e tecnologia nas escolas públicas e trouxe, no contexto de uma universidade tecnológica, a reflexão para o papel do desenvolvimento da pesquisa tecnológica. Ainda nesse caminho, oportunizou a ampliação da discussão

da temática da TS em grupo de pesquisa interdisciplinar no Câmpus da UTFPR, em Ponta Grossa. Na expectativa de que as necessidades das comunidades sejam impulsionadas para a busca de novas tecnologias sociais, germinadas no interior da própria comunidade e investigadas pelas universidades públicas, esse Projeto demonstrou ser um canal de relação entre universidade e comunidade, mediada pelo desafio de avançar na temática da tecnologia social, de modo que a popularização da ciência e tecnologia não se resume a pontuações em produção acadêmica, mas em resgates contínuos do saber popular em diálogo com o saber científico, para assim produzir soluções alternativas ao avanço da ciência e tecnologia numa perspectiva mais humana e com vistas à sustentabilidade socioambiental. Do ponto de vista do pilar da extensão na universidade pública, galga-se um pequeno degrau com a função social da universidade pública tecnológica e com a disseminação de uma ciência mais humanizada, portanto, igualmente social. Outro aspecto importante a destacar, a partir das discussões desse Projeto e problematizadas em grupos de pesquisas, foi a inserção da disciplina optativa de Tecnologia Social na reestruturação do novo curso de Licenciatura em Biologia. Dessa forma, tal temática torna-se necessária à formação docente, sob a ótica de uma educação democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, Alcides et al. **Tecnologia Social: Cooperação Universidade/Comunidade para o Desenvolvimento Urbano Regional e Local Sustentável**. Salvador, 2007.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO Banco do Brasil. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. C. A. Ensino de Ciências. **Vivências**: Revista Eletrônica de Extensão da URI. v. 7, n. 13, p.10-21, out./2011.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GODOY, Marino L. M. **O espiritismo em Ponta Grossa – PR**: Perspectivas de um espaço do além e para um além do espaço. Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. 4. ed. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 420 p.

JANSTSCH, Ari Paulo. **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. 9. ed. Atualizada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2011.

KLOSSOWSKI, Andressa; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; FREITAS, Flaviane Pellosa Molina. O envolvimento da universidade pública em relação a tecnologia social. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 12, n. 26, p. 61-80, set./dez. 2016.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1 capítulo: seguido das Teses sobre Feuerbach. Tradução de Silvio D. Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MEC/PROEXT/2016. **UTFPR/ETEC**: Educação, Tecnologia Social e Ciências: Caminhos Interdisciplinares de formação e ação. Projeto selecionado/linha: Educação/diminuição da pobreza e desigualdade/2016.

MORGADO, F. S.; SANTOS, M. A. A. A Horta Escolar na Educação Ambiental e Alimentar: Experiência do Projeto Horta Viva nas Escolas Municipais de Florianópolis. **EXTENSIO**: Revista Eletrônica de Extensão, Santa Catarina, n. 6, p. 1-10, 2008.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **Ecos Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez.2005.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. **Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social**. In. DAGNINO, Renato Peixoto et al. (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

PRATI, L., 2010. **Geração de energia elétrica a partir do biogás gerado por biodigestores**. 83 p. Projeto de Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.eletrica.ufpr.br/ufpr2/tccs/148.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SANTOS, Widson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 36, set./dez. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados. 2011 (Coleção Educação Contemporânea).

SCHOAB, Vanessa; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; LARA, Luiz Fernando. A Universidade e a Tecnologia Social: análise da aderência. **Revista Espacios**. v. 5, n. 7, 2014.

SEVERINO, Antonio J. A pesquisa em educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **ContraPontos**: Revista de Educação da Univali. ano 1, n. 1, Itajaí, jan./jun. 2001.

SEED/PR. **Projetos Pedagógicos dos Colégios Estaduais da Cidade de Ponta Grossa/PR**. Disponível em: <<http://www.pgonsdasgracas.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1/http://www.pgopolivalente.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/25/2010/130/arquivos/File/PPP-Polivalente%20atualizado.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo. Educação científica sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica e do movimento CTS no ensino de Ciências. **Revista Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 177-190, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Comunicação e Sociedade**: pesquisa-ação no campo da comunicação sócio-política. São Paulo: Cortez, 1980.

UNESCO. **DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**. Versão adotada pela Conferência Budapeste, 1 jul. 1999.



A valorização da economia solidária no contexto de consolidação da extensão universitária no Brasil

Adriano da Costa Valadão

Francisco Salau Brasil

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Manuela Salau Brasil

Reidy Rolim de Moura

AS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS existem há muitos séculos, mas no Brasil poucas são centenárias. Nesses termos, constitui uma instituição pré-moderna que se adaptou ao projeto da modernidade científica, mas tem se mantido como uma instituição diferenciada. As universidades podem ser definidas como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

Na década de 1990¹, a universidade começa a ser mais fortemente questionada quanto ao seu papel, considerando o seu “isolamento, a compartimentalização, os *‘papers’*, como única maneira de avaliar desempenho (...) o distanciamento das empresas e do entorno” (NASSIF, 2012). Assim, as universidades começam a ser cobradas para que venham a ter um comprometimento maior com a sociedade como um todo. Há referências a uma crise da instituição, que resulta no surgimento de uma nova perspectiva para a relação entre a universidade e a sociedade. Essa nova relação pressupõe, então, um novo papel da

¹ Aponta-se antecedentes dessa discussão na chamada Reforma de Córdoba, proposta ainda em 1918 (NOVAES, 2012).

universidade, que a tornaria mais engajada com a solução dos problemas sociais (CARRIZO, 2006).

A par disso, a Economia Solidária – Ecosol pode exercer um papel fundamental nas universidades, pela via da extensão universitária, visando a transformação das instituições universitárias de espaços elitistas e apartados da sociedade, em especial dos segmentos sociais mais populares, em ambientes abertos não apenas aos interesses das elites e dos segmentos que formam as classes dominantes, mas também às demandas dos setores populares, excluídos e marginalizados.

A Ecosol, pelos seus princípios, está absolutamente apta a dar uma contribuição decisiva ao fortalecimento da inserção social e regional das instituições universitárias num contexto de priorização dos segmentos populacionais mais vulneráveis. Não é tão difícil chegar a essa conclusão, porque seus princípios centrais são a autogestão, a cooperação, a democracia e a solidariedade na forma como são organizadas as associações, cooperativas, grupos e as instituições de apoio a esses coletivos, como as incubadoras universitárias que atuam sob a inspiração dos princípios da Ecosol. Além disso, há uma série de conceitos alternativos aos padrões capitalistas de mobilizar recursos, gerar renda e colocar em circular o que se produz, que são valorizados e integrados aos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ao se pensar em universidades com maior inserção social e regional, pode-se resgatar o conceito de Responsabilidade Social Universitária – RSU, algo que se traduz por uma atuação mais contundente das instituições universitárias na sociedade. É o que defende Vallaeys (2006), complementado por Coelho (2009), quando afirma que “um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e a formação de profissionais cidadãos”. Com isso, a RSU vai além de uma obrigação imposta por lei ou ainda de uma simples ação isolada, dirigida e assistencial.

Aparecendo como uma das dimensões também de avaliação das universidades, a Responsabilidade Social Universitária, como opção de

ação, pode transformar a extensão num dos principais eixos que gera uma legitimidade de ação das universidades. Santos (2008) destaca que se trata de um dos eixos de reconquista da legitimidade da universidade ao lado da ação, pesquisa-ação, ecologia de saberes, universidade e escola pública. Contudo, é preciso destacar que essa Responsabilidade Social Universitária é mais do que apenas a extensão, abrange um conjunto de responsabilidades com a sociedade que é muito maior, que abrange ensino e também pesquisa.

No cerne da discussão sobre extensão universitária em específico, Coelho (2009) afirma que a extensão “deve ocupar uma nova centralidade nos processos de reforma da instituição, mudando-se o paradigma extensionista”. Esse paradigma deve abandonar o curto pelo longo prazo, o caráter assistencialista por uma inserção permanente na sociedade.

No Brasil, foi a partir de 1980 que a extensão avançou no diálogo com outros diversos segmentos da sociedade, fornecendo um lastro para a discussão atual, “envolvendo transformação social e a produção de conhecimentos, e uma maior preocupação com a formação acadêmica, de profissionais e de cidadãos, promovidas a partir de tais atividades” (GONÇALVES; QUIMELLI, 2016, p. 5).

Uma iniciativa importante foi a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), ocorrido em 1987, defendendo a extensão universitária como apta a atender o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a extensão como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Foi a partir disso que se estabeleceram os cinco princípios extensionistas, conforme consta na Política Nacional de Extensão Universitária: – Interação Dialógica; – Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; – Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; – Impacto na Formação do Estudante e; – Impacto e Transformação Social².

² Para mais informações sobre os princípios da extensão universitária, ver Gonçalves e Quimelli (2016).

Esses princípios sendo perseguidos tornam a extensão universitária como opção essencial para a sociedade brasileira e faz um desafio: levar a proposta à prática. É aqui que se destaca o trabalho das Incubadoras de Empreendimentos Solidários, como é o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

A IESol é um Programa de Extensão que desenvolve processos de incubação com EES na Região de Ponta Grossa, PR, compondo uma Rede de Incubadoras ligadas a dezenas de universidades no Brasil. Essas incubadoras, junto a outras entidades de apoio, setores do poder público e os EES constituem o campo da economia solidária no País. Essa articulação atua na promoção e fortalecimento da economia solidária, seja através da instituição de políticas públicas, na divulgação da economia solidária ou no desenvolvimento de ações de extensão universitária em apoio aos EES.

A IESol é convergente, principalmente, com a perspectiva da Interação Dialógica, que é abordada com mais ênfase por Quimelli (2016), a qual trabalha o conceito a partir da leitura de Paulo Freire e a concepção de diálogo como instrumento de mediação rumo à possibilidade de pensamento crítico.

Na medida em que a autora coloca:

o conteúdo programático utilizado para a ação junto as comunidades, nos projetos de extensão, não pode ser definido exclusivamente pelos professores e alunos, mas em conjunto com a comunidade e mediatizado pela realidade vivenciada pelos sujeitos do processo (QUIMELLI, 2016, p. 29).

Possibilita a quem trabalha com a Ecosol refletir sobre o que se faz no cotidiano, pois, geralmente, a demanda que chega para a IESol, por exemplo, parte sempre da realidade dos trabalhadores, organizados em grupos ou território. Além disso, no momento da definição das metodologias de trabalho com cada grupo ou território atendido pela IESol, também se constrói o plano de incubação, em conjunto com equipe e incubados, ou seja, com o diálogo muito presente.

Da mesma forma, a IESol tem trabalhado na perspectiva que a autora Sandra de Deus (2016) traz quando faz a discussão sobre o Impacto e Transformação Social da extensão universitária:

[...] é preciso entender claramente a missão da Universidade pública brasileira na construção da sociedade e neste contexto muito particular o papel da extensão universitária na formação acadêmica, no crescimento econômico de comunidades, na preservação da cultura, e inclusive na manutenção do ente público denominado universidade. A transformação está na gênese das atividades universitárias, especialmente da Extensão, que carrega uma visão de mundo construída no contexto acadêmico que transforma, e se transforma reforma e se reforma constantemente (DEUS, 2016, p. 94).

A Ecosol tem, nos seus próprios princípios, elementos que vão ao encontro do que a autora coloca sobre preservação da cultura, crescimento econômico, transformação e reforma constante. Da mesma forma, a Ecosol também está muito próxima das dimensões do papel transformador da extensão pela universidade:

Ouso dizer que a extensão é transformadora quando articula o ‘fazer’ da sala de aula, leia-se, ensino com a pesquisa, e leva este acúmulo para a sociedade, da qual recolhe contribuições, mudanças, novos olhares e até mesmo críticas trazendo este novo aprendizado para o interior das universidades (DEUS, 2016, p. 94).

Essa articulação e, consequente aprendizado, é justamente o que se defende quando se pensa em Ecosol e extensão universitária, no sentido de que é possível a formação, a ação, o pensar sobre o que se está trabalhando, bem como resgatar conceitos e dimensioná-los para maiores reflexões e ações, como é o caso da discussão sobre economia solidária e Estado, sobre o desenvolvimento territorial, o associativismo, a tecnologia social, dentre outros. A Ecosol mobiliza essas propostas teóricas e incorpora ao seu trabalho de incubação, ação que enriquece a própria economia solidária e, por sua vez, aprimora a extensão universitária, conforme se perceberá adiante.

A OPÇÃO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Embora o desemprego se converta em força impulsionadora da busca por opções à venda da força de trabalho aos detentores do capital, não é a única variável que leva a uma opção pela Ecosol. Nesse sentido, pode-se resgatar uma proposta de Gaiger (2004), que enumera uma série de fatores que podem explicar o interesse crescente pela Ecosol: a) existência de grupos com experiência anterior em práticas que evocam o associativismo; b) presença de organizações e lideranças que representam de forma autêntica os interesses dos grupos e que fazem a articulação com outros agentes; c) a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, em sua maioria, está na economia popular, embora aquela represente outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalterno que ambas [economia capitalista e economia popular], por razões diversas, reservem a quem vive do trabalho; d) atuação de instituições para sensibilização e apoio ao trabalho associado; e) o aumento do desemprego que, conjugado com os demais aspectos, vitalizou a economia solidária a despeito das alternativas habituais de trabalho precário e clandestino, geralmente acionadas nessas conjunturas; g) reconhecimento da economia solidária no plano político e ideológico.

A Ecosol é herdeira do cooperativismo de Robert Owen, tendo se colocado como uma aliada para garantir a dignidade do trabalho e a obtenção de renda. Mais que isso, ela tem promovido ganhos para além do econômico e para além do mundo do trabalho, permitindo uma vivência baseada em outro sistema de vida. Trata-se de uma lógica baseada nos vínculos sociais, nos quais os valores do cooperativismo são orientadores através de outras formas de relações, inclusive das econômicas. Sobre a natureza dos vínculos, Gaiger (2016) lembra que a sobrevivência da humanidade é baseada no apoio mútuo, mas que os vínculos passageiros, ou não vinculantes, são instrumentais e insuficientes. Segundo o autor:

A função dos vínculos sociais não é serem um lenitivo aplicado aos momentos mais pessoais ou emotivos da vida, um elemento complementar aos demais. Já seria um passo importante admitir que existem vários

fatores operantes, indo além do princípio utilitarista e do sistema de mercado, mas importa em seguida reconhecer que os vínculos sociais constituem o pilar central da vida humana, individual e coletiva (GAIGER, 2016, p.62).

O autor complementa seu argumento afirmando que “sentimentos e compromissos baseados em vínculos ultrapassam a órbita das relações interpessoais e adentram horizontes mais amplos em que se age coletivamente e se delibera sobre o bem comum” (GAIGER, 2016, p. 62). Os EES e ESS operam nessa lógica, favorecidos por um lastro de experiências que se apoiam em valores e fomentam práticas que a consagram como a forma adequada para sua sustentação. Não se trata, entretanto, de algo dado ou fruto da inércia, mas de um processo que exige constante investimento, pois assim como os vínculos podem proliferar, podem também ser ignorados, conforme a interrogação trazida por Gaiger: “Como os vínculos sociais se formam e se mantêm face a tantas adversidades? Como se nutrem e não definham?” (GAIGER, 2016, p.63). Na mesma esteira, a solidariedade e a cooperação exigem permanente estímulo e vigilância. De acordo com Razeto (2008, p. 2), a solidariedade se converte em força produtiva e fator econômico, denominado por ele de Fator C:

La letra ‘C’, con la que identificamos esta energía económica, alude a que con ella comienzan, en nuestro y en varios idiomas, numerosas palabras que significan: colaboración, cooperación, comunidad, compañerismo, comunión, compartir, confianza, y muchas otras que comienzan con el prefijo ‘co’, que expresa el hacer y el estar ‘juntos’, El hacer algo solidariamente .

O “Fator C” comporta uma lógica e uma prática que caracterizam as organizações de economia popular, ou os empreendimentos econômicos solidários, mesmo que de forma incompleta e imperfeita. O autor adverte que nem sempre a solidariedade é a motivação inicial de alguns trabalhadores, mas que através de uma prática solidária ela acaba sendo incorporada por eles. E são essas práticas que definem um EES, incorporando a autogestão ao invés de heterogestão, a cooperação no lugar da competição, a substituição do individualismo pela

solidariedade, e a centralidade do trabalho e não do capital – aspectos que correspondem a uma vertente solidária aos quais devem conjugar-se outros, como a eficiência e viabilidade que caracterizam a vertente econômica.

A autogestão desafia a descrença na habilidade ou competência do trabalhador não especializado ou não escolarizado em gerenciar um empreendimento. É fato que a gestão de um empreendimento, mesmo coletivo, exige conhecimento técnico. Mas é certo também que esse conhecimento não é aquele mais difundido nas universidades, cujo foco é a gestão de uma empresa capitalista.

Não se trata de dispensar, mas sim de reelaborar e democratizar um conhecimento que tem suas especificidades – e que não são pequenas nem poucas. Gerenciar um empreendimento solidário não é reproduzir a lógica, as técnicas e os conceitos utilizados nas empresas capitalistas. É antes uma vivência orientada por uma nova racionalidade, que inclui a participação dos trabalhadores na gestão, com disposição para investir tempo e paciência em reuniões nem sempre breves e objetivas.

Certamente é um aprendizado de democracia impossível sob a heterogestão, uma vez que se fundamenta no conhecimento e nas decisões compartilhados pelos trabalhadores, quiçá, em uma utopia. A opção autogestionária torna-se central na economia solidária, passando a ser parte integrante dos processos de incubação, como meta a ser perseguida para se atingir a emancipação dos grupos incubados que se dá com a desincubação.

Uma questão fundamental é perseguir esses princípios, que são bases dos EES, e também dos ESS, no contexto de uma economia capitalista fundada e reafirmada em princípios marcados pela heterogestão, a competição e o individualismo. A economia capitalista regida pelas leis do mercado não se moldará a princípios diferentes desses e tende a ampliar de forma inexorável a desigualdade, a injustiça social e a exclusão.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ESTADO

O Estado é fundamental para fomentar as alternativas que podem resgatar a dignidade e a cidadania plena de segmentos da população que não encontram possibilidades para isso no capitalismo. Nesses termos, é indispensável discutir o papel do Estado como instituição que pode controlar a lógica pura e simples do mercado e mesmo a hegemonia que as classes dominantes podem exercer como prevalência dos seus interesses nas políticas públicas implementadas pelo Estado.

Para compreensão desse argumento, recorre-se a Evans (1993), que analisa a ação do Estado nas suas relações com o desenvolvimento econômico. Segundo ele, há três tipos de Estados: o desenvolvimentista; o predatório; os intermediários. O Estado predador é aquele que sabota ações que emanam da organização popular, autogestionária, como os EES, que são ações que se relacionam às possibilidades de emancipação popular. O Estado predatório é predominantemente dirigido por agentes políticos que objetivam manter os setores populares sob o regime de dominação pessoal, como o definido por Franco (1997). Nesse regime, a população é obrigada a se dobrar à subordinação e à dependência que lhe são impostas pelo contexto político em que vivem, fundado num autoritarismo estrutural, bem explicado por Schwartzman (1988).

Os EES, por terem na imensa maioria dos casos bases locais e regionais, são pressionados pelo caráter predatório que muitas vezes está presente na cultura política dos atores políticos locais e regionais. Já o Estado desenvolvimentista é aquele que fortalece as iniciativas oriundas dos cidadãos e é sensível aos interesses maiores da economia e da sociedade. Com isso, conseguiram promover círculos virtuosos de desenvolvimento econômico que alçaram países subdesenvolvidos ou vitimados por guerras destruidoras a um nível de desenvolvimento econômico bastante significativo. Evans (1993) cita o Japão e a Coreia do Sul como os melhores exemplos desse tipo de Estado, contrariando autores que citam essas experiências como derivadas exclusivamente das qualidades de um regime capitalista baseado num mercado livre da intervenção do Estado.

Um Estado de tipo intermediário, normalmente, apresenta-se como situações híbridas e contraditórias, mostrando a convivência

entre ações marcadas por preocupações com as camadas mais excluídas da população, ao mesmo tempo em que não consegue acabar com os privilégios usufruídos pelas classes dominantes que levam a eternização das injustiças sociais que geram quadros de desigualdade sociais e déficit de cidadania em níveis bastante elevados. Evans (1993) cita o Brasil e vários países da América Latina como dominados por esse tipo de Estado.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Estado, e suas ações, geram, em muitos casos, um contexto político que funciona como um grande entrave à consolidação dos EES, fato que não pode ser desprezado. Nesse sentido, pode-se destacar que, em termos econômicos, os entraves aos EES se referem a vários aspectos, e, entre eles, destacam-se a comercialização e o financiamento. No entanto, é sempre necessário aprofundar a pesquisa dos entraves, considerando o contexto regional e local nos quais estão inseridos os empreendimentos.

Dessa forma, recorre-se à concepção de desenvolvimento territorial (BEDUSCHI; ABRAMOVAY, 2004) não apenas como proposta a fundamentar projetos de desenvolvimento local, mas também como uma proposta teórica e conceitual (CUNHA, 2006), que permite enquadrar a realidade local e regional no qual se integram os EES, num esquema explicativo que ressalta a complexidade territorial que envolve os sujeitos que buscam viabilizar a economia solidária num contexto social hostil, não apenas pela lógica capitalista que se impõe como dinâmica global, mas também por uma cultura política, relacionada a um Estado predador, que se espalha por todo o território brasileiro, não obstante os avanços das políticas públicas voltadas para as classes populares que emanam, principalmente, dos governos federais no Brasil.

Considera-se que os EES, na sua grande maioria, estão ligados ao que se denomina de pequena economia, que, por sua vez, liga-se aos mercados locais e regionais (CUNHA, 1998). Esses mercados

tinham caráter fortemente territorializado, conforme a definição dada por Storper (1994). Dessa forma, atividades econômicas são territorializadas quando dependem da “localização [...] e quando tal localização é específica de um lugar” (STORPER, 1994, p. 15).

Portanto, as economias regionais mantinham-se fortemente voltadas para si mesmo e, com isso, a produção regional se realizava na circulação dentro dos próprios mercados locais e regionais. Com o movimento de modernização do capitalismo, aconteceu um forte movimento de desterritorialização das economias regionais relacionada ao processo de internacionalização e/ou globalização. Storper (1994, p. 14) explica que a conjunção desses processos resultou, muitas vezes, no “ênfraquecimento da atividade econômica específica de um local e menor dependência dessa atividade em relação a locais específicos”. Os micros e pequenos empreendimentos locais e regionais passam a sofrer a concorrência de bens produzidos pelas grandes empresas que atuam na perspectiva dos mercados nacionais e internacionais. Assim, a base local da formação de capital baseada na produção regional perde dinamismo em benefício da absorção de mercadorias produzidas fora da economia regional. É nesse contexto que se inserem os EES que dependem, em especial, de mercados locais e regionais, e, mais ainda, de mercados de proximidade, de vizinhança, de bairros.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITAL SOCIAL

Do ponto de vista cultural, destaca-se a resistência inicial encontrada em muitos grupos de trabalharem na perspectiva coletiva, de forma associativa ou cooperativa, conforme os princípios da economia solidária (ROCHA FILHO; CUNHA, 2009). Há muito ceticismo presente entre os componentes de alguns grupos. Pode-se explicar isso de forma estrutural pelo convívio secular com uma cultura política autoritária. Essa cultura política gera um *déficit* de confiança que resulta em baixos níveis de capital social, presente no contexto social no qual se inserem os EES.

Nesses termos, o conceito de capital social tornou-se um elemento teórico muito considerado entre acadêmicos, consultores e

funcionários de instituições, tanto públicas como privadas, nas últimas décadas. A partir da publicação da pesquisa de Putnam (1996), sobre a Itália, tornou-se uma das opções para explicar e/ou promover o desenvolvimento econômico, melhorar o funcionamento do setor público, manter a estabilidade dos sistemas democráticos e superar a pobreza (LÜCHMANN, 2003). Para Putnam, capital social “é o que diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

Esse conceito intensificou as discussões entre investigadores de distintas disciplinas, desde a antropologia, a economia, a história, a sociologia e a psicologia. Cresceram o número de investigações, tanto teóricas como empíricas, sobre o capital social, inclusive, esse conceito, integrou-se às discussões sobre a sociedade civil (LÜCHMANN, 2003). Putnam (1996) ao estudar algumas regiões da Itália, a partir de alguns indicadores, como legislação reformadora, creches, habitação e desenvolvimento urbano, serviços estatísticos e de informação, inovação legislativa, entre diversos outros aspectos, mostrou que os governos regionais italianos chegaram a resultados diversos. Os governos que tiveram melhor desempenho institucional foram os da Itália Setentrional. Os que tiveram pior desempenho foram os da Itália Meridional. A satisfação popular com os governos do Norte perpassa todas as classificações sociológicas ou filiações partidárias. Essa constatação levou Putnam a uma indagação: “o que diferencia as regiões do Norte, com bom desempenho, das regiões do Sul, com mau desempenho e, em cada uma dessas partes, as mais prósperas das menos prósperas?”.

A resposta que Putnam propõe para essa grande questão relaciona-se aos níveis de capital social que variaria entre as diferentes regiões da Itália. Seu estudo constata, portanto, que a eficiência e eficácia administrativa dos governos do Norte se devem à existência de uma comunidade cívica na região Setentrional da Itália (MOURA, 2009). Putnam acredita que a comunidade cívica, que se relaciona aos níveis de capital social, forma-se graças à herança histórico-cultural, defendendo que comunidade cívica é aquela em que os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação,

tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. No entanto, o Estado não pode ser esquecido como formulador das políticas públicas que se voltam para implementação de programas e projetos, inclusive de economia solidária (SCHIOCHET, 2009; SCHIOCHET; MEDEIROS 2008).

No caso de projetos que atuam numa proposta com viés territorial, a implementação das políticas públicas não pode desprezar o contexto social no qual se fazem presente os ditames do poder local (SCHIOCHET; GELLERT, 2011). Esse quadro pressupõe a ideia de que os indivíduos não agem independentemente, bem como os objetivos não são estabelecidos isoladamente, prevalecendo uma lógica de ação coletiva. Como afirma Moura (2009), a novidade do estudo de Putnam está na inclusão da concepção de capital social e sua influência no desenvolvimento econômico e também no desenvolvimento local e regional. Portanto, acredita-se que o capital social é produtivo, porque torna possível que se alcance objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Nesse ponto, fica claro como a concepção de desenvolvimento territorial busca no conceito de capital social amparo na sustentação de que há uma dimensão territorial de desenvolvimento (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004) que corresponde às condições locais e regionais mais propícias ou não ao bom desempenho de políticas públicas e/ou projetos desenvolvimentistas (CUNHA, 2003).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL

Outro elo desse encadeamento é a utilização de tecnologias sociais, compreendendo-as como complementares à organização dos EES em redes e inseridas no território. Desde o início da revolução industrial, a tecnologia convencional passou a receber críticas. Formado por trabalhadores autônomos ingleses que não tinham meios de competir com a produção em escala, o movimento ludita foi responsável, entre os anos de 1811 e 1813, pelas primeiras manifestações contrárias às tecnologias convencionais. Na década de 20 do século posterior, a Índia foi palco de uma significativa manifestação

em favor de uma tecnologia diferente da convencional. Gandhi atuou em defesa dos artesãos locais e pregava uma produção pelas massas, e não uma produção em massa (DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2010; BRANDÃO, 2006). O economista alemão Ernst F. Schumacher foi quem trouxe as ideias de Gandhi para o ocidente através de seu livro *Small is beautiful*, no qual utiliza o termo tecnologia intermédia para designar tecnologia de baixo custo, pequena escala e não violenta com a biodiversidade (SCHUMACHER, 1979). Dagnino (2010) aponta algumas características da tecnologia convencional mais poupadora de mão de obra que o conveniente, uma vez que para se aumentar o lucro é necessário diminuir o gasto com funcionários; possui ótimas escalas de produção; ambientalmente insustentável ao considerar o meio ambiente uma mera externalidade; intensiva em insumos sintéticos; é produzida por grandes empresas; é segmentada, pois não permite o controle do produtor direto sobre o processo de trabalho, alienante, hierarquizada e monopolizada por grandes empresas.

A partir das críticas ao movimento das tecnologias convencionais e, em seguida, de forma especial às tecnologias apropriadas, que surge o termo tecnologia social, que cada vez mais ganha relevância no debate acadêmico, especialmente no Brasil. Basicamente a tecnologia social apresenta características opostas àquelas apontadas por Dagnino (2010). As tecnologias sociais são adaptadas à pequena escala, liberadora do potencial físico e financeiro e da criatividade do produtor direto, prioriza o caráter autogestionário e participativo no processo produtivo, além de prezar por uma relação simbiótica com o meio ambiente. Além dessas características, a tecnologia social reconhece que uma mudança do paradigma tecnológico contribui para a alteração do modelo de desenvolvimento vigente, porém, não se trata de uma solução mágica. Para os objetivos do projeto, o fundamental é aliar tecnologia social, economia solidária e adequação sociotécnica, como bem explicaram Novaes e Dias, ao afirmarem que:

[...] um processo participativo que busca promover, no interior dos empreendimentos da Economia Solidária, um reprojeto do conhecimento científico e tecnológico [...] aos interesses dos atores que deles participam. Ou seja, um processo que leve a uma adequação não apenas aos requisitos e finalidades

de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (NOVAES; DIAS, 2010, p. 145).

Portanto, trabalhar com tecnologias sociais pressupõe buscar as metodologias que possam adaptá-las aos EES, visando o processo de sustentabilidade adequado aos objetivos dos grupos. Na experiência da IESol foi possível, através da relação teoria e prática, detectar os principais benefícios e entraves para a consolidação de empreendimentos de economia solidária, e a introdução do uso de tecnologias sociais aparece como uma importante potencialidade. A tecnologia social é considerada uma importante estratégia para a inovação dos produtos e de processos produtivos, capaz de otimizar a gestão do empreendimento e aumentar a renda dos trabalhadores a partir da resolução de problemas, com baixo custo e sem impacto ambiental. Além do mais, os resultados positivos servem de corrente de transmissão para sua utilização em outros empreendimentos que necessitam resolver problemas semelhantes, ou seja, sua capacidade de reprodução não gera custo adicional e é de fácil aplicação.

Nesse sentido, a tecnologia social na economia solidária e no processo de incubação é compreendida como um avanço no que se refere aos conhecimentos teóricos e às vivências práticas para a sustentação e para as inovações em empreendimentos econômicos solidários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destaca-se que a IESol segue na linha das outras incubadoras existentes no Brasil, com um papel fundamental para a extensão universitária. Concorde-se com Oliveira (2012) que a “universidade brasileira, por meio de suas incubadoras tecnológicas universitárias, corrobora com a sociedade na missão inovadora de ação sociopolítica ampliando e preservando a cidadania e a dignidade do trabalhador” (OLIVEIRA, 2012). Assim como Matsuda (2008), que aponta que o processo de incubação pode ser entendido como uma das

formas da extensão universitária a ser aplicada a favor da sociedade. A IESol entra nesse rol de incubadoras de empreendimentos populares que permitem a troca de conhecimentos entre as universidades e a sociedade.

Nascimento (2013), ao realizar seu estudo sobre as incubadoras universitárias de economia solidária em todo o país, percebeu que “não são apenas mais um dos vários programas extensionistas das universidades brasileiras, mas para além disso: são espaços formativos, fontes de pesquisa, campo de atuação e de transformação da sociedade”. Além disso, o autor afirma, a partir dos seus estudos, que a incubação em economia solidária é uma experiência nova, mas vem ganhando destaque e se consolidando como uma frente de atuação considerada importante e bem-sucedida quando se trata de intervenção em comunidades. Assim, isso é compatível com quem discute e prevê um conceito de universidade “socialmente responsável e compromissada com o desenvolvimento do país” (NASCIMENTO, 2013).

Da mesma forma, acredita-se que a IESol tem contribuído no que tange ao campo da ciência e tecnologia do país com a efetivação “de novos métodos de trabalho, promovendo o debate sobre a real atuação das ciências duras nos processos de incubação de empreendimentos econômico-solidários, bem como ampliam a discussão do papel das ciências sociais nos processos de inovação social e tecnológica” (NASCIMENTO, 2013).

Diante dos cinco princípios extensionistas presentes no documento Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) – interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social, percebe-se que todos estão presentes nas ações da IESol. E é nesse sentido que se busca consolidar esse Programa, enfrentando os desafios do dia-a-dia que extrapolam, às vezes, as possibilidades de atuação da Incubadora, mas revela esforços que vão além do ambiente universitário, buscando fomentar o próprio movimento nacional de economia solidária no âmbito das discussões atuais na sociedade civil. Ressalta-se que é uma discussão atual e permanente, cuja reflexão deve ter continuidade, devido sua importância nesta conjuntura.

Contudo, a consolidação da economia solidária no Brasil ainda depende da criação de uma política pública de caráter universal, que congregue todos os aspectos legais e sociais e essenciais para a construção dessa alternativa de desenvolvimento. Na conjuntura atual, em que o Estado não cria e tampouco consolida uma legislação específica, que regule e proteja as associações e cooperativas populares de produção, os grupos que praticam a economia solidária podem ficar à mercê de algumas entidades do terceiro setor, que não têm compromisso com os princípios solidários, e que também se apropriam do discurso democrático e emancipatório contido nos seus cânones, porém, com outra prática. As Incubadoras Tecnológicas de Tecnologias Populares – ITCs, como a IESol, têm não apenas a oportunidade, mas o dever de atuar dentro das diretrizes da economia solidária, articulando, assessorando e formando ideologicamente os EES para que os seus trabalhadores e trabalhadoras se envolvam cada vez mais com o chamado Movimento da Economia Solidária.

Embora existam mecanismos de políticas públicas de governo para a economia solidária, muitos fatores se estabelecem como barreiras e dificuldades, entre elas a falta da aprovação da Lei do Cooperativismo de Trabalho, que está tramitando no Congresso Nacional. Essa Lei poderá contemplar todos os trabalhadores e trabalhadoras dos EES brasileiros, pois nela estão destacadas as questões de proteção e assistência social, questões de cunho trabalhista e de aposentadoria, diminuição do número limite de pessoas para criação de cooperativas, acesso a créditos solidários etc.

A atuação da IESol se faz presente com as políticas públicas, tanto pela inserção através das já existentes, como na luta para a criação e aprovação de novas, principalmente de um conjunto de políticas de Estado. Nesse sentido é que se torna importante fortalecer ações através da participação dos trabalhadores e trabalhadoras nos fóruns locais, estadual e nacional, conferências e plenárias que questionem e ajudem a impedir que essas políticas públicas deixem de existir.

Destaca-se que a IESol desenvolve ações com diversos parceiros, entre eles o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que tem uma interação muito grande no acompanhamento dos grupos, principalmente os de reciclagem, nos quais todos os participantes

são usuários do Bolsa Família e demais políticas públicas afirmativas. Os grupos incubados e assessorados são, durante todo o tempo, incentivados a participar dos fóruns locais e regionais de economia solidária. Algumas pessoas são incentivadas também a participar da coordenação do Fórum Paranaense, que tem cadeira no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Os fóruns são espaços onde são debatidos os temas que formam a base de Políticas Públicas de Economia Solidária, e naturalmente interagem com os diversos temas correlatos, tais como saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc. A economia solidária é o espaço de inter e multidisciplinaridade que pensa o ser humano em todos os seus aspectos a partir do eixo principal: geração de trabalho e renda com lastro nos vínculos sociais.

REFERÊNCIAS

BEDUSCHI FILHO, L.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

BRANDÃO, F. **Uma história brasileira das tecnologias apropriadas**. Brasília: Paralelo 15, 2006. (Coleção Abipti Ciência e Tecnologia).

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília, 1996.

CARRIZO, Luis. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior** / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. – Ano 24, n. 36, jun. 2006. – Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2006. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

COELHO, H. R. da P. Para uma Universidade Socialmente Responsável. **A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local**. Estudo Exploratório da ITES – UFBA. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2009. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Disponível em: <ites.colvire.net/Site/Publicacao50>. Acesso em: 10 maio 2018.

CUNHA, L. A. G. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, v. I, n. 2, 2006.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná tradicional. 2003, 136 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, L. A. G. Por um projeto sócio-espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG/DEHIS, v. 3, n. 2, p. 91-114, inverno/1998.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Komedi, 2010.

DEUS, S. de. Impacto e Transformação Social: o papel da extensão universitária. In: GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**. Rio de Janeiro: CEDEC, n. 28-29, abr. 1993, p. 107-157.

FRANCO, M. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (Org.). **Princípios da extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2006.

LÜCHMANN, L. Capital Social, Sociedade Civil e Democracia Deliberativa. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 75-104, set./dez. 2003.

MATSUDA, P. M. Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária: o caso da INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares Universidade Federal de São Carlos. IV SIMPÓSIO ACADÊMICO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2008.

MOURA, R. **Estruturas de Oportunidades Políticas e Aprendizado Democrático – O Associativismo de Bairro em Blumenau (1994-2009)**. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2009.

NASCIMENTO, I. R. T. do. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013.

NASSIF, L. O papel da universidade. **Carta Capital**. São Paulo, maio 2012. Seção Política. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-papelda-universidade/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. ampl. Campinas: Komedi, 2010. p. 114-154.

_____. Reféns na Cidadela Inimiga: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. **Pensata**: Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 1, p. 25-49, 2012.

OLIVEIRA, Marcia Cristina dos Santos Barbosa de. **Conversão do Conhecimento: Estudo de Caso em Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária**. São Carlos: UFSCar, 2012. 231 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2012.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIMELLI, G. A. de S. A voz da extensão universitária. In: GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.

RAZETO, L. 'Factor C': **La solidaridad convertida em fuerza productiva y em factor económico**. 2008. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/os-caminhos-da-economia-desolidariedade>>. Acesso em: 10 março 2011.

ROCHA FILHO, A.; CUNHA, L. Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social. **Emancipação**. Ponta Grossa: UEPG, v. 9. n. 1, 2009, p. 95-105.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de (Org.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SCHIOCHET, V.; GELLERT, L. A Economia Solidária e o Poder Público Local. A Experiência da RESVI/SC. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2011, Curitiba, 2011.

_____. Políticas Públicas. In: CATTANI, Antonio David, et al. (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009, p. 268-272.

_____.; MEDEIROS, A. (Org.). **Políticas Públicas em Economia Solidária**. reflexões da Rede de Gestores. Recife: Editora UFPE, 2008. v. 1. 100 p.

SCHUMACHER, E. **Good work**. Londres: Ancor Press Ltda, 1979.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; NABUCO, M. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária? **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior** / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. – Ano 24, n. 36, jun. 2006. – Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2006, p. 57-74.



Desenvolvimento territorial, reterritorialização econômica regional e economia solidária

Alnary Nunes Rocha Filho (*in memoriam*)
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

O TEXTO CORRESPONDE a uma adaptação de parte do relatório de qualificação de uma tese de doutorado. O objetivo é discutir a economia solidária como promotora do desenvolvimento local e que pode contribuir para reterritorialização econômica em municípios e regiões. As referências teóricas fundamentais encontram-se em trabalhos de Michel Storper (1994), da Universidade da Califórnia, e José Reis (2005), da Universidade de Coimbra.

O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, analisa-se a epistemologia do território de Reis (2005) que promove um esforço fundamental de buscar os elementos que justificam a opção pela abordagem territorialista ou localista que se propõe como indispensável para captar a complexidade do mundo atual. Na segunda, inspira-se nos conceitos de economias territorializadas e desterritorializadas, bem sistematizados por Storper (1994), para realçar a importância da economia solidária em projetos de desenvolvimento local e regional por permitir movimentos de reterritorialização econômica em municípios e regiões. Nessa parte, procura-se indicar ainda que a concepção de desenvolvimento territorial fundamenta-se em princípios que podem permitir a recuperação de economias regionais e estagnadas.

A EPISTEMOLOGIA DO TERRITÓRIO DE JOSÉ REIS

Reis (2005) busca a epistemologia do território, na qual defende que fundamentar análises sob a perspectiva territorial permite qualificar muitas das abordagens que interessam às ciências sociais e humanas, como também às ciências sociais aplicadas. Reis (2005) opõe as abordagens globalistas às territorialistas ou localistas, que considera fundamentais às discussões relativas ao desenvolvimento regional.

Reis (2005) defende que a leitura sobre o território deve ser baseada na natureza das estruturas, das dinâmicas da sociedade e da economia, tendo uma compreensão sobre como se constituem os processos coletivos, como é feita a interferência ou a intervenção dos sujeitos e suas relações com os processos em diferentes escalas espaciais. Esse ponto de vista questiona frontalmente o que esse autor chama de metáfora da globalização, ao afirmar que:

(...) refiro-me à metáfora da globalização. Esta assenta em duas ideias básicas: nas escalas territoriais relevantes para entender o funcionamento socioeconômico, as relações entre espaços e actores são radicalmente hierárquicas e previsíveis; tais relações implicam uma lógica de derivação do nível inferior pelo superior. O local é a outra face do global – o primeiro interessa enquanto canal de reprodução do segundo. Por estas razões, os âmbitos e as possibilidades de expressão própria dos lugares (geográficos, sociais...) hierarquicamente inferiores são essencialmente a submissão, a resistência ou a exclusão, incluindo a exclusão alternativa. A globalização é totalizante: compreende o conjunto das interações. A posição que aqui defendo atribui aos territórios – que não são, evidentemente, paisagens: são actores, interacções, poderes, capacidade, e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais (REIS, 2005, p. 53).

O posicionamento de Reis (2005), sobre a globalização, leva-o a ampliar a reflexão, o que lhe permitiu levantar as seguintes questões:

Os indivíduos, os sujeitos enquanto possuidores de racionalidade e ação, dentro de espaços que são mais

que relevantes para esses, pois é nesse espaço que vivem e constituem suas vidas e relações, são funcionalmente determinados pelas necessidades e práticas de “entidades” externas ao seu território, ou seja, pela globalização? Ou, ao contrário, existem outros mecanismos que adotam outra lógica, outro vocabulário, outros poderes e utensílios, com os quais tentam chegar aos seus objetivos e propósitos? (REIS, 2005, p. 53-54).

Reis (2005) defende que “o lugar do território encontra-se numa resposta que inclua a segunda opção”, respondendo **sim** à segunda pergunta. Não é difícil enxergar nesses posicionamentos possibilidades de aproximação com a economia solidária, porque seus princípios e práticas estão no campo das alternativas ao sistema capitalista global, portanto em confronto com a globalização financeira. Além disso, a possibilidade para tal confronto dá-se através das ações dos sujeitos, como resistência diante da dinâmica da globalização. Mas, antes de se começar a investir na relação entre reterritorialização econômica regional e economia solidária, é indispensável compreender a epistemologia do território de Reis (2005).

Reis é economista, o que o leva a priorizar na sua abordagem a relação território-economia. De qualquer forma, a revalorização desse conceito gerou uma diversidade de abordagens que Haesbaert (2011) sistematizou de forma esclarecedora, identificando pelo menos três grandes campos de consideração do território: o político; o cultural; e o econômico. O viés político resgata o debate em torno do poder, priorizando-se tratar o território como espaços que refletem ações de controle e subordinação. O viés cultural aborda as questões de identidade e pertencimento que envolvem os sujeitos ao se relacionarem com determinadas frações do espaço geográfico. Por último, o viés econômico, que em Haesbaert (2011) resume-se às abordagens em torno da tradição marxista, que ao abordar as questões econômicas territoriais do capitalismo busca inspiração no conceito de divisão social do trabalho. As abordagens de caráter econômico-territoriais de Storper (1994) e Reis (2005) não foram consideradas nessa sistematização proposta por Haesbaert (2011), mas se defende que elas são fundamentais quando o que interessa é a compreensão da dinâmica econômica regional.

Dessa forma, centra-se o debate na epistemologia do território de Reis (2005), que ao se reportar à questão do que é o território, defende que a resposta a essa questão “exige que consideremos três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais: a) proximidade, b) densidade e c) polimorfismo estrutural” (REIS, 2005, p. 61):

a) A proximidade é o contexto e as relações que ela propicia: são as pessoas em copresença; são ordens relacionais; são consolidações de culturas práticas e de instituições; é conhecimento e é identidade partilhada de forma coletiva. É esse conjunto de circunstâncias que desencadeia a formação de densidades.

b) As densidades exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens e competências (externalidades cognitivas), em ordens constitucionais “que coordenam a ação de atores sociais, em multiplicação ou definhamento de contextos institucionais e de governação” (REIS, 2005, p. 62).

c) O polimorfismo estrutural assinala o fato de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentro de ordens mais vastas.

A aproximação dessa conceituação de território com a economia solidária é vista como profunda. As três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais definidas por Reis (2005) justificam a importância que se deve dar à relação território e economia solidária. A proximidade, que passa pela ideia da copresença dos sujeitos, é base para as relações que formam a identidade partilhada de forma coletiva. A par disso, o território apresenta-se com determinada densidade, que se refere às interações continuadas, criando padrões institucionalizados que acabam por coordenar o comportamento dos sujeitos. Por último, o polimorfismo estrutural, que produz diferenciações regionais e locais em universos geográficos mais amplos, sejam nacionais ou globais. Dessa forma, tem-se a geografia ganhando importância, e, com isso, o território, porque todos os processos históricos, que acontecem ao longo do tempo, não são concretos sem o desenrolar ao largo do espaço. A par disso, Reis (2005) propõe que:

(...) o mundo não é representável por uma organicidade sistêmica em que tudo-é-explicado-por-tudo, como

acontece, por exemplo, com a estrita lógica centro-periferia ou pelas visões globalistas que dela são tributárias. O mundo é melhor representado pela ideia de polimorfismo, isto é, por uma visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e autonomia cujo desenvolvimento afirma a sua relevância própria e exerce efeitos de *feed-back* sobre outros espaços. Nisto consiste a noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo (REIS, 2005, p. 62).

Ora, se o argumento de Reis (2005) está correto, o território é o lugar no qual também é possível agir no sentido de se colocar em prática um novo projeto de sociedade, justamente em virtude da proximidade, densidade e polimorfismo estrutural que dão concretude aos territórios. Portanto, a economia solidária acontece porque existem sujeitos que, como Reis (2005), acreditam que “o mundo é melhor representado pela ideia de polimorfismo...”. Portanto, considera-se que a epistemologia do território de Reis (2005) é fundamento das possibilidades mais ricas da aproximação entre economia solidária e território. Mas é preciso não perder de vista a questão da reterritorialização econômica regional.

TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Storper (1994) inspira-se em François Perroux para comparar as economias territorializadas às desterritorializadas. Nesses termos, as atividades ou empreendimentos territorializados são aqueles que se baseiam em recursos vinculados a um território específico e não poderiam acontecer com as mesmas características fora de tal território, porque não haveria como deslocar recursos ou instituições que permitissem a replicação das mesmas atividades ou instituições consideradas em um outro território. A exploração de determinado recurso mineral é uma atividade territorializada por não haver como mudar o recurso de “endereço”. Assim como a concentração de um cultivo agrícola específico, numa determinada região, pode estar relacionada a um modelo de estrutura agrária que não tem como sofrer alterações significativas da “noite para o dia”, nem se instalar em outra região em curto ou médio

prazo. Esse último caso pode ser exemplificado com o cultivo do tabaco em algumas mesorregiões da Região Sul do Brasil, que se vinculam à concentração de produtores familiares, com pequena disponibilidade de terras e que tem dificuldades de encontrar outros cultivos que lhes permitam manter as mesmas possibilidades produtivas e econômicas do cultivo do tabaco, não obstante seus problemas ambientais e sociais. Assim, a territorialização sustenta padrões econômicos absolutamente enraizados num determinado território.

De outra forma, a atividade econômica desterritorializada é aquela que não guarda vínculo intrínseco a um território determinado. Sua localização baseia-se em circunstâncias voláteis e, se vierem a ser alteradas, promoverão quase que de imediato o deslocamento da atividade ou empreendimento para outro território com maior potencial de lucratividade. Nesse caso, a lógica de localização e a dinâmica de funcionamento não dependem de um território específico, mas sim de vantagens comparativas que poderão ser alteradas sem qualquer aviso prévio. Porquanto, a ausência de enraizamento é radical, impondo uma característica absolutamente diferente das atividades ou empreendimentos territorializados. A expressão economias desterritorializadas pode ser relacionada ao que François Perroux denominou de economias deslocalizadas (STORPER, 1994).

Quando se buscar a reterritorialização é porque uma desterritorialização já ocorreu de forma ampla em muitas economias regionais. Trata-se de um fenômeno do capitalismo monopolista que se relaciona ao crescimento das grandes corporações econômicas monopolistas e oligopolistas sustentadas pelos avanços tecnológicos aplicados aos empreendimentos capitalistas. Portanto, as inovações tecnológicas permitiram às empresas gigantes, que formam a grande economia, produzirem para mercados globais e nacionais, mas também regionais e locais, os quais estão contidos naqueles. Mas essa grande economia convive com uma pequena economia, definida por Cunha (1998), ao afirmar que:

Geeconomicamente, esta economia [pequena economia] é voltada em parte para mercados restritos e rarefeitos, regionais e locais. É o padrão da economia de pequenas escalas, de pequenas e micro-empresas, de

pequenos investimentos, do microcrédito, dos bancos do povo, do comércio popular, dos trabalhadores por conta própria, da agricultura familiar e camponesa, do cooperativismo autêntico (CUNHA, 1998, p. 103).

Como para quem sabe ler um pingo é letra, um exemplo eloquente deve ser suficiente para entender o que é a desterritorialização econômica regional. Basta abordar a cadeia produtiva do leite, produto altamente perecível, cujo consumo pelos moradores das cidades era baseado em bacias leiteiras regionais e locais. Com o leite pasteurizado, e de forma mais radical ainda com o leite esterilizado ou longa vida, como também com as tecnologias modernas de refrigeração, embalagem e transporte, criou-se uma logística que permitiu que a produção de leite pudesse ser processada e vendida em regiões nas quais foram produzidas. Dessa forma, o leite produzido numa região não tem mais a garantia de que será consumido necessariamente na mesma localidade na qual foi produzido, porque passou a sofrer a concorrência de leite empacotado, que pode estar vindo de qualquer outra região distante. Com isso, vem ocorrendo a desterritorialização ampla dessa cadeia, em virtude de que o produto não guarda mais uma relação obrigatória de enraizamento local e regional. Dessa forma, não há garantia que os consumidores de Ponta Grossa, PR, polo da maior bacia leiteira do Brasil na atualidade, principalmente baseada no município de Castro, que fica a 40 km daquela cidade, consumam mais leite oriundo dessa bacia do que de outras do Brasil, porque nos supermercados de Ponta Grossa encontram-se marcas de leite longa vida de diversas outras bacias leiteiras, muitas delas mais baratas do que as produzidas pelas empresas e cooperativas locais.

Portanto, excedentes econômicos que antes circulavam regionalmente estão sendo carreados para outros locais. Em algumas regiões, esses processos de desterritorialização foram suficientes para gerar estagnação econômica, fato que tem gerado o esvaziamento populacional acentuado em muitos municípios e regiões brasileiras. A reterritorialização funcionaria no sentido inverso, e a economia solidária, por estar voltada para gerar trabalho e renda, envolvendo uma parte da população que, de outra forma teriam dificuldades para se integrar à grande economia, extremamente seletiva em termos de

demanda e contratação de mão de obra, mostra-se com um potencial marcante para se tornar um importante agente de reterritorialização econômica regional, pois a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários está relacionada à pequena economia, voltada para mercados pontuais, locais e regionais.

A reterritorialização das economias regionais é coerente com as propostas relacionadas à concepção de desenvolvimento territorial. Essa concepção começou a ser divulgada no Brasil no final da década de 1990, ainda no segundo governo FHC, quando passou a ser discutida entre os estudiosos do mundo rural e acabou fundamentando políticas públicas voltadas à revalorização do que passou a ser denominado de agricultura familiar (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

A concepção de desenvolvimento territorial centra-se num conceito de território que se aproxima muito do conceito de território integrado definido por Haesbaert (2011), pois se baseia numa perspectiva que considera as dimensões cultural, econômica e política como integradas e sem priorizar apenas uma delas. Dessa forma, a concepção de desenvolvimento territorial defende a adoção da perspectiva territorial em substituição à setorial que dominava as concepções tradicionais de desenvolvimento (CUNHA, 2006). A par disso, também se busca desconsiderar a segmentação entre o urbano e rural, buscando pensar uma integração que preserve o território tal qual aparece como elemento concreto vinculado ao cotidiano do cidadão no seu contexto social (CUNHA, 2006).

A economia solidária, que é baseada em princípios de autogestão, democracia e cooperação aplicadas a coletivos de trabalhadores e trabalhadoras, corresponde a uma alternativa aos empreendimentos capitalistas, que são centrados em gestão hierárquica, subordinadora e concorrencial (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO, 2007), têm uma implicação territorial muito marcante quando se tem como referência o território segundo a epistemologia do território de Reis (2005). Não é sem razão que muitas iniciativas locais, que visam incorporar a economia solidária às políticas de desenvolvimento municipais, definindo políticas públicas de fomento aos empreendimentos econômicos solidários, são justificadas por argumentos que estão relacionados ao que se denomina de reterritorialização econômica. As

moedas sociais e os bancos comunitários e solidários talvez sejam os exemplos mais eloquentes na perseguição do objetivo de fazer circular os excedentes econômicos gerados em bairros, cidades e regiões entre os moradores dessas instâncias territoriais de diversas escalas, promovendo a reterritorialização econômica (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR; RIGA, 2012).

CONCLUSÃO

As possibilidades da economia solidária com opção para promover reterritorialização econômica são reais. O território com suas características de proximidade, densidade e de polimorfismo pressupõe uma vinculação às possibilidades dos empreendimentos econômicos solidários de resgatar cadeias produtivas que antes eram enraizadas e movimentavam os excedentes econômicos basicamente entre os municípios. No entanto, com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, de caráter capitalista, os empreendimentos empresariais vinculados à grande economia promoveram uma desterritorialização econômica que gerou a perda significativa de excedentes econômicos das regiões a favor de sua concentração nas cidades globais, sedes da economia corporativa e multinacional.

Portanto, promover a reterritorialização econômica das regiões é elemento fundamental dos projetos de desenvolvimento local e regional. A concepção de desenvolvimento territorial busca identificar o potencial econômico dos municípios visando mobilizá-los com o objetivo de colocá-los a serviço do desenvolvimento endógeno. Nesses termos, a economia solidária apresenta-se como opção privilegiada pelas suas características de mobilização do trabalho e dos recursos locais e regionais.

O aproveitamento desse potencial esbarra nos padrões de desigualdade social e regional do capitalismo brasileiro, mas essa dificuldade faz parte do modelo de sociedade injusta, que se formou em padrões de uma sociabilidade fundada na escravidão, no colonialismo e no patrimonialismo.

REFERÊNCIAS

BEDUSCHI FILHO, L. C. ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

CUNHA, Luiz A. G. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 11, n. 2, p. 261-282, maio/ago. 2006.

CUNHA, Luiz A. G. Por um projeto sócio-espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG/DEHIS, v. 2, inverno/1998.

FRANÇA FILHO, Genauto, C. de; SILVA JÚNIOR, Jeová T.; RIGO, Ariádne S. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 47, n. 3, July/Sept. 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, Porto Alegre, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

REIS, José. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2005, p. 51-74.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, commercial e regional em economias desenvolvidas. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Integração, região e regionalização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 13-26.

Sobre os autores

Adriano da Costa Valadão – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2012), com estadia de pesquisa na Université de Liège, campus d'Arlon, Bélgica. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2005). Graduado em Administração também pela UEPG (2000). Atualmente trabalha na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Incubadora de Empreendimento Solidários – IESol e como editor da Revista Emancipação.

Alnary Nunes Rocha Filho (*in memoriam*) – Doutorando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Gestão do Território: Sociedade e Natureza pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (2010). Licenciado em Geografia pela UEPG (1995). Bolsista CAPES para o Curso de Doutorado em Geografia – UEPG. Pesquisador na Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Políticas Públicas – Grupo de Estudos sobre Geodesenvolvimento – GEODES. Pesquisador na Linha de Pesquisa: Trabalho, Autogestão e Emancipação – Grupo de Pesquisa sobre Economia Solidária: Práticas e Projetos – GPESPP. Pesquisador na Linha de Pesquisa: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas – Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território – GEGATE.

Anna Carolina Santana da Silva – Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp. Atuou como coordenadora da cadeia produtiva de alimentos no Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária NuMI-EcoSol da UFSCar. Possui experiência nos seguintes temas: economia solidária, agroecologia, desenvolvimento rural e construção de conhecimentos.

Cristina Sturmer dos Santos – Integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Economista. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Laranjeiras do Sul.

Diego Palma de Castro – Mestrando do Programa Pós-graduação de Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Curitiba. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Eliene Gomes dos Anjos – Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. É membro da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Incuba. Participa do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia – DAFAG. É membro da Associação de Pesquisadores em Economia Solidária, da Rede de Pesquisadores em Cooperativismo e da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social – ABRAPPS.

Francisco Salau Brasil – Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Graduando em Administração e pós-graduando em Gestão Pública, ambos pela UEPG. Possui experiência em projetos de extensão e pesquisa nas áreas de economia solidária e ecodesenvolvimento. Integrante da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, desde 2012.

Grasiele Dalbao Rodrigues Modesto de Camargo – Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL. Atualmente é técnica da Trilhas Incubadora Social Marista, onde desenvolve atividades e projetos na área da economia solidária, por meio do assessoramento técnico, apoio à comercialização e incidência pública.

Henrique Tahan Novaes – Doutor e mestre em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Araraquara, SP (2001). Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília, SP. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesp.

Lino Trevisan – Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC. Professor efetivo de Sociologia do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais – DAESO, da UTFPR, campus Curitiba. Atua nos seguintes temas: teoria sociológica, tecnologia e sociedade, trabalho, educação, cultura. Membro da Incubadora de Economia Solidária TECSOL, da UTFPR, campus Curitiba.

Livia Francisco Arantes de Souza – Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCLAr, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Graduanda e mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Tem experiência profissional na área administrativa e como coordenadora operacional de projetos relacionados à Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. Membro da equipe técnica da linha de ação Desenvolvimento Territorial do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol (2014 a 2017), com foco de atuação direcionado para o Jardim Gonzaga, bairro situado na Região Sul da cidade de São Carlos, SP.

Lourença Santiago Ribeiro – Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior. Bacharel em Gestão da Informação. Pesquisadora e militante do campo da economia solidária há mais de dez anos. Autora de uma dezena de artigos e capítulos de livro, todos relacionados à temática economia solidária. Membro do Conselho Municipal de Economia Solidária do Município de Curitiba e já integrou a coordenação da Rede de ITCP’S. Atualmente é diretora da Trilhas Incubadora Social Marista e coordena o Grupo de Estudo Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2003). Mestre em História Econômica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (1979). Professor Associado C da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Paraná. Coordena a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, Programa de Extensão da UEPG, no qual atua desde 2007. Coordena o Grupo de Estudos em Geodesenvolvimento – GEODES, credenciado pela UEPG no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Manuela Salau Brasil – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Graduada em Sociologia pela UEPG. Trabalha na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, Programa de Extensão da UEPG. Pesquisa sobre economia solidária, mundo do trabalho, utopias sociais.

Marilene Zazula Beatriz – Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduada em Psicologia pela UFPR. Docente do Programa de Pós-graduação de Tecnologia e Sociedade – PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Curitiba.

Marilia Verissimo Veronese – Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, tendo feito estágio sanduíche na Universidade de Coimbra, sob orientação de Boaventura de Sousa Santos. Professora titular no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. Pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Economia Solidária e Cooperativa – ECOSOL, RS.

Natalia de Lima Bueno – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Tecnologia, ênfase em Educação Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Professora da UTFPR, campus Ponta Grossa. Pesquisadora Extensionista do Grupo de Estudos e Pesquisa, Tecnologia e Sociedade – GEPEI (<http://gpeitecnologiaesociedade.blogspot.com.br/p/projeto-de-pesquisa-interdisciplinar.html>) / Coordena o Projeto de Extensão: ETEC: Educação Tecnologia Social e Ciências (<http://utfpretec2016.blogspot.com.br>) e do Grupo de Pesquisa, Conservação da Natureza e Educação ambiental – CONEA. Membro da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias – ESOCITE.

Pedro Ivan Christoffoli – Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB (2009). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2000). Especialista em Cooperativismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (1996). Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Laranjeiras do Sul, PR. Coordenador do Núcleo de Estudos em Cooperação – NECOOP. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina (UNESP) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS).

Reidy Rolim de Moura – Doutora e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Coordenou a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol no período de 2013 a 2015 e de 2017 a 2018. Atualmente atua como coordenadora e supervisora de projetos extensionistas e de pesquisas vinculadas às linhas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

Renato Dagnino – Engenheiro metalúrgico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Estudou Economia e Ciências Sociais no Chile (Universidad de Concepción). Mestre em Economia pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, na Inglaterra (SPRU) e na Espanha (Complutense), onde realizou estudos de pós-

doutorado em Estudos Sociais da C&T. É professor titular nas áreas de Análise de Políticas de Ciência Tecnologia e Inovação e de Gestão Pública no Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, do qual foi um dos organizadores no final dos anos de 1970. Tem atuado como professor visitante em várias universidades latino-americanas. Seus livros mais importantes são *Ciência e Tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*; *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*. Possui várias publicações, entre as quais destacam-se *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*; *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* (finalista dos Prêmios Jabuti e ABEU); *A indústria de Defesa no Governo Lula*; *Gestão Estratégica Pública*. Recebeu, em 2016, o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Oscar Varsavsky, outorgado pela Associação Latino-americana de Estudos Sociais da C&T (ESOCITE).

Robinson Henrique Scholz – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre em Ciências Sociais e graduado em Administração de Recursos Humanos, também pela Unisinos. Professor titular na área de Gestão e Negócios e pesquisador colaborador no Programa de Pós-graduação Memória Social e Bens Culturais e no Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento – Tessido, na Universidade La Salle, Canoas, RS.

Wagner de Souza Molina – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Mestre em Ciência Política pela Unicamp. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp. É docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e integrante do Programa de Pós-graduação em Organizações e Sistemas Públicos – PPGGOSP na mesma instituição. Membro do Instituto Direito à Cidade, sediado na UFSCar. Atualmente ocupa o cargo de coordenador geral do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol. Sua atuação acadêmica envolve, além da economia solidária, as áreas de relações de trabalho, políticas públicas, desenvolvimento territorial e desenvolvimento.

Impresso no Brasil, em dezembro de 2018
com miolo em offset 90g/m2 e capa em Cartão Supremo 250g/m2
na Gráfica Capital/PR.
Composto em Minion Pro, corpo 12 pt.
e Berlin Sans FB, corpo 18 pt.
Formato fechado: 16x23cm

Editora e Livraria Estúdio Texto
Rua XV de Setembro, 931 - Uvaranas
Ponta Grossa – Paraná – 84020-050
Tel. +55 (42) 3027-3021
comunicacao@editoraestudiotexto.com.br
www.editoraestudiotexto.com.br

O diálogo entre economia solidária e tecnologia social tem se mostrado bastante profícuo. Juntas, conformam um campo cuja potencialidade está em aberto, e as incubadoras de economia solidária tem se ocupado desse debate. É o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa - IESol/UEPG, que ao lançar este livro pretende contribuir com questões de natureza teórica e prática sobre o tema.

A publicação desta obra foi viabilizada com recursos obtidos pelo Projeto “Fomento à pesquisa e inovação em empreendimentos econômicos solidários através de tecnologias sociais”, Convênio nº 838029/2016 MCTI/CNPq, acessado por emenda parlamentar.

Financiamento



ISBN: 978-85-5472-021-6



série
referência